



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA

Darlene Rodrigues de Freitas

Projeto Leio, Logo Existo: Remição penal pela leitura no Complexo Penitenciário
São Luís

Araguaína - TO

2025

Darlene Rodrigues de Freitas

Projeto Leio, Logo Existo: Remição penal pela leitura no Complexo Penitenciário
São Luís

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal do Norte do Tocantins, como um dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Valéria da Silva Medeiros

Coorientador: Prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo

Araguaína - TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F866r Freitas, Darlene Rodrigues de.

Remição penal pela leitura no Complexo Penitenciário São Luís: Projeto Leio, Logo Existo / Darlene Rodrigues de Freitas. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2025.

283 f.

Tese (Doutorado) (Pós-Graduação - Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura - PPGLLit) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2025.

Orientadora: Valéria da Silva Medeiros.

Coorientador: César Alessandro Sagrillo Figueiredo.

1. Mediação de leitura e escrita. 2. Educação prisional formal e não formal. 3. Remição pela Leitura.

CDD 410

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.


Darlene Rodrigues de Freitas

Remição penal pela leitura no Complexo Penitenciário São Luís: projeto leio,
logo existo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Foi avaliada para a obtenção do grau de Doutora em Letras e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela banca examinadora.

Data de aprovação: 28/08/2025

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 VALERIA DA SILVA MEDEIROS
Data: 30/09/2025 20:26:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Valéria da Silva Medeiros – Orientadora (UFNT)

Prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo – Coorientador (UFNT)


Prof. Dr. Braz Batista Vas – Membro interno (UFNT)


Prof. Dra. Janete Silva dos Santos – Membro interno (UFNT)


Prof. Dr. Fulvio Torres Flores – Membro externo (UNIVASF)


Prof. Dra. Eliana Madureira Yunes – Membro externo (PUC-Rio)


Prof. Dr. Santinho Ferreira de Souza – Membro externo (UFES)


Documento assinado digitalmente
 FULVIO TORRES FLORES
Data: 30/09/2025 22:42:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 SANTINHO FERREIRA DE SOUZA
Data: 01/10/2025 06:43:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 BRAZ BATISTA VAS
Data: 01/10/2025 10:16:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 CESAR ALESSANDRO SAGRILLO FIGUEIREDO
Data: 01/10/2025 13:44:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 ELIANA LUCIA MADUREIRA YUNES GARCIA
Data: 01/10/2025 14:16:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 JANETE SILVA DOS SANTOS
Data: 05/10/2025 09:41:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

À Deus, o alfa e o ômega.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Soberano, Ubíquo, Primaz em minha vida, sempre.

Aos meus filhos, Daphne e Delthon, companheiros imprescindíveis nesta jornada.

Às minhas netinhas, Luna e Liz, fontes de alegria permanente.

À orientadora Profa. Dra. Valéria Medeiros, pela inspiração no percurso da trilha íngreme do sistema prisional.

À Profa. Dra. Janete dos Santos, pela relevante parceria na produção do artigo de qualificação de linha.

Ao Prof. Dr. César Sagrillo, pela competência e admirável compromisso no exercício da orientação.

Aos componentes da banca de qualificação, Profa. Dra. Eliana Yunes, Prof. Dr. Fúlvio Torres Flores e Prof. Dr. Braz Batista Vaz, pela maestria nas contribuições primorosas.

Ao Supervisor de Educação Prisional, Jayron Barbosa Fonseca, gestor no período de implantação do projeto, por viabilizar a pesquisa nas dependências do Complexo Penitenciário São Luís.

À Dayana Coelho, pedagoga da SEAP MA, por interceder junto aos diretores das unidades prisionais, a implementação do projeto de mediação de leitura e escrita.

Às pedagogas da UPSL 1 e 6, Ana Kelma Sousa da Silva Ballerio e Ana Cleia Marques Santos, respectivamente, pelo suporte contínuo durante a realização do projeto.

Aos participantes do projeto *Leio, logo existo*, pela anuência ao desafio de se deixar impregnar pelas experiências sensoriais da linguagem e, em especial, àqueles que se dispuseram e expuseram ao narrar suas histórias de vida, a despeito do julgamento do eventual leitor.

Não se trata de negar o passado e o crime, não se trata de dar um certificado de boa reputação àquele que não merece. Trata-se de ajudá-lo a enxergar que é possível fazer outras coisas, que ele é capaz de outras atitudes, outros projetos, outras afeições.
(Marc De Maeyer)

Não querem dar emprego pra gente, aí a gente rouba.
(Custodiado do Complexo Penitenciário São Luís)

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa analisa documentos que orientam a possibilidade de remição pela leitura e descreve etapas do processo de inserção em experiências de leitura literária por pessoas privadas de liberdade no Complexo Penitenciário São Luís, especificamente na Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 1 (UPSL 1) e Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 6 (UPSL 6), a partir do projeto de mediação de leitura e escrita *Leio, Logo Existo*, que iniciou em março de 2023 com quinze integrantes da UPSL 1 e teve continuidade em 2024 com dezessete integrantes da UPSL 6, sendo que ambas abrigam a comunidade carcerária masculina. Tal proposta, realizada pela primeira vez para esse contingente (pessoas do sexo masculino) no referido espaço, corrobora e efetiva o direito à literatura preconizado por Cândido (2011), na tentativa de resgatar a humanização tanto da comunidade carcerária quanto da sociedade civil acerca do cumprimento de pena. Ao considerarmos essencial para o outro aquilo que para nós é fundamental, a tese, através de uma pesquisa participante, além de verificar cuidadosamente documentos sobre a remição de pena pela leitura, objetivou problematizar os impactos do projeto de extensão *Leio, Logo Existo*, analisando como, em um espaço bastante regrado (vigiado), os sujeitos em condição de privação de liberdade significam a imersão em rodas de leitura e de discussão de texto literário e como, nesse processo se (re)significam. Acreditamos, assim, que esta pesquisa pode contribuir com as ações do projeto *Remição pela Leitura*, que se faz presente em cinquenta e três unidades prisionais no Estado do Maranhão. Teoricamente, nossa pesquisa está embasada em letramento literário. Entendemos que o projeto promove a leitura como ferramenta de desenvolvimento pessoal, educacional e social, incentivando os participantes a experienciarem a fruição da leitura como uma reconquista temporária da liberdade proporcionada pela imersão textual. Após consulta prévia aos acervos das bibliotecas das unidades prisionais, fizemos a seleção das obras a serem trabalhadas no decorrer das atividades do projeto. Embora haja diferenças na seleção das obras trabalhadas em ambas as unidades e diversidade na abordagem dos textos nas rodas de conversa, o método básico de trabalho consiste na leitura coletiva no primeiro momento; continuação da leitura individualmente nas celas; discussão do enredo no segundo encontro; oficina de escrita no encontro da semana seguinte e produção do relatório a ser entregue para remição no último encontro mensal, tendo em vista que o projeto é desenvolvido semanalmente. Os resultados obtidos com esta pesquisa denotam um panorama de educação prisional ainda com fragilidades, contudo, sinalizam para significativo avanço, especialmente se considerarmos o interesse de participação carcerária e o compromisso dos sujeitos envolvidos com as variadas atividades educacionais refletidas no número de adesão ao Projeto de Remição pela Leitura. Finalmente, pretendemos contribuir para a elaboração e a implementação de políticas para a segurança pública e educação em contexto de privação de liberdade no Maranhão.

Palavras-chave: Mediação de leitura e escrita. Educação prisional formal e não formal. Experiências carcerárias. Remição pela Leitura.

ABSTRACT

This research paper analyzes documents that guide the possibility of remission through reading and describes the stages of the process of introducing literary reading experiences to incarcerated individuals at the Complexo Penitenciário São Luís, specifically at the Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 1 (UPSL 1) and the Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 6 (UPSL 6), based on the reading and writing mediation project *Leio, Logo Existo*, which began in March 2023 with fifteen members of UPSL 1 and continued in 2024 with seventeen members of UPSL 6, both of which house the male prison community. This proposal, carried out for the first time for this contingent (males) in the aforementioned space, corroborates and enforces the right to literatures advocated by Cândido (2011), in an attempt to restore the humanization of both the prison community and civil society regarding the serving of sentences. Considering what is fundamental to us as essential to others, the thesis, through participatory research, in addition to carefully reviewing documents on sentence remission through reading, aimed to problematize the impacts of the extension project *Leio, Logo Existo*, analyzing how, in a highly regulated (monitored) space, subjects deprived of their liberty immerse themselves in reading circles and discussions of literary texts and how, in this process, they (re)signify themselves. We believe, therefore, that this research can contribute to the actions of the Projeto de Remissão pela Leitura, which is present in fifty-three prison units in the State of Maranhão. Theoretically, our research is based on literary literacy. We understand that the project promotes reading as a tool for personal, educational, and social development, encouraging participants to experience the enjoyment of reading as a temporary regaining of freedom provided by textual immersion. After consulting the collections of the prison libraries, we selected the works to be used in the project activities. Although there are differences in the selection of works used in both units and diversity in the approach to the texts in the discussion groups, the basic working method consists of collective reading at the outset; followed by individual reading in the cells; discussion of the plot at the second meeting; a writing workshop in the following week's meeting; and production of a report to be submitted for remission at the last monthly meeting, given that the project is developed on a weekly basis. The results obtained from this research show that prison education still has weaknesses, but they also point to significant progress, especially if we consider the interest in prison participation and the commitment of those involved in the various educational activities, as reflected in the number of participants in the *Projeto Remissão pela Leitura*. Finally, we intend to contribute to the development and implementation of policies for public safety and education in the context of imprisonment in Maranhão.

Keywords: Reading and writing mediation. Formal and non-formal prison education. Prison experiences. Remission for reading.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de rota dupla para o Complexo Penitenciário São Luís	23
Figura 2 - Entrega do Prêmio Selo de Gestão Qualitativa em Serviços Penais	54
Figura 3 - Vista da área de estacionamento do Complexo Penitenciário São Luís ...	58
Figura 4 - Farol da Educação Brasilino Miranda, em Bacabal-MA.....	101
Figura 5 - Catatau entregue por B.S.S., interno responsável pela biblioteca	114
Figura 6 - Espaço docente na sala de aula 1 – UPSL 6L.....	127
Figura 7 - Vista externa da Escola localizada na UPSL 1	136
Figura 8 - Vista parcial do jardim na entrada da escola	137
Figura 9 - Vista parcial do prédio administrativo da UPSL 6	142
Figura 10 - Fachada do Centro de Triagem localizado ao lado da UPSL 6	143
Figura 11 - Brasão da polícia penal localizado na parte interna da UPSL 6	144
Figura 12 - Sala de aula 1 – UPSL 6, imagem gerada do espaço docente.....	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - ENCCEJA PPL MA – Exercício 2022	68
Gráfico 2 - ENCCEJA PPL MA - Exercício 2023	70
Gráfico 3 - ENEM PPL MA - Exercício 2022	72
Gráfico 4 - ENEM PPL MA - Exercício 2023	73
Gráfico 5 - PROJETO RPL MA - Exercício 2022.....	79
Gráfico 6 - PROJETO RPL em São Luís - Exercício 2022.....	83
Gráfico 7 - PROJETO RPL MA - Exercício 2023.....	84
Gráfico 8 - Projeto RPL em São Luís – Exercício 2023.....	86
Gráfico 9 - Projeto RPL no Maranhão – Exercício 2023.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Selo de Gestão Qualitativa em Serviços Penais – 2023	53
Quadro 2 - ENCCEJA PPL MA – Exercício 2022.....	68
Quadro 3 - ENCCEJA PPL MA – Exercício 2023.....	69
Quadro 4 - ENCCEJA PPL MA – Exercício 2022 e 2023.....	70
Quadro 5 - ENEM PPL MA – Exercício 2022	71
Quadro 6 - ENEM PPL MA – Exercício 2023	73
Quadro 7 - Projeto Remição pela Leitura – Ciclo 2022.1	79
Quadro 8 - Projeto de Remição pela Leitura – Ciclo 2022.2	79
Quadro 9 - Quantitativo Estadual de Inscritos e Concludentes - 2022.....	79
Quadro 10 - Atividades do Projeto Remição pela Leitura – Ciclo 2022.1 São Luís...80	
Quadro 11 - Atividades do Projeto Remição pela Leitura – Ciclo 2022.2 São Luís...81	
Quadro 12 - Quantitativo de Inscritos e Concludentes em São Luís - 2022.....	83
Quadro 13 - Atividades do Projeto RPL – Ciclo 2023.1 Maranhão.....	83
Quadro 14 - Atividades do Projeto RPL – Ciclo 2023.2 Maranhão.....	84
Quadro 15 - Quantitativo Estadual de Inscritos e Concludentes - 2023	84
Quadro 16 - Atividades do RPL – Ciclo 2023.1 em São Luís	85
Quadro 17 - Atividades do RPL – Ciclo 2023.2 em São Luís	85
Quadro 18 - Quantitativo de Inscritos e Concludentes em São Luís - 2023.....	85
Quadro 19 - Quantitativo de Inscritos e Concludentes no Maranhão - 2023.....	86
Quadro 20 - Participantes do projeto Leio, Logo Existo – primeira formação – UPSL 1	183
Quadro 21 - Participantes do projeto Leio, Logo Existo – UPSL 1	184
Quadro 22 - Participantes do projeto Leio, Logo Existo – UPSL 6	184
Quadro 23 - Escolaridade UPSL 1 e 6	185
Quadro 24 - Reincidência Prisional – UPSL 1	187
Quadro 25 - Reincidência Prisional – UPSL 6.....	188

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
B40	Bonde dos 40
CAAE	Casa de Assistência ao Albergado e Egressos
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPLSP	Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional
COCTS	Centro de Observação Criminológica e Triagem de São Luís
CTC	Comissão Técnica de Classificação
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DPU	Defensoria Pública da União
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENCCEJA	Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ESPEN	Escola Nacional de Serviços Penais
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
G1	Grupo de integrantes do projeto de mediação de leitura na UPSL 1
G6	Grupo de integrantes do projeto de mediação de leitura na UPSL 6
GDS	Geral do Sistema
GEOP	Grupo Especial de Operações Penitenciárias
GMF	Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
IBRAEMA	Instituto Brasileiro de Educação e Meio Ambiente
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IMA	Instituto Maria Auxiliadora
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LEP	Lei de Execução Penal
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
PCM	Primeiro Comando do Maranhão
PDI	Processo Disciplinar Interno

PIAEC	Projeto Intersetorial de Atividades Educacionais Complementares
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PPL	Pessoa Privada de Liberdade
PPGLLIT	Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRSLZ	Penitenciária Regional de São Luís
PU	Portaria Unificada
RPL	Projeto Remição pela Leitura
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SENAPPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UEMANET	Núcleo de Tecnologias para Educação da Universidade Estadual do Maranhão
UNDB	Universidade Dom Bosco
UPFEM	Unidade Prisional de Ressocialização Feminina
UPMAX	Unidade Prisional de Ressocialização de Segurança Máxima
UPSL	Unidade Prisional de Ressocialização São Luís

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 CENSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE LEITURA NO SISTEMA PRISIONAL	26
2 COMPLEXO PENITENCIÁRIO SÃO LUÍS.....	39
3 EDUCAÇÃO PRISIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO	61
3.1 Atuação nos exames nacionais para pessoas privadas de liberdade.....	66
3.1.1 ENCCEJA PPL.....	67
3.1.2 ENEM PPL	71
3.2 Especificidades do Projeto de Remição pela Leitura	74
3.3 Atividades do projeto remição pela leitura no Estado do Maranhão – ciclo 2022	77
3.4 Ações do projeto remição pela leitura no Maranhão – ciclo 2023	83
4 A LEITURA LITERÁRIA NO ESPAÇO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	88
4.1 Processos educativos da leitura em prisões.....	91
4.2 A leitura literária no cárcere como prática social.....	92
4.3 A leitura tem poder transformador?	94
5 PROJETO DE MEDIAÇÃO DE LEITURA <i>LEIO, LOGO EXISTO</i>	99
5.1 Implantação do projeto de mediação de leitura e escrita – UPSL 1	105
5.2 Implantação do projeto de mediação de leitura e escrita – UPSL 6	109
5.3 A escrita do relatório de leitura.....	111
6 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS CARCERÁRIAS	117
6.1 Panorama da UPSL 1	135
6.2 Panorama da UPSL 6	142
6.3 Encontros para a prática de mediação de leitura e escrita na UPSL 1....	147
6.4 Encontros para a prática de mediação de leitura e escrita na UPSL 6....	163
6.5 Perfil dos integrantes do projeto de mediação de leitura e escrita	183
6.6 Posicionamentos que parecem denunciar o crime cometido	193
7 IMPRESSÕES PESSOAIS DE LEITURA	197
7.1 Concepções impactantes	210
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	218

REFERÊNCIAS.....	224
ANEXO 1 – Formulário para elaboração do relatório de leitura	231
ANEXO 2 – Formulário padrão para validação dos relatórios	233
ANEXO 3 – Formulário de listagem de participantes e cômputo de remição	234
ANEXO 4 – Rascunho I de produção escrita do relatório sobre o livro <i>Capitães da Areia</i> – maio de 2023	236
ANEXO 5 – Rascunho II de produção escrita do relatório sobre o livro <i>Capitães da Areia</i> – maio de 2023	239
ANEXO 6 – Rascunho III de produção escrita do relatório sobre o livro <i>Capitães da Areia</i> – maio de 2023	240
ANEXO 7 - Rascunho IV de produção escrita do relatório sobre o livro <i>Capitães da Areia</i> – maio de 2023	242
ANEXO 8 - Rascunho V de produção escrita do relatório sobre o livro <i>Capitães da Areia</i> – maio de 2023	243
ANEXO 9 - Rascunho I de produção escrita do relatório sobre o livro <i>Vidas Secas</i> – junho de 2023.....	244
ANEXO 10 - Rascunho II de produção escrita do relatório sobre o livro <i>Vidas Secas</i> – junho de 2023.....	247
ANEXO 11 – Catatau I entregue por N.C.L., interno participante do projeto <i>Leio, logo existo</i>	249
ANEXO 12 – Catatau II entregue por N.C.L., interno participante do projeto <i>Leio, logo existo</i>	251
ANEXO 13 – Catatau III entregue por N.C.L., interno participante do projeto <i>Leio, logo existo</i>	252
ANEXO 14 – Catatau Poemas entregue por W. L., interno participante do projeto <i>leio, logo existo</i>	258
ANEXO 15 – Catatau I entregue por R.N., interno participante do projeto <i>leio, logo existo</i>	260

ANEXO 16 – Catatau II entregue por R.N., interno participante do projeto <i>leio, logo existo</i>	262
ANEXO 17 – Catatau III entregue por R.N., interno participante do projeto <i>leio, logo existo</i>	264
ANEXO 18 – Rascunho de produção escrita do relatório sobre o livro <i>Dom Casmurro</i> – julho de 2023	266
ANEXO 19 – Rascunho de produção escrita do relatório sobre o livro <i>O Cortiço</i> – agosto de 2023.....	268
ANEXO 20 – Rascunho I de produção escrita do relatório sobre o livro <i>A Cor Púrpura</i> – setembro de 2023.....	269
ANEXO 21 – Rascunho II de produção escrita do relatório sobre o livro <i>A Cor Púrpura</i> – setembro de 2023.....	271
ANEXO 22 – Rascunho I de produção escrita do relatório sobre o livro <i>Prisioneiras</i> – outubro de 2023	274
ANEXO 23 – Rascunho II de produção escrita do relatório sobre o livro <i>Prisioneiras</i> – outubro de 2023	277
ANEXO 24 – Rascunho de produção escrita do relatório sobre o conto <i>O Poço</i> – outubro de 2024	279
ANEXO 25 – Relatório I do filme <i>Parada Inesperada</i> – dezembro de 2024.....	281
ANEXO 26 – Relatório II do filme <i>Parada Inesperada</i> – dezembro de 2024	283




INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre as ações do projeto de mediação de leitura e escrita, *Leio, logo existo* em duas unidades prisionais integrantes do Complexo Penitenciário São Luís, nos anos de 2023 e 2024. Além das atividades do projeto de mediação de leitura e escrita, traçamos um panorama da educação prisional no Estado do Maranhão que, segundo dados de maio de 2024 da Secretaria de Administração Penitenciária, abriga uma população carcerária de dez mil cento e vinte e uma (10.121) pessoas privadas de liberdade, e discorremos sobre o trabalho que vem sendo realizado pela Secretaria de Administração Penitenciária do referido Estado, referente à implantação do Projeto de Remição pela Leitura, previsto na lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011 e instituído no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Maranhão através da Lei nº 10.606, de 30 de junho de 2017 sob a denominação de *Leitura Interativa*, devido a autonomia facultada pela União às Unidades Federativas concernente à atribuição de um nome ao projeto.

Esclarecemos que o projeto de mediação de leitura e escrita *Leio, logo existo* é desenvolvido por Darlene Rodrigues de Freitas, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLLIT) e integrante do Observatório de Leitura da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Tal projeto se encontra inserido na linha de pesquisa *Ensino de Literatura e Letramento Literário*, área de interesse: Leitura, Ensino e Violência, que consiste na ausência e/ou falta de acesso aos direitos humanos básicos no sistema penal ou outros. Essa pesquisa se encontra sob a orientação da Prof^a. Dra. Valéria da Silva Medeiros e coorientação do Prof^o. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo. Optamos por dissertar em primeira pessoa do plural por acreditarmos que essa pesquisa é realizada em conjunto com múltiplos contribuidores, quais sejam supervisores de educação, pedagogas, diretores, professores, pessoal administrativo, policiais penais, agentes penitenciários, orientadores de pesquisa, professores qualificadores e, em especial, os internos das duas unidades de ressocialização¹ prisional que compõem os sujeitos da pesquisa em pauta. Todas as participações são importantes por preencherem uma necessidade em particular. Destacamos a atuação dos servidores administrativos que realizam o mapeamento dos dados que correspondem às inscrições dos internos no Projeto de

¹ O escopo deste trabalho não inclui uma análise teórica do termo ressocialização. Usamos tal vocábulo no sentido de engajamento social através da educação, trabalho e suporte psicológico.



Remição de Leitura, assim como nos exames nacionais. Evidenciamos a parceria do então Supervisor de Educação, Jayron Barbosa Fonseca, por autorizar o compartilhamento desses dados, mediado pela pedagoga Dayana Coêlho, pedagoga da SEAP responsável por todo o setor de educação prisional do Estado.

A pesquisa pormenoriza e problematiza as atividades do Projeto de Mediação de Leitura e Escrita *Leio, Logo Existo*, a partir de leituras literárias, oficinas de escrita para a redação do relatório de leitura exigido pelo programa de remição de pena, rodas de conversa e aplicação de questionários orais com internos das Unidades Prisionais de Ressocialização São Luís – UPSL 1 e UPSL 6, ao longo de 2023 e 2024, respectivamente, previamente inscritos para a participação no projeto. A permissão para a promoção dessas práticas de leitura previamente mencionadas confirma a necessidade universal da literatura defendida por Cândido (2011) como fator indispensável de humanização.

Justificamos a atuação do projeto de mediação de leitura e escrita *Leio, logo existo* por sua relevância em oportunizar o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica aos internos custodiados alfabetizados, a partir da leitura, seguida de discussões, de obras literárias e da produção de relatórios da obra lida, assim contribuindo para a participação ativa do interno no Projeto Remição pela Leitura, o que o beneficiará multiformente, inclusive com a redução penal.

Por outro lado, a motivação de pesquisar o sistema prisional, especialmente no que concerne à remição pela leitura, consiste na realização de um projeto há muito tempo por nós idealizado a fim de contribuir de algum modo para mitigar as variabilidades que envolvem as pessoas marginalizadas, supérfluas, descritas por Czarnowski (1956 apud Bauman, 2005, p. 54) como “indivíduos *déclassés*, de condição social indefinida, considerados redundantes do ponto de vista da produção material e intelectual, e encarando a si mesmos desse modo”. Idealização essa que começou a se concretizar ao tomarmos conhecimento da existência de uma linha de pesquisa a nível de pós-graduação *stricto sensu* voltada para a área de Leitura, Ensino e Violência, oferecida pela Universidade Federal do Norte do Tocantins, que proporcionaria nossa inserção ao universo penal, legitimando a pesquisa através da implantação do projeto de mediação de leitura e escrita *Leio, logo existo*, o que, de fato, aconteceu.




Nesses termos, para a investigação sobre os impactos da efetivação do projeto, com foco no modo de engajamentos dos sujeitos privados de liberdade, concebemos como objetivo geral, do projeto de extensão executado, promover a leitura como ferramenta de crescimento pessoal, educacional e social, incentivando os internos das Unidades Prisionais de Ressocialização 1 e 6, a desenvolver habilidades de leitura e escrita. Objetivamos mais especificamente: o aprimoramento de sua compreensão de mundo; proporcionar a experiência da fruição da leitura como uma reconquista temporária da liberdade; resgatar a dignidade própria e a preparação para uma vida pós aprisionamento mais produtiva, baseada em propósitos ressocializadores de vida profissional, escolar e familiar.

Relevante pontuar que os livros selecionados para a prática de leitura na UPSL 1 pertencem ao acervo da biblioteca da referida unidade prisional. O setor pedagógico disponibilizou uma planilha com um acervo bibliográfico de (805) oitocentos e cinco obras literárias. Sendo que a quantidade de cada exemplar é bem variável, algumas obras chegam ao quantitativo de quarenta e dois exemplares. Assim, de acordo com a planilha fornecida, há o total de (1.373) mil trezentos e setenta e três exemplares disponíveis. Em contrapartida, o acervo da UPSL 6 é extremamente restrito, tornando-se impossível trabalhar com a mesma metodologia aplicada na unidade prisional anterior. Assim, precisamos fazer uma adaptação ao novo contexto e refazer o planejamento, a fim de utilizar contos literários para as práticas de leitura coletiva e individual, rodas de conversa e escrita do relatório pós leitura.

Investigamos ainda, neste trabalho, a atuação do projeto de Remição de Pena pela Leitura, concernente ao quantitativo de participantes nos anos de 2022 e 2023 no Complexo Penitenciário São Luís, localizado no bairro Pedrinhas, em outras quatro unidades prisionais localizadas nos bairros Anil, Monte Castelo, Olho D'Água e na área metropolitana de Paço do Lumiar, no município de São Luís, assim como nas demais unidades prisionais do Estado do Maranhão. Além disso, nesta pesquisa, analisamos o modo como a leitura, e, em específico, a leitura no cárcere é significada no processo de ressocialização do sujeito presidiário, buscando compreender se essa política de estudo ameniza os impactos do aprisionamento.

Nesse sentido, a partir do objetivo geral da pesquisa, qual seja, “investigar documentos sobre a remição de pena pela leitura e os impactos do projeto de extensão *Leio, logo existo*, analisando como, em um espaço bastante regrado (vigilado), os sujeitos em condição de privação de liberdade significam a imersão em




rodas de leitura e de discussão do texto literário e como se (re)significam nesse processo”, elencamos alguns objetivos específicos, assim dispostos: (i) identificar os aspectos legais do Projeto de Remição pela Leitura; (ii) descrever a atuação do Projeto Remição pela Leitura no Maranhão; (iii) especificar as ações do Projeto Remição pela Leitura em 2022 e 2023; (iv) caracterizar a política pública de prática de leitura no cárcere como contribuição significativa ao processo de ressocialização do sujeito aprisionado. Além dos objetivos específicos, algumas perguntas de pesquisa, de igual modo, nortearam este trabalho: Qual é o impacto da educação na vida de um encarcerado? Como um interno do sistema prisional se sente ou se (re)significa ao ler um livro literário? A leitura tem o poder de transformar essas vidas?

A partir dos objetivos e questionamentos anteriormente expostos, recorremos à sede da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, SEAP – MA, especificamente, o órgão de Supervisão de Educação, que nos possibilitou o acesso ao universo prisional do Estado do Maranhão através da pesquisa documental de dados que mostram a inserção dos encarcerados em programas educacionais e frentes de trabalho nacionais e estaduais, entrevistas e, após esse processo inicial de conhecimento do propósito da pesquisa, facultando-nos o acesso ao Complexo Penitenciário São Luís, que abriga onze unidades prisionais específicas para um determinado público carcerário e de onde se originam os dados coletados a partir da realização do Projeto de Mediação de Leitura e Escrita *Leio, logo existo*, implementado nos anos de 2023 e 2024.

As ações do projeto *Leio, logo existo* foram desempenhadas nas dependências do Centro de Ensino João Sobreira de Lima, que possui um anexo em cada unidade prisional. A pedagoga da UPSL 1 selecionou quinze internos dentre os estudantes da educação formal, todos eles cursando etapas diferentes do programa de Educação de Jovens e Adultos. No que se refere ao grupo de trabalho em 2024, constituído de dezessete internos da UPSL 6, não houve seleção. Alguns aceitaram o convite que fizemos durante o horário de aulas na EJA, etapa IV e outros integraram o grupo em virtude de comentários empolgantes de companheiros de cela que já participavam do projeto.


Embora aconteça por motivos diferentes, a atividade de pesquisa científica torna-se indiscutivelmente relevante para os sujeitos envolvidos no processo. O ensino se dá através da prática contínua da pesquisa; a aprendizagem eficaz depende da pesquisa para alcançar um resultado satisfatório; os produtos do conhecimento



ofertados à comunidade ocorrem mediante pesquisa. Através da atividade de pesquisa, a universidade age como intermediadora da educação (Severino, 2017). Portanto, o sucesso das atividades de ensino e aprendizagem está intrinsecamente conectado ao processo da pesquisa científica. Nesse panorama metodológico, este trabalho se fundamenta pela perspectiva das pesquisas qualitativa e quantitativa, com abordagem exploratória na busca por “gerar conhecimento para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 35), mediante revisão bibliográfica à luz dos escritos de autores portadores de vasta experiência na referida área, cujas obras já comprovaram valor literário no cânone do letramento literário. Tais autores fornecem sustentação teórica no diálogo com a leitura no âmbito de privação de liberdade. Os dados apresentados ao longo deste trabalho foram coletados a partir de mapeamentos efetuados pela SEAP para o levantamento da participação carcerária na variedade de projetos e exames oferecidos para a comunidade carcerária, assim como a coleta de dados efetivada nos encontros para as práticas de leitura, que envolvem as rodas de conversa, quando os integrantes do projeto discorrem sobre seus pontos de vista acerca da narrativa em pauta, contribuem com o conhecimento prévio e respondem os questionários de forma oral, sem registro escrito, no lócus da pesquisa – Complexo Penitenciário São Luís, em Pedrinhas - MA.

Em consonância com os estudos de teóricos de metodologia científica, compreendemos que a modalidade de pesquisa participante se adequa ao trabalho desempenhado com a comunidade carcerária, em razão da inserção do pesquisador no grupo investigado. Nesse caso, como pesquisadoras, participávamos ativamente da roda de conversa como mediadoras. Esse envolvimento do pesquisador o transforma em agente no processo de estudo do objeto pesquisado. O ponto de convergência se encontra intrinsecamente ligado ao fato de que “a pesquisa participante tem como propósito fundamental a emancipação das pessoas ou das comunidades que a realizam” e se origina “na ação educativa” (Gil, 2017, p. 40), coadunando-se com a nossa proposta de fomentar, através da leitura, o processo de desenvolvimento de consciência crítica das pessoas privadas de liberdade para facilitar a sua inserção em processos de integração ou reintegração social.

Ao longo dos encontros com os apenados, os registros são realizados, em sua maioria, por meio de técnicas de pesquisa como observação participante, histórias de vida e diário de campo (VÍCTORA, 2000). Pouquíssimas vezes foram feitas anotações



durante as ações do projeto em suas etapas de desenvolvimento, em virtude de evitar constrangimento, visto a especificidade do objeto pesquisado e por compreendermos que a relevância da ética precisa ser considerada ainda que a prática da observação tenha sido consentida pelos sujeitos da pesquisa. Como não são permitidos dispositivos tecnológicos nos presídios, os registros foram feitos em momentos pós-encontros, a partir da técnica de memorização.

Concernente à identificação dos integrantes do projeto, em conversa com a assessoria jurídica do sistema prisional, foi-nos informado que o uso de iniciais é a forma legal mais usual de identificar os sujeitos da pesquisa, em coerência com a redação dada pela Lei nº 11.690, de 2008, art. 201, parágrafo 6º, assim disposto:

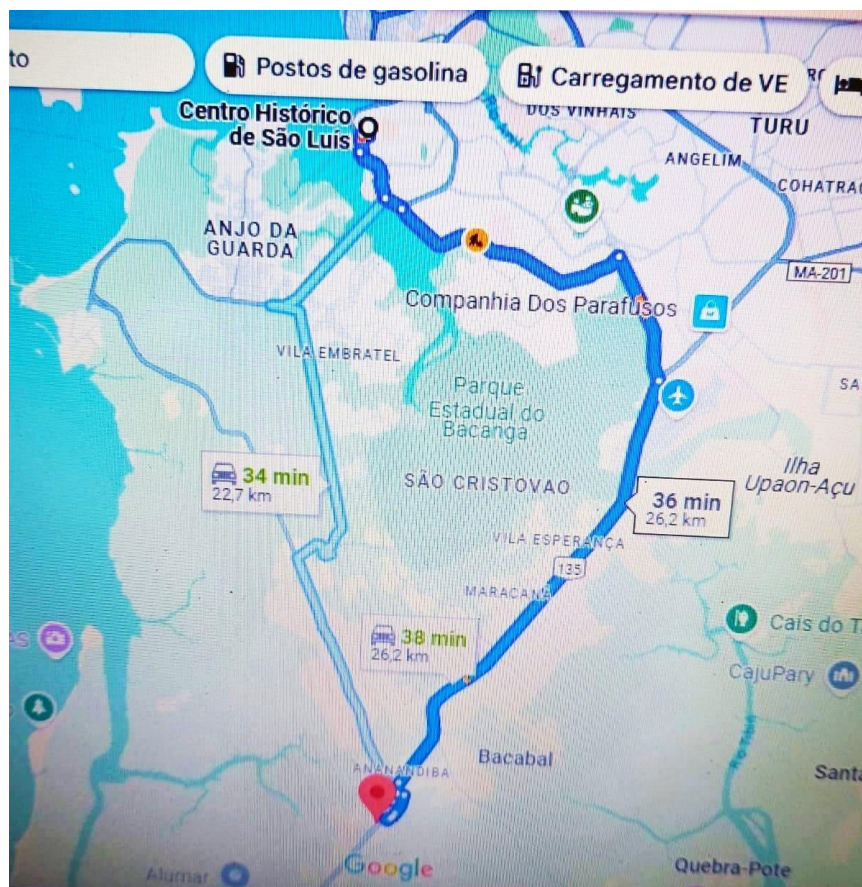
O juiz tomará as providências necessárias à preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem do ofendido, podendo, inclusive, determinar o segredo de justiça, em relação aos dados, depoimentos e outras informações constantes dos autos a seu respeito para evitar sua exposição aos meios de comunicação.

Em conformidade com essa percepção, esse trabalho se constitui de sete capítulos, sendo que o primeiro capítulo – Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional (CNPLSP) – mostraremos que no rol de objetivos da pesquisa censitária permeiam aqueles que consistem em consolidar informações e sistematizar conhecimentos junto aos órgãos de gestão e estabelecimentos penais dos sistemas prisionais das unidades da federação e do Sistema Penitenciário Federal, no que tange à relevância do “acesso ao direito de leitura e os impactos deste, englobando, portanto, estruturas, recursos, práticas, relações interinstitucionais e com a sociedade, além das repercussões para os usuários” (CNPLSP, 2023, p. 29). A criação do Censo Nacional de Práticas de Leitura é extremamente importante no sentido de universalizar critérios coerentes para o acesso às possibilidades de práticas e projetos de leitura, tendo em vista que a garantia de remição pela leitura não é efetivada de forma igualitária no sistema prisional brasileiro, ou seja, nem todos os presídios garantem o direito à leitura, assegurado por lei federal, provavelmente, em razão do acesso a esse direito adquirido ocorrer de modo parcial e particularizado, sem uniformidade que abranja o sistema prisional brasileiro como um todo.

O segundo capítulo – Complexo Penitenciário São Luís – apresentará o modo como a antiga penitenciária de Pedrinhas foi sendo historicizada ao longo do tempo,

dando-nos a oportunidade de refletir sobre o imaginário social de Pedrinhas² há dez anos, período no qual foi considerada a pior penitenciária do Brasil, devido à barbárie instaurada no presídio, responsável por uma série de chacinas e decapitações, resultado de superlotação, precariedade das unidades prisionais, violência física, guerra entre facções dentro do presídio. Felizmente, o imaginário social vem sendo remodelado a partir das mudanças que vêm acontecendo em todos os segmentos que compõem o Complexo Penitenciário São Luís, localizado em Pedrinhas, conforme o mapa a seguir, que ilustra o trajeto com partida do centro histórico da cidade e chegada ao Complexo Penitenciário São Luís.


Figura 1 - Mapa de rota dupla para o Complexo Penitenciário São Luís



Fonte: Google Maps.

O terceiro capítulo – Educação Prisional no Estado do Maranhão – (dividido em quatro subcapítulos) discorrerá sobre as ações de educação formal e não formal no

² Muitos maranhenses usam o vocábulo Pedrinhas para se referir à penitenciária. “Fulano de Tal foi levado para Pedrinhas” era o suficiente para a compreensão de que a pessoa havia sido presa. O nome da localidade se funde e se confunde com o presídio propriamente dito, como se os dois fossem a mesma coisa.




Estado, mas, especialmente no Complexo Penitenciário São Luís; a atuação do Maranhão no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos e Exame Nacional do Ensino Médio, ambos para pessoas privadas de liberdade; as particularidades do Projeto Remição pela Leitura, bem como os dados quantitativos de participação carcerária em 2022 e 2023.

A quarta parte deste trabalho – A Leitura Literária no Espaço de Privação de Liberdade – (dividido em três subcapítulos) apresenta os processos educativos da leitura em prisão que, se inserida de forma planejada, pode proporcionar um resgate à humanização; a leitura literária no cárcere como ferramenta poderosa para promover a integração ou reintegração social; concluindo o capítulo com um questionamento acerca do poder transformador da leitura, que será respondido por sujeitos envolvidos na temática, quer sejam teóricos, mediadores de leitura ou integrantes de práticas literárias. Braff (2021) menciona que o leitor tem vantagem sobre o não leitor, em virtude de possuir uma noção de mundo, o conhecimento de outros países através da leitura, além de proporcionar o conhecimento do outro, o conhecimento da sociedade.

O quinto capítulo – Projeto de Mediação de Leitura *Leio, Logo Existo* – compreende toda a implementação do projeto de mediação de leitura e escrita em duas unidades prisionais do Complexo Penitenciário São Luís, incluindo as obras literárias trabalhadas, a escrita dos relatórios que são validados ou não, após a leitura cuidadosa de avaliadores contratados pela Secretaria de Administração Penitenciária, assim como os desafios enfrentados para a realização dessa prática que envolve leitura, roda de conversa e escrita, realizada semanalmente.

Registramos as “Impressões Pessoais de Leitura” no sexto capítulo, a fim de relatar parte do que acontece nas rodas de conversa ao comentarem sobre as obras lidas. Embora não tenhamos ferramentas disponíveis para a gravação da participação dos leitores durante a mediação de leitura, e por entendermos que não é de bom tom fazer anotações durante a conversa, as impressões mais significativas ficam na memória para registro posterior. Dessa forma, levamos em consideração o fato da disponibilidade e confiabilidade da parte dos internos em contar suas histórias de vida por encontrarem algo raro em um ambiente de confinamento, alguém disposto a ouvir com interesse e sem pré-julgamento.

O sétimo capítulo – Relatos de Experiências Carcerárias – (dividido em sete subcapítulos), compreende o momento em que eles se sentem tocados pelo enredo da obra que está sendo lida e não seguram a emoção, que os impulsiona a falar de



sua própria história, a abrir o coração sem se importar com o julgamento do ouvinte. Talvez façam isso para aliviar a própria solidão sentida apesar da companhia de onze pessoas, no mínimo, que dividem uma cela de seis metros quadrados. Os relatos dos internos marcam o ápice desta pesquisa por oferecerem uma visão única e intensa da realidade vivida, revelando aspectos como precariedade no estilo de vida, violência doméstica, exclusão social, desesperança e transformação pessoal, causando um impacto no leitor, que poderá sentir repulsa, consternação, revolta ou outras emoções semelhantes ou antagônicas, entretanto, não ficará impassível diante de tais relatos. Seguimos traçando um panorama das duas unidades prisionais nas quais implantamos o projeto de mediação de leitura e escrita, concernente aos cursos oferecidos através da educação formal e não formal³, quantitativo da população carcerária, oferta da frente de trabalho, dentre outras particularidades; informamos as atividades de prática de leitura e escrita desenvolvidas nos encontros semanais; delineamos o perfil dos integrantes do projeto através de dados como escolaridade, idade, tempo de reclusão até o momento inicial de participação no projeto; registramos alguns posicionamentos, durante a roda de conversa, que parecem denunciar a prática do delito pelo qual estão sendo punidos com o aprisionamento, e concluiremos o capítulo com a apresentação de algumas percepções individuais sobre o impacto da educação na vida de um encarcerado.

Tendo em perspectiva que esta pesquisa tematiza questões relevantes para a compreensão dos processos que permeiam as práticas sociais educativas no sistema prisional do Estado do Maranhão, iniciaremos o percurso que permeia as ações em prol de melhorias do sistema prisional brasileiro, informações importantes sobre o Censo Nacional de Práticas de Leitura do Sistema Prisional – PNPLSP, que interessam a todos os envolvidos neste processo.

³ Educação formal se refere ao ensino cujo conteúdo segue diretrizes definidas por legislações específicas, enquanto educação não formal consiste em atividades direcionadas para a educação, capacitação profissional, esporte e/ou cultura, objetivando a inclusão social.



1 CENSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE LEITURA NO SISTEMA PRISIONAL

O Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional (CNPLSP) é uma iniciativa coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça, que consiste em um trabalho de pesquisa realizada nos espaços de privação de liberdade nos âmbitos quantitativo e qualitativo, cujo principal objetivo reside em “mapear e qualificar informações sobre a situação nas unidades prisionais com relação ao acesso e à promoção da leitura” (Brasil, p. 24, 2024).

Além da exposição do percurso das iniciativas, assim como as normativas institucionais dedicadas ao incentivo de projetos de leitura no sistema prisional e métodos de coleta de dados concernentes às etapas quantitativa e qualitativa, seguida da análise desses dados obtidos por meio dos formulários respondidos pelos gestores das unidades penitenciárias, o Censo Nacional de Práticas de Leitura abrange uma série de dados que reúne resultados das pesquisas quantitativa e qualitativa, através de análises que demonstram um mapeamento organizado no banco de dados a nível nacional, estruturado a partir da seleção das variáveis mais relevantes obtidas nos instrumentos de pesquisa aplicados.

A conclusão dessas etapas legitima as recomendações para a implementação de uma política nacional de fomento às atividades de leitura no sistema penitenciário. Desse modo, segundo o Censo em pauta, tanto o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN quanto o Conselho Nacional de Justiça - CNJ tomaram a frente nas decisões no sentido de universalizar o direito às ações de leitura, concomitantemente ao direito de remição da pena pela leitura, evidenciando a disposição, a compreensão, a sensibilização e o compromisso, práticas indispensáveis à construção e à consolidação do Plano Nacional de Fomento à Leitura.

A realização desse censo é de extrema relevância para a implementação do Plano Nacional de Fomento à Leitura em ambientes prisionais, visto que é necessário tomar conhecimento da estrutura nos espaços de privação de liberdade, no que concerne à organização de acervos, planejando estratégias de atualização, diversificação e ampliação; o aperfeiçoamento das práticas de fomento e qualificação da leitura, bem como a generalização do acesso, com critérios de acessibilidade, em uma perspectiva de integração com as demais práticas sociais educativas existentes

tanto em estabelecimentos penais quanto em unidades socioeducativas, pois são esses os três pilares comuns para a implantação do plano de práticas de leitura.

O censo de práticas de leitura foi realizado pela primeira vez em âmbito nacional, no período de agosto de 2021 e março de 2023 e integra o programa Fazendo Justiça, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, uma ação inédita coordenada pelo CNJ, que faz um levantamento de sujeitos, práticas, mecanismos e desafios ligados ao acesso à leitura em estabelecimentos prisionais no Brasil. Restringiremo-nos a comentar os capítulos 5 e 6 que, em consonância com o sumário do documento, discorrem sobre a Análise de Dados do Sistema Prisional e Recomendações para a Estruturação do Plano Nacional de Leitura, respectivamente.

A equipe elaboradora da pesquisa estabeleceu 5 blocos temáticos nos questionários aplicados em mil trezentas e quarenta e sete (1.347) unidades estaduais do sistema prisional participantes da pesquisa, a saber: Bloco I – Identificação das Unidades; Bloco II – Módulo de Educação; Bloco III – Biblioteca/Sala de Leitura; Bloco IV – Práticas sociais educativas de acesso e fomento à leitura; Bloco V – Remição da Pena pela Leitura.

Detalharemos a seguir, os dados do Estado do Maranhão, apresentados ao Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional:⁴

No Bloco I, o Maranhão declarou ter, no período do censo, trezentas e noventa e três (393) PPL do sexo feminino em 3 estabelecimentos penais e onze mil trezentas e quarenta e seis (11.346) do sexo masculino em 50 estabelecimentos prisionais, totalizando onze mil oitocentas e setenta e seis (11.876) PPL. Desse total, 2,2% são amarelos; 10,0% são brancos; 0,3% são indígenas; 55,2% são pardos; 26,4% são pretos e 5,9% não foram informados.

Quanto às PPL com deficiência, há 173 (1,5%) PPL com deficiência física; 25 (0,2%) com deficiência auditiva; 61 (0,5%) com deficiência visual e 214 (1,8%) com deficiência mental.

Em relação à existência de estabelecimentos prisionais destinados aos diferentes tipos de regime de cumprimento de pena, o Maranhão tem o percentual de

⁴ O Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional, sob a sigla CNPLSP, pode ser encontrado no endereço eletrônico <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/12/censo-leitura-prisional.pdf>.




64% de unidades destinadas a diversos tipos de regime; 17,0% de unidades destinadas somente ao cumprimento de pena em regime fechado; 3,8% de unidades destinadas somente ao cumprimento de pena em regime semiaberto; 11,3% de outras unidades não inquiridas no censo. Este Estado não possui nenhuma unidade destinada somente à medida de segurança de internação, nenhuma unidade destinada somente ao monitoramento eletrônico, nenhuma unidade destinada somente ao cumprimento de pena em regime aberto ou de limitação de fim de semana, e não possui nenhuma unidade destinada somente à realização de exames gerais e criminológicos.

No que se refere ao modelo de gestão nos 53 estabelecimentos penais do Estado do Maranhão, 42 (79,2%) têm gestão pública; apenas 1 (1,9%) estabelecimento prisional tem cogestão; 7 (13,2%) são geridos por organizações sem fins lucrativos, e 3 (5,7%) deles têm participação público privada.

No Bloco II, que diz respeito ao Módulo de Educação, este Estado oferece atividades educacionais como alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, curso técnico profissionalizante e atividades educacionais complementares para ambos os gêneros, feminino e masculino nos modelos de gestão pública, cogestão, participação público privado e organização sem fins lucrativos.

No Bloco III, referente a bibliotecas e/ou espaços de leitura e acervo bibliográfico, o Maranhão não possui bibliotecas bem estruturadas e espaços de leitura em todas as 53 unidades prisionais, contudo, possui bibliotecas em todas elas. Algumas possuem um acervo maior, são mais organizadas, porém, há uma biblioteca, ainda que simples, em cada estabelecimento penal do Estado. Quanto ao número e percentual de 33 estabelecimentos, os únicos respondentes, nos quais as pessoas privadas de liberdade atuam na manutenção e organização do acervo da biblioteca, em 6 (18,2%) bibliotecas desses ambientes prisionais, não há envolvimento; em 27 (81,8%) deles, há envolvimento, isto é, as PPL participam das atividades de controle de entrega e recebimento de livros, bem como as demais tarefas características de uma biblioteca.

No que concerne ao percentual de estabelecimentos que apresentam restrições quanto ao conteúdo do acervo bibliográfico, o Maranhão apresenta 36% de restrição. A natureza das restrições se refere à violência/apologia ao crime, pornografia, impróprios, apologia às drogas, apologia à discriminação, jurídicos, capa



dura, política, religiosos, didáticos/técnicos, quadrinhos, arquitetura e engenharia, armazenamento e fabricação bélica, jornais e revistas recentes, desatualizados (leis, gramática etc.), temática depressiva, enciclopédias, times de futebol, poesia. Explicitamos que as respostas registradas com maior incidência pelas unidades respondentes foram agrupadas em categorias, ou seja, foram aqui dispostas em conformidade com a frequência de restrição. Causa-nos no mínimo estranheza encontrar “poesia” na lista de restrições de leitura. Lamentavelmente, os estabelecimentos prisionais não justificaram as respostas dadas, em virtude de ter sido questionado apenas se havia restrições de leitura em relação às obras existentes no acervo bibliográfico e que tipo de conteúdo era restringido. Não foi solicitada justificativa para a resposta dada. Desse modo, cento e oitenta e nove (189) estabelecimentos penais mencionaram obras que apresentam conteúdo violento ou que fazem apologia ao crime, caracterizando esse conteúdo como o primeiro na lista de restrições. Felizmente, apenas um estabelecimento prisional mencionou “poesia” como restrição. Não compreendemos a razão, no entanto, queremos acreditar que o respondente tenha acrescentado esse conteúdo à lista restritiva simplesmente por motivos pessoais ou mesmo por engano, falta de atenção, visto que é difícil crer em um consenso para considerar poesia como um conteúdo censurado. A equipe redatora do CNPLSP discorda da restrição ao conteúdo do acervo bibliográfico e cita o Art. 5º da Resolução CNJ nº 391/21:

Terão direito à remição de pena pela leitura as pessoas privadas de liberdade que comprovarem a leitura de qualquer obra literária, independentemente de participação em projetos ou de lista prévia de títulos autorizados, considerando-se que:

I – a atividade de leitura terá caráter voluntário e será realizada com as obras literárias constantes no acervo bibliográfico da biblioteca da unidade de privação de liberdade;

II – o acervo bibliográfico poderá ser renovado por meio de doações de visitantes ou organizações da sociedade civil, **sendo vedada toda e qualquer censura a obras literárias, religiosas, filosóficas ou científicas, nos termos dos art. 5º, IX¹, e 220, § 2, da Constituição Federal.**

Os analistas do censo observaram que a pergunta relativa à média de obras, de acordo com a população carcerária existente, não foi respondida pela totalidade, isto é, as oitocentas e vinte e sete (827) unidades penais que afirmaram ter biblioteca. Apenas seiscentas e cinquenta e oito (658) responderam à pergunta sobre o número de obras contidas no acervo. Desse modo, a abordagem da média de obras existentes no acervo bibliográfico referente à população carcerária em cada Estado da

Federação se restringe a, no máximo, 3,8. No Maranhão, a média ficou em 2,3 livros por pessoa.

No Bloco IV, o censo esquadrinha as práticas e projetos de leitura identificados no sistema prisional. Entre os mil trezentos e quarenta e sete (1.347) estabelecimentos penais participantes da pesquisa, apenas setecentos e trinta e sete (737) respondentes declararam a existência de projetos de leitura. Em porcentagem, esse número equivale a 57%. No Maranhão, quarenta e sete (47) (88,7%) estabelecimentos realizam a prática de projetos de leitura, enquanto seis (6), isto é, (11,3%) deles não contam com esse tipo de projeto.

Em relação à pergunta sobre as modalidades de práticas e projetos de leitura, não conseguimos compreender como 610 (45,3%) responderam não possuir práticas ou projetos de leitura e na pergunta seguinte sobre as modalidades das tais práticas e projetos existentes nas unidades prisionais, os 1.347 estabelecimentos penais indicaram as modalidades utilizadas. A leitura individual foi apontada por 613 unidades prisionais, equivalente a 46%; leitura e produção de resenhas, avaliações e fichas de leitura – 548 (41%); leituras compartilhadas entre pessoas presas – 142 (11%); clubes de leitura ou rodas de leitura – 120 (9%); leitura ou outras expressões/produções artísticas, como: teatro, poesia, rap, desenho etc. – 113 (8%); aulas sobre obras literárias – 109 (8%); leituras compartilhadas com mediador – 107 (8%); oficinas literárias – 71 (5%).

Dentre as 737 unidades prisionais que declararam a existência de práticas e projetos de leitura, 351 (47,6%) respondentes afirmaram adotar critérios para a participação das PPL, enquanto 386 (52,4%) não adotam os critérios que listaremos a seguir: manifestação de interesse – 286 (81,5%); comportamento, o que equivale a prática ou não de falta disciplinar, por exemplo – 203 (57,8%); escolaridade – 193 (55,0%); tempo de pena – 71 (20,2%); tipologia criminal – 24 (6,8%); outros – 24 (6,8%); integrante ou não de grupos criminais – 22 (6,8%); idade – 9 (2,6%); identidade de gênero – 4 (1,1%).

Concernente aos critérios adotados por alguns estabelecimentos criminais, a equipe técnica responsável pelo Censo de Práticas de Leitura se posiciona a favor da manifestação de interesse por parte das PPL, no entanto, posiciona-se de forma contrária em relação aos demais critérios, tendo em vista que as restrições são propiciadoras de exclusões, constituindo-se em barreiras efetivas para uma eventual universalização do acesso à leitura, um direito de todos. Transcrevemos a seguir, uma

entrevista realizada pela equipe técnica do censo com a diretora do presídio feminino Nilza da Silva Santos, em Campos dos Goytacazes, RJ.

Entrevistada: Então, aqui a gente possui uma biblioteca que elas têm acesso diariamente, tem uma interna que faxina, que é responsável por tomar conta dos livros, fazer o controle, as trocas. A biblioteca se deu no início aqui da unidade já tem bastante tempo. Foi até com uma solicitação muito grande delas e com parceria com algumas pessoas aqui que faziam trabalhos, religiosos, trabalhos voluntários. Então ela se iniciou e hoje atualmente nós temos a biblioteca funcionando em tempo integral, com uma interna responsável e o acesso é ilimitado.

[...]

Então o requisito primordial é interesse a interna demonstrando interesse, sabendo ler, a gente já faz a listagem das pessoas que querem e comunica a interna responsável. Ela vai até essas internas que estão interessadas, mostra a quantidade, os livros que têm e elas fazem a opção delas. Então assim o requisito primordial é o querer. A gente não restringe nem por falta disciplinar. E até com quem está, por exemplo, cumprindo sanção disciplinar pode fazer.


[...]

Então a gente tem a biblioteca e a gente tem um refeitório onde são realizadas avaliações. Elas praticam mais dentro da cela mesmo a leitura (CNPLSP 2023, p. 135).

Tal entrevista evidencia o nível de valorização da manifestação de interesse das pessoas privadas de liberdade. Como contrapartida, o acervo bibliotecário precisa contemplar diferentes níveis de abordagens, com o intuito de alcançar as distintas fases do ensino e aprendizagem. Desse modo, o acervo pode contribuir com a formação intelectual, sociocultural e literária do interno-leitor, se este for contemplado com obras literárias que abordem temáticas diversas e atuais como a violência nos diferentes aspectos, incluindo a familiar e de gênero, assim como o racismo estrutural.

A pergunta seguinte se refere aos principais objetivos das práticas e projetos de leitura elencados pelas unidades prisionais. Como já era esperado, o primeiro objetivo elencado pelas respondentes é remição da pena – 611 (82,9%); universalização do direito de acesso à leitura – 488 (66%); ocupação do tempo das pessoas em privação de liberdade – 483 (65,5%); promoção da cidadania – 474 (64,3%); contribuir para a continuidade do processo de educação formal – 459 (62,3%); preparação para a vida extramuros – 448 (60,8%); promoção da autonomia, autoestima e pensamento crítico – 445 (60,4%); desenvolvimento da criatividade – 372 (50,5%); interação social com seus pares – 315 (42,7%); produção literária e artística – 260 (35,3%).

A garantia do direito à remição de pena, em quase a totalidade dos casos, é a única motivação para o acesso à prática e projetos de leitura, contudo, a ação da




leitura vai conquistando o leitor lentamente, e quando se apercebe, já se encontra envolvido por uma teia de enredos e personagens, a exemplo da entrevistada pela equipe técnica do censo, que cumpre sentença penal na Penitenciária de Santana, São Paulo.

Entrevistada: O impacto é muito forte, antes eu pensava que a remição era o objetivo, mas, hoje, durante esses sete anos que estou aqui, tudo tem um propósito, acaba se tratando dentro de um livro. Melhorou em ser uma mãe melhor. Crescemos e amadurecemos, ajuda a conviver com as pessoas e ser uma pessoa cada dia melhor. O principal não é quem está do lado, mas, somos nós mesmos. Com o tempo deixou o pensamento da remição de lado e passou a se identificar com os livros. O livro hoje é meu melhor amigo.

No ato de conferência de cálculos por Unidades da Federação, o Maranhão tem o total de sessenta e nove (69) práticas e projetos de leitura, dez mil trezentos e vinte e nove (10.329) livros envolvidos, três mil novecentos e cinco (3.905) leitores, perfazendo uma média de 2,6 livros por leitores.

O Bloco V, que versa sobre a Remição da Pena, apresenta o quantitativo de cento e cinquenta e um (151) estabelecimentos prisionais nacionais, que não garantem o direito à remição da pena pela leitura, equivalente ao percentual de 20%. O total de quinhentos e oitenta e seis (586), que equivale a 80% dos estabelecimentos, garantem esse direito legal. Embora o percentual de unidades garantidoras do direito de remição de pena seja expressivo, o fato de 20% não garantirem esse direito, sendo que cento e quarenta e três (143) unidades entre as cento e cinquenta e um (151) que não garantem o direito, são de modelo de gestão pública, causa no mínimo, estranheza, pois isso significa que a LEP, complementada pela Resolução nº 391 do Conselho Nacional de Justiça não está sendo devidamente executada, causando inconsistências nas políticas que asseguram direitos às PPL. Explicitamos que esses quantitativos somados, dizem respeito ao universo de setecentas e trinta e sete (737) unidades penais respondentes.

As desigualdades nas atividades de práticas e projetos de leitura percebidas a partir do Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional refletem não apenas as peculiaridades regionais, mas, exibem uma necessidade de políticas públicas que invoquem as universidades para firmar parcerias com os estabelecimentos prisionais. Por sua vez, o sistema penal precisa capacitar seus servidores, conscientizando-os das benesses que podem ser proporcionadas pelas práticas de leitura na vida de um sujeito que não foi contemplado com a oportunidade



de sentar-se em um banco de escola, bem alimentado, emocionalmente equilibrado, acompanhado por uma família sustentada por um trabalho legitimado e que possui moradia própria.


Se houvesse uma política penal no sentido de universalizar práticas e projetos de leitura em todo o âmbito penitenciário nacional, baseados em um trabalho de conscientização acerca da relevância que consiste na inserção das PPL nas atividades de leitura, além da garantia do direito à remição, teríamos índices mais substanciais e, principalmente, possibilidades mais consistentes de reinserção na sociedade.

O capítulo 6 do CNPLSP discorre sobre as Recomendações para a Estruturação do Plano Nacional de Leitura. De início, a literatura é apresentada como direito fundamental que, sob a ótica de Cândido (2011), disserta sobre a construção de uma política nacional de universalização do direito à leitura no sistema prisional, sendo que as produções literárias, quer sejam poéticas, ficcionais ou dramáticas, quando conferenciam com a passionalidade da PPL, “acionam aspectos substanciais dos processos de humanização largamente vilipendiados pelas dinâmicas e gramáticas violentas e degradantes que caracterizam a pena privativa de liberdade nas suas diferentes modalidades” (CNPLSP, 2023, p. 150).

O segundo tópico desse capítulo trata da universalização e da democratização do direito ao livro e à leitura nos espaços de restrição e privação de liberdade através da ampliação do debate interinstitucional, buscando envolver a sociedade do lado de fora dos muros prisionais, sobre a relevância do direito à leitura e as possibilidades que esse direito pode proporcionar ao público confinado; defende a necessidade de criar estratégias, metodologias e fluxos de referência que sejam capazes de disseminar as práticas e projetos de leitura nos ambientes do sistema prisional.

O tópico seguinte versa sobre as concepções que permeiam as práticas de leitura, isto é, induz à reflexão quanto às atitudes e práticas que envolvem a formação do leitor; a composição de acervos diversificados com multiplicidade de temas, ideias e gêneros literários com variedade de linguagens; as diversas práticas de leitura, que podem ser individuais ou compartilhadas em rodas de conversa, clubes de leitura, oficinas de leitura e de escrita, associadas à educação formal ou se constituindo como atividades de educação informal.

Incluso no capítulo 6, lemos o tópico sobre a importância da transversalidade como mecanismo de gestão das políticas para fomento do direito ao livro e à leitura.




Assim, explicitam que a transversalidade age como ferramenta eficaz, servindo para atravessar variadas ações, práticas e instâncias, ampliando a comunicação entre grupos distintos. Sendo assim, uma das principais iniciativas para garantir a transversalidade consiste na instituição de um comitê gestor nacional, que envolva responsabilidades das esferas federal, estadual e municipal.

A fim de que essa política nacional de leitura seja exitosa nos ambientes prisionais, é extremamente necessário o envolvimento e compromisso das três esferas do governo, entretanto, demanda a participação ativa da sociedade civil, das pessoas privadas de liberdade, juntamente com seus familiares.

O Comitê Gestor Nacional proposto seria composto de:


- Conselho Nacional de Justiça, através do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas;
- Ministério da Justiça e Segurança Pública através da Secretaria Nacional de Políticas Penais;
- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
- Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Formação do Livro e Leitura;
- Ministério da Educação;
- Representante do Sistema Nacional de Bibliotecas;
- Representante do Ministério Público, indicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público;
- Representante da Defensoria Pública;
- Representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
- Representante dos Conselhos da Comunidade;
- Representante dos Coletivos de Familiares e Pessoas Privadas de Liberdade;
- Representante de Associações de Pessoas Egressas;
- Representante das Instituições de Ensino Superior e dos Institutos Federais;
- Representante de Movimentos Sociais ligados à Defesa dos Direitos Humanos.

Nessa via, apresentaremos resumidamente, as ações recomendadas pelo CNPLSP, para fortalecer as estruturas normativas e organizacionais dos órgãos gestores da política nacional de fomento à leitura, contemplando todos os segmentos



que compõem o sistema prisional. São competências das gestões penitenciárias dos Estados:

- Criar setores, gerências e departamentos responsáveis pela efetivação e universalização das práticas e projetos de leitura, junto ao organograma das gestões penitenciárias estaduais;
- Criar conselhos consultivos permanentes voltados à escolha de títulos que possam ser adquiridos e doados às unidades prisionais, vedando-se a censura, especialmente com a participação dos conselhos da comunidade, com instituições de ensino superior, com coletivos de PPL e de familiares;
- Fomentar com as gestões penitenciárias estaduais, normativas e mecanismos de sistematização e gerenciamento das atividades de leitura voltados a aprimorar os processos de reconhecimento – administrativo e judicial, das práticas socioeducativas, sobretudo, aquelas que envolvam a leitura;
- Contribuir para a implantação do Plano Nacional de Fomento à Leitura nos estabelecimentos prisionais, por intermédio do seu desdobramento em âmbito estadual, os quais devem ser pactuados amplamente com a rede de cooperação intersetorial que reunirá organismos e atores envolvidos com a temática;
- Promover atividades de caráter permanente envolvendo instituição, comunidade, PPL e familiares, considerando as especificidades e características dos estabelecimentos prisionais por gênero e tipo de regime prisional;
- Monitorar, registrar e avaliar o desenvolvimento das práticas e projetos de leitura, instituídas nos estabelecimentos prisionais de seus respectivos Estados;
- Promover reuniões técnicas de rotina para acompanhamento e avaliação das ações com todos os atores envolvidos;
- Mobilizar, orientar e/ou produzir, com os profissionais das unidades, projetos político-pedagógicos, contribuindo com a efetiva execução das atividades previstas;
- Articular com as Secretarias Estaduais de Educação, a garantia de que as unidades prisionais se beneficiem com o PNLD, recebendo obras didáticas e literárias em suas unidades;


- 
- Articular com o Executivo Municipal e os Equipamentos Públicos Municipais, atividades voltadas ao livro e à leitura, destinadas às pessoas que cumprem pena em regime aberto, pessoas egressas e seus familiares.

As recomendações referentes às bibliotecas, ou espaços de leitura e acervo bibliográfico consistem em:

- Fomentar programas articulados;
- Buscar recursos e parcerias;
- Fortalecer e ampliar as bibliotecas e espaços de leitura já existentes;
- Garantir a multiplicidade do acervo;
- Garantir diversidade de gêneros textuais;
- Considerar distintos processos de alfabetização e de letramento;
- Contratação de profissional especializado para o trabalho na biblioteca;
- Considerar toda e qualquer obra literária disponível no acervo bibliográfico;
- Priorizar a escolha dos leitores na seleção das obras;
- Realizar avaliação periódica;
- Acervo deve conter obras de diferentes níveis de complexidade;
- Promover a aquisição e doação de obras literárias;
- Promover o envolvimento da comunidade e dos familiares das pessoas privadas de liberdade.

Concernente às práticas e projetos de leitura e à formação de mediadores, as orientações recomendadas são:

- Promover a valorização das atividades de leitura;
- Articular processos de formação continuada de mediadores de leitura com a ESPEN;
- Articular a inclusão das atividades de educação não formal nos projetos pedagógicos e de escolarização junto às Secretarias Estaduais de Educação;
- Integrar as atividades de leitura às rotinas da unidade prisional;
- Incentivar as PPL a atuarem como monitoras ou mediadoras das práticas ou projetos de leitura;
- Estimular práticas de leitura coletivas, mediadas por profissional especializado (professor, bibliotecário ou mediador de leitura);

- 
- Incentivar práticas de escrita aliadas às práticas de leitura;
 - Promover o contato de autores com leitores por meio de oficinas literárias ou outras modalidades de expressão artística;
 - Firmar termos de cooperação entre as administrações estaduais e as organizações da sociedade civil, como ONGs, Universidades, dentre outras.

Quanto à democratização do acesso ao livro e à leitura por todas as pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos prisionais, independentemente do regime de privação de liberdade ou regime disciplinar em que se encontrem, o CNPLSP orienta:

- A universalização e divulgação das práticas e projetos de leitura;
- A criação de mecanismos e estratégias de circulação do acervo;
- Implementação de políticas específicas para pessoas monitoradas eletronicamente e para pré-egressos.

Após as recomendações efetuadas, a equipe do CNPLSP cria uma agenda voltada à promoção e divulgação das normativas e iniciativas existentes voltadas à construção de uma política nacional de leitura no sistema prisional, onde constam os órgãos executores e suas respectivas competências:

- Órgão Gestor da Administração Penitenciária Estadual – Articulação e fomento de práticas e projetos de leitura; elaboração e divulgação de plano estadual de fomento à leitura; articulação com outros órgãos para aquisição e atualização de acervos.
- Tribunais de Justiça dos Estados, Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMFs) e Juízes de Execução Penal – Mobilização para padronização, sensibilização e monitoramento do direito de remição penal pela leitura; incentivo à existência de práticas e projetos de leitura.
- Defensoria Pública, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Monitoramento para a garantia da realização de projetos e práticas de leitura; proposição de práticas e projetos de leitura em parceria com outras organizações.



- Secretarias Estaduais de Educação e Cultura – Parceria para elaboração de planos estaduais de educação e para elaboração e execução de projetos e práticas de leitura; proposição de eventos culturais e educacionais.
- Conselhos da Comunidade, Conselhos Penitenciários, Coletivos de Familiares e Associações das pessoas egressas – Proposição e participação em projetos e práticas de leitura; participação em formação de mediadores de leitura para atuação em práticas; participação em eventos de leitura;
- Universidades e Institutos Federais – Parceria para formação de grupos de leitura; contribuição com programas de mediadores de leitura; proposição de eventos de debate sobre a temática e partilha de experiências;
- Organizações da Sociedade Civil e Direitos Humanos e Coletivos Literários Culturais e Artísticos – Proposição e participação em projetos e práticas de leitura; participação em formação de mediadores de leitura para atuação em práticas e eventos de leitura.

Diante da perspectiva de aperfeiçoamento das abordagens que envolvem a potencialidade das ferramentas de leitura e letramento como dimensões fundamentais nos processos de práticas de aprendizagem no âmbito da educação formal e não formal, reconhecemos a importância da elaboração do Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional.

Continuando a trajetória teórica, a partir da práxis, discorreremos, no capítulo seguinte, sobre o complexo penitenciário que mantém a maioria das unidades prisionais do município de São Luís.




2 COMPLEXO PENITENCIÁRIO SÃO LUÍS

O Complexo Penitenciário São Luís é o principal presídio do Estado do Maranhão, situado no km 13 da BR-135, bairro Pedrinhas, localizado em uma área de 122 hectares, a 28 km do centro comercial da cidade de São Luís. Entretanto, documentos históricos atestam que a primeira casa de detenção do Estado do Maranhão foi nomeada de Presídio São João, construído em 1846 no bairro dos Remédios, área central da cidade de São Luís e, posteriormente, em 1948, em virtude de vulnerabilidades excessivas na estrutura física do prédio, foi transferido para a cidade de Alcântara, onde permaneceu até o término da construção do presídio em Pedrinhas, em 1965, retornando assim, para São Luís.

A penitenciária de Pedrinhas, era dessa forma que os maranhenses se referiam ao presídio, foi inaugurada em 12 de dezembro de 1965, na gestão do governador Newton de Barros Belo, objetivando acomodar os custodiados e sentenciados da capital e do interior do Estado. Após várias reformas e ampliações, o Complexo Penitenciário São Luís abriga uma população carcerária equivalente a 4.634 detentos que se encontram confinados em onze unidades prisionais, sob as siglas: UPSL1, UPSL2, UPSL3, UPSL4, UPSL5, UPSL6, UPSL7, COCTS, UPMAX, PRSLZ e UPFEM. O presídio feminino, conhecido como UPFEM, foi construído nas dependências do complexo, porém, fica em uma estrutura separada das unidades prisionais masculinas. A UPSL 6 e o COCTS, embora pertencentes ao Complexo Penitenciário São Luís, têm seus respectivos prédios independentes do complexo, ou seja, estão localizados em frente ao prédio principal, do lado oposto da BR-135, em uma área menor. Esse prédio também é equipado com portaria unificada. Esclarecemos que há outras unidades de aprisionamento na cidade de São Luís, no total são dezesseis. Reiteramos que as unidades previamente mencionadas fazem parte do Complexo Penitenciário São Luís.

A despeito da precarização na infraestrutura do prédio desde a sua construção, a mídia pouco noticiava sobre a carceragem no Estado. Desse modo, a sociedade extramuros não se importava com os acontecimentos intramuros. No entanto, o irrompimento da rebelião de vinte e sete horas em 2010 nos alertou para a realidade prisional enfrentada pela comunidade confinada. No ano seguinte, em 2011, o presídio ganhou notoriedade nacional e internacional, “a partir de rebeliões em que foram registradas as cenas mais chocantes, muitas delas filmadas pelos próprios internos,




foram degolados nove presos como forma de desafiar o Governo e a sociedade” (Piedade & Carvalho, 2015, p.3). A superlotação, a má condição nos presídios, a falha na garantia da integridade física dos internos, dentre outras carências vivenciadas pelo sistema prisional do Estado do Maranhão refletiam a crise de todo o sistema carcerário brasileiro, crise esta que culminou com as rebeliões veiculadas pela mídia nacional e internacional no Complexo Penitenciário São Luís, em Pedrinhas - MA, no período de 2013 e 2014. Tais rebeliões foram motivadas por duas facções principais, *Bonde dos 40* e *PCM* que disputavam o poder e que conviviam em uma mesma unidade prisional no complexo. Desse modo, o caos se instaurou não apenas nas dependências do presídio, mas atingiu a população além dos muros. Nesse cenário de horror, ônibus foram incendiados, *trailers* policiais foram atacados e a sociedade foi aterrorizada com manifestos de organizações criminosas, que dominavam o sistema carcerário, ditando as regras do lado de dentro do presídio.

Com a situação totalmente fora de controle,⁵ a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, notificada através da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Maranhão, a partir da apuração da denúncia referente à condição de violação de direitos vivenciada pelos apenados, associada aos episódios de violência no Complexo de Pedrinhas, decidiu adotar medidas cautelares para o sistema prisional do Estado do Maranhão, em 16 de dezembro de 2013, considerando que o assunto apresentava argumentos de gravidade, urgência e irreparabilidade suficientes, solicita ao governo brasileiro que:

- a) adote as medidas necessárias e efetivas para evitar a perda de vidas e danos à integridade pessoal de todas as pessoas que se encontram privadas de liberdade no Complexo Penitenciário de Pedrinhas;
- b) reduza de forma imediata os níveis de superlotação;
- c) investigue os fatos que motivam a adoção destas medidas cautelares, evitando assim sua repetição (CIDH, Resolução 11/2013).

Convém esclarecer que o mecanismo de medidas cautelares é utilizado pela CIDH para inspecionar o cumprimento das incumbências de direitos humanos estabelecidas na Carta da Organização dos Estados Americanos. Tais medidas

⁵ Conforme artigo jornalístico veiculado no link <https://projetocolabora.com.br/ods16/complexo-de-pedrinhas10-anos-depois-dos-massacres-reformas-e-premio-de-gestao/>, acessado em 12/09/2024, o policial penal Michael Barros comenta que vendiam de tudo lá dentro – comida, sabonete, droga, até mulheres iam se prostituir lá dentro, mesmo sem ter nenhum parente aprisionado e entravam com facilidade.




cautelares permitem que o Estado em questão cumpra a decisão final com as eventuais reparações ordenadas, caso seja necessário.

Nesse sentido, a CIDH solicita ao governo brasileiro informar no prazo de quinze dias, contados a partir da data de emissão da resolução sobre a adoção das medidas cautelares com atualização periódica de informações.

Por conseguinte, ao constatar que suas recomendações não haviam sido seguidas (Cunha, 2016), a CIDH encaminhou o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos em 24 de setembro de 2014, fundamentando o encaminhamento baseado no descumprimento das medidas cautelares aplicadas e na situação sub-humana que, segundo a CIDH, motivou as práticas de violência na penitenciária.

A primeira medida como tentativa de contenção dos atos de rebelião no complexo penitenciário em questão foi a criação de um Comitê de Gestão Integrada, em 2014, que contava com a participação dos governos federal e estadual mediante representantes dos poderes legislativo, executivo e judiciário, bem como integrantes das polícias Federal, Civil e Militar, Ministério Público, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional, entre outros, para estabelecer ações que implicariam a tentativa de resolução do problema carcerário que, provavelmente, tenha motivado a rebelião. A tarefa do grupo de trabalho foi árdua, visto que necessidades básicas como alimentação e rede de esgoto eram realizadas de forma completamente amadora. Algumas das medidas do referido comitê consistiram em organizar um mutirão jurídico para verificação de processos de apenados que já haviam cumprido a pena, mas ainda não haviam recebido a progressão do regime. Dessa maneira, esses detentos seriam soltos, reduzindo assim, a superlotação do presídio. O comitê determinou o reforço do efetivo da Força Nacional, que já estava atuando na contenção da rebelião desde outubro do ano anterior. Outra medida tomada pelo comitê ainda em 2014 foi a liberação de verba para a criação de novas vagas no sistema carcerário.


No período de 06 a 08 de outubro de 2015, em caráter estritamente sigiloso, uma equipe de quatro peritos do MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (MNPCT), Brasília – DF, visitou algumas unidades do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, a saber: Centro de Classificação, Observação, Criminologia e Triagem do Sistema Prisional (CCOCTSP); Casa de Detenção (CADET); Penitenciária Feminina (UPRF) e Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ). Após a visita a instituições de privação de liberdade, o MNPCT tem a



competência de redigir um relatório circunstanciado com recomendações e observações às autoridades responsáveis pela instituição visitada. Destacaremos, nos parágrafos seguintes, algumas das observações constantes no relatório da perícia do MNPCT.

Durante a visita ao CCOCTSP a equipe detectou um espaço conhecido como “Triagem Velha” por ser mais antigo, onde há o “Gaiolão”, uma cela grande com grades nas laterais e na parte superior, sem teto, isto é, exposta ao sol e chuva, na qual havia dezessete PPL no momento da visita e duas celas de castigo. O outro espaço, chamado de “Triagem Nova”, consiste em um corredor com doze (12) celas, sendo seis de cada lado. Essa unidade tem capacidade para abrigar cento e noventa (190) detentos provisórios do sexo masculino, entretanto, no momento da visita havia duzentas e trinta e três (233) PPL. Todos os espaços apresentavam superlotação e insalubridade com instalações sanitárias inapropriadas para a higiene pessoal e necessidades fisiológicas, haja vista que o fornecimento de água se dá através de um cano em um determinado período da manhã e da tarde. A insalubridade era intensificada devido a sujeira e o vazamento do esgoto da cela vizinha e o lixo a céu aberto que atraía ratos e baratas. Era impossível respirar com qualidade nas celas de castigo em razão do mau cheiro insuportável devido à falta de arejamento e o acúmulo de comida no chão e sujeira das paredes. Os internos precisavam fazer revezamento para dormir, em virtude de haver oito colchões para quinze detentos. Quanto às condições de saúde, havia um número expressivo de detentos com lesões corporais, feridas expostas, tuberculose, bala alojada e não havia profissionais da área de saúde prestando serviço na unidade pelo fato da finalização do contrato de trabalho. Eram servidas três refeições por dia, entretanto, a maioria dos encarcerados reclamou que as porções eram insuficientes e que era comum receberem comida estragada. A água para consumo era a mesma usada para a higiene pessoal. No Centro de Triagem, os confinados não podiam receber visitas, apenas os advogados.

No período de visita à CADET, a equipe de peritos encontrou uma lotação de seiscentas e setenta e nove (679) PPL em um ambiente capaz de abrigar quinhentas (500). Havia dez (10) pavilhões com uma média de sete detentos em cada cela que tinha capacidade para abrigar cinco deles. A exemplo da unidade visitada anteriormente, as celas não possuíam teto, apenas grades na parte superior, portanto, caía uma grande quantidade de poeira no interior do ambiente e não havia circulação de ar. A Casa de Detenção era precária e insalubre, com esgoto descoberto passando



pelos corredores externos. Quanto à disciplina, o relatório detectou um clima opressor provocado, especialmente, pelos agentes prisionais terceirizados no tratamento agressivo e violador dispensado aos internos, semelhante à observação feita no Centro de Triagem. Em relação à cela de isolamento, foi constatada a total inadequação como alojamento. No período da visita dos peritos havia dezoito (18) confinados em um ambiente sem ventilação, sem iluminação, com umidade provocada pela água do cano com vazamento. Havia um sanitário instalado no chão de cada cela e a disponibilização de água ocorria somente três vezes ao dia por cerca de quarenta minutos por vez. A presença de ratos e baratas era constante tanto nas celas quanto nas galerias e no refeitório. Os encarcerados da cela de isolamento dormiam no chão por não haver leitos ou colchões e os demais internos usavam roupas rasgadas ou permaneciam sem camisas em função do fornecimento de uniforme em número insuficiente. Muitos estavam descalços por falta de fornecimento de chinelos. Em relação às condições de saúde, os peritos encontraram detentos com DSTs, tuberculose, ferimentos, resfriados, tosses, micoses e problemas mentais. O banho de sol era liberado uma vez por semana no período de uma hora e meia a duas horas. Os agentes penitenciários frequentemente usavam *sprays* de pimenta e armas com munição de elastômero mesmo em situações sem gravidade. Alguns PPL relataram, em alojamentos diferentes, que um agente penitenciário jogou *spray* de pimenta em duas celas. Em seguida, os detentos, em massa, começaram a passar mal⁶. A equipe do MNPCT observou ainda que os agentes de segurança terceirizados portavam arma de calibre 38, completamente inadequadas em espaços fechados por serem armamentos letais.

Por ocasião da visita à penitenciária feminina, a equipe constatou que esta alojava mulheres majoritariamente negras, de baixa classe socioeconômica e baixa escolaridade de todo o Estado do Maranhão. Com capacidade para duzentas e dez (210) vagas, abrigava duzentas e vinte e nove (229) detentas no período da visita. O cenário mostrava celas projetadas para abrigar seis, que alojavam nove internas. A UPRF era composta de três pavilhões, totalizando quarenta e sete (47) celas, entre elas, celas coletivas, solitárias e de isolamento. Um dos pavilhões era destinado à maternidade e ao berçário, sendo que esse ambiente apresentava fiações expostas e

⁶ A equipe constatou que muitos funcionários portavam *sprays* de pimenta em um suporte na calça de uniforme e observaram dois frascos do referido spray na sala do diretor, confirmando o uso frequente do armamento.




as instalações de tomadas elétricas ficavam ao alcance das crianças. A área da lavanderia, banheiro e higiene das crianças se encontrava com infiltrações, já os armários de armazenagem dos utensílios domésticos apresentavam muita ferrugem e não havia refrigerador para conservação das frutas e demais alimentos infantis. Havia uma sala chamada de brinquedoteca, porém, não havia nenhum brinquedo e não havia creche e nem materiais para interação como livros, papéis, lápis ou giz de cera.

No espaço da UPRF havia área para banho de sol, instalações de saúde, salas de aulas, salão de beleza e uma área de descanso para funcionários, com dormitórios e banheiros. O ambiente era insalubre em função de entupimento nos sanitários e pias de muitos alojamentos e do esgoto que passava do lado de fora das celas, causando um cheiro fétido e contribuindo para o aparecimento constante de ratos, baratas, cobras e urubus, especialmente nas celas solitárias e de isolamento, onde havia mais sujeira acumulada. Os uniformes, incluindo calcinhas e sutiãs, não eram fornecidos em quantidade suficiente, assim, muitas mulheres passavam o dia enroladas em toalhas ou lençóis. Como os tamanhos não eram adequados, as gestantes se prejudicavam ao usar uniformes que comprimiam a barriga, causando desconforto, dores e inchaço nas pernas.

Referente à saúde, a assistência médica e odontológica era deficitária. Quando o tratamento pré-natal era realizado, acontecia de forma esporádica. No período da visita da equipe MNPCT havia sete crianças com idade de dois meses a dois anos, todavia, nenhuma delas havia sido atendida por um pediatra e as vacinas estavam irregulares. Os problemas mais frequentes enfrentados pelas internas eram dores de dente, nódulos nos seios, miomas, braços deslocados, infecção urinária e renal, cisto no ovário, alergia, diabetes, disfunção na tireoide, feridas ginecológicas e transtornos psíquicos.

Concernente à alimentação, as detentas recebiam cinco refeições diárias, entretanto, houve muitas reclamações quanto à qualidade da comida. Comentários sobre alimentos azedos e malcozidos foram recorrentes. Em casos de agressão ou algum ato de indisciplina, as internas eram mantidas na cela de isolamento por dez dias, no mínimo, podendo ser prorrogado por mais dez dias, sem direito ao banho de sol ou à visita. A preocupação dos peritos em relação à disciplina foi caracterizada pela ausência de critérios claros e procedimentos administrativos que determinasse



as sanções, pois não havia procedimento apuratório para verificar a ocorrência e as responsáveis.

A equipe de peritos do MNPCT realizou a visita ao CCPJ na companhia do Coordenador Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores. Embora a CCPJ fosse destinada a encarcerados provisórios, no período da visita havia detentos em cumprimento de sentença. Composta de quatro pavilhões com dez celas em cada um deles, tinha capacidade para cento e sessenta pessoas (160), entretanto, havia duzentos e oitenta detentos (280), sendo cento e quarenta (140) condenados em regime fechado e cento e quarenta (140) em caráter provisório, isto é, cada cela tinha capacidade para quatro pessoas, porém, em algumas delas havia doze (12) PPL ocupantes. Isso significa que havia quatro internos dormindo nas camas e oito que dormiam no chão, expostas aos ratos, ou em redes levadas pelos familiares.

A estrutura física da unidade se encontrava em estado avançado de deterioração com infiltrações, mofo, sujeira e água nos espaços ocupados pelos detentos. Assim, a umidade, a falta de limpeza e os restos de comida reforçavam a insalubridade do local, que contribuía para o adoecimento tanto da comunidade carcerária quanto dos prestadores de serviço, em virtude de compartilharem todos, a mesma poluição ambiental.

O *kit* de higiene (um tubo de pasta dental, um barbeador, um desodorante e sabão) não era suficiente para suprir as necessidades das PPL, em razão do uso no banho, na limpeza das roupas e do ambiente. A alimentação da CCPJ seguia o padrão das outras unidades visitadas, ou seja, comida azeda, motivo do grande descarte de alimentos, o que propiciava mais sujeira e mau cheiro. Constataram ainda que diabéticos e hipertensos recebiam a mesma alimentação que os demais. Com referência à saúde, muitos internos apresentavam problemas sérios de desmaios, convulsões, gastrite, diarreia, vários deles com sofrimento psíquico e alguns com diagnóstico de esquizofrenia, entretanto, ninguém estava recebendo tratamento médico. Segundo o MNPCT, esse tipo de situação caracteriza tratamento desumano e degradante.

Quanto à disciplina, referente a agressões e punição nesta unidade, a equipe ouviu muitos relatos de agressões verbais, humilhações, espancamentos, uso de contenção rotineiramente por parte de agentes penitenciários, auxiliares, terceirizados e do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (GEOP). A utilização de *sprays* de




pimenta, bombas de efeito moral e balas de elastômero eram práticas comuns também na CCPJ. Constataram as péssimas condições de infiltrações e mofo na cela de castigo, onde havia camas, mas apenas um colchão, sem lençol, onde os detentos chegavam a permanecer cerca de um mês, sem que houvesse qualquer tipo de apuração ou registro sobre os incidentes disciplinares. No local do sanitário, escorria água para toda a cela causando umidade e, conseqüentemente, insalubridade.

Concernente ao acesso jurídico, a direção da unidade afirmou haver regularidade na presença de equipes do Ministério Público, do Judiciário e da Defensoria Pública, porém, não foi possível comprovar a veracidade da informação por falta de registro documental das visitas. Ao questionar os reclusos, a equipe pericial tomou conhecimento de que havia PPL que ainda não tinham tido contato com órgãos judiciais após a detenção, ocorrida há mais de um ano. Outros já haviam passado por audiências, no entanto, desconheciam o andamento do processo após a audiência de custódia.

A equipe do MNPCT fez considerações pontuais após a visita às quatro unidades do presídio em Pedrinhas, conforme acima descrito, a fim de periciar o andamento do Plano de Ação de Pacificação das Prisões de São Luís, implantado em janeiro de 2014 pelo Estado do Maranhão e Ministério da Justiça como resposta às medidas cautelares, que depois se tornaram provisórias, adotadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA objetivando atenuar o caos instaurado no sistema prisional do Maranhão. Sintetizaremos as observações efetuadas pela equipe enfatizando necessidades básicas como a gestão da segurança, a garantia da vida e a proteção aos direitos humanos.

Primeiramente, os peritos observaram que a distribuição dos reclusos por facção minimizou as eventuais formações de motins e, possivelmente mortes, decapitações, contudo, havia necessidade de medidas de enfrentamento contundentes à existência e força dessas organizações criminosas que encontraram respaldo para operar no sistema prisional.

A terceirização de atividades de segurança apontou para uma lacuna de agentes penitenciários concursados, causando precarização no serviço, haja vista que o Estado não se responsabiliza pela segurança do presídio, em virtude da delegação dessa tarefa a uma empresa terceirizada, fato que propicia situações de violência por não ficar bem definida a organização institucional e hierárquica.




Apenas reforma e ampliação da estrutura física não resolveria o problema da superlotação, devido ao crescimento acelerado da população carcerária, portanto, os peritos sugerem que seja elaborada uma agenda para reduzir a entrada de pessoas no sistema, verificar a necessidade de confinamento de quem já se encontra recluso, levando em consideração a periculosidade e criar estratégias de desencarceramento que reduzam significativamente a população carcerária, pois a expressiva falta de acesso à Justiça tende a agravar por insuficiência de defensores públicos para atendimento nas unidades prisionais. As audiências de custódia que vêm acontecendo há um ano comprovam a eficácia da ação de levar a pessoa detida com rapidez ao juiz, que verifica a legalidade e necessidade do aprisionamento e a ocorrência ou não de tortura no ato da detenção. No período da visita, haviam realizado cerca de mil (1000) atendimentos em até 48 horas nas comarcas de São Luís, dos quais, quarenta e nove por cento (49%) tiveram liberdade provisória concedida, o que configura uma experiência exitosa. O judiciário estava se empenhando em reduzir o prazo para 24 horas e a Unidade de Monitoramento Carcerário estava trabalhando para implementar as audiências de custódia em formato semelhante nas comarcas de Imperatriz até outubro de 2015 e em Timon, Caxias, Codó, Açailândia e Bacabal até março de 2016.

A equipe pericial destacou a ausência de ações da política penitenciária como o direito à educação e ao trabalho, visto que tais atividades são fundamentais para a reinserção dos detentos na sociedade civil no pós-aprisionamento. A situação institucional de incapacidade de separação de detentos por regime e o rígido esquema de segurança foram as razões apresentadas para o não cumprimento dos direitos assegurados pela LEP/84.

A prática da revista vexatória também foi pontuada por ocorrer rotineiramente no momento do acesso à unidade, no traslado para outras instituições, no deslocamento para dependências internas e durante as revistas carcerárias, tarefa realizada diariamente pelo GEOP, quando cada recluso se desnuda e agacha para que seja verificado a presença de armas, celulares ou drogas nas celas ou nos corpos. Tal revista vexatória se estende aos familiares, que se submetiam à prática humilhante, a fim de visitar o parente confinado.

Outro assunto ventilado nas considerações gerais diz respeito à falta de escolta para as PPL que precisam de atendimento médico extramuros. Foram detectados inúmeros casos de detentos/detentas em estado de sofrimento no período da visita,



necessitando especialmente de atendimento psicossocial. Assim sendo, segundo a equipe do MNPCT, os dados apurados na visita e constantes no relatório concluem que a meta de *Fortalecimento da atenção à saúde dos presos* inclusa no Plano de Ação para a Pacificação das Prisões de São Luís não foi alcançada.

Nesse sentido, como parte das atribuições da equipe pericial do MNPCT, foram listadas algumas recomendações a órgãos responsáveis pelo sistema prisional no Estado do Maranhão objetivando adequar as condições de detenção baseadas nos parâmetros determinados pela Constituição Federal e demais leis e regulamentações nacionais e internacionais de Direitos Humanos. De acordo com os peritos, a aplicabilidade das orientações recomendadas a partir do relatório e apresentadas na sequência é fundamental para a prevenção e combate à tortura e/ ou tratamentos degradantes.

- Implantação imediata e fortalecimento do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (CEPCT) e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT), conforme as diretrizes do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes;
- Instalação de uma Ouvidoria do sistema penitenciário que funcione de forma autônoma e acessível para o controle social da atividade carcerária, no prazo de seis meses;
- Instalação de uma Corregedoria autônoma para o controle interno da atividade carcerária, no prazo de seis meses;
- Aceleração dos processos de apuração e a responsabilização de agentes públicos ou terceirizados para garantir a ampla defesa e o contraditório através da abertura ou prosseguimento de processos administrativos sobre fugas, rebeliões, corrupção e mortes no sistema prisional maranhense desde 2010, com autonomia das instâncias e transparência nos processos;
- Nomeação de pessoas que não estejam respondendo a processos administrativos ou judiciais, acusados de prática de tortura ou de conduta irregular para cargos de direção de unidades prisionais, a fim de evitar risco à integridade física e psicológica das PPL;



- Solicitação imediata de auditoria nos contratos vigentes de compra de alimentação e armamentos letais e de menor potencial ofensivo às instâncias competentes;
- Proibição do porte de armas letais no interior de unidades prisionais;
- Elaboração de lei estadual proibindo a revista vexatória no prazo de seis meses;
- Elaboração de regimentos internos de cada unidade prisional, individualmente, no prazo de dois meses;
- Elaboração de protocolos de uso da força nas unidades prisionais maranhenses no prazo de dois meses;
- Separação dos detentos conforme o artigo 84 da LEP no prazo de seis meses;
- Fortalecimento do Comitê de Gestão Integrada com representação do Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, para enfrentamento do grave problema das facções no sistema prisional;
- Fornecimento de tornozeleiras eletrônicas em número suficiente e utilizar como medida de desencarceramento;
- Realização de concurso público para contratação de servidores efetivos para atuar como equipe técnica multidisciplinar, agentes penitenciários, profissionais de saúde, no período de seis meses;
- Realização de reformas dos estabelecimentos prisionais de forma imediata;
- Criação de creche para as crianças no pavilhão infantil no prazo de noventa dias;
- Provimento de brinquedos e recursos para a brinquedoteca no prazo de trinta dias;
- Garantia do direito à alimentação nas unidades prisionais, com atenção especial às gestantes, lactantes e crianças, assim como às PPL com necessidade de dieta alimentar específica;
- Garantia do direito ao trabalho e à educação considerando o interesse das PPL, a fim de favorecer a reinserção no trabalho fora do presídio;
- Fortalecimento de estratégias de desinstitucionalização das pessoas com transtorno mental em conflito com a lei;
- Fortalecimento e ampliação da Rede de Atenção Psicossocial.




A equipe pericial do MNPCT fez recomendações específicas aos diretores das quatro unidades visitadas. Indicaram a interdição imediata das celas conhecidas como *Gaiolão* e *Triagem Velha* à direção do Centro de Classificação, Observação, Criminologia e Triagem do Sistema Prisional (CCOCTSP); respeito ao direito dos detentos a receber visitas; garantia do direito ao banho de sol; realização de limpeza geral na unidade no prazo de trinta dias; procedimentos apuratórios de supostas faltas disciplinares para garantir o direito à defesa técnica e ao contraditório.

As recomendações à direção da Casa de Detenção (CADET) indicaram a interdição à cela de castigo H6; realização de limpeza geral nas dependências da unidade no prazo de trinta dias e procedimentos apuratórios de supostas faltas disciplinares para garantir o direito à defesa técnica e ao contraditório.

À direção da Unidade Prisional de Ressocialização Feminina (UPRF), a equipe recomendou a realização de limpeza geral nas dependências da unidade no prazo de trinta dias e procedimentos apuratórios de supostas faltas disciplinares para garantir o direito à defesa técnica e ao contraditório.

Com referência à direção da Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), recomendaram a interdição imediata da sala de isolamento e do alojamento que funciona debaixo da caixa d'água e procedimentos apuratórios de supostas faltas disciplinares para garantir o direito à defesa técnica e ao contraditório.

Diante das circunstâncias mencionadas no relatório da equipe do MNPCT e do posicionamento da CIDH, o poder público, a partir de 2015, promoveu uma série de mudanças no sistema prisional do Maranhão, iniciando com uma nova gestão na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP; concurso público para novos servidores; treinamento operacional para utilização dos equipamentos adquiridos e capacitação para execução penal no que se refere ao tratamento aos internos e familiares destes; padronização de procedimentos; fardamento para servidores e internos que não usavam nada que os identificasse; limpeza dos prédios; regras mais rígidas; normas e protocolos novos a serem seguidos por todos os seguimentos; reestruturação e reforma das unidades prisionais; separação dos internos por crime cometido para lhes garantir a integridade física e psicológica, em conformidade com o Artigo 84 da Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, que determina a separação dos presos em prol da garantia da integridade física, moral ou psicológica. Referente à medida de separação de custodiados, encontramos base teórica em Foucault, que chama a atenção para o uso de um mecanismo que deveria




ser utilizado pelas casas de correção que estabelecesse uma diversificação entre os sentenciados a penas mais leves e aqueles com sentenças mais graves. Estes não devem se encontrar no mesmo ambiente que aqueles, a fim de que a correção seja uma possibilidade. O teórico apresenta como atribuição da penitenciária, assolar as consequências nocivas que, inevitavelmente, atraem ao agregar uma pluralidade de custodiados. Para tanto, faz-se necessário aniquilar qualquer espécie de complô ou rebelião que se formar, inibir a criação de futuras cumplicidades. “Enfim, que a prisão não forme, a partir dos malfeitores que reúne, uma população homogênea e solidária” (Foucault, 2019, p. 265). Portanto, um dos desafios do sistema prisional é evitar que esses detentos, quando livres, não criem uma sociedade organizada de criminosos ou não se integrem às facções já existentes.

Dando sequência à série de mudanças no sistema prisional do Maranhão, inclusive no próprio nome institucional, a Penitenciária de Pedrinhas passa a ser conhecida como Complexo Penitenciário São Luís. Uma das ações mais relevantes no pacote de medidas adotadas foi a implantação da portaria unificada, regulamentada através da Portaria nº 819, de 17 de julho de 2017, que disciplina os procedimentos de acesso às unidades prisionais que integram o Complexo Penitenciário em questão, a partir das regras de segurança descritas no art. 2º:

Todas as pessoas – servidores, prestadores de serviço, visitantes de preso, entre outros -, sem limitação de idade, que necessitam adentrar o Complexo Penitenciário abrangido pela PU, serão revistadas e seus pertences inspecionados com o auxílio de equipamentos eletrônicos, nos termos desta Portaria (MARANHÃO, 2017, p. 57).

Assim sendo, a dita portaria unificada é equipada com dois escâneres, esteiras de raio-X, pórtricos, bancos, raquetes detectores de metais e câmeras de segurança que acompanham o cumprimento dos protocolos de segurança, extinguindo, assim, a revista vexatória.

Essas mudanças aqui mencionadas e comprovadamente efetivadas, integram um conjunto de medidas que têm contribuído para a melhoria do funcionamento do complexo penitenciário tanto para os reclusos, quanto para os servidores, familiares e sociedade em geral. Tais mudanças têm refletido nas ações educacionais promovidas pela Supervisão de Educação da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), que segue um Plano de Ação elaborado em parceria com a Secretaria de Educação (SEEDUC - MA), denominado Plano Estadual de Educação



para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Maranhão (2021), contendo um rol de ações previstas para o quadriênio de 2021 a 2024, sobre o qual discorreremos no próximo capítulo cuja abordagem contemplará o eixo educação prisional.

É fato que uma década depois da barbárie de chacinas, decapitações e até ato de canibalismo, o Complexo Penitenciário São Luís, assim como o sistema prisional do Maranhão tem passado por mudanças significativas, relatou Flávio Dino, governador do Maranhão no período de 2019, em palestra realizada na *Brazil Conference at Harvard & Massachusetts Institute of Technology*, em Boston, Estados Unidos da América. Dino apresentou a experiência do Maranhão durante a exposição do painel “Transformação do Sistema Carcerário Brasileiro”. Entre os principais resultados alcançados, o então governador do Maranhão citou a ampliação dos investimentos financeiros, a modernização do sistema com investimento em tecnologia de monitoramento, a extinção da carceragem em delegacias, quatro novas unidades prisionais, vinte e nove unidades ampliadas ou reformadas, resultando em novas vagas, e ações com foco na integração social. Em 2014, eram seiscentos (600) detentos trabalhando e quatrocentos e sessenta e três (463) envolvidos com práticas escolares. Em 2018, esse número foi elevado para dois mil cento e dezenove (2.119) apenados trabalhando em cento e trinta e seis (136) oficinas e quatro mil oitocentos e sessenta e quatro (4.864) encarcerados inscritos em atividades educacionais, mostrando que a elevação considerável do número de apenados estudando e trabalhando está no rol dos principais resultados alcançados.⁷

A conquista da premiação do Selo de Gestão Qualitativa em Serviços Penais de 2023 ofertado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais se constitui em outro sinalizador de que esta Unidade da Federação tem se empenhado na melhoria da gestão prisional ao receber o selo de qualificação ouro e um automóvel administrativo, modelo SUV por unidade prisional premiada. Vencedor em duas categorias, o primeiro lugar na categoria Gestão Penal ficou com a Unidade Prisional de Ressocialização Feminina, considerada o melhor estabelecimento penal do Brasil. Na categoria

⁷ Os dados proferidos na palestra podem ser adquiridos no *link* <https://seap.ma.gov.br/noticias/flavio-dino-apresenta-exitos-da-gestao-do-sistema-penitenciario-do-maranhao-na-harvard-university-eua>, sítio da SEAP-MA, notícia veiculada na data de 07 de abril de 2019.

Ranking Prisional, o Estado do Maranhão conquistou o primeiro lugar⁸, sendo considerado o melhor sistema prisional do país, por ter conseguido o maior registro de unidades entre os trinta primeiros lugares. Vale ressaltar que os principais indicadores para a premiação do Selo de Gestão Qualitativa em Serviços Penais são: segurança, assistências penitenciárias e gestão. Na área de segurança, consiste em equipamentos de controle de acesso; ausência de rebeliões, fugas e óbitos; quantidade proporcional de servidor por preso. A área de assistências penitenciárias refere-se à inserção de pessoas privadas de liberdade em atividades educacionais e laborais; atendimentos básicos de saúde e identificação civil. Na área de gestão é requerido estruturação de salas de aula e laboratórios de informática; taxa de ocupação igual ou menor que 100% e acessibilidade nos estabelecimentos penais.

Quadro 1 - Selo de Gestão Qualitativa em Serviços Penais – 2023

UNIDADE PRISIONAL	CATEGORIA	PONTUAÇÃO	COLOCAÇÃO
UPFEM	Gestão Penal	59,71	1º lugar
UPSL 4	Gestão Penal	53,71	3º lugar
UPNL (Anil)	Ranking Prisional	53,71	4º lugar
PENT. REG. TIMON	Ranking Prisional	53,25	5º lugar
UPODA (Olho D'Água)	Ranking Prisional	52,1	7º lugar
UPDVN (Divinópolis)	Ranking Prisional	51,75	8º lugar
PENT. REG. PINHEIRO	Ranking Prisional	51,23	10º lugar
PENT. REG. PEDREIRAS	Ranking Prisional	50,87	12º lugar
UPSL 2	Ranking Prisional	50,69	13º lugar
PENT. REG. IMPERATRIZ	Ranking Prisional	50,17	18º lugar
UPPHO (Pinheiro)	Ranking Prisional	49,59	20º lugar
UPCRA (Coroatá)	Ranking Prisional	47,69	23º lugar
P.RG.GOV.NUNES FREIRE	Ranking Prisional	46,69	26º lugar

Fonte: Página eletrônica da SEAP MA

Ao referir-se à premiação, o titular da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN Rafael Velasco declara, durante a cerimônia de premiação, que a iniciativa da premiação é uma forma de demonstrar todo o suporte do Governo Federal na busca por elevar o padrão das unidades prisionais de todo o país através de uma gestão prisional eficiente e humanitária. Portanto, se o objetivo do Selo é promover a excelência e estimular a busca por melhorias de todas as unidades penitenciárias do

⁸ As informações sobre o prêmio *Selo de Gestão Qualitativa em Serviços Penais* pode ser encontrado no sítio da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-premia-unidades-prisionais-do-brasil-com-excelencia-em-servicos-penais>.

Brasil, o sistema prisional do Estado do Maranhão ainda precisa percorrer um longo caminho, contudo, dá sinais de que se encontra na direção certa.

Figura 2 - Entrega do Prêmio Selo de Gestão Qualitativa em Serviços Penais



Fonte: Site da SEAP MA, 2023

Ainda na vertente da premiação, a SEAP implantou em 2015, o Prêmio de Gestão Penitenciária, que é um instrumento anual de gestão estratégica, que acompanha os avanços na gestão dos estabelecimentos penais de todo o Estado do Maranhão, possibilitando uma mudança efetiva no sistema penitenciário deste Estado. A avaliação das unidades prisionais acontece ao longo do ano, concorrendo nas categorias de alta complexidade, média-alta complexidade, média complexidade, baixa complexidade, especial, além de destaque em boas práticas e Associações de Atendimento aos Condenados. São considerados 50 indicadores dentre os eixos de humanização, segurança, modernização, administração, logística e inovação.

Listamos abaixo, as unidades prisionais que se destacaram, tendo seu trabalho reconhecido nas respectivas categorias, receptoras do Prêmio GESPEN, 2023:

- Categoria Boas Práticas – UPSL 6
- Categoria APAC's – APAC de Timon
- Categoria Especial – UPSL 4

- Categoria Baixa Complexidade – UPR de São João dos Patos
- Categoria Média Complexidade – UPR de Caxias
- Categoria Média-Alta Complexidade – UPR de Timon
- Categoria Alta Complexidade – UPSL 6

O governador do Estado do Maranhão, presente na cerimônia de premiação, parabenizou os gestores e servidores das unidades prisionais vencedoras, pelo trabalho desenvolvido em 2023 e os incentivou a continuar se dedicando mais ainda, enquanto o Secretário da SEAP enfatizou que o Estado continuará premiando aqueles que desempenham seu trabalho da melhor forma.

Com efeito, Murilo Andrade, Secretário de Administração Penitenciária, nomeado desde 2015, é responsável pela gestão qualitativa dos serviços penais, incluindo as atividades de ressocialização por meio da mão de obra carcerária através do programa “Trabalho com Dignidade”, que insere pessoas privadas de liberdade em ciclos produtivos de trabalho, viabilizando a ressocialização, capacitação profissional, inclusão social e renda para as famílias, enquanto o Estado utiliza a lógica do reaproveitamento do investimento público. Desse modo, foram construídas oficinas de trabalho para os encarcerados que recebem um salário, depositado em conta bancária e ganham remição de pena por horas trabalhadas para atuarem em mais de 200 oficinas e frentes de trabalho em todo o Estado. As oficinas instaladas no Complexo São Luís possuem cerca de 90 parcerias firmadas com diversas prefeituras, órgãos e outras secretarias como SEGOV, SEDUC, IPREV, PROCON, SAGRIMA, SSP, SINFRA, UEMA, CAEMA, AGEM, entre outras. Apresentamos, a seguir, as principais oficinas de trabalho com mão-de-obra carcerária:

- Marcenaria – Onde são fabricados os móveis dos espaços administrativos das unidades prisionais, aproximadamente 20 mil móveis fabricados para parceiros estaduais e municipais, produção de mais de 5 mil matracas para o “São João do Maranhão”;
- Fábrica de blocos de concreto – Faz parceria com prefeituras para calçamento de ruas;
- Serralheria – Produção de mais de 17 mil conjuntos escolares e cadeiras de escritório, 200 carrinhos do programa “Mais Renda” e milhares de carrinhos do programa “Minha Renda”;



- Padaria – Produção de 20 mil trufas de chocolate para o projeto municipal “Diversão no Parque”, distribuição de 14 mil ovos de Páscoa e 5 mil panetones para instituições, produção de *coffee break* para órgãos públicos e produção diária de 10 mil pães para as unidades prisionais da capital;
- Digitalização – O projeto “Digitaliza Já”, em parceria com o TJMA, além de cerca de 45 mil processos físicos digitalizados, produzidos pelas secretarias estaduais;
- Ateliê de corte e costura – Confeção de roupas de cama e *sousplats* para o projeto “Mesa Posta”;
- Artesanato – Confeção de chapéus e outros acessórios para festas juninas, natal e outras comemorações;
- Malharia – Produção de mais de 600 mil fardamentos confeccionados para a SEDUC e Colégios Militares do Estado, entre outros;
- Lavanderia – Volume de uma tonelada de roupas lavadas diariamente, faz parceria com empresas públicas e privadas;
- Fábrica de vassouras – Produção de vassouras a partir da utilização de garrafas pet. Faz parte do projeto “Reciclar para Renovar”;
- Fábrica de chinelos – Além de parcerias externas, produz para toda a comunidade carcerária da capital e alguns presídios do Estado que ainda não possuem esse tipo de fábrica.
- Fábrica de sacolas *kraft*

Na sequência da abordagem do trabalho carcerário, a equipe do Humanitas360⁹ esteve em São Luís, em março de 2020 para conhecer as instalações, levar os primeiros materiais de trabalho e visitar as mulheres participantes da Cooperativa Social Cuxá, projeto iniciado desde setembro do ano anterior, período no qual começaram as obras do espaço físico da cooperativa, que tem como madrinha, a cantora maranhense Alcione. Explicitamos que o Projeto Cuxá, como é conhecido, trata-se de uma experiência pioneira na UPFEM, que visa contribuir com a autonomia

⁹ O Instituto Humanitas360 atua em diversos países como EUA, Brasil e demais países da América Latina. O H360 tem parceria com o CNJ, governos de alguns Estados do Brasil, incluindo o Maranhão e algumas empresas e instituições como a Universidade Zumbi de Palmares. O Humanitas360 trabalha com projetos de Diminuição da Violência; Cidadania Ativa; Transparência; Justiça Climática; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030.



financeira das mulheres privadas de liberdade ao longo do cumprimento da pena e após esse período, tendo em vista que o projeto promove a remição de pena pelo trabalho, provê atividades empreendedoras e gera renda para mulheres que cumprem sentenças judiciais e egressas do sistema prisional. Por sua vez, o Instituto Humanitas360 é uma organização sem fins lucrativos, com sede em Denver – EUA, com escritório regional em São Paulo, além de atuar em diversos países das Américas, tem como objetivo, diminuir a violência e melhorar a qualidade de vida da população. Em prol desse objetivo, promove o engajamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e a transparência das instituições, condições indispensáveis para a restauração do bem-estar social. Infelizmente, uma semana depois, o trabalho na Cooperativa Social Cuxá foi interrompido temporariamente, em razão da epidemia da Covid 19. Contudo, após a pandemia, o trabalho foi retomado, assim, a equipe Humanitas360 foi responsável por ministrar cursos de bordado, corte e costura, salão de beleza, serigrafia, produção de fraldas descartáveis e absorventes biodegradáveis para mulheres em situação socialmente vulnerável fora das unidades prisionais, entre elas, vítimas de violência doméstica e refugiadas, bem como uma oficina criativa de produção de figurinos do espetáculo “Marrom - O musical”, em homenagem aos 50 anos de carreira da cantora Alcione.

Ainda na vertente do “Trabalho com Dignidade”, é interessante destacar algumas ações relevantes desempenhadas em 2023 por internos do Complexo Penitenciário São Luís, como a reforma e revitalização do Parque Independência, onde anualmente acontecem as exposições agropecuárias do Estado; reforma dos chalés da associação de servidores do Estado do Maranhão; reforma e revitalização de pontos turísticos e prédios públicos da capital e participação em grandes Feiras para exposição dos trabalhos, atividades e prospecção de parcerias.

Nessa direção, proporcionalmente à preocupação da gestão com o trabalho de mão-de-obra, houve investimento com o trabalho mental da comunidade carcerária através de palestras coletivas patrocinadas pela área jurídica, bem como atendimentos individuais realizados pelos profissionais de psicologia e serviço social das respectivas unidades prisionais.

Anteriormente, mas ainda neste tópico, relatamos que a mídia pouco noticiava sobre o complexo prisional em Pedrinhas, bem como o completo distanciamento da sociedade civil. Esse cenário mudou juntamente com as alterações efetuadas pela nova gestão. A mídia, em seus diversos veículos de comunicação, está sempre


noticiando sobre assuntos diversificados relativos ao sistema prisional. A SEAP exibe vários *banners* dispostos na fachada do complexo com dados sobre o período sem rebelião, como mostra a imagem abaixo.

Figura 3 - Vista da área de estacionamento do Complexo Penitenciário São Luís



Fonte: arquivo da autora (2024).

A série de motins generalizados enfrentados pelo sistema prisional do Maranhão até 2014 foi tão negativamente significativa, que funciona como um marco que divide a história da penitenciária de Pedrinhas em antes e depois das rebeliões. O *banner* acima exibido enfatiza a importância de completar 8 anos sem movimentos rebeldes, retrata o foco da gestão penal no sentido de manter o controle da



coercitividade ao expor a imagem de um policial totalmente protegido com trajes específicos de contra-ataque.

Sequenciando as ações midiáticas que intentam envolver a comunidade civil com o sistema prisional, apresentamos uma matéria jornalística bastante extensa, que foi publicada em 11 de junho de 2024, às 09:55, no site <https://projetocolabora.com.br/ods16/complexo-de-pedrinhas10-anos-depois-dos-massacres-reformas-e-premio-de-gestao/>, intitulada “Complexo de Pedrinhas, 10 anos depois dos massacres: reformas e prêmio de gestão”. Reproduzimos um pequeno trecho da publicação:

De acordo com o Relatório de Informações Penais (Relipen) do Ministério da Justiça e Segurança Pública com dados de junho de 2023, o Maranhão tinha uma população prisional de 11.650 pessoas – mais que o dobro das 5.257 de 2014. Mas a capacidade de vagas, ainda de acordo com o Relipen, era de 12.454. Para alcançar esse número, foram construídas novas unidades: a Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 7 (UPRSL 7), que veio se somar às outras seis unidades e ao centro de triagem; a UPMax, de segurança máxima e a UPR Regional, ambas em São Luís [...].

E observamos que a sociedade civil tem se aproximado mais da comunidade carcerária, pois é comum encontrarmos na portaria grupos de religiosos, de ONGs humanitárias, de acadêmicos do curso de direito e estagiários de áreas variadas aguardando o procedimento de segurança para o acesso ao presídio.

Antes de concluirmos esse tópico, pensamos ser apropriado traçar o caminho de uma pessoa que é apanhada pela força policial em virtude de ter cometido um delito, na conjuntura prisional do ano de 2023. Primeiramente, essa pessoa é levada à Central de Inquéritos e precisa ser apresentada a um juiz/juíza no prazo de até 24h para que seja avaliado se a prisão é legal ou não. Se for ilegal, é autorizada a sua liberação, porém, se a prisão for considerada legal, a pessoa aprisionada é levada para o centro de triagem, no Complexo Penitenciário São Luís, custodiado por trinta dias, independentemente da sua condição de preso provisório ou condenado. A partir da entrada na triagem, começa uma investigação para saber se a pessoa presa é faccionada e se tem antecedentes criminais. Os dados sobre escolaridade, profissão e família são coletados por um servidor técnico administrativo com habilitação em assistência social. Após os trinta dias na triagem, o detento faccionado é levado para a unidade prisional correspondente à sua organização criminosa e o detento não faccionado é levado para uma unidade prisional chamada de neutra. Há uma unidade



prisional separada para os crimes de estupro (UPSL1), uma unidade que abriga os criminosos de assaltos a instituições financeiras (UPSL 4), com grande reforço de segurança e a Unidade Prisional de Ressocialização de Segurança Máxima (UPMAX). Ao chegar nas unidades prisionais, os internos são submetidos a dez dias de triagem da própria unidade. Após esse prazo eles são liberados para receber visitas. Para tanto, a família precisa adquirir uma carteira de visitação fornecida pela SEAP após comprovação de vínculo de parentesco.

Os internos da UPMAX são criminosos de alta periculosidade, como os chefes de organizações criminosas e detentos que oferecem risco à integridade de outros encarcerados. Eles não têm nenhum tipo de regalia. Não possuem TV e nem ventilador, mas recebem livros e participam do projeto RPL. Há apenas um interno por cela. O agente penal que nos repassou essa informação se manifestou assim: [...] lá é segregação mesmo. É só o preso, o livro e orar pra Deus”.

Em relação às organizações criminosas no contexto do sistema prisional de 2024, há três facções identificadas no Complexo Penitenciário São Luís: Bonde dos 40 (B40), Primeiro Comando da Capital (PCM) e Comando Vermelho (CV), organização criminosa proveniente do Rio de Janeiro, que já adquiriu espaço de dominação em São Luís. Os internos faccionados do B40 se encontram confinados na UPSL 6, isto é, os detentos encaminhados para essa unidade prisional são aqueles que se autodeclararam pertencentes ao Bonde dos 40 durante a permanência no centro de triagem. Há algum tempo, não sabemos precisar quando, houve uma união entre o PCM e o CV, então essas duas facções se encontram encarceradas na UPSL 7.

Diante do que aqui foi exposto em relação ao Complexo Penitenciário São Luís, esperamos que a dimensão, assim como os resultados alcançados com as ações, mostre à sociedade livre de grades, o potencial de transformação e ressocialização das pessoas privadas de liberdade.

Dando continuidade às discursividades sobre as práticas sociais educativas nos ambientes penais, leremos, na sequência, sobre a educação prisional no Estado do Maranhão.

3 EDUCAÇÃO PRISIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO

Há cinquenta e três (53) unidades prisionais no Estado do Maranhão e 53 escolas prisionais. Em cada escola há um profissional de pedagogia, que é coordenado por duas pedagogas lotadas na sede da SEAP, uma no turno matutino e outra no vespertino. Os profissionais da área de pedagogia são admitidos através de um seletivo que precisa ser renovado após quatro anos e lhes é exigido, além da graduação em pedagogia, um curso de pós-graduação na área de educação com carga horária mínima de oitenta (80) horas. Os editais são lançados de dois em dois anos. Houve um seletivo em 2023, assim, haverá outro em novembro de 2025 para renovação do vínculo empregatício e contratação de novos profissionais. O seletivo consta de prova escrita, digitação, informática e redação sobre o sistema prisional. Os policiais penais são cargos efetivos, já os agentes penitenciários e auxiliares de segurança são contratados, ou seja, seletivados. O edital é válido por dois anos, mas o contrato tem validade de quatro anos. Para assumir o cargo de técnico administrativo é exigido o ensino médio completo, curso de informática e curso administrativo de 40 horas, no mínimo.

Segundo o edital¹⁰ veiculado através da página eletrônica da SEAP MA, a exigência para o cargo de agente penitenciário é ter formação em nível superior em qualquer área. A primeira fase da contratação é análise curricular, eliminatória e/ou classificatória. A carteira nacional de habilitação, comprovações de saúde mental e certidões negativas de antecedentes criminais em todas as esferas da Justiça estão entre a documentação exigida. O teste de aptidão física corresponde à segunda fase do seletivo, que inclui teste de flexão abdominal, teste de flexão de braço com apoio sobre o solo e teste de corrida de 2 minutos. Os professores das escolas prisionais já pertencem ao quadro de docentes do Estado e são enviados pela Secretaria de Educação.

Pelo viés da humanização, o que contempla a reintegração social das pessoas reclusas e egressas do sistema prisional, a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), cujo objetivo principal consiste “na reintegração social da pessoa presa por


¹⁰ Interessante em relação ao edital do seletivo de contratação de agentes penitenciários é a solicitação de doação, no caso de aprovação, de um livro paradidático novo ou usado (obras literárias, narrativas, poesia, textos clássicos etc.) para a biblioteca da respectiva unidade prisional de lotação laboral, contribuindo com o projeto RPL.



meio de programas, projetos e ações destinadas ao aumento do seu nível de escolaridade e sua capacitação profissional”, em conjunto com a Secretaria de Educação (SEEDUC- MA), elaborou um Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Maranhão (2021), contendo um rol de ações previstas para o quadriênio de 2021 a 2024 referente à educação formal e educação não formal que compreende a Educação Básica, modalidade EJA; o Programa de Alfabetização; o Projeto Remição pela Leitura; o Programa Rumo Certo e o Ensino Superior. As atividades de educação formal funcionam no modo presencial e EaD. O ensino presencial acontece no Centro de Ensino João Sobreira de Lima, escola da rede pública que funciona dentro do Complexo Prisional, em Pedrinhas.

No rol das diretrizes para a educação no sistema prisional do Estado do Maranhão, o plano de ação intenta: fomentar atividades educacionais com orientação pedagógica; qualificar os espaços e atividades educacionais em sentido amplo; evidenciar a educação das pessoas apenadas; respeitar a dignidade do detento e os seus direitos assegurados por lei; apoiar e articular as políticas referentes à educação formal e informal de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Nessa vertente, seguem os objetivos traçados e registrados no Plano Estadual, concernentes à educação: erradicar o analfabetismo no âmbito profissional; expandir a oferta de Educação Básica-EJA nos níveis fundamental e médio; implementar modalidade de Ensino à Distância na Educação Básica-EJA nos níveis fundamental e médio; aumentar o nível de escolaridade por meio da oferta de cursos de capacitação, profissionalização e cursos de nível superior; disponibilizar a oferta de vagas da Educação Básica-EJA em Instituições de Ensino da rede estadual e municipal, para egressos com matrículas ativas nas escolas prisionais, para continuidade e conclusão da formação escolar; disponibilizar cursos de capacitação e profissionalização aos egressos e albergados; disponibilizar aos egressos e albergados educação não formal de leitura, cultura e esporte; estimular a participação nos Exames Nacionais (ENEM e ENCCEJA PPL); estabelecer atribuições e competências dos Órgãos envolvidos no processo educacional nas prisões maranhenses; reestabelecer fluxogramas/procedimentos para distribuição de atribuições e competências, para compilação e arquivamento de informações, para análise de dados e diagnóstico da qualidade da educação ofertada às pessoas privadas de liberdade; realizar



recrutamento de profissionais - Assistência Social, Pedagogia, Licenciaturas, Especialistas em Pedagogia, Especialista em Gestão Educacional, Especialista em Docência; garantir controle de qualidade na Gestão Educacional Prisional; verificar execução de Projetos e Programas inseridos no Plano Estadual de Educação nas Prisões no curso do quadriênio 2020-2024; ampliar espaços físicos para atividades de educação; e oferecer formação contínua aos profissionais envolvidos com educação no sistema prisional.

Após a triagem que é feita com profissionais de psicologia, assistência social e pedagogia, se a pessoa privada de liberdade não for alfabetizada, ela é encaminhada para o programa de alfabetização, através do Instituto Brasileiro de Educação e Meio Ambiente – IBRAEMA, com duração de quatro a seis meses. No final desse período, o reeducando é avaliado. Se tiver atingido o nível proposto pelo programa, ingressa no Ensino de Jovens e Adultos – EJA, se não tiver conseguido atingir as metas propostas, repete o programa de alfabetização. Para cursar esse programa, isto é, a fim de alfabetizar-se, o reeducando recebe um *kit* com 8 livros que tratam de educação e cidadania com o Módulo de Preparação - Preparemo-nos; Programa Resgatando a Cidadania – Um Cidadão de Respeito; Nossas Necessidades; A Nossa Volta; Matemática 1; Matemática 2; Ensino Religioso – Os Livros da Bíblia e, finalmente, o Livro do Facilitador. Os internos voluntários se submetem a cursos de capacitação subsidiados pelo IBRAEMA e se tornam facilitadores, ou seja, ministram as aulas do programa de alfabetização para o reeducando não alfabetizado.

No que concerne à educação básica, o reeducando cursa quatro etapas do EJA, o que corresponde ao Ensino Fundamental completo, em seguida cursa duas etapas do mesmo programa. A primeira etapa corresponde às 1ª e 2ª séries e a segunda etapa equivale à 3ª série do Ensino Médio. Sendo que o Ensino Médio e Ensino Superior são oferecidos apenas na modalidade EAD.

No tocante ao ensino superior, a primeira turma de encarcerados do sistema prisional do Estado do Maranhão colou grau no ano de 2022. Um quantitativo de dezenove formandos recebeu a outorga do grau nos cursos superiores em Tecnologia do Empreendedorismo; Logística; Processos Gerenciais e Serviços Jurídicos, Cartorários e Notariais. Esse número inicial de concludentes certamente será acrescido por alguns outros algarismos nos anos subsequentes, haja vista o número de classificados no ENEM PPL em 2022.



Objetivando promover o aumento de escolaridade e profissionalização, bem como a erradicação do analfabetismo no sistema penitenciário do Estado do Maranhão, o *Programa Rumo Certo*, ferramenta de reintegração social ao público custodiado, reúne um conjunto de ações estruturadas em busca da ressocialização através da educação formal e não formal por meio de parcerias com órgãos nacionais, estaduais e municipais, assim como programas do governo. Tais parcerias resultam em inúmeros cursos que são oferecidos na modalidade EAD e presencial. Criado em 2017 pela SEAP – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, o *Programa Rumo Certo* tem inovado sua atuação ao suprir as necessidades da comunidade carcerária do Maranhão no que se refere às atividades educacionais em educação básica, modalidade jovens e adultos, educação profissional e tecnológica até o ensino superior, entre outros projetos de educação não formal.


Em 2022, cinco mil duzentos e cinquenta (5.250) capacitadores de instituições e programas renomados como IEMA – Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão; UEMA – Universidade Estadual do Maranhão que oferece especialização *lato sensu* em Gestão do Sistema Prisional para servidores; SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; FIEMA – Federação das Indústrias do Estado do Maranhão; PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego que é um recurso federal direcionado para a profissionalização e muitos outros, certificaram sessenta e quatro mil duzentos e oitenta e três (64.283) pessoas privadas de liberdade, familiares dos custodiados, egressos e servidores do sistema prisional do Maranhão através do ensino à distância e mil cento e dez (1.110) mediante o ensino presencial. A título de exemplificação, citamos alguns dos cursos disponibilizados por essas instituições: Lógica de Programação; Fundamentos de Logística; Noções Básicas de Mecânica Automotiva; Tecnologia da Informação; Atitude Empreendedora; Corte e Costura; Manicura e Pedicura; Bolos e Doces Regionais; Confecção de Bijuterias; Corte de Cabelo Masculino e Técnicas de Barbear; Cozinha Zero Açúcar, Glúten e Lactose; Manutenção de Notebooks; Operação de Supermercados: Rotinas e Perfil Profissional; Noções de Segurança e Higiene no Trabalho; Panificação Caseira; Português Básico; Práticas Administrativas; Massas e Molhos; Mega *Hair*; Confecção de Peças Íntimas; Bombons e Trufas; Depilação, dentre muitos outros.

Ainda como parte das atividades educacionais, mencionamos a escrita do livro “Resto de Vida” de autoria de George Bruno, que no período da escrita e publicação



do livro era apenas integrante da Unidade Prisional de Ressocialização 2 – UPSL 2. Escrito no cárcere, como anteriormente mencionado, o livro consiste na autobiografia de George Bruno Borges dos Santos que, em dez capítulos e noventa e seis páginas, discorre sobre os episódios de sua vida desde sua origem na cidade de Cururupu - MA, a mudança da família para o bairro da Liberdade em São Luís – MA, passando pelos meandros que ocasionaram os aprisionamentos até sua perspectiva de futuro, aos 39 anos de idade. O lançamento de “Resto de Vida”, realizado pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, aconteceu em dezembro de 2021 na 13ª edição da Feira do Livro em São Luís – MA. Reiteramos que ações como a publicação desse livro fomentam o desenvolvimento de habilidades literárias e viabilizam a ressocialização da pessoa privada de liberdade. “Vivi vinte anos de vida errante nesse mundo, mas vou corrigir o que der para ser corrigido para que meu amanhã seja mais proveitoso do que era antes” (BRUNO, 2021, p. 83,). Palavras como as do autor de *Resto de Vida* podem ainda ser ecoadas muitas e muitas vezes se a sociedade civil e o poder público se dispuserem a oportunizar ações humanizadoras de letramento à comunidade encarcerada e marginalizada que, como qualquer outra, pode romper com aquilo que lhe foi previamente estabelecido e se deixar transformar para viver seu sonho de liberdade.

Os projetos de leitura e afins muito colaboram para desenvolver as habilidades de leitura, interpretação, argumentação e escrita exigidas pelos exames ENCCEJA e ENEM PPL, além de estimular a capacidade de escrita dos internos. Em 2023 a Defensoria Pública da União – DPU, promoveu a 7ª edição do Concurso de Redação com o tema “Prato feito: alimentação de qualidade é sinal de dignidade”. A SEAP – MA conquistou os três primeiros lugares na categoria IV, voltada para alunos do Ensino Médio e o terceiro lugar na categoria VI, supervisão de educação. Os vencedores foram premiados com *tablets*, medalhas de menção honrosa e certificados de participação no 7º Concurso de Redação, atestando doze horas de atividades de leitura e escrita para fins de remição da pena; o Concurso de Poesias promovido anualmente pela Secretaria de Administração Penitenciária local é oportunizado a todos os internos do sistema carcerário do Estado do Maranhão e premia os três primeiros colocados. O vencedor, primeiro colocado da edição do concurso de poesias de 2023, interno da Unidade Prisional de Ressocialização de Governador Nunes Freire, escreveu a poesia “Um instante...”. Embora a premiação




varie de um ano para o outro, nas últimas duas edições, foi organizado e oferecido um almoço especial com os vencedores e alguns membros de suas respectivas famílias.

A UPFEM - Unidade Prisional de Ressocialização Feminina, integrante do Complexo Penitenciário de São Luís, beneficia-se com vários projetos educacionais. Entre outros, o projeto “Virando a Página”, desenvolvido por representantes da SEAP-BA, que vêm anualmente a São Luís para a realização da prática literária de leitura e roda de conversa com cinco internas do Complexo e cinco do semiaberto. A edição do ano de 2023 foi realizada com o livro “Torto Arado” de Itamar Vieira Junior; o projeto “Escrita que Liberta” é resultado de um Curso de Extensão da UNDB – Universidade Dom Bosco, realizado por alunos do curso de Direito da referida universidade. O projeto tem a duração de seis meses, sendo que os encontros acontecem uma vez por mês com duração de duas horas. A temática é escolhida pelas custodiadas de acordo com a vivência e interesse pessoal. A partir do tema, elas participam de oficinas de leitura e produção textual, em seguida, redigem seus textos e enviam para a seleção. O texto selecionado é então, utilizado na roda de conversa mensal.

3.1 Atuação nos exames nacionais para pessoas privadas de liberdade

Os exames ENCCEJA e ENEM PPL são aplicados a adultos submetidos a penas privativas de liberdade, bem como a adolescentes sob medidas socioeducativas que incluam privação de liberdade. Tais exames são realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em edições específicas, com regras complementares e prazos para adesão, inscrição e aplicação próprios, direcionados ao público PPL.

O INEP distribui as tarefas de elaboração de editais, procedimentos específicos para a aplicação dos exames, gerenciamento de sistemas de adesão, inscrição, capacitação de colaboradores, elaboração de provas, divulgação dos resultados e capacitação da equipe de correção de redação na esfera federal, todavia, é de competência do Responsável Estadual, o cadastro de todos os envolvidos no sistema de adesão, que são chamados Assistentes Estaduais e Responsáveis Pedagógicos, responsáveis pelo acompanhamento das atividades e a divulgação de resultados aos participantes.



O aumento crescente de inscrições para participação nos exames PPL, mostra a relevância de políticas públicas que proporcionem acesso à educação, considerando essa uma forma de reduzir a reincidência criminal.

3.1.1 ENCCEJA PPL

O Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) PPL avalia competências, habilidades e saberes de jovens e adultos em nível de conclusão do ensino fundamental ou ensino médio, com a finalidade de corrigir o fluxo escolar, de acordo com as Portarias Ministeriais, que instituem o ENCCEJA.¹¹

A fim de se inscrever e pleitear a certificação do ensino fundamental, o candidato deve ter no mínimo 15 anos completos no dia da realização das provas e não ter concluído o ensino fundamental. A fim de pleitear a certificação do ensino médio, o candidato deve ter no mínimo, 18 anos completos no dia da realização das provas e não ter concluído o ensino médio.

O exame ENCCEJA para a certificação do ensino fundamental é composto de quatro provas objetivas: Prova I – Ciências Naturais; Prova II – Matemática; Prova III – Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física e Redação; Prova IV – História e Geografia. Para obter a certificação do ensino médio, as provas são as seguintes: Prova I – Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Prova II – Matemática e suas Tecnologias; Prova III – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, e Redação; Prova IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Cada prova contém 30 questões de múltipla escolha. O candidato que atingir o mínimo de 100 pontos em cada uma das áreas de conhecimento e 5 pontos na redação, será habilitado a receber a certificação do ensino fundamental ou ensino médio. Se não conseguir a pontuação mínima em todas as provas ou na redação, poderá se inscrever na próxima edição para fazer somente as provas que ficaram pendentes. Nesse caso, é necessário informar sobre o nível de ensino e as áreas de conhecimento para as quais deseja a declaração parcial de proficiência ou a certificação.

Apresentamos, a seguir, os dados que mostram a participação da comunidade carcerária do Estado do Maranhão no Exame Nacional de Certificação de

¹¹ As Portarias Ministeriais nº 3.415, de 21 de outubro de 2004, e nº 783, de 25 de junho de 2008, bem como a Portaria 147, de 04 de setembro de 2008, estabelecem o ENCCEJA.

Competências de Jovens e Adultos, edição 2022, isto é, pessoas privadas de liberdade, que pleitearam a certificação do Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

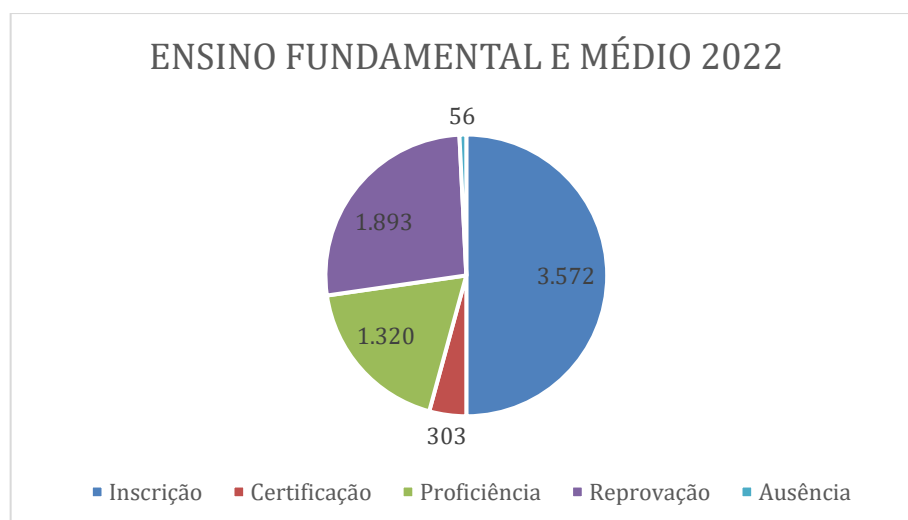
Quadro 2 - ENCCEJA PPL MA – Exercício 2022

2022	SÃO LUÍS	DEMAIS MUNICÍPIOS	ESTADO DO MARANHÃO
INSCRIÇÕES	1.699	1.873	3.572
AUSÊNCIAS	20	36	56
CERTIFICAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	102	79	181
DECLARAÇÃO PARCIAL DE PROFICIÊNCIA FUNDAMENTAL	396	390	786
NÃO APROVADOS FUNDAMENTAL	595	674	1.269
CERTIFICAÇÃO ENSINO MÉDIO	67	55	122
DECLARAÇÃO PARCIAL DE PROFICIÊNCIA MÉDIO	278	256	534
NÃO APROVADOS MÉDIO	241	383	624

Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA

Mostraremos a seguir, através de infográficos, os resultados detalhados obtidos no ENCCEJA PPL 2022, exame que certifica o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Gráfico 1 - ENCCEJA PPL MA – Exercício 2022



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Apenas para enfatizar a informação previamente fornecida, a proficiência apontada no gráfico indica que o candidato não conseguiu a certificação da respectiva etapa de estudos, entretanto, conquistou uma declaração parcial de proficiência, ou seja, obteve a nota mínima exigida em uma ou mais provas das respectivas disciplinas do ensino fundamental, significando que, na próxima avaliação ENCCEJA PPL, ele/ela não precisará repetir a prova da disciplina na qual atingiu o total de 100 pontos ou mais.

Observamos que os números de reprovação são muito elevados em ambas as etapas, demonstrando assim, as dificuldades que esse público enfrenta quanto à aprendizagem escolar. Assim sendo, esperamos que os números de certificações, bem como os números de declarações de proficiência cresçam consideravelmente nos anos subsequentes, a fim de que um quantitativo maior de PPL que não conseguiram concluir seus estudos em tempo hábil, seja beneficiado com a certificação através dos exames nacionais.

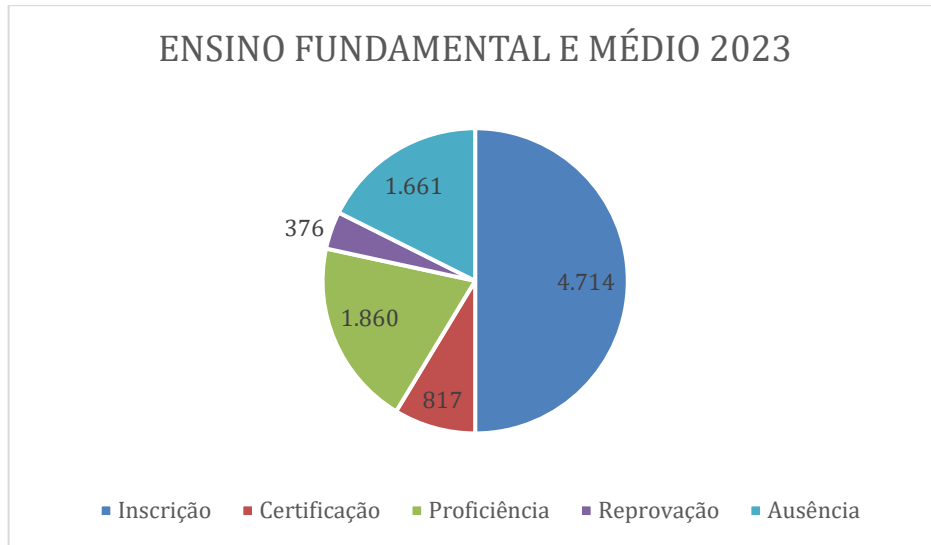
Concernente à atuação do público carcerário do Maranhão no ENCCEJA PPL em 2023, apresentamos o quadro abaixo, cujos dados nos permitem fazer um comparativo, tomando por base os anos de 2022 e 2023.

Quadro 3 - ENCCEJA PPL MA – Exercício 2023

2023	SÃO LUÍS	DEMAIS MUNICÍPIOS	ESTADO DO MARANHÃO	%
INSCRIÇÕES	2.427	2.287	4.714	
AUSÊNCIAS	979	682	1.661	35,2%
CERTIFICAÇÕES	430	387	817	17,3%
DECLARAÇÕES PARCIAIS DE PROFICIÊNCIA	888	972	1860	39%
NÃO APROVADOS	130	246	376	8%

Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA.

Gráfico 2 - ENCCEJA PPL MA - Exercício 2023



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Concluimos que houve um resultado positivo em 2023, se comparado ao ano anterior. Em termos percentuais, as inscrições cresceram em 24,2%, as certificações foram elevadas para 17,3%, o total de declarações parciais de proficiência subiu para 39,4%, possibilitando que um quantitativo maior de PPL se prepare melhor para conseguir certificação na próxima edição do exame, visto que podem direcionar a atenção para o estudo de menos disciplinas. As reprovações foram reduzidas substancialmente em 7,9%, mas lamentavelmente, as abstenções cresceram em um percentual elevado de 1,5 % em 2022 para 35,2% em 2023.

Apresentamos, na sequência, um quadro comparativo da atuação de PPL na capital e demais municípios do Estado referente ao ENCCEJA, edições do ano de 2022 e 2023.

Quadro 4 - ENCCEJA PPL MA – Exercício 2022 e 2023

	ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO			
	2022		2023	
	CAPITAL	MUNICÍPIOS	CAPITAL	MUNICÍPIOS
Inscrições	1.699	1.873	2.427	2.287
Certificações	169	134	430	387
Proficiência	674	646	888	972
Reprovações	836	1.057	130	246
Ausências	20	36	979	682

Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA.



3.1.2 ENEM PPL

O objetivo do ENEM PPL consiste em avaliar o desempenho do candidato que concluiu o ensino médio, assim como estabelecer critérios utilizados pelo Ministério da Educação e Cultura para acesso ao ensino superior em programas sociais do governo federal, como SISU, PROUNI e FIES.

O exame ENEM é composto por quatro provas objetivas de 45 questões e uma redação, que avalia as áreas de conhecimento e seus componentes curriculares a seguir: PROVA I – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação: Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação e Comunicação; Prova II – Ciências Humanas e suas Tecnologias: História, Geografia, Filosofia e Sociologia; Prova III – Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Química, Física e Biologia; Prova IV – Matemática e suas Tecnologias: Matemática. No ato da inscrição, que é realizada pelo Responsável Pedagógico, o candidato faz a opção da língua estrangeira.

As provas são realizadas em unidades prisionais e socioeducativas autorizadas pelo sistema penal de cada unidade da federação, em conformidade com o termo de adesão firmado com o INEP, que exige um ambiente coberto e silencioso, com iluminação, cadeiras e mesas apropriadas para a realização do exame. Isto é, o espaço precisa oferecer condições adequadas para a aplicação das provas, e cuja segurança dos aplicadores seja garantida.

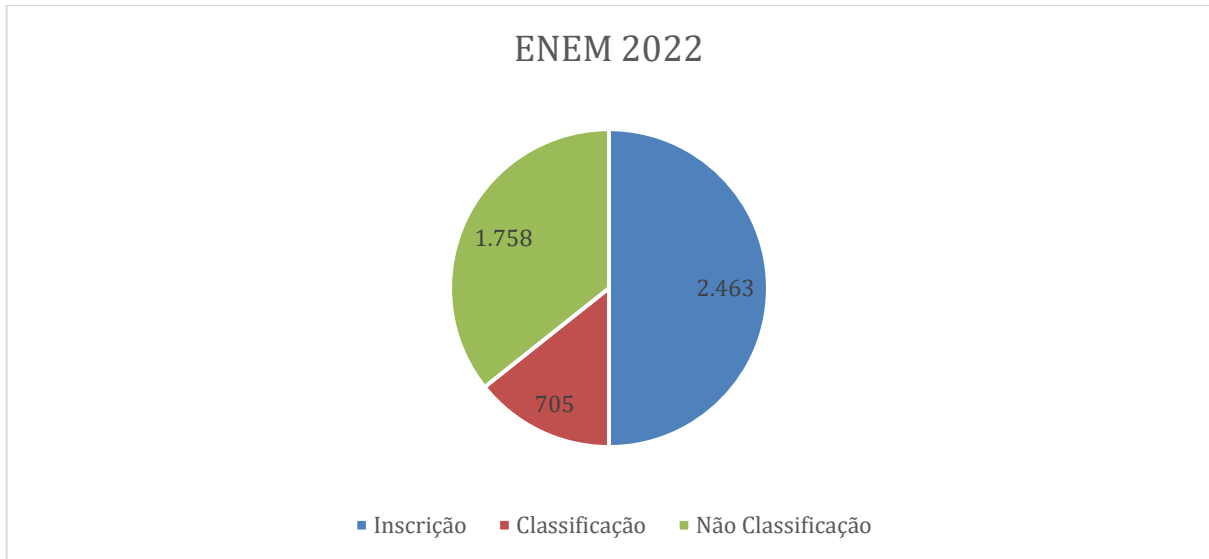
Na sequência, exibimos os dados de participação da comunidade carcerária maranhense no Exame Nacional do Ensino Médio, equivalente ao período de 2022 e 2023.

Quadro 5 - ENEM PPL MA – Exercício 2022

Inscritos	2.463
Classificados	705
Não classificados	1.758

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Gráfico 3 - ENEM PPL MA - Exercício 2022



Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA.

Com referência ao Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas privadas de liberdade, exercício 2022, embora o quantitativo de desclassificados seja bem expressivo, se compararmos aos exames passados, houve um crescimento significativo tanto no número de participação quanto na aprovação. Em 2021, o número registrado de inscritos foi de oitocentos e noventa (890) internos. Utilizando a porcentagem para uma avaliação proporcional, o crescimento no número de inscrições de um ano para o outro caracteriza um crescimento de 176,7%. Quanto à classificação, os números sinalizam que 14,6% foram classificados no exame no ano de 2021, enquanto 28,6% atingiram a classificação em 2022. Isso significa que em 2022 houve um crescimento de 96,1% no número de classificados em relação ao ano anterior. Conseqüentemente, o número de desclassificados em 2021 foi de 85,4% à medida que esse número decresceu para 71,4% em 2022. Desse modo, observamos que o crescimento no número de inscrições indica a necessidade de elevar o nível de escolarização das pessoas privadas de liberdade através de um trabalho conjunto e intensivo das equipes que compõem o sistema de educação prisional a fim de que o número de classificados seja expandido numa proporção bem maior. Simultaneamente, observamos que os números crescentes demonstram o crescimento do acesso à educação, que se constitui o pilar fundamental para a ressocialização das pessoas destituídas de liberdade.

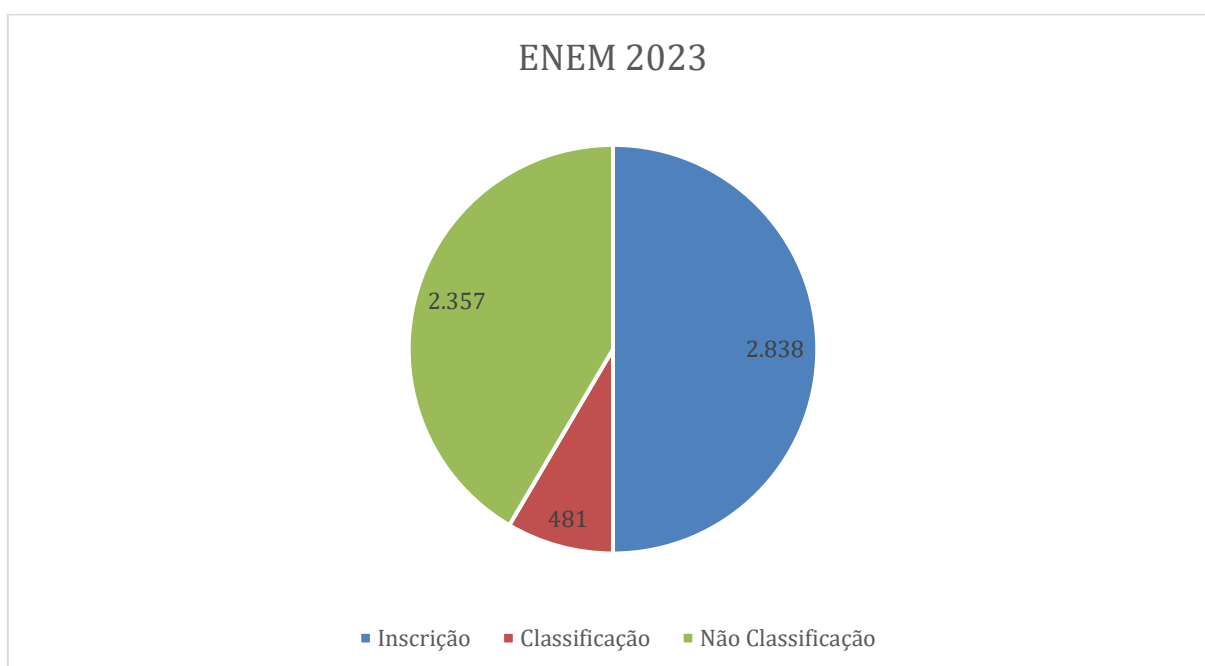


Quadro 6 - ENEM PPL MA – Exercício 2023

Inscritos	2.838
Classificados	481
Não classificados	2.357

Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA.

Gráfico 4 - ENEM PPL MA - Exercício 2023



Fonte: elaborado pela autora (2025).

De acordo com o levantamento do ENEM PPL 2023, observamos a elevação no número dos candidatos inscritos no exame, entretanto, o número de aprovados é bem inferior, o que se torna uma frustração para os sujeitos envolvidos com a educação no Sistema Penitenciário Estadual no Maranhão.

Sendo a educação basilar para a construção e reconstrução de saberes, esperamos que os diretamente envolvidos no processo de reduzir a defasagem escolar continuem trabalhando com afinco, inclusive nos ambientes que necessitam urgentemente de reconstrução de vidas iludidas pelo sonho da prodigalidade alardeado pelo crime organizado. Vidas estas, privadas de liberdade.



3.2 Especificidades do Projeto de Remição pela Leitura

A Lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que versa sobre o direito das pessoas com privação de liberdade no que concerne à assistência educacional, assim como o exercício de atividades intelectuais que sejam compatíveis com a execução da pena e que oportuniza ao confinado abreviar o tempo imposto por sua sentença penal, mediante estudo, alterou significativamente a Lei de Execução Penal,¹² que determinava assistência educacional e a implantação de biblioteca provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos, porém, aceitava apenas o trabalho para a redução da pena.

Assim sendo, a remição de pena pela leitura foi disciplinada um ano depois, pela Portaria Conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012 do Departamento Penitenciário Nacional. O documento reconhece atividades educativas não formais, inclusive a leitura, como possibilidades de remição de pena pelo estudo. A referida Portaria determina que o disposto no artigo se aplica às hipóteses de prisão cautelar e estabelece regras para a oferta da educação às ações complementares de fomento à leitura, a saber: a participação voluntária do recluso; a disponibilização de um exemplar ao participante, quer seja de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com as obras disponíveis na Unidade, adquiridas pela Justiça Federal, pelo Departamento Penitenciário Nacional e doadas às Penitenciárias Federais; a disponibilidade nos acervos das bibliotecas das respectivas unidades de, no mínimo, vinte exemplares de cada obra a ser trabalhada no projeto; o prazo de vinte e um a trinta dias para que o detento faça a leitura de uma obra literária com a apresentação de uma resenha referente ao assunto no final desse período, o que possibilitaria, de acordo com o critério de avaliação, a remição de quatro dias da pena, sendo que, ao final de até doze obras lidas e devidamente avaliadas, haveria a possibilidade, ao longo de doze meses, de remição de quarenta e oito dias do total de sua pena; a responsabilidade da equipe de tratamento penitenciário nomeada pelo Diretor de cada penitenciária para o trabalho de seleção dos participantes; as atribuições do Pedagogo da unidade ou de servidor designado pelo Chefe da Divisão de Reabilitação da unidade para a tarefa de avaliação das resenhas; orientação aos

¹² Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210 de 11 de julho de 1984.



detentos participantes para a elaboração das resenhas mediante Oficinas de Leitura, que também têm a função de incentivar a leitura e o desenvolvimento da escrita; entrega dos resultados das avaliações para o juiz federal da execução de penas de cada estabelecimento penal federal, responsável pela decisão acerca do aproveitamento para uma eventual remição de pena.

Um ano após a publicação da Portaria Conjunta JF/DEPEN nº 276, foi publicada a Recomendação nº 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Como a própria nomenclatura sugere, o documento recomenda aos Tribunais, dentre outros pontos, estimular a remição pela leitura no âmbito das unidades prisionais estaduais e federais, como forma de atividade complementar para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, educação e qualificação profissional, nos termos da Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210/84. Ato contínuo, o texto replica as regras apresentadas na Portaria Conjunta JF/DEPEN nº 276/2012, citadas anteriormente e esclarece que os Estados Brasileiros têm como atribuição criar seu próprio Projeto de Remição pela Leitura. Embora não fique claro na redação da Portaria/2012 ou da Recomendação/2013, subentendemos que o acervo bibliográfico, assim como a própria biblioteca, é de responsabilidade de cada unidade prisional onde o projeto seria implantado.

Conforme a Nota Técnica n.º 1/2020/DEPEN, cujo intuito consiste em fornecer orientação nacional para fins de institucionalização e padronização das atividades de redução de pena pela leitura e resenhas de obras no sistema prisional brasileiro, o Projeto de Remição pela Leitura com práticas e orientações diversas, encontra-se instituído em 26 estados, no Distrito Federal e no Sistema Penitenciário Federal (SPF).

De acordo com a Nota Técnica n.º 1/2020/DEPEN, o levantamento realizado pela Coordenação de Educação, Cultura e Esporte (COECE/DEPEN) no ano de 2019, mapeou as unidades prisionais que oportunizavam a remição pela leitura aos encarcerados até aquele momento e o quantitativo de inscritos totalizou cinquenta e dois mil duzentas e trinta e três (52.233) pessoas vinculadas aos projetos de remição pela leitura no Brasil. Esse número corresponde a 7,2% dos setecentos e vinte e seis mil trezentos e cinquenta e quatro (726.354) privados de liberdade.

O mapeamento identifica que há maior participação nos projetos de leitura e resenhas de livros, para fins de remição, em Estados onde as Secretarias Estaduais de Educação abarcam a execução como atividades complementares, no âmbito da educação formal. Como ocorre nos Estados do Ceará, Pernambuco, Santa Catarina,




Paraná e Maranhão, que inseriram a prática como parte das atividades pedagógicas [...] (BRASIL, 2020, p. 10). O Estado do Maranhão, interesse particular desta pesquisa, implantou o Projeto de Remição pela Leitura através da promulgação da Lei nº 10.606, de 30 de junho de 2017.

O Conselho Nacional de Justiça, em novembro de 2020, publicou as Portarias nº 204 e 205, criando grupos de trabalho para elaborar e propor o Plano Nacional de Fomento à Leitura nos estabelecimentos de privação de liberdade e o Plano Nacional de Fomento aos Esportes no sistema prisional. Logo no ano seguinte, em 10 de maio de 2021, o Conselho Nacional de Justiça aprovou a Resolução nº 391, revogando a Recomendação nº 44/2013 e estabelecendo procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade.

Concernente à Resolução nº 391/2021, o texto reconhece a remição de pena mediante práticas sociais educativas ao considerar as atividades escolares, as práticas sociais educativas não escolares e a leitura de obras literárias. Com referência ao cômputo de horas remidas em virtude de aprovação nos exames ENCCEJA e ENEM PPL, fica determinado o cálculo de mil e seiscentas (1.600) horas para os educandos do Ensino Fundamental e mil e duzentas (1.200) horas para o Ensino Médio ou educação profissional. Outro aspecto de destaque nessa Resolução consiste na possibilidade de substituição da resenha por um relatório de leitura, tendo em vista que o relatório tem uma característica mais flexível, de acordo com o nível de letramento do apenado.

Quanto às atividades de prática de leitura, a Resolução nº 391/2021 reconhece o “direito à remição de pena pela leitura às pessoas privadas de liberdade que comprovarem a leitura de qualquer obra literária, independentemente de participação em projetos ou de lista prévia de títulos autorizados” (BRASIL, 2021, p. 5), ao considerar o caráter de voluntariedade da atividade de leitura utilizando as obras literárias constantes no acervo bibliográfico da biblioteca da respectiva unidade prisional.

Seguida da Resolução 391/2021, é publicada pelo DEPEN, a Nota Técnica nº 72/2021 com o fim de ampliar a compreensão sobre a política de educação para o sistema prisional no que se refere às ações de fomento à leitura, cultura e esportes em ambientes de privação de liberdade. A Nota Técnica nº 72/2021 anexa formulários de caráter padrão para a elaboração de relatórios de leitura e de avaliação,



respectivamente. O relatório de leitura solicita que o leitor conte sobre sua própria compreensão acerca da leitura do livro escolhido. Entendemos que essa abordagem mais informal mostra ao reeducando que aquela é uma atividade possível de ser realizada, ao mesmo tempo que parece estimular esse leitor a compartilhar sua leitura. Afinal, a Nota Técnica nº 72/2021 distancia as práticas de leitura do caráter pedagógico formal da escrita para valorizar e respeitar os diferentes níveis de letramento conquistados pela comunidade carcerária em toda a sua heterogeneidade.

3.3 Atividades do projeto remição pela leitura no Estado do Maranhão – ciclo 2022

A execução do projeto Remição pela Leitura é mais uma das atribuições da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão, sob a sigla SEAP. Este órgão estatal foi constituído pela Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011, organizada pelo Decreto Estadual nº 27.549, de 13 de julho de 2011, com regulamentação na Lei nº 10.462, de 31 de maio de 2016. A SEAP objetiva cumprir as decisões judiciais de aplicação da Lei de Execução Penal quanto à organização, administração, acompanhamento, supervisão do cumprimento de progressões de penas, exame e pronunciamento sobre livramento condicional, indulto e comutação de penas.

Nessa direção, ressaltamos que o Projeto Remição pela Leitura, considerado pertencente ao eixo educação não formal, é denominado de “Leitura Interativa” no Estado do Maranhão, visto que as Unidades Federativas têm autonomia para atribuir o nome de sua preferência ao projeto RPL. Tal projeto consiste em oportunizar o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica aos internos custodiados a partir da leitura mensal de uma obra literária, clássica, científica ou filosófica e da produção de resenhas ou relatórios sobre a publicação lida. Cada produção escrita deve ser validada para que o benefício seja concedido. Isso garantirá ao detento a remição de parte de sua sentença. Conforme o disposto legal, para cada relatório emitido e aprovado, o apenado obterá a redução de quatro dias de sua pena. As regras em vigor limitam a leitura de doze livros por ano. Isto é, cada detento pode obter quarenta e oito dias de redução de sua pena, anualmente. Porém, há uma ressalva: se o interno não apresentar bom comportamento, ou seja, se estiver respondendo a algum tipo de PDI – Processo



Disciplinar Interno ao atribuir o quantitativo de horas anuais remidas, ao juiz cabe a decisão de conceder ou não a remição de forma integral. Anteriormente, o reeducando entregava a resenha e fazia uma defesa oral da obra para uma banca composta por um(a) professor(a), o diretor da unidade prisional e três pessoas da equipe multidisciplinar do presídio. Esse sistema de avaliação vigorou até a aprovação da Resolução 391/2021 pelo Conselho Nacional de Justiça. Atualmente, em específico no Estado do Maranhão, cinco professores cedidos pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED fazem a avaliação dos textos produzidos pelos internos da capital para, em seguida, fazerem a validação ou não dos respectivos relatórios a partir dos questionamentos: o relatório atende ao critério de estética textual?; o relatório atende ao critério de fidedignidade?; o relatório atende ao critério de clareza?; o relatório habilita o(a) leitor(a) à remição de pena pela leitura? Sendo que o professor(a) avaliador(a) precisa assinalar “sim” ou “não” a cada uma das perguntas. Se, porventura, for assinalado “não” como resposta a qualquer uma das indagações, faz-se necessário o registro de uma justificativa por parte do(a) avaliador(a). Além das atividades comuns de leitura e escrita de relatórios, o Projeto Leitura Interativa realiza atividades de leitura oral para pessoas com deficiência visual. Há alguns internos que realizam o trabalho voluntário de leitura para esse público. Informamos que há um reeducando cego na educação formal no interior do Estado do Maranhão que cumpre suas tarefas a partir de formas de expressão oral.

Em todo o Estado do Maranhão, 53 unidades prisionais participam ativamente do Projeto Leitura Interativa com um número de participantes que varia de ciclo para ciclo conforme o mapeamento abaixo, referente ao ano de 2022. Convém acrescentar que a população carcerária no Maranhão é de doze mil e sessenta e um (12.061) apenados durante o período da coleta de dados, tendo em vista a dinamicidade dos números no sistema prisional. No que se refere a esse quantitativo, cinco mil cento e noventa e um (5.191) detentos estão encarcerados no município de São Luís.

Quadro 7 - Projeto Remição pela Leitura – Ciclo 2022.1

Ciclos	1	2	3	4	5	6
Período de Validação de relatório	24 a 28/01	21 a 25/02	21 a 25/03	18 a 22/04	16 a 20/05	13 a 17/06
Inscritos	2.832	3.078	3.241	3.423	3.477	3.402
Concludentes	2.153	2.707	2.698	2.769	2.958	2.978

Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA

Quadro 8 - Projeto de Remição pela Leitura – Ciclo 2022.2

Ciclos	7	8	9	10	11	12
Período de Validação de relatório	01 a 05/08	29/08 a 02/09	26 a 30/09	24 a 28/10	21 a 25/11	19 a 23/12
Inscritos	3.561	3.661	3.816	3.960	4.961	4.947
Concludentes	2.988	3.171	3.241	3.186	4.049	4.008

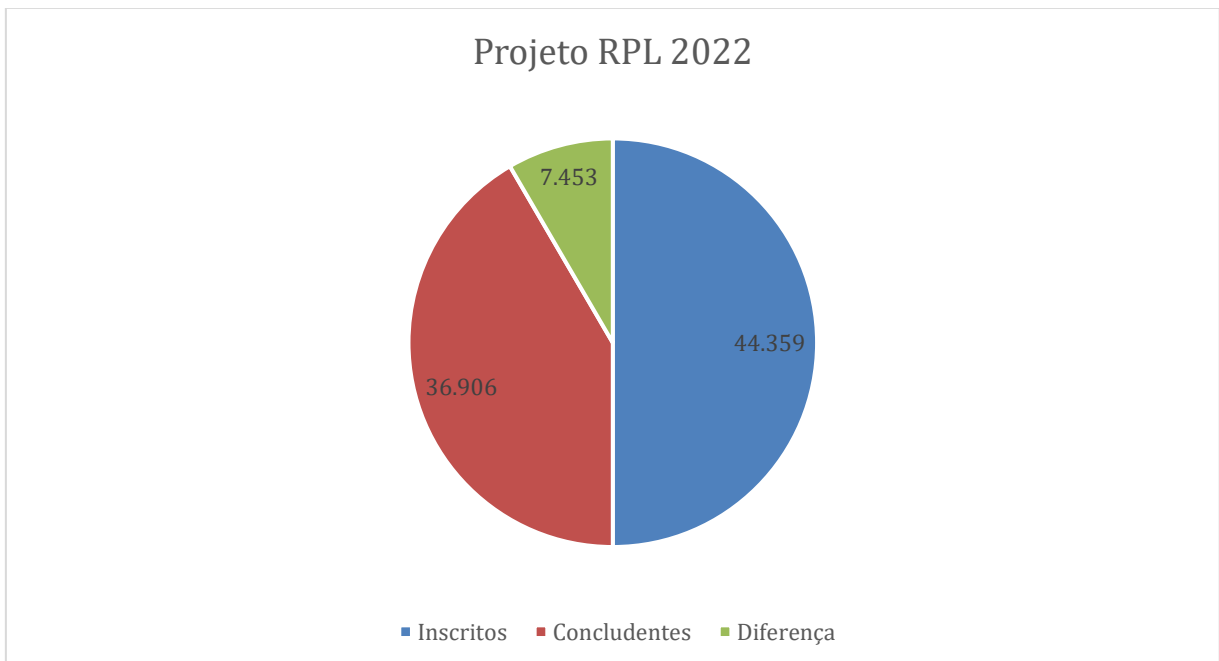
Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA

Quadro 9 - Quantitativo Estadual de Inscritos e Concludentes - 2022

INSCRITOS	44.359
CONCLUDENTES	36.906
DIFERENÇA	7.453

Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA

Gráfico 5 - PROJETO RPL MA - Exercício 2022



Fonte: elaborado pela autora (2025).

A diferença no número de inscritos e número de concludentes corresponde àqueles participantes que se inscreveram, porém, não entregaram o relatório no tempo determinado e uma minoria que não teve seu relatório validado. Na cidade de

São Luís, capital do Estado do Maranhão, todas as unidades prisionais participam do projeto de remição pela leitura. As unidades prisionais do Anil, Monte Castelo, Olho D'Água e Centro da cidade trabalham com o sistema semiaberto, o que significa que os apenados trabalham fora da unidade prisional durante o dia. Embora estejam ausentes no turno diurno, ao retornarem para as respectivas unidades, à noite, eles/elas fazem as leituras dos livros do projeto. Totalizadas em número de 16, as unidades prisionais da capital são denominadas da seguinte forma: COCTS, que é o centro de triagem, localizado no Complexo Penitenciário, em Pedrinhas; PRSLZ, também localizada em Pedrinhas; UPNL, localizada no bairro do Anil; UPFEM, especial para mulheres e se localiza em Pedrinhas; UPMAX, a penitenciária de segurança máxima, localizada em Pedrinhas; UPMTC que fica no bairro do Monte Castelo; UPODA que se localiza no bairro do Olho D'Água; CAAE, localizada no centro da cidade; UPSL1; UPSL2; UPSL3; UPSL4; UPSL5; UPSL6; UPSL7. As UPSLs 1 a 7 funcionam no Complexo Penitenciário São Luís, em Pedrinhas. Somadas a estas, há a APAC, localizada em Paço do Lumiar, que também compõe o quadro de presídios da capital do Estado. Informamos que os dados coletados acerca do programa Leitura Interativa limitar-se-ão às Unidades Prisionais de São Luís, anteriormente especificadas.

Portanto, discriminamos a seguir, o mapeamento detalhado do Projeto Leitura Interativa nas Unidades Prisionais localizadas na cidade de São Luís – MA, referente ao ano de 2022:

Quadro 10 - Atividades do Projeto Remição pela Leitura – Ciclo 2022.1 São Luís

CICLOS	1		2		3		4		5		6	
Período de Validação	24 a 28/01		21 a 25/02		21 a 25/03		18 a 22/04		16 a 20/05		13 a 17/06	
Inscritos e Concludentes	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C
PRSLZ	203	192	192	189	192	184	379	144	141	122	156	147
UPNL	31	25	37	36	44	28	47	32	60	50	23	19
UPFEM	141	140	175	167	173	155	172	163	186	158	217	160
UPMAX	37	36	42	28	55	52	53	53	58	57	64	60
UPMTC	27	18	0	26	25	25	23	23	25	25	22	22
UPODA	32	32	31	31	38	37	36	33	37	30	35	30
UPSL1	184	157	147	133	163	154	163	140	142	134	136	129
UPSL2	208	117	175	149	178	143	137	126	144	136	159	159
UPSL3	83	50	83	30	86	51	87	53	88	44	83	65
UPSL4	38	35	38	0	38	38	39	38	38	38	39	37
UPSL5	131	127	145	132	95	70	86	86	113	85	117	98
UPSL6	0	0	286	181	165	127	99	61	166	132	147	131
UPSL7							144	124	138	119	138	111
APAC	42	42	43	0	44	43	46	46	43	43	47	45

Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA.

Quadro 11 - Atividades do Projeto Remição pela Leitura – Ciclo 2022.2 São Luís

CICLOS	7		8		9		10		11		12	
Período de Validação	01 a 05/08		29/08 a 02/09		26 a 30/09		24 a 28/10		21 a 25/11		19 a 23/12	
Inscritos e Concludentes	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C
PRSLZ	138	111	126	109	139	129	162	119	381	331	351	311
UPNL	37	19	32	20	22	19	24	21	51	44	57	52
UPFEM	176	143	234	170	140	139	166	148	186	148	197	152
UPMAX	61	61	64	64	68	63	67	61	2	2	2	2
UPMTC	22	23	26	26	23	23	31	29	28	28	28	28
UPODA	39	34	34	31	48	43	45	45	62	62	53	50
UPSL1	145	135	161	151	170	140	163	110	176	174	173	171
UPSL2	168	166	195	170	339	303	428	356	431	375	435	337
UPSL3	87	65	86	88	88	66	90	72	173	105	173	78
UPSL4	35	31	42	39	55	55	57	56	54	51	49	47
UPSL5	139	107	144	113	138	129	143	112	270	268	270	268
UPSL6	172	119	195	129	191	123	115	115	287	156	292	145
UPSL7	145	137	178	162	185	167	162	168	30	30	37	30
APAC	44	43	47	46	48	48	47	47	55	55	59	59

Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA.

Quanto à aplicabilidade do Projeto Leitura Interativa no município de São Luís, observamos uma redução substancial das atividades de leitura registradas nos ciclos 11 e 12 referente à UPMAX e UPSL7. Essa baixa nos índices de leituras e, conseqüentemente, não alcance de metas propostas pela Secretaria Adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária (SAAHP), ocorreu em virtude de uma manifestação, uma espécie de greve deflagrada no mês de novembro de 2022 por detentos que pararam suas atividades de educação formal e não formal enquanto reivindicavam direitos como melhoria na qualidade de alimentação e acréscimo do horário de visitas íntimas.

Desse modo, os dados levantados sobre a atuação do projeto mostram que em 2022 o total de quarenta e quatro mil trezentas e cinquenta e nove (44.359) pessoas privadas de liberdade foram inscritas no Projeto Leitura Interativa em todo o Estado do Maranhão. Porém, o número de relatórios validados foi menor, o equivalente a 36.906 concludentes, o que nos leva a constatar que sete mil quatrocentos e cinquenta e três (7.453) relatórios não foram entregues ou validados. Concernente às inscrições efetuadas nas catorze unidades prisionais da capital, o número de candidatos corresponde a dezoito mil duzentos e quarenta e três (18.243) internos. Desse quantitativo, quinze mil quatrocentos e vinte e seis (15.426) relatórios foram validados, enquanto os relatórios não validados somam dois mil oitocentos e dezessete (2.817). Não sabemos ao certo se esse quantitativo de relatórios foi invalidado ou se os inscritos não entregaram o relatório no tempo determinado, em virtude de não haver um controle de averiguação em relação a isso. Outrossim, acreditamos que apenas



uma minoria não teve seu relatório validado, assim sendo, o número dos relatórios invalidados seria bem inferior a 2.817, haja vista que a não validação é muito rara de acontecer, especialmente após a aprovação da Resolução 391/2021 que possibilita a substituição da resenha por um relatório do livro selecionado, simplificando, dessa maneira, a produção escrita, que pode ser feita mais informalmente, contemplando um maior número de participantes do Projeto de Remição pela Leitura. A publicação da Nota Técnica nº 72/2021 impulsiona mais ainda a entrega do relatório ao determinar que a avaliação qualitativa não se restringe a erros ortográficos e gramaticais, entretanto, considera-os aptos e não aptos a partir da compreensão do leitor exposta na escrita do relatório. Uma causa frequente de invalidação de relatório consiste no caso de comprovação de plágio, como já explicitamos anteriormente. Nesse caso, o relatório é considerado não apto à validação, contudo acreditamos que o número de relatórios não entregues supera o número dos invalidados por plágio.

Considerando a diferença no número de inscritos e número de concludentes, uma razão aparente pode residir no fato de o candidato à remição não conseguir redigir o relatório, embora a redação tenha se tornado mais acessível a partir da Resolução nº 391/2021 que possibilita uma flexibilidade ortográfica e gramatical, em virtude de o relatório ter uma característica menos formal do que a resenha, de acordo com o nível de letramento do apenado, seguida ainda da Nota Técnica nº 72/2021, que distancia as práticas de leitura do caráter pedagógico padrão da escrita, a fim de valorizar e respeitar os diferentes níveis de letramento conquistados pela comunidade carcerária em toda a sua heterogeneidade. Sendo assim, na tentativa de restringir o número de relatórios não entregues e, conseqüentemente, avolumar o número de concludentes, implantamos o projeto de leitura e escrita a ser abordado no tópico posterior.

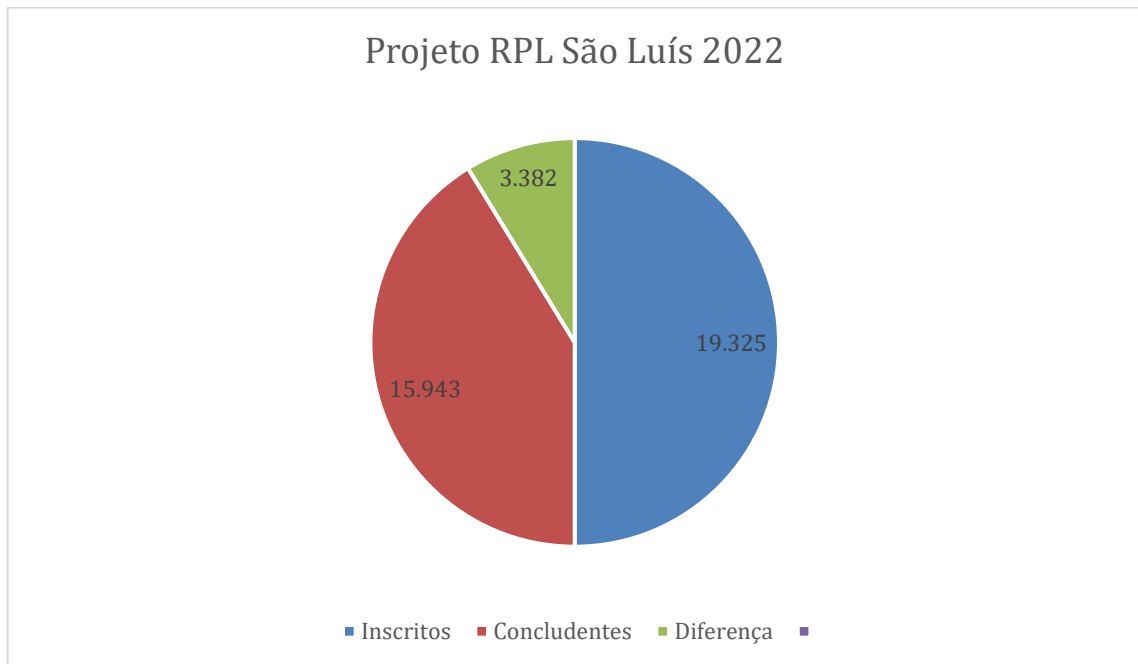
Apesar da redução na prática de leitura da UPSL7 e UPMAX nos dois últimos ciclos acima mencionada, o quadro abaixo exhibe o quantitativo de validações de relatórios especificamente nas unidades prisionais da cidade de São Luís. Desse modo, consideramos positiva a avaliação dos resultados que se reflete no quantitativo de trinta e seis mil novecentos e seis (36.906) relatórios validados no Projeto de Remição pela Leitura, desenvolvido em 2022, nas cinquenta e três unidades prisionais, componentes do sistema penitenciário do Estado do Maranhão.

Quadro 12 - Quantitativo de Inscritos e Concludentes em São Luís - 2022

INSCRITOS	19.325
CONCLUDENTES	15.943
DIFERENÇA	3.382

Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA.

Gráfico 6 - PROJETO RPL em São Luís - Exercício 2022



Fonte: elaborado pela autora (2025).

A seguir, apresentamos o levantamento do trabalho conjunto realizado pela Secretaria de Administração Penitenciária no âmbito do Projeto Leitura Interativa no Estado do Maranhão em 2023.

3.4 Ações do projeto remição pela leitura no Maranhão – ciclo 2023

Logo no segundo dia do ano de 2023, foi feita a entrega dos livros, promovendo a abertura das atividades do Projeto Remição pela Leitura de 2023.

Quadro 13 - Atividades do Projeto RPL – Ciclo 2023.1 Maranhão

Ciclos	1	2	3	4	5	6
Entrega de Obra Literária	02/01/23	01/02/23	01/03/23	03/04/23	02/05/23	01/06/23
Período de Validação de relatório	24 a 28/01	22 a 26/02	22 a 26/03	21 a 26/04	22 a 27/05	21 a 26/06
Inscritos	979	5.241	4.487	5.004	5.795	3.024
Concludentes	4.134	-	3.695	4.201	4.823	4.978

Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA

Quadro 14 - Atividades do Projeto RPL – Ciclo 2023.2 Maranhão

Ciclos	7	8	9	10	11	12
Entrega de Obra Literária	31/06/23	31/07/23	31/08/23	02/10/23	31/10/23	28/11/23
Período de Validação de relatório	21 a 26/07	21 a 26/08	21 a 26/09	23 a 28/10	21 a 25/11	19 a 23/12
Inscritos	5.715	6.009	6.137	5.911	6.186	6.382
Concludentes	4.904	4.806	4.987	4.784	4.822	4.275

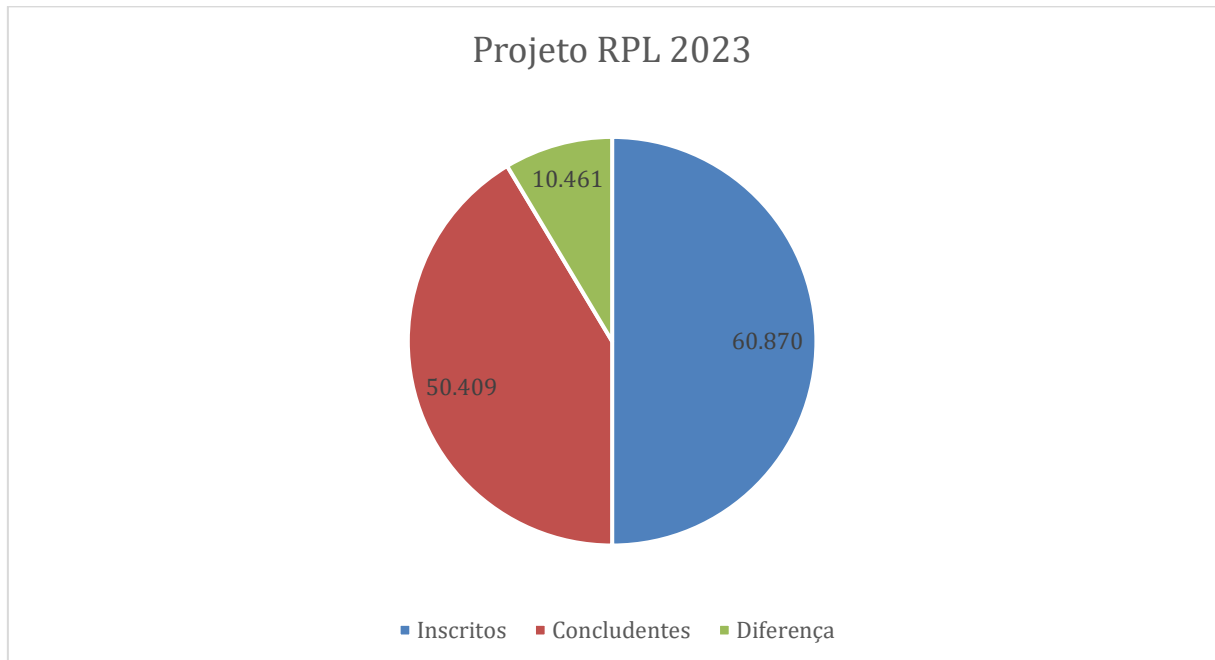
Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA

Quadro 15 - Quantitativo Estadual de Inscritos e Concludentes - 2023

INSCRITOS	60.870
CONCLUDENTES	50.409
DIFERENÇA	10.461

Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA

Gráfico 7 - PROJETO RPL MA - Exercício 2023



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Dando continuidade ao trabalho realizado em 2022, apresentamos os dados do Projeto Remição pela Leitura desenvolvido nas quinze (15) unidades prisionais de São Luís, capital do Estado do Maranhão, incluindo a APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, e adicionando a participação dos encarcerados que compõem o COCTS - Centro de Observação Criminológica e Triagem, correspondente ao ano de 2023. Não conseguimos os dados referentes ao CAEE, unidade do semiaberto, mais conhecida como albergue do centro, dada sua localização no centro da cidade.

Quadro 16 - Atividades do RPL – Ciclo 2023.1 em São Luís

CICLOS	1		2		3		4		5		6	
Entrega de obra literária	02/01/23		01/02/23		01/03/23		03/04/23		02/05/23		01/06/23	
Período de Validação	24 a 28/01		22 a 26/02		22 a 26/03		21 a 26/04		22 a 27/05		21 a 26/06	
Inscritos e Concluídos	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C
PRSLZ	362	310	399		30	24	51	48	377	335	367	360
UPNL	64	58	64		62	51	59	49	61	48	59	53
UPFEM	174	141	190		197	130	206	142	218	153	222	156
UPMAX	78	73	75		5	3	3	3	62	53	50	47
UPMTC	28	28	26		29	29	26	25	40	39	40	37
UPODA	36	34	38		41	39	63	58	62	57	65	62
UPSL1	176	173	184		178	174	187	126	218	196	227	192
UPSL2	359	359	395		211	200	414	416	430	403	441	417
UPSL3	174	100	174		174	81	174	100	174	92	175	93
UPSL4	48	46	49		52	44	44	44	52	50	52	52
UPSL5	270	230	268		268	174	271	242	274	249	270	233
UPSL6	315	145	282		314	221	342	217	296	195	305	232
UPSL7	234	222	257		35	34	52	40	315	294	290	288
APAC	55	55	56	56	53	53	54	53	56	56	58	58
COCTS - Triagem	4	4	4		5	5	5	4	4	4	4	4

Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA

Quadro 17 - Atividades do RPL – Ciclo 2023.2 em São Luís

CICLOS	7		8		9		10		11		12	
Entrega de obra literária	31/06/23		31/07/23		31/08/23		02/10/23		31/10/23		28/11/23	
Período de Validação	21 a 26/07		21 a 26/08		21 a 26/09		23 a 28/10		21 a 25/11		19 a 23/12	
Inscritos e Concluídos	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C
PRSLZ	413	387	486	331	526	338	411	332	511	325	459	334
UPNL	60	53	64	54	59	51	56	56	66	62	65	58
UPFEM	231	153	260	170	284	183	257	178	271	169	260	162
UPMAX	50	47	48	45	48	48	50	47	55	53	53	53
UPMTC	39	36	44	44	48	45	49	46	46	39	59	50
UPODA	60	57	63	61	60	53	57	55	59	56	57	45
UPSL1	196	188	230	188	252	210	252	226	267	210	304	196
UPSL2	457	430	450	400	442	391	432	379	415	383	428	408
UPSL3	174	121	178	110	178	96	170	109	170	102	170	87
UPSL4	52	48	61	61	52	51	50	46	52	48	51	47
UPSL5	270	245	281	241	281	249	285	255	290	233	276	223
UPSL6	310	229	328	225	321	207	207	203	299	220	287	157
UPSL7	300	276	284	245	278	267	279	250	268	245	283	251
APAC	57	57	54	54	56	56	56	56	58	58	67	67
COCTS - Triagem	6	6	6	6	6	6	5	5	6	6	4	4

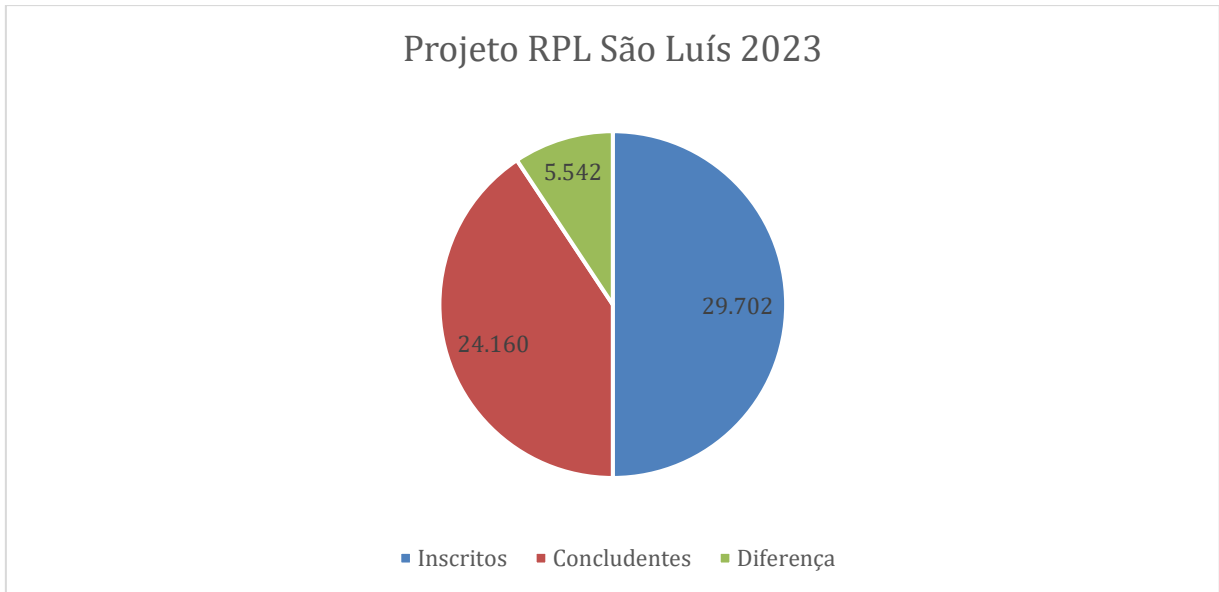
Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA

Quadro 18 - Quantitativo de Inscritos e Concludentes em São Luís - 2023

INSCRITOS	29.702
CONCLUDENTES	24.160
DIFERENÇA	5.542

Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA

Gráfico 8 - Projeto RPL em São Luís – Exercício 2023



Fonte: elaborado pela autora (2025).

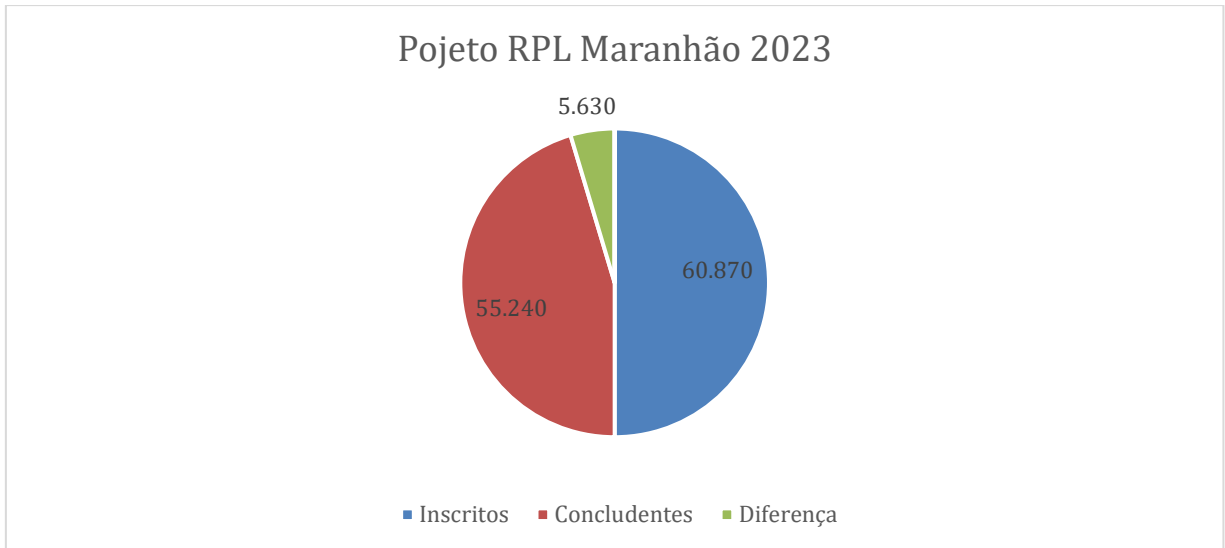
De acordo com a coleta de dados da supervisão de educação penitenciária, o Estado do Maranhão validou trinta e seis mil novecentos e seis (36.906) relatórios ao longo dos doze ciclos de atividades de leitura no ano de 2022 e cinquenta e cinco mil duzentos e quarenta (55.240) no exercício de 2023 através do projeto “Leitura Interativa”, competentemente coordenado pelas diversas ações efetivadas pela supervisão de educação através da Secretaria Adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária. Embora haja dificuldades, notamos que um grande número de apenados têm aproveitado as oportunidades oferecidas pelo Projeto *Leitura Interativa* para realizar estudos e reduzir penas, corroborando a teoria de que é possível promover educação e cultura mesmo em um ambiente inóspito e desafiador como a prisão.

Quadro 19 - Quantitativo de Inscritos e Concludentes no Maranhão - 2023

INSCRITOS	60.870
CONCLUDENTES	55.240
DIFERENÇA	5.630

Fonte: Supervisão de Educação da SEAP MA.

Gráfico 9 - Projeto RPL no Maranhão – Exercício 2023



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Ainda nessa direção, abordaremos sobre leitura literária no âmbito de privação de liberdade, no tópico a seguir.




4 A LEITURA LITERÁRIA NO ESPAÇO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

O letramento literário, considerado por Cosson (2014a) como prática de leitura, possibilita uma espécie de apropriação da literatura pelo sujeito leitor que constrói e reconstrói os sentidos, trocando e preservando-os tanto no âmbito individual como social. Desse modo, muito além de uma habilidade de leitura de textos literários, o letramento literário consiste em construir sentidos a partir da apropriação da literatura. Logo, percebemos em Cândido (2011, p. 179), que a eficácia da literatura no processo de humanização possibilita um certo equilíbrio entre homem e sociedade, considerando que “toda obra literária é antes de mais nada uma espécie de objeto, de objeto construído; e é grande o poder humanizador desta construção, enquanto construção”. Recorremos também a Todorov (2010, p. 24), que corrobora tal ideia da leitura como construção humana quando relata que a literatura tem o poder de proporcionar sensações imprescindíveis, capazes de transformar o mundo real em um lugar mais bonito e com plenitude de sentido, ao enunciar: “Longe de ser um simples entretenimento, uma distração reservada às pessoas educadas, ela permite que cada um responda melhor à sua vocação de ser humano”. Dessa forma, a literatura permite a descoberta de nós mesmos e de nossa participação como seres sociais.

A literatura nos diz o que somos e nos incentiva a desejar e a expressar o mundo por nós mesmos. E isso se dá porque a literatura é uma experiência a ser realizada. É mais que um conhecimento a ser reelaborado, ela é a incorporação do outro em mim sem renúncia da minha própria identidade. No exercício da literatura, podemos ser outros, podemos viver como os outros, podemos romper os limites do tempo e do espaço de nossa experiência e, ainda assim, sermos nós mesmos. (COSSON, 2014b, p. 17)

O autor apregoa que a literatura possibilita uma reelaboração de conhecimento e, mais além, possibilita a incorporação do outro em nós, sem que precisemos renunciar à própria identidade. Assim, esse encontro com a subjetividade proporcionado pela literatura, fomenta a vivência de sentimentos e emoções ao integrar contextos diversos, a exemplo do cárcere, que atuam, reflexivamente, no processo de compreensão de mundo, levando-nos à humanização, tendo em vista que o texto literário, além de expressar o que realmente somos, consegue intervir em nossa formação.

Ao percebermos o direito humano sob a ótica de Cândido (2011) como tudo aquilo que é indispensável à vida humana, logo compreendemos que a leitura literária,



já inserida na cultura como direito constitucional, é algo indispensável à formação do ser humano. A partir dessa proposição, concebemos a leitura como um direito extensivo a todos, o que inclui a população carcerária, igualmente.

Nesse contexto, a prática da leitura no cárcere tem grande relevância para a comunidade reclusa, assim como é importante para a sociedade em geral, haja vista que o Projeto de Remição pela Leitura, bem como outros projetos de leitura promovidos pelas universidades que pesquisam o sistema prisional, pode contribuir de forma significativa a fim de que a ressocialização de egressos do sistema carcerário seja uma possibilidade. “Sendo o objeto da leitura a própria condição humana, aquele que a lê e a compreende se tornará não um simples especialista em análise literária, mas um conhecedor do ser humano” (Todorov, 2010, p. 92 e 93).

Concebemos, então, a relevância da leitura literária como remição de pena e como um direito assegurado pelo Estado, contudo, gostaríamos de abordar outra faceta da leitura. A leitura de mundo que é compreendida como um processo contínuo ao longo da vida. Bem além de identificar e decifrar códigos e símbolos, essa prática impulsiona o leitor, de forma gradativa e natural, a ampliar sua visão de mundo, direcionando e habilitando esse leitor a imergir nas águas profundas da subjetividade, podendo proporcionar uma saída positiva para muitas pessoas privadas de liberdade, atuando como uma forma de escape e uma oportunidade de explorar realidades diferentes e, dessa maneira, aliviar o estresse do confinamento.

A partir dessas considerações, que abrem um leque de possibilidades maximizadoras do ato da leitura, percebemos que tal prática vai muito além do entretenimento cultural, fazendo-nos refletir na essência de palavras como imaginar, viajar, transportar, libertar, experienciadas pelo leitor durante a ação da leitura, ao ponto deste se esquecer, ainda que temporariamente, de sua condição de recluso em uma cela com 20 pessoas que tem a capacidade para comportar apenas a metade deste número e murmurar, como Primo Levi: “Por um momento, esqueci quem sou e onde estou” (Levi, 1988, p. 116).

Nessa dimensão, compreende-se, a priori, que o confinamento simboliza a perda da liberdade, a perda dos direitos civis e políticos, entretanto, não pode de nenhum modo, simbolizar “a suspensão dos direitos ao respeito, à dignidade, à privacidade, à integridade física, psicológica e moral, ao desenvolvimento pessoal e social, espaço onde se insere a prática educacional” (Brasil, 2013, p. 318).



Por esse viés, ressaltamos a importância da pessoa privada de liberdade se tornar um sujeito leitor ainda que do lado de dentro dos muros de uma prisão, tendo em vista que a literatura ensiná-lo-á a desenvolver uma consciência crítica, em virtude de a educação possibilitar o pensamento crítico da cultura (Aranha, 1990). Essa criticidade, por sua vez, contribuirá com a prática de atos de responsabilidade tanto do indivíduo, quanto do coletivo. Desse modo, à medida que aprendemos que a educação, envolvendo a cultura e a literatura, é um direito de todos, aprendemos, na sequência, que devemos conquistar direitos na mesma proporção que cumprimos deveres. Neste caso em específico, o dever de pagar pelas ações ilegais cometidas contra a sociedade civil e que reclamam por uma reparação, em estrita conformidade com as exigências das leis que nos regem.

Todas as considerações acerca da relevância da prática de leitura na rotina da pessoa encarcerada são pertinentes, porém, abordamos na sequência as percepções de Cândido (2011) quanto ao caráter humanizador da literatura na vida de todas as pessoas, livres e privadas de liberdade, visto que “a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos” (Cândido, 2011, p. 176), isto é, ninguém consegue viver sem o contato com algum tipo de fabulação. De natureza complexa, a literatura funciona como estrutura e significado, modo de manifestação de emoções e percepções de mundo e forma de conhecimento, propiciando a humanização à medida que nos torna mais indulgentes e receptivos para acolher o outro, bem como a História que o permeia. Portanto, o processo de humanização

[...] confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor (Cândido, 211, p. 18).

Enquanto molda os sentimentos e a visão que temos do mundo à nossa volta, a ação da leitura literária nos organiza, liberta-nos do desequilíbrio caótico e por fim, humaniza-nos.



4.1 Processos educativos da leitura em prisões

Oriundos, em sua maioria, da base da estratificação social, onde se encontram os pobres, a população carcerária apresenta um nível de escolaridade muito baixo. Não é raridade para o sistema prisional receber pessoas com defasagem educacional significativa, a despeito do predomínio jovem na comunidade confinada.


Comumente, o detento considera as atividades de educação como um meio de ocupar o tempo e a elas recorre quando não consegue uma oportunidade de prática laboral, sua prioridade, tendo em vista que na concepção de uma grande parte de encarcerados, é mais fácil trabalhar do que estudar, talvez, baseados em experiências pregressas de tentativas de frequência escolar malsucedidas.

Com o panorama acima descrito, em prol de um resultado positivo no que concerne à prática de leitura em prisões, admitimos a necessidade de estabelecer conexões de comunicação entre enredos, personagens e narradores com detentos leitores em formação, a fim de que a leitura cumpra seu papel singular de entrelaçar uma rede fundamentada no potencial da arte literária.

Nessa expectativa de formação de leitores detentos, além de ser uma forma de remição de pena, a leitura em prisões cria uma dimensão nova, proporciona um resgate de humanização, reintegra a pessoa que se viu retirada de sua condição de liberdade, oferece uma chance de conhecer a si mesmo e de se reencontrar com sua dignidade e ensina o leitor a conhecer e conviver com as diferenças do outro.

Nesse sentido, pensando a leitura como um escudo capaz de proteger a pessoa privada de liberdade da cruel realidade de ter um presídio como moradia, submetido a um contexto no qual sua autonomia é reduzida até sumir por completo, a prática da leitura pode funcionar como um escape para a construção de um ambiente próprio, íntimo, um reencontro com a subjetividade.

Sendo assim, todos os envolvidos com o sistema prisional, quer sejam servidores, quer sejam voluntários ou a sociedade civil em geral, que não mantêm nenhum contato com a comunidade reclusa, todos nós precisamos compreender a política pública de prática de leitura no cárcere como contribuição significativa ao processo de ressocialização do sujeito aprisionado e precisamos entender que este é um processo lento, que requer paciência e perseverança. Os resultados não virão instantaneamente, contudo, se cada seguimento desempenhar satisfatoriamente a parte que lhe é atribuída, a idealização de detentos ressocializados tornar-se-á uma



possibilidade. Em linguagem figurada, diríamos que a semente precisa ser plantada para que tenhamos a esperança da colheita. Não sabemos se a safra será abundante, todavia, cumpre-nos fazer o que estiver ao nosso alcance, a fim de que a ceifa seja bem-sucedida.

4.2 A leitura literária no cárcere como prática social

Além de ser um direito de todos, a leitura tornou-se, também, uma prática de todos. Horellou-Lafarge & Segré (2010) descrevem o ato de ler como uma atividade naturalizada pela rotina tanto quanto comer, beber ou dormir. Conforme a sociologia da leitura, as atividades de leitura são tão indispensáveis quanto essas práticas cotidianas descritas. O livro, no tempo presente, pode ser encontrado nos supermercados, feiras, lojas de departamento e de conveniência, sítios eletrônicos, tornando-se um produto de massa, mercadológico. Segundo as autoras, essa diversidade de acesso indica que a leitura se transformou em uma prática de usos e conteúdos sociais diversos:

Existe hoje uma profusão de textos para ler. As incessantes novidades oferecidas pelas editoras acumulam-se sem deixar às vezes, mesmo ao leitor eventual o tempo de ler, de imergir-se no texto, de esquecer-se na leitura ou de saboreá-la. Uma leitura expulsa a outra. O “é preciso ler” repetido nem sempre é convincente, nem acompanhado de efeito porque o gosto pela leitura é frequentemente rebelde, nem sempre se curva às injunções dos especialistas atilados ou às incessantes seduções publicitárias. A leitura continua sendo uma prática sempre errante e incontrolável (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p. 148).

Levando em consideração o fato de que a educação em espaços de afastamento de liberdade perpassa as atividades desenvolvidas na escola, não se limitando a estas, as práticas literárias realizadas nesses ambientes estimulam a inserção desses sujeitos em temáticas sociais, tais como formação cultural, meio ambiente e sustentabilidade, ética e cidadania, tecnologia digital, entre outros temas que fomentam as ações de leitura enquanto, simultaneamente, aliviam as tensões características de espaços de encarceramento. A leitura literária no âmbito carcerário, além de remir a pena, reduzindo o tempo de permanência no confinamento, cria uma dimensão nova com a possibilidade de mudança do estilo de vida na reclusão, proporciona a redenção da humanização, promove a reflexão sobre valores, crenças e objetivos, possibilita crescimento cognitivo, desenvolve a criticidade, fortalece o



emocional e o psicológico ao reduzir o estresse e a ansiedade, enfim, possibilita uma mudança considerável de paradigma, oferecendo uma oportunidade de conhecer a si mesmo e de se reencontrar com sua dignidade, ensinando o leitor a conhecer e conviver com as diferenças do outro.

Nesse contexto de literatura e sociedade, ao evidenciar a natureza dialógica da leitura como prática social de produção de sentidos, historicamente sedimentada, compreendemos que essa construção acontece por via humana, haja vista que “ler não tem contraindicação, porque é o que nos faz humanos” (Cosson, 2014(a), p. 179).

Portanto, mediar um projeto de leitura e escrita é, antes de tudo, defender o acesso à leitura literária, assim como o acesso à escrita como um direito extensivo a todas as pessoas, tendo em vista que é algo indispensável à formação do ser humano. Proclamada por Cândido (2011) como um direito básico, indispensável à vida humana, percebemos a literatura, inserida na cultura, como um direito constitucional, inserida pelo autor no rol dos “bens incompressíveis”, complementando essa lista com o direito pela alimentação, moradia, instrução, saúde, liberdade e justiça pública.

Por conseguinte, considerando acerca dos benefícios que a literatura proporciona a qualquer um que a ela se submete, incentivamos a participação e contribuimos com a comunidade carcerária nas ações do Projeto de Remição pela Leitura porque, dentre todas as outras argumentações apresentadas ao longo desta pesquisa, acrescentamos que a literatura promove a reflexão e a empatia, habilitando os leitores a se conectarem com personagens e situações que lhes permitam refletir sobre suas próprias experiências e a se tornarem mais empáticos com os outros, além da possibilidade de desenvolvimento pessoal e de habilidades capazes de aumentar as chances de reinserção na vida social e profissional no pós-presídio.


À vista disso, a leitura se constitui em prática educacional que produz sujeitos críticos, sensíveis ao sentimento do outro e hábeis em conversar sobre a diversidade dos sentidos que nos circundam, cheios de significado, advindos da convivência em sociedade, a despeito do ambiente que compartilhamos, pois esta “[...] envolve uma característica essencial e singular ao homem: a sua capacidade simbólica e de interação com o outro pela mediação de palavras” (Brandão, 2002, p. 9).

Nessa direção, seguimos lutando a fim de que o exercício da leitura siga cumprindo seu papel de socialização e ressocialização de pessoas que, por circunstâncias diversas e adversas, foram, por um determinado tempo, privadas de liberdade.

4.3 A leitura tem poder transformador?

A ampla abordagem das ideias de Todorov (2010) converge com as concepções de outros teóricos no sentido de pensar a literatura como um bálsamo, um refrigerio ou mesmo um exercício para a alma, naturalmente chegamos à conclusão de que o ato da leitura consiste no caminho mais fácil para o conhecimento de si mesmo e do outro. Assim sendo, conhecer, humanizar, expandir, emancipar são verbos que configuram degraus de uma escada que, possivelmente, levará o sujeito leitor encarcerado à transformação de si mesmo, o que, possivelmente também, contribuirá para a transformação do outro.

“A literatura é parte integrante da arte de habitar que nos resulta essencial” (Petit, 2009, p. 50). Essa citação se faz muito pertinente em relação ao tópico, em questão, especialmente se rememorarmos o episódio ocorrido durante um momento de avaliação do projeto. O mesmo participante que, no início do seu encontro com a leitura, mencionou não ter condições de prática literária, em virtude de só haver espaço para o universo da cadeia em sua mente, cujo relato tomaremos conhecimento em *Relatos de Experiências Carcerárias*, no capítulo sete, falou da revolução e evolução vivenciadas após a convivência com os livros. Ele tinha um relacionamento muito difícil com os companheiros de cela e com os próprios policiais penais. Já havia desrespeitado até mesmo o diretor da unidade. Era conhecido no pavilhão como alguém que não deixava que ninguém o afrontasse sem que ele ultrajasse de volta. Embora fosse respeitado pela comunidade interna e visado pelos servidores, esse tipo de comportamento já havia lhe rendido alguns PDIs. Entretanto, uma transformação começou a acontecer na mente de quem antes não pensava porque não sabia que era capaz de pensar. “O bem-estar, mas também o ato de pensar, demandam um espaço construído dessa maneira, e viagens para o longínquo, regressos para o que está perto considerado com outros olhos” (Petit, 2009, p. 50). Pensar – o apenado leitor decidiu conjugar o verbo “pensar” nos tempos passado, presente e futuro para, então, ponderar que suas atitudes até aquele momento, se continuadas, só contribuiriam para delongar sua permanência naquele lugar. Desse modo, o momento do reencontro com seus dois filhos, sua mãe e demais familiares se procrastinava a cada ato de rebeldia praticado. Portanto, a partir do exercício do pensamento, foi-lhe possível refletir na imagem que estava sendo construída em



virtude de sua postura de enfrentamento, fazer uma conversão, e mudar de via para a obtenção de resultados satisfatórios em um tempo mais abreviado.


Por essa ótica, acreditamos na prática de leitura no cárcere como uma possibilidade de transformação, tendo em vista que a leitura tem a capacidade de causar uma expansão mental na vida do sujeito leitor. Enfim, a literatura tem múltiplos poderes, como lemos a seguir:

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro. A literatura tem um papel vital a cumprir (TODOROV, 2010, p.76).

A título de ênfase na possibilidade de conversão através da prática de leitura, o sintagma “conversão” sendo utilizado no sentido de mudança de forma ou natureza, encontramos uma publicação de 30 de novembro de 2017, no sítio do CNJ, que relata a experiência de R., recluso na penitenciária de Porto Velho em 2007, onde iniciou sua jornada de leitura na tentativa de mitigar os horrores do cárcere, como observamos a seguir:

R. adquiriu o hábito da leitura nos anos que esteve nos presídios de Porto Velho. Preso em 2007, mergulhou nos livros para esquivar-se das drogas oferecidas e repelir o medo de ser morto pelos colegas de cela. O hábito de ler o manteve longe do crime e o ajudou a passar no vestibular da Universidade federal de Rondônia. Em Porto Velho, R. já deixou o regime fechado, onde viveu cinco anos entre o Presídio Urso Branco, o Presídio Urso Panda e o Centro de Ressocialização Vale do Guaporé. Aos 38 anos hoje, trabalha e estuda. O direito a progredir para o regime semiaberto ele deve, em grande parte, à leitura. Com o hábito adquirido, “tomou gosto por estudar”, formou-se em Pedagogia com nota 100 na monografia. Ele acorda todos os dias às 6 horas, toma seu café e parte para o trabalho. Sempre monitorado por tornozeleira eletrônica. Ao final do expediente, retorna para casa. [...] O único dia em que muda a rotina é sexta-feira. Há dois meses, R. se dirige não ao serviço, mas à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Rondônia, onde cursa Mestrado *stricto sensu*. Quando conquistar o grau de mestre, em 2019, pretende retornar aos presídios onde esteve para incentivar a leitura entre os internos e provar que é possível outro futuro, especialmente para quem adota o hábito da leitura. Promete dividir com os presos uma frase do filósofo francês Jean-Paul Sartre: ‘Não importa o que fizeram com você. O que importa é o que você faz com aquilo que fizeram com você’ (CNJ, 2017).

A experiência vivenciada por R. mostra que a leitura pode incitar à mudança de direção, ressignificar conceitos e posturas, promover reflexões, estimular a



aprendizagem, multiplicar conhecimentos, valorizar oportunidades e compartilhar saberes a partir de situações experienciadas.

Portanto, ao perceber as possibilidades que surgem com a prática da leitura, o leitor que é privado de liberdade inicia um processo de transformação, intensificando sua busca por mais oportunidades de liberdade proporcionadas pela imersão nos livros. Involuntariamente, vai mudando a fala, o comportamento, a postura física e social. De acordo com Yunes (1995), o ser humano tende a repetir as experiências que lhe causam satisfação em detrimento daquelas que o reprimem, afastam, reduzem. Conforme a autora,

O ato de ler é um ato da sensibilidade e da inteligência, de compreensão e de comunhão com o mundo; lendo, expandimos o estar no mundo, alcançamos esferas do conhecimento antes não experimentadas e, no dizer de Aristóteles, nos comovemos catarticamente e ampliamos a condição humana. Esta sensação de plenitude, iluminante, ainda que dolorosa e aguda tem sido a constante que o discurso artístico proporciona. Diante de um quadro, de uma música, de um texto, o mundo inteiro, que não cabe no relance do olhar, se condensa e aprofunda em nós um sentimento que abarca a totalidade, como se, pela parte que tocamos, pudéssemos entrever o não-visto e adivinhar o que, de fato, não experimentamos (YUNES, 1995, p.185).

Dentre muitos testemunhos registrados em unidades prisionais para a elaboração do Censo Nacional de Práticas de Leitura publicado em 2023, resumido no primeiro capítulo desta pesquisa, encontramos a entrevista de uma interna que cumpre pena na Penitenciária de Santana, no Estado de São Paulo, que corrobora a possibilidade de transformação de ideologia e atitudes através da leitura.

Entrevistada 1: Acho maravilhoso, não só como tenho certeza, além de estar privada a imaginação não está. Nós nos encontramos muito dentro dos livros. [...] Quando falaram sobre a remição de leitura, a gente acorda pensando no alvará e dorme pensando no alvará, quando teve a oportunidade de entrar na leitura, pensava em sair logo do lugar, na medida em que vai participando, vai se identificando com a leitura, objetivos hoje, aprender acordar, o livro me deu a chance de aprender a viver, com os meus filhos, pais, minha família. [...] Os livros me dão paz, me livram da pressão. [...] A leitura é muito boa, dá paz, cura a depressão, abre a mente para o futuro. A leitura dá mais tranquilidade, antes berrava muito, hoje consegue conversar (CNPLSP, 2023, p. 144).

Afinal, a plasticidade do nosso cérebro corrobora a criação de uma reserva cognitiva durante a prática da leitura. As conexões, frutos da imaginação durante o ato da leitura, vão se formando a partir da trama, das personagens, o que propicia a liberdade de pensamento, de corpo, de tempo e de espaço, impelindo-nos a



corroborar o pensamento de Petit (2009, p. 47) quando esta diz que o ato da leitura “tem a ver com a liberdade de ir e vir, com a possibilidade de entrar à vontade em um outro mundo e dele sair. Por meio dessas idas e vindas, o leitor traça a sua autonomia, mediante a qual ele se reconstrói”. A partir desse pensamento, corroborado com muitos outros estudiosos da área, uma roda de leitura em presídios é uma prática social que faculta ao confinado, a oportunidade de adentrar a um mundo desconhecido, contudo, sem grades, de portas escancaradas, onde lhe é permitido ir e vir continuamente, viajar por terra, mar ou espaço aéreo sem algemas, na companhia de várias pessoas que o fazem ignorar a solidão da cela fria, úmida, ou quente demais.

Embora tenhamos enfatizado o poder transformador da leitura através de citações autorais e testemunhos de leitores, achamos necessário esclarecer a concepção de que a literatura não é uma tábua de salvação para náufragos e nem mesmo uma varinha de condão usada em contos de fadas. Ou seja, não podemos pensar que a literatura vai transformar criminosos em cidadãos honestos e irrepreensíveis ao simples contato com a leitura literária. Em virtude de evitar esse mal entendimento, retornamos ao posicionamento de Antônio Cândido (2011) que discorre sobre os dois lados da literatura considerando-a não como uma experiência inofensiva, todavia, observando-a como uma aventura com poder de gerar problemas de ordem psíquica e moral, do mesmo modo que ocorre com a vida, afinal, a literatura reflete e transfigura a própria vida, agindo como formadora de personalidade em conformidade com as torrentes da realidade que nos circunda.

Por conseguinte, a leitura pode nos enternecer, despertar sentimentos altruístas do mesmo modo que é capaz de levar o leitor a uma tomada de posição pouco ou nada convencional no processo de construção de uma consciência crítica, mostrando assim, os atributos paradoxais resultantes da prática literária. Consoante a esse paradoxo, o autor pondera que há

[...] conflito entre a ideia convencional de uma literatura que *eleva e edifica* (segundo os padrões oficiais) e a sua poderosa força indiscriminada de iniciação na vida, com uma variada complexidade nem sempre desejada pelos educadores. Ela não *corrompe* nem *edifica*, portanto; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver (CÂNDIDO, 2011, p. 178).



Portanto, apregoamos da necessidade, cada vez mais célere, de ações de leitura para todos os públicos, mas considerando o objeto de estudo desta pesquisa, propalamos sobre a lepidéz necessária de implantação de práticas de leitura junto ao público confinado em presídios ao longo do território nacional a fim de que tais práticas, se eficazes, produzam valores, promovam empatia, elevem a autoestima à medida que reduzem a ansiedade, ou seja, resgatem a humanização, visto que a literatura humaniza, e a humanização, transforma.

Coerente com as ações de leitura requeridas pela legislação que norteia a remição de pena pela leitura, objetivando promover o letramento literário no contexto de privação de liberdade, dissertaremos, no capítulo a seguir, sobre o projeto de mediação de leitura e escrita carcerária, *Leio, Logo Existo*.




5 PROJETO DE MEDIAÇÃO DE LEITURA *LEIO, LOGO EXISTO*

Apresentamos o projeto de mediação de leitura e escrita *Leio, Logo Existo*, fruto do nosso trabalho de pesquisa de pós-graduação a nível de Doutorado da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Como destacamos na introdução deste trabalho, usamos a pluralidade durante toda a escrita por pensar que nunca realizamos nada sozinhos. O trabalho de pesquisa é sempre plural porque fundamentamos nossas ideias em autores que já as idealizaram antes, em pesquisadores atuantes na mesma linha de pesquisa, em pessoas inseridas profissional ou voluntariamente na área pesquisada e, obviamente, nos sujeitos que se constituem em objeto desta pesquisa. Portanto, a fim de falarmos com mais assertividade sobre a atuação do Projeto de Remição pela Leitura no Complexo Penitenciário São Luís, decidimos implantar um projeto de mediação de leitura e escrita com um grupo de PPL, internos do referido complexo prisional.

Iniciado na UPSL 1 em abril de 2023 e tendo continuidade na UPSL 6 em 2024, o objetivo do projeto de mediação de leitura e escrita *Leio, Logo Existo* consiste em promover a leitura como ferramenta de crescimento pessoal, educacional e social, levando os internos da referida unidade a desenvolverem habilidades de leitura e escrita, aprimorarem sua compreensão de mundo e a se prepararem para uma vida, pós-aprisionamento, mais plena e produtiva.

Concernente ao nome atribuído ao projeto de mediação de leitura e escrita, a saber, *Leio, logo existo*, justificamos com fundamento na máxima de René Descartes, que em meio a tantas incertezas povoadoras de sua mente, chega à certeza de sua existência através do ato de pensar. Nesse sentido, o pensamento era a evidência do existir. Logo, a ação de pensar proporciona vida. Da mesma maneira, a proposição contrária também é verdadeira. Se não pensamos, não existimos. Para que haja existência, é necessário que usemos a habilidade pensante, a reflexão. Assim, o axioma de Descartes, *Penso, logo existo*, torna-se a proposta exaustivamente repetida nas práticas do projeto de mediação de leitura e escrita *Leio, logo existo*, elaborado exclusivamente para as PPL do Complexo Penitenciário São Luís.

Nessa perspectiva, a mediação de leitura, assim como a oficina de escrita ocorre semanalmente com a participação de quinze (15) integrantes na UPSL 1 e vinte (20) integrantes na UPSL 6. Assim, nesses momentos de imersão à literatura, cada detento tem a autorização de se tornar um leitor competente, de se deixar sensibilizar



pelos meandros da literatura, de criar ou ampliar o seu acervo cultural. Cada apenado adentra o sonho de autores que pensam o cotidiano completamente distinto daquele mundo intramuros que eles estão acostumados a povoar, o pensamento de liberdade continua fazendo muito sentido. Afinal,

É por meio de uma obra literária que podemos sentir uma profunda empatia por aquele que vive uma realidade completamente diversa da nossa; que podemos nos sentir chineses sem nunca termos conhecido um chinês ou mesmo o seu *habitat* geográfico, social, político e cultural: a China; de nos sentirmos negros, gays, pobres, milionários, prostitutas sem que nenhuma dessas realidades se inscreva no nosso universo. [...] é por meio dela que descobrimos que o outro, tão diverso de nós, sente as mesmas dores, angústias e alegrias que nos acometem (VIEIRA, 2012, p. 68/69).

Nessa direção, o incentivo à prática da leitura, interpretação textual e escrita com os internos da UPSL 1 e UPSL 6 através do projeto de mediação e leitura e escrita *Leio, Logo Existo*, tem corroborado a teoria de que a experiência de se tornar um sujeito leitor ainda que do lado de dentro dos muros de uma prisão proporciona o desenvolvimento da criticidade por meio da reflexão cultural (Aranha, 1990), trabalho tão bem exercido pela educação literária que conduz à reflexão crítica que, por sua vez, contribui para a prática de atos de responsabilidade tanto do indivíduo quanto do coletivo. Desse modo, aprendemos que a educação, envolvendo a cultura e a literatura, é um direito de todos. Além disso, constatamos que a prática da leitura, da argumentação, da própria escrita, tem minimizado os impactos funestos do enclausuramento na vida daqueles que a essas práticas se dedicam.

Nesse contexto, baseando-nos no direito que todos temos à leitura (Cândido, 2011), no resgate à humanização que ela proporciona, na reintegração da pessoa que se viu retirada de sua condição de liberdade, no pensamento do texto literário agindo como “um instrumento mediador, simbólico, através do qual o ser humano constrói, e reconstrói, avalia, e reavalia, um conhecimento de si e do mundo” (Lima, 2006, p. 78) e, refletindo na possibilidade da não aptidão para a escrita refletida no número dos relatórios não validados, pensamos na execução do projeto de mediação de leitura *Leio, Logo Existo* que tem como finalidade, promover a leitura como ferramenta de crescimento pessoal, educacional e social, incentivando os internos das Unidades Prisionais de Ressocialização 1 e 6, integrantes do Complexo Penitenciário São Luís, a desenvolverem habilidades de leitura e escrita, aprimorarem sua compreensão de mundo e a se prepararem para uma vida, pós-aprisionamento, mais plena e produtiva.

O projeto de leitura *Leio, logo existo* teve início em abril de 2023, no espaço do Farol do Saber, biblioteca que integra a UPSL 1, com a participação de quinze integrantes, internos dessa unidade prisional, todos eles cursando uma das etapas do EJA no Centro de Ensino João Sobreira de Lima, escola que funciona nas dependências do Complexo Penitenciário, revitalizada com mão de obra carcerária e reinaugurada em 22 de agosto de 2022. Sentimos a necessidade de abrir um espaço para explicitar sobre o Farol do Saber. Em 1997, a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão lançou o projeto *Farol da Educação* com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), isto é, bibliotecas públicas construídas na capital e demais municípios do Estado, em forma de farol (como mostra a imagem abaixo), a exemplo do *Farol do Saber* existente em Curitiba. Interessante enfatizar que a sociedade civil maranhense adotou o nome de Farol do Saber, em vez de Farol da Educação. Cada biblioteca recebeu uma identificação própria¹³, um acervo de cinco mil (5.000) livros, seis (6) servidores com formação em biblioteconomia, pedagogia, técnicos em biblioteca e professores para a realização de palestras e contação de histórias.

Figura 4 - Farol da Educação Brasilino Miranda, em Bacabal-MA



Fonte: Pesquisa Wikipédia

¹³ A identificação do Farol do Saber do Complexo Penitenciário São Luís é *Caminho da Liberdade* e se localiza nas dependências da UPSL 1.



Dando continuidade às atividades do nosso primeiro encontro, apresentamos o projeto e seus respectivos objetivos, realizamos uma dinâmica de grupo para quebrar o gelo, só então solicitamos que eles fizessem uma autoapresentação com as informações pessoais que julgassem necessárias para a ocasião. Assim, tivemos informações diferentes, como idade, origem, estado civil, além do nome, que todos mencionaram de forma completa. Após a apresentação, fizemos a leitura coletiva do conto *A Terceira Margem do Rio*, de Guimarães Rosa, seguida da abertura de uma roda de conversa, a partir de alguns questionamentos acerca do conto lido coletivamente. Aos poucos, eles foram participando, assim a conversa tornou-se dinâmica e produtiva.

Na semana seguinte, haja vista que os encontros são semanais, sempre às quintas-feiras à tarde, estabelecemos uma certa rotina de atividades, a saber: os momentos iniciais, aos quais chamamos de *warm up*¹⁴, são utilizados para a realização de uma dinâmica ou para uma conversa sobre algum assunto que lhes seja pertinente, ou seja, situações vivenciadas no confinamento, portanto, conversamos sobre as visitas dos familiares ou, as não visitas, considerando que bem poucos recebem visitas semanais, alguns deles recebem visitas mensais e outros nunca recebem visitas; pertences que eles podem ter nas celas; eventos realizados na escola; assuntos veiculados na mídia durante a semana; audiência judicial de algum companheiro; novidades relacionadas a algum interno que, porventura, tenha sido transferido de pavilhão ou de unidade prisional ou ainda, tenha recebido alvará de soltura; a alimentação servida no presídio, além de outros tópicos. Em seguida, iniciamos a atividade de motivação da leitura, que pode ser um parecer de um crítico de literatura, professora/professor ou alguém que tenha lido a obra, trecho de uma resenha sobre a obra, a sinopse de um filme produzido a partir do livro, uma imagem, um texto de um determinado *blog* sobre a obra, o autor, isto é, comentários que despertem a curiosidade sobre o enredo. Então, começamos a leitura coletiva do livro escolhido e, aproveitamos o ensejo para esclarecer que os livros selecionados para a leitura são do acervo da biblioteca da UPSL 1. Eles recebem os livros, levam para a cela e permanecem com eles o mês inteiro para o desempenho das atividades. O

¹⁴A introdução da palavra *warm up*, pertencente ao vocabulário da língua inglesa, em vez de “aquecimento” em língua portuguesa não tem uma explicação mais coerente do que o fato de desempenharmos o cargo de professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), atuando no ensino de Língua Inglesa, significando que de uma forma ou de outra, a subjetividade sempre aflora.




primeiro livro trabalhado foi *Capitães da Areia*, de Jorge Amado. Retomando a narrativa, fazemos a leitura coletiva no primeiro encontro, parando eventualmente para esclarecimentos sobre vocabulários desconhecidos ou algo mais que desperte a curiosidade. Ao final do primeiro encontro mensal, os livros são levados a fim de que deem seguimento à leitura durante a semana.

No segundo encontro mensal, após o *warm up*, prosseguimos com a conversa sobre a obra. É surpreendente, prazeroso e gratificante, ouvi-los expor suas ideias sobre os temas contidos na narrativa. Obviamente alguns falam mais euforicamente do que outros, postura resultante do interesse nos temas apontados pela autoria da obra ou em decorrência da própria personalidade, provavelmente. Porém, todos se envolvem nas conversas, explanando suas opiniões. Geralmente, o tempo não é suficiente para a abordagem das temáticas presentes na trama, dessa maneira, utilizamos um tempo extra no encontro seguinte para continuar a discussão inacabada.

O terceiro encontro mensal compõe-se de uma oficina de escrita para a produção do relatório que será enviado à SEAP para posterior remição de quatro dias da pena do respectivo leitor. Essa oficina é ministrada com orientações formais para a elaboração dos relatórios utilizando exemplificações baseadas no livro que está sendo lido e discutido no momento, e precisa ser repetida mensalmente em razão da suposta garantia de validação; da frequente dinamicidade que ocorre no sistema prisional; bem como do aprimoramento das técnicas de escrita. Após a exposição das orientações para a redação do relatório, cada integrante inicia a sua própria escrita, ainda em rascunho. Normalmente, o tempo é insuficiente para a escrita do relatório, integralmente, no terceiro encontro. Assim sendo, eles têm a tarefa de escrevê-los durante a semana e trazê-los prontos na semana seguinte. Após uma leitura final, são escritos no formulário padrão para a validação oficial, antes de serem encaminhados ao juiz ou juíza da respectiva vara de execução penal.

Após as atividades de *warm up*, o quarto encontro consiste na leitura dos relatórios produzidos durante a semana, ainda em rascunho. Após a leitura e eventuais observações realizadas individualmente, eles recebem os formulários definitivos para a transcrição das redações. Ao final dessa prática, os relatórios são entregues para a pessoa responsável em recebê-los que, por conseguinte, é um interno que possui escolaridade de nível superior e, devido sua competência, foi-lhe atribuída a responsabilidade de cuidar da biblioteca e de tudo o mais que permeia a




função de um bibliotecário. Quando a atividade mensal é concluída, os livros são devolvidos para a biblioteca. É importante pontuar que, a despeito da sistemática de trabalho proposta, ocasionalmente, algumas variações no planejamento são necessárias.

O ato de incluir sentenciados pela Justiça na prática do letramento literário contribui para que eles se tornem leitores críticos e sensíveis, tendo suas mentes fortalecidas diante da realidade do confinamento. Ademais, as rodas de conversa oferecem fruição, oportunidade de falar, de ouvir o outro, de ser ouvido pelo outro, concordar com o outro, discordar do outro, sem imposição ou hierarquização. Dessa maneira, descobrimos na prática, o pensamento disseminado teoricamente sobre as rodas de conversa, que “[...] ajudam a desenvolver o alto raciocínio, favorecem o domínio da escrita e promovem o letramento literário em um movimento que incorpora à formação do leitor, o prazer de ler [...]” (Cosson, 2014(a), p. 176). Por outro lado, socializar os resultados obtidos até o presente momento nos faz almejar que a sociedade sem grades compreenda a política pública de prática de leitura no cárcere como contribuição significativa ao processo de ressocialização do sujeito aprisionado.

A metodologia inicial da pesquisa consistia, *a priori*, em utilizar com os participantes do G6, os mesmos livros trabalhados com o G1, com a finalidade de traçar um quadro comparativo entre os dois grupos, pontuando as similaridades e diferenças diante de uma mesma obra. Entretanto, foi necessário seguir por outra direção, em virtude de algumas impossibilidades que foram surgindo durante o percurso da pesquisa.

O primeiro obstáculo surgido, logo no início do percurso, foi a condição limitada da biblioteca da UPSL 6. Enquanto a biblioteca da UPSL 1 possui um acervo altamente satisfatório, com mais de 900 obras, dentre essas, alguns livros com cerca de 40 exemplares, o que possibilitou a seleção das obras que foram trabalhadas, tendo em vista que os participantes do projeto recebiam, concomitantemente, o mesmo exemplar e levavam os livros para as celas enquanto trabalhávamos as diversas etapas do planejamento por aproximadamente, um mês com a mesma obra literária, a realidade da UPSL 6 é inversamente proporcional. Nessa referida unidade, encontrava-se a biblioteca quase completamente vazia no dia em que a visitamos. Só havia alguns livros didáticos e nenhuma obra literária. Solicitamos o registro do acervo, como nos foi oferecido na unidade anterior, porém, nesta unidade não havia acervo registrado. Foi nos dito que os únicos exemplares existentes estavam em



posse dos internos, que dividem o livro com os companheiros de cela. Sendo assim, os poucos exemplares constantes na biblioteca são distribuídos por cela, no sentido de que cada cela recebe um exemplar e os internos participantes do PRL alternam os períodos de leitura. Dessa forma, imaginamos que numa cela de até 16 internos, realidade em algumas celas dessa unidade prisional, torna-se bem difícil a logística de leitura de um mesmo livro para todos os inscritos no PRL.

Desse modo, torna-se inviável levar adiante o planejamento de utilização do método comparativo entre os dois grupos sendo que o máximo que conseguimos foram três exemplares do livro “Capitães da Areia” e dois exemplares de “O Cortiço”. Assim, diante da inviabilidade de trabalhar o mesmo livro simultaneamente, ou mesmo de forma alternada, haja vista o alto custo dos livros na tentativa de aquisição particular, decidimos trabalhar por meio de contos, tendo em vista um custo bem menor, diante da possibilidade de imprimir e copiar contos em PDF, oferecidos, gratuitamente, por *sites* literários.

5.1 Implantação do projeto de mediação de leitura e escrita – UPSL 1

Iniciamos o contato com a SEAP – MA em outubro de 2022, através da Supervisão de Educação, representada naquele período, por Jayron Barbosa Fonseca, municiadas da declaração de estudante do PPGLIT da Universidade Federal do Norte do Tocantins a nível de doutorado. O supervisor nos recebeu muito bem e nos encaminhou para a pedagoga Dayana Cristina Fernandes Coêlho, que tem nos orientado quanto às ações de educação formal e não formal realizadas pela SEAP MA no decurso de todo o processo, em prol dos encarcerados do Estado, além de dar o suporte necessário para que o projeto de mediação de leitura e escrita aconteça, até o presente momento, de forma satisfatória.


Após alguns encontros na sede da SEAP e o consentimento do supervisor de educação para a implantação do projeto na UPSL 1 em 2023, a referida pedagoga agendou uma visita ao Complexo Penitenciário São Luís, onde conversaríamos com o Diretor da Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 1, sobre o projeto que seria aplicado com alguns internos da respectiva unidade de carceragem.

Vale explicitar que enviamos o projeto para apreciação da supervisão de educação prisional do Estado, mediante modelo fornecido pela própria supervisão, com o objetivo de detalhar tudo o que, para eles, seria relevante saber. No projeto,



solicitamos trabalhar com algumas internas da Unidade Prisional de Ressocialização Feminina, tendo em vista que objetivávamos implantar o projeto de mediação de leitura e escrita com a unidade prisional feminina, conforme informado no projeto. Entretanto, a solicitação para a implantação da prática de mediação de leitura e escrita não teve aprovação para funcionamento na UPFEM, com a justificativa de que havia muitos projetos sendo desenvolvidos com as mulheres. Convém-nos esclarecer que toda essa atenção direcionada às mulheres pode nos levar a pensar que há um privilégio dispensado às detentas, todavia, o confinamento de uma presidiária é muito mais conturbado, em virtude de envolver o rompimento com os filhos que, historicamente, estão mais ligados às mães do que aos pais. Sem mencionar o grande índice de mães solteiras, que em muitas situações, aderem à prática criminal em prol do bem-estar dos filhos no sentido de atender suas necessidades básicas. Uma vez condenada, as crianças são levadas por familiares e há casos nos quais as crianças são encaminhadas a escolas socioeducativas. É possível percebermos a dramaticidade da situação de muitas prisioneiras a partir do depoimento de uma interna do sistema penal do Estado do Rio de Janeiro, análise sociológica realizada em uma prisão de mulheres: “Meu problema maior são minhas filhas que estão num colégio da FUNABEM. Eles não trazem elas pra me visitar e o juiz não me dá ordem de ir lá. Isso me revolta porque a lei me prendeu mas não me tirou o direito de ser mãe” (Lemgruber, 1983, p. 83). Outro fator determinante na complexidade do encarceramento feminino é o estigma da mulher presidiária. “A sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas a da mulher envergonha a família” (Lemgruber, 1983, p. 38). Há ainda, a condição de esposa e/ou companheira. Na maioria dos casos, o encarceramento, especialmente se for uma condenação longa, provoca um rompimento na relação. No livro *Prisioneiras*, o autor, Dr. Drauzio Varella, faz alusão ao abandono por parte dos parceiros das detentas. Ele diz que os prisioneiros, de certa forma coagem as mulheres a manter as visitas íntimas regulares, porém, quando as mulheres estão confinadas, ficam solitárias. O autor faz um comparativo interessante entre as filas de visitação ao mencionar que a fila de mulheres para visitação de homens é imensa, ao passo que a fila inversa é minúscula.

Assim sendo, ofereceram-nos para trabalhar com o público masculino, disponibilizando-nos a UPSL 1. Desse modo, aceitamos o que nos estava sendo oferecido, e partimos para a prática. Foi agendada uma visita à UPSL 1, a fim de



conversarmos com o diretor da unidade e, posteriormente, com a respectiva pedagoga.

Em sequência, a pedagoga da SEAP MA, Dayana Coêlho, mediante nossos documentos de identificação, providenciou o memorando que autorizava nossa entrada ao complexo penitenciário. Dessa forma, em um carro oficial da SEAP e acompanhadas pela pedagoga, dirigimo-nos à Pedrinhas. Era a primeira vez, de inúmeras vezes seguidas, que adentrávamos ao Complexo Penitenciário São Luís.

Fomos muito bem recebidas pela direção da UPSL 1, que ouviu sobre o projeto, concordou com a implantação e nos encaminhou para a pedagoga da unidade prisional, a professora Ana Kelma Sousa da Silva Ballerio, que ao ser questionada sobre a probabilidade da implantação do projeto, mostrou-se totalmente favorável ao dizer que já poderíamos iniciar no dia seguinte, perguntando-nos quantos alunos ela deveria encaminhar para a participação no projeto. Solicitamos que destinasse trinta participantes, o que caracterizou nossa completa inexperiência em assuntos prisionais. Gentilmente, ela sugeriu quinze internos, por medida de segurança, afirmando-nos que escolheria dentre os melhores, no sentido de interesse e postura.

Nesses termos, o Projeto de mediação de leitura *Leio, Logo Existo*, pioneiro na UPSL 1, iniciou no dia 13 de abril de 2023, com quinze participantes. A partir dessa data, reuníamos-nos semanalmente, às quintas-feiras, a partir de 13:40, durante todo o ano de 2023, inclusive no período das férias escolares do mês de julho, por sugestão da pedagoga, que fez essa solicitação no sentido de não os deixar ociosos nas celas, sem atividade durante todo o mês de julho. Com exceção de algumas dificuldades com os policiais penais para tirá-los das celas, foi muito proveitoso e gratificante desenvolver práticas de leitura naquele período, quando as demais salas de aula da escola estavam completamente vazias.

Referente às obras literárias trabalhadas no projeto de mediação de leitura e escrita, *Leio, logo existo*, desenvolvemos trabalhos diferenciados nas UPSLs 1 e 6. O acervo da UPSL 1 nos possibilitou trabalhar com os livros abaixo descritos:

1. Capitães da Areia - Jorge Amado
2. Vidas Secas - Graciliano Ramos
3. Dom Casmurro - Machado de Assis
4. O Cortiço - Aluísio Azevedo
5. A Cor Púrpura - Alice Walker
6. Prisioneiras - Drauzio Varella



7. Úrsula - Maria Firmina dos Reis
8. Sussurros entre as Grades – Maria de Lourdes dos Santos

Os sete primeiros livros trabalhados pertencem ao acervo da biblioteca da UPSL 1, exceto Sussurros entre as Grades, pertencente à nossa biblioteca pessoal, que foi trabalhado em sistema de rodízio. Como é um livro de apenas 112 páginas, iniciamos a leitura coletiva no encontro, um leitor levou consigo para finalizar a leitura na cela e se responsabilizou de repassar para um companheiro. Em virtude de todos eles frequentarem a escola e da fluidez do texto, a metodologia foi bem-sucedida. Nas rodas de conversas, aqueles que já haviam feito a leitura apresentavam a narrativa que mais chamara sua atenção, ou seja, foi feito rodízio para as apresentações, igualmente.

Os resultados alcançados com a implementação do projeto de mediação de leitura e escrita, *Leio, logo existo* foram muito positivos, primeiramente, por incentivarmos a criação do hábito da prática de leitura em muitos participantes. Não conseguimos a totalidade, e nem era pretensão nossa atingir um objetivo como esse, contudo, em um grupo inicial de quinze integrantes, apenas um participava do projeto de Remição pela Leitura da maneira que realmente deveria ser, seguindo os passos corretamente, que consistem em selecionar uma obra que atrai o seu interesse, ler o livro selecionado, compreender o enredo e escrever o relatório de leitura. Os demais queriam o benefício da remição, porém, não seguiam a sequência necessária. Alguns “encomendavam” o relatório mediante pagamento, outros escolhiam livretos infantis, pois eram menos espessos e de fácil compreensão, e ainda havia aqueles que transcreviam trechos da obra para montar o relatório exigido pelo projeto RPL. Sendo assim, nesse grupo de quinze participantes, no decorrer das atividades propostas, apenas dois deles apresentavam resistência em entregar o *formulário de elaboração do relatório de leitura*, que seria entregue ao servidor responsável em recebê-los, organizar a listagem de entrega e encaminhá-los ao setor pedagógico.

Para fins de ciência das percepções dos leitores sobre os livros trabalhados, registraremos alguns desses olhares no capítulo 7 – Impressões Pessoais de Leitura.


5.2 Implantação do projeto de mediação de leitura e escrita – UPSL 6

Estivemos presentes na UPSL 6 no dia 05 de março de 2024 portando um encaminhamento da SEAP - MA, a fim de apresentar o Projeto de Mediação de Leitura, *Leio, logo existo* para o diretor penal, Michael Daylon Barros Santos e a pedagoga Ana Cleia Marques Santos, da referida unidade, integrante do Complexo Penitenciário São Luís. Durante a reunião, apresentamos e respondemos às perguntas que surgiam no decorrer da exposição. Ambos elogiaram a proposta de trabalho, recepcionaram muito bem o projeto, haja vista a necessidade não só da leitura, mas da redação do relatório de remição de pena, que, na opinião deles, precisa melhorar. Convém mencionar que o diretor da UPSL 6 fez questão de fazer uma observação em relação ao sistema antigo de apresentação da leitura. Segundo o diretor, apresentar a resenha da obra lida para uma banca era bem mais eficaz porque, segundo ele, a metodologia de apresentação possibilitava constatar que o detento realmente havia lido o livro¹⁵. Assim, após dar a anuência para a realização do projeto, comentou que a parte difícil seria convencer os internos a participarem, tendo em vista que o projeto de mediação de leitura em pauta, não concede remição, sendo esse, o único interesse deles.

A partir dessa conversa, constatamos que os desafios nesta nova unidade prisional estariam só no começo, tendo em vista que na unidade anterior, a própria pedagoga se encarregou da seleção dos participantes e os encaminhou para o local dos encontros. Nesta nova realidade, a incumbência da formação da turma é nossa, sinalizando para uma maior responsabilidade, especialmente, em razão do número de alunos matriculados na escola ser incomparavelmente menor se comparado à unidade prisional anterior.

Nesse novo contexto de trabalho, agendamos uma visita à turma EJA etapa IV, que corresponde às últimas séries do Ensino Fundamental, logo no dia seguinte, a fim de arregimentarmos PPL dispostos a integrar o projeto de mediação de leitura e escrita proposto. Solicitamos vinte minutos ao professor da sala (utilizamos 40 minutos que passaram rapidamente), e apresentamos o projeto aos dez estudantes presentes naquela data. Ficamos extremamente satisfeitas ao apresentar a proposta e constatar

¹⁵ O argumento do Diretor da UPSL 6 sobre a metodologia de avaliação de leitura através de uma banca de examinadores desperta-nos a curiosidade em saber se a banca conhecia todas as obras a fim de ter certeza que o avaliado efetou a leitura, realmente.



que todos os presentes se animaram com a novidade e aceitaram participar, no entanto, fizemos onze inscrições, em virtude de um interno solicitar a inscrição de um parceiro de cela, que segundo ele, gostaria muito de fazer parte das atividades do projeto, dado o seu perfil, conhecido pelo companheiro. Assim, formamos o grupo e já iniciamos as atividades logo na semana seguinte.


Concernente à metodologia de trabalho, precisamos fazer adaptações, em virtude de não haver a possibilidade de copiar o modelo de projeto desenvolvido na UPSL 1. Em razão de não dispormos de livros suficientes que pudéssemos disponibilizar para todos os integrantes, utilizamos contos, crônicas e um artigo científico para atingir o objetivo proposto.

Relevante pontuar que meses depois, no final de setembro de 2024, a biblioteca da UPSL 6 recebeu um número considerável de livros, elevando o quantitativo de seu acervo. Ainda assim, não foi possível destinar vários exemplares iguais para cada participante do projeto de mediação de leitura e escrita, então, demos continuidade à metodologia de utilizar contos literários para seguir a mesma prática de leitura que desenvolvíamos na unidade prisional anterior, isto é, leitura coletiva sequenciada de leitura nas celas, rodas de leitura, orientações para a redação do relatório e escrita do relatório de leitura.

Disponibilizamos, na sequência, a lista dos contos literários trabalhados na Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 6:

1. A Terceira Margem do Rio – Guimarães Rosa
2. O Homem que Sabia Javanês – Lima Barreto
3. Pai contra Mãe – Machado de Assis
4. O Extraordinário (alguns capítulos) – R. J. Palacio
5. Discursividades de um Sujeito Aprisionado (artigo) – D. Freitas
6. A Cartomante – Machado de Assis
7. De Cima para Baixo – Lima Barreto
8. Negrinha – Monteiro Lobato
9. O Poço – Mario de Andrade
10. Considerações em torno das Aves-Balas (crônica) – Ivan Ângelo

A propósito, observamos que o trabalho com os contos literários na UPSL 6 foi uma proposta assertiva, devido ao fato do elevado número de ausências, motivo esse a ser registrado nos relatos de experiências carcerárias, capítulo sete desta pesquisa.




Em virtude de nem sempre podermos contar com os mesmos integrantes do encontro de uma semana, na semana posterior, o trabalho com os contos, por apresentar um texto fluido, possibilitava concluir uma etapa das atividades do projeto em um único encontro, sem prejudicar a sequência no caso de ausência do interno no encontro seguinte.

A despeito da distinção do método utilizado, convém destacar que obtivemos resultados satisfatórios em ambos os grupos. Conseguimos disseminar a prática da leitura, compreensão do texto lido, compartilhamento de ideias, posicionamento próprio e expressão do pensamento na escrita do relatório de remição de pena.

5.3 A escrita do relatório de leitura

A valorização da leitura como competência cultural é fundamental para a vida em sociedade, haja vista que a escrita permeia as mais diversas atividades desempenhadas cotidianamente e perpassa as ações ao longo da existência. Nesse sentido, a leitura e a escrita são articuladas pelas práticas sociais, ou seja, a forma como são utilizadas para a comunicação, assim como para o relacionamento com outras pessoas, dentre outros encaminhamentos que regem o curso da vida.

É fato que estudiosos têm se engajado em pesquisas que objetivam aprimorar, analisar, refletir sobre as habilidades de leitura e escrita de uma determinada comunidade. A variedade de estudos nesta área tem possibilitado concepções distintas acerca do letramento. Enquanto para alguns, ser uma pessoa letrada significa decifrar códigos e símbolos e poder transcrevê-los, para outros, assinar seu nome completo já garante a condição de ser letrado (Terra, 2013). Sendo assim, compreendemos o letramento como prática social. Street (2014) aborda os modelos autônomo e ideológico de letramentos, contudo, privilegia o ideológico, em virtude desse modelo destacar a relevância da socialização no processo do letramento, tendo em vista que sua relação com as experiências de leitura e escrita leva em consideração tanto a historicidade quanto a transculturalidade. Enquanto a pluriculturalidade consiste em refletir sobre sua própria cultura a partir de outra, sendo que a interculturalidade advém dos processos de globalização econômica, a transculturalidade revela “uma abertura de todas as culturas a tudo aquilo que as atravessa e ultrapassa” (Nicolescu, 1999, p. 148). Isto é, a transculturalidade exprime




uma cultura que se relaciona com o todo na construção de um agrupamento mais criterioso no que se refere à troca de conhecimentos.

Nessa conjuntura, os estudos de Kleiman (1995) confirmam a teoria que define o sujeito leitor não apenas como alguém que sabe ler e escrever, mas utiliza-se de práticas sociais que requisitam o uso dessas habilidades. Fundamentando-se nos estudos de Street (2014) acerca dos modelos de letramento, o posicionamento da autora consiste em defender o modelo ideológico por apresentar objetivos mais significativos que impulsionam o ato de pensar e repensar o fazer pedagógico, haja vista o caráter social da leitura e da escrita e a diversidade cultural imbricada nessa prática. Baseando-se em estudos comparativos entre grupos letrados e não letrados, Kleiman assegura que o modelo ideológico de letramento inclui as classes minoritárias devido às práticas de letramento realizadas no âmbito externo à escola. Ao associar o letramento à cognição, a autora adverte que esse tipo de comparação pode propiciar argumentos para uma suposta segregação, contudo, não há como ignorar o poder transformador da escrita, que reconhece a supremacia cognitiva do sujeito que possui tal habilidade.

Com efeito, pensamos ser relevante destacar a relação entre a linguagem e o poder, ao cogitar que apenas uma parcela dos sujeitos de uma determinada comunidade, geralmente a minoria, tem acesso à variedade linguística chamada padrão, legitimada política e economicamente a partir de tradições culturais como representante oficial no que diz respeito à forma e conteúdo. Desse modo, observamos que o Estado, assim como o poder são considerados como “entidades superiores e ‘neutras’, também o código aceito ‘oficialmente’ pelo poder é apontado como neutro e superior, e todos os cidadãos têm que produzi-lo e entendê-lo nas relações com o poder” (Gnerre, 2003, p. 9). Ao determinar o código a ser reproduzido, o Estado não pondera a desigualdade de acesso a esse código oficialmente legitimado. Portanto, um quantitativo considerável de pessoas permanece à margem da sociedade, discriminados pelas normas estabelecidas em nome da pedagogia dominante.

Convém ressaltar que essa desigualdade de habilidade com a leitura e escrita explicita a prática constante entre os confinados, que pagam alguém, geralmente os mais experientes com o letramento, para redigir os relatórios. O pagamento pode ser efetuado com uma semana de lanche na qual o contratante fornece seu lanche para o contratado ou qualquer outra coisa que seja útil no cárcere, possivelmente trazida



pela família no dia de visita. A resposta dada ao serem questionados sobre a seleção dos livros para a remição antes do projeto de mediação de leitura e escrita *Leio, logo existo*, também caracteriza a deficiência do Estado em prover políticas públicas de acesso à cultura letrada. A maioria dos entrevistados respondeu que dava preferência aos livros menos espessos, com letras grandes e ilustrações. Ou seja, não importava o conteúdo do livro, o único objetivo era a remição de pena.

No entanto, percebemos no decorrer dos encontros, que a prática da escrita tem despertado o desejo de escrever não apenas o relatório a ser entregue para a remição, todavia, alguns têm usado essa ferramenta para contar sobre sua vida, na maioria das vezes, descrever os dissabores vivenciados no presídio. Dizemos na maioria das vezes, porque isso não inclui a totalidade. Há dois participantes que escrevem sobre o lado positivo do confinamento. Um deles, J.A.P.A. de 54 anos, estava foragido, alega ter se apresentado à polícia voluntariamente, em virtude de pagar o que deve à Justiça a fim de levar uma vida normal no período pós-aprisionamento. Segundo ele, não há vantagem no fato de estar livre e não poder viver como um cidadão comum, partindo da necessidade de viver na clandestinidade. E, nessa condição, não lhe é permitido usar seu próprio nome, adquirir nenhum bem, nem mesmo um simples telefone móvel. Em sua concepção, liberdade sem identidade tem um custo maior do que permanecer um tempo na prisão para, em seguida, usufruir dos direitos e assumir os deveres que lhe compete. O referido apenas diz usar seu tempo de forma produtiva como estudante da educação formal, matriculado na etapa III do Ensino Fundamental EJA, modalidade presencial; ao participar ativamente do projeto de mediação de leitura e escrita *Leio, logo existo*; ao ingressar em vários outros cursos profissionalizantes e apreciar ler livros didáticos de matemática, disciplina na qual tem grande facilidade de aprendizagem. Logo, os “catataus” que me são endereçados, mostram essa positividade aqui descrita. Para efeito de entendimento, eles chamam de *catatau*, o bilhete que circula entre eles e que é enviado para alguns profissionais como professores, assistentes sociais etc., dentro do presídio. O *catatau* é geralmente utilizado para fazer uma solicitação. A título de exemplificação, exibimos um *catatau* a seguir:


Figura 5 - Catatau entregue por B.S.S., interno responsável pela biblioteca

* Muito obrigado por me ouvir
 São atitudes assim aqui nesse
 lugar que faz toda diferença
 Continue sendo essa pessoa maravilhosa
 que você é.
 Que Deus continue lhe abençoar
 do Grande mente.
 Vou levar você dentro do meu coração
 para sempre.
 Muito obrigado!!!
 ASS: [assinatura]

"UMA NOVA HISTÓRIA DEUS TEM
 PRA MIM"!!!

Fonte: arquivos da autora.


Outro integrante do projeto escreve sobre seus progressos na penitenciária. N.C.L. costuma nos entregar páginas e páginas de manuscritos produzidos nos versos de folhas reaproveitadas de receituários e de todo e qualquer papel ao qual tenha



acesso. Embora seja hábito nosso distribuir folhas de papel ofício para o rascunho dos relatórios no final do segundo encontro, eles sempre solicitam papel extra semanalmente. Retomando o relato de experiência com a leitura e escrita do interno N.C.L., informamos que ele se encontra confinado há quatro anos e recebeu recentemente a homologação de remição pela leitura de trinta e sete livros, além da educação formal, cursos profissionalizantes e remição pelo trabalho. Tanto na oralidade, quanto no registro escrito, ele narra sua história de vida como membro de uma facção muito conhecida no país, denominada “Bonde dos 40”. Contudo, declara ter rompido com a facção algum tempo após sua captura. Ao descrever suas atividades ilícitas, ele diz ter sido iludido pela vida de crimes que oferece um pseudo poder representado pelo dinheiro adquirido de forma rápida e sem esforço. Lamenta muito por todas as suas ações criminosas que incluía roubo, furto, assalto e tráfico de drogas. O referido interno relata que aproveita todas as oportunidades oferecidas pelo presídio, sonha com a mudança de regime penal, quando terá a oportunidade de trabalhar no regime semiaberto e com a possibilidade de conviver com sua filha de cinco anos que ele não vê há quatro anos. Apesar do confinamento, N.C.L., de 29 anos, possui uma escrita marcada pelo otimismo, logo, está continuamente planejando um futuro de liberdade e trabalho honesto para a sobrevivência e afirma estar preparado para a possível rejeição da sociedade, o que inclui membros de sua própria família, que não aceitam sua permanência e nem mesmo o convívio em casa.

Esse despertar da escrita sobre si mesmo, produzido a partir da leitura e escrita literárias, pode sinalizar para uma lacuna oriunda de um conjunto de perdas. O sujeito confinado inicia esse processo de perda com o aniquilamento de sua liberdade, então, o curso da vida detenta segue e, a pessoa que já teve sua liberdade extinta, percebe que os relacionamentos interpessoais vão se rompendo aos poucos, as visitas vão ficando mais espaçadas à medida que o tempo passa. Há carência de sono relaxante, que causa estresse mental e, dessa forma, o interno tem sua saúde mental assolada. Petit (2009) discorre sobre a prática da leitura literária em espaços adversos:

A escrita literária é, em si mesma, em larga medida, uma tentativa de agarrar o que está perdido, faltando, ou inacabado, de superar espaços, abolir fronteiras, reunir o que está separado, reconstituir terras desaparecidas, épocas passadas. Há um laço patente entre a perda (sob todas as suas formas, o luto, a falta, a ausência, o exílio, a dor de amor...) e o desejo de



moldar bens culturais ou de a eles recorrer – na ocasião da escrita ou da leitura (PETIT, 2009, p. 136).

A exemplo do exílio, onde o exilado recorre à escrita para amenizar a falta da pátria, o interno de uma unidade prisional pode utilizar tanto o livro quanto o papel como fios condutores indispensáveis para reconectá-lo ao bem-estar intrapessoal através de personagens visualizados no campo da imaginação, por meio de culturas diferentes, de uma geografia nunca antes acessada, ou mediante a sua própria história escrita e reescrita dia após dia.

No próximo capítulo, continuaremos a observar o *modus vivendi* de alguns internos que se disponibilizaram a compartilhar alguns trechos de suas histórias, algumas delas experienciadas do lado de dentro dos muros das unidades prisionais, outras vivenciadas junto aos familiares ou por falta deles. Contudo, cada um desses relatos nos desafia a olhar de forma profunda e humanizada para pessoas que lesaram de uma forma ou de outra, a sociedade civil, da qual fazemos parte.

6 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS CARCERÁRIAS

Faremos a exposição de alguns relatos feitos por integrantes do projeto de mediação de leitura e escrita durante as rodas de conversa. São episódios ocorridos em um determinado período da vida destas PPL, relatados voluntariamente, na espontaneidade do momento, rememorados ao longo das conversas que fluíam a partir dos enredos das respectivas leituras literárias.

Todavia, antes de iniciarmos as narrativas, convém salientar que a técnica de pesquisa conhecida como história de vida, conforme a abordagem metodológica, trata-se de alguém que relata sua história pregressa de acordo com sua visão atualizada dos acontecimentos, baseando-se na própria memória, que pode estar comprometida com seletividades, seja de forma consciente ou inconsciente, assim, o indivíduo pode omitir ou acrescentar fatos. Desse modo, “ele avalia as expectativas do pesquisador e reage em conformidade com a sua avaliação. Assim sendo, é admissível que a história de vida tenha descontinuidades ou mesmo contradições aparentes” (VÍCTORA, 2000, p. 68). Portanto, vale considerar o prisma pelo qual a história está sendo relatada.

N. C. L. – UPSL 1

Embora N.C.L. fosse maranhense, morava em Brasília com sua mãe, que trabalhava para sustentar dois filhos pequenos. Como sua mãe estava ausente o dia todo, N.C.L. passava muito tempo na rua, brincando com outras crianças que viviam situações semelhantes. Por volta dos 12 anos de idade, foi atraído pela organização criminosa B40. No início, só fazia pequenos mandados, como comprar cigarros, bebidas em pequena quantidade ou qualquer outro produto que precisavam no momento, sendo pago por esses serviços prestados. Em pouco tempo, os líderes da organização começaram a perceber que N.C.L. era um garoto muito esperto, assim, começaram a utilizá-lo para transportar pequenas quantidades de drogas, ao mesmo tempo que aumentavam o valor do pagamento em dinheiro, acrescentando alguns cigarros de maconha para uso próprio. Depois de algum tempo infiltrado na facção, sua mãe descobriu o que estava acontecendo e imediatamente o enviou de volta ao Maranhão, especificamente para a capital, a fim de morar com sua avó, que seria sua responsável legal daquele momento em diante. Com dificuldades de seguir a rotina



de horário certo para chegar, estudo na escola e em casa, seguida de poucas atividades domésticas, N.C.L. não demorou a localizar o B40 e levou muito menos tempo para ser reintegrado à facção. Como já possuía ficha na organização, os líderes se comunicaram e a transferência de localização geográfica foi efetuada. Depois de algum tempo, sua avó descobriu sua adesão ao mundo do crime, então, N.C.L. saiu da casa da família e passou a viver por conta própria. Devido a sua extrema esperteza para a vida de criminalidades, ele se destacava sobremaneira na organização. Ele contou que muitos meninos recém integrados sonhavam em ser iguais a ele. Sua especialidade era roubo de motos, contudo, fazia de tudo um pouco. Não poupou nem sua família, pois usou o nome e os documentos de um primo para cometer estelionato. Havia outra atividade dentro da facção que lhe era confiada a fazer com muita frequência, dada sua eficiência. Era a tarefa de dominação de um bairro da cidade com o tráfico de drogas. O método utilizado para conseguir o domínio de uma comunidade é utilizado até o tempo presente. Eles estudam o bairro a ser explorado, alugam ou compram uma casa, onde o faccionado se instala, sendo que essa casa não contém nada, nenhum móvel ou eletrodomésticos. Entretanto, o agente do crime leva uma grande quantidade de drogas variadas em pacotinhos de um (1) grama para viciados locais com a condição de que eles pratiquem roubos com o objetivo de mobiliar a casa. Assim, principalmente durante a madrugada, essas pessoas chegam com TV, cama, sofá, enfim tudo o que é necessário para mobiliar a casa. A fim de conseguir a cumplicidade dos vizinhos, depois que estes desconfiam das práticas criminosas, são fornecidas cestas básicas, gás de cozinha e eventualmente são pagas contas de luz e água. Dessa forma, os vizinhos se tornam coniventes. Quando a área já está dominada e a situação controlada, uma outra pessoa, menos experiente, assume a região e o faccionado dominador se desloca para outra área com a finalidade de dominar outra comunidade, usando as mesmas estratégias.


Quatro anos antes do relato de N.C.L. na roda de conversa, ele foi apanhado pela polícia que já tinha posse de seus dados de identificação e o procurava há muito tempo. Então, toda a estrutura construída ao longo de nove (9) anos de práticas de crimes caiu por terra ao ser flagrado pela polícia na tentativa de roubo de uma motocicleta no estacionamento de um supermercado em São Luís. Por ocasião do nosso encontro no projeto de mediação de leitura e escrita, ele já se encontrava recluso há quatro (4) anos e cumpre pena por onze (11) processos, dentre eles, furto, roubo e tráfico de drogas. Essa não foi sua primeira apreensão. N.C.L. foi apreendido



cinco (5) vezes, passando pouco tempo aprisionado, pois tinha uma alta soma de dinheiro enterrada no quintal da casa que havia comprado para sua companheira, pois não podia morar em um endereço fixo, em virtude de ser foragido do sistema judicial. Esse dinheiro era utilizado para pagar advogados em prol de sua soltura. Como as prisões continuaram, o dinheiro acabou, assim, a organização criminosa patrocinava os advogados, porém, após sua soltura, ele tinha que repassar à organização, os honorários dos advogados, assim como um valor mensal que era efetuado, destinado à sua companheira e filha, além de gastos com aparelhos celulares que eram enviados ao presídio. O problema residia no fato da facção cobrar um valor bastante elevado, muito maior do que tinha sido gasto com a soltura, o que o mantinha sob o controle dos chefes da organização, para continuar praticando crimes cada vez mais desafiadores. N.C.L. já havia cumprido cerca de dois anos dessa última pena quando começou a considerar a possibilidade de rompimento com a facção por considerar que nunca conseguiria pagar a dívida que contraía quando era apanhado pela polícia e as ordens da organização que precisava obedecer sempre que estava livre.

A partir desse momento, começou a ponderar sobre sua vida e chegou à conclusão que seria sempre assim, um vai e volta da cadeia até o dia que seria eliminado por um dos sistemas. Logo em seguida, foi abordado por um grupo de religiosos que faziam trabalho de evangelização no cárcere, assim, N.C.L. foi iniciado na leitura da Bíblia e como podem ser encontrados vários exemplares de livros religiosos na biblioteca da unidade carcerária, levando em consideração, ainda, que o interno já participava do projeto RPL, ele conta que foi acontecendo uma transformação em sua vida que o levou a declarar rompimento com a organização criminosa B40. De início, eles resistiram a aceitar, lembrando-o de que após o rompimento, ele não teria mais advogado, nenhuma proteção dentro do cárcere e sua família não receberia nenhuma ajuda financeira a partir daquele momento.

É importante informar que só há duas formas de um faccionado romper com a organização sem sofrer represálias, ou seja, sem se submeter à queima de arquivo. Se o membro da organização se converter a uma religião ou se conseguir um trabalho que seja regular. Em ambos os casos, após o comunicado, eles estabelecem um tempo de observação para comprovação dos fatos. Só depois desse período, a ficha do/da faccionado/faccionada será definitivamente retirada do rol de membros da organização.



Conforme seu testemunho, tudo foi muito difícil a partir da ruptura, porém, ele estava determinado a mudar completamente de propósito, desse modo, empenhou-se em cursar a educação formal, candidatou-se a uma vaga na frente de trabalho e dedicou-se à prática de leitura para remição de pena. Foi nesse contexto que nos conhecemos, em junho de 2023. Ele havia sido transferido de unidade há pouco tempo e manifestou desejo de participar do projeto de mediação de leitura e escrita Leio, logo existo, sendo indicado pela pedagoga com base em sua postura na educação formal.


Em 15 de maio de 2024, N.C.L. foi contemplado com o regime de liberdade condicional, entretanto, havia ainda processo em aberto. O juiz responsável por sua vara de execução penal estipulou o prazo de trinta (30) dias para que ele comprovasse que havia conseguido um emprego. Em caso contrário, ele voltaria para a detenção.

Com quinze (15) dias decorridos do prazo judicial e após algumas tentativas frustradas, N.C.L. conseguiu um emprego de entrega de gás e água em um bairro nobre da capital e fazia uso da motocicleta do empregador para realizar o trabalho. Na terceira semana de trabalho, contou ao chefe que era um ex-presidiário. O empregador decidiu dar uma oportunidade a ele, baseado na boa postura que havia presenciado nas duas primeiras semanas de trabalho.

Ao se apresentar ao juiz, levou sua irmã, que estava grávida na ocasião, juntamente com sua sobrinha, foi muito bem-vestido e levou muitas fotografias, entre as quais, em atividade no trabalho e na igreja, com sua filha de 6 anos e na casa de sua avó, acompanhado de seus primos, pois, logo no início da liberdade condicional, procurou sua avó, pediu perdão por tudo que havia causado à família, mostrando que estava mudado e pedindo uma nova oportunidade de convivência. Constatando a transformação efetuada na vida de seu neto, a avó conversou com a família e decidiram dar a ele uma nova chance.

Quando questionado sobre o crime cometido, N.C.L. contou a seu chefe, omitindo alguns detalhes para evitar um impacto maior. Seu horário de trabalho é de segunda a sexta-feira, de 8:00 às 17:30 com duas horas para almoço e recebe o valor de R\$ 350,00 por semana. Já está nesse trabalho há quatro (4) meses e só pretende sair se encontrar uma colocação melhor. Frequenta a igreja ativa e regularmente, mora em um cômodo alugado, ganhou uma cama, comprou uma geladeira usada e conseguiu ajuda para obter sua CNH.

Segundo N.C.L., no início da ressocialização, era muito estranho frequentar um lugar público sem se preocupar em olhar para todos os lados, com medo de ser




metralhado a qualquer momento. Ele contou-nos que ganhava muito dinheiro quando era faccionado, todavia, tudo é muito caro quando não podemos usar a identificação própria para comprar um produto. Portanto, gastava três a quatro vezes além do valor de um produto que exigia nota fiscal para a sua aquisição, considerando que precisava usar nomes de terceiros e as pessoas que concordam em fazer a transação aproveitam a oportunidade para lucrar com a negociação.

Desse modo, o cidadão N.C.L. costuma tirar fotos de tudo que acontece em sua vida para registrar a ressocialização e sente orgulho de cada conquista. Uma das imagens mais importantes foi a assinatura da Carteira Nacional de Habilitação na condução de motocicletas.

R. N. – UPSL 1


Expomos aqui o relato do integrante R.N., do projeto de mediação de leitura realizado em 2023, na UPSL 1, que no momento designado à conversa sobre a leitura iniciada no encontro anterior e que seria efetivada durante a semana, replicou: “professora, depois de 7 anos puxando cadeia, minha mente é só cadeia. Não consigo ler nada. Eu bem que tentei, mas não saí da primeira página. Eu começo a ler, mas não entendo nada. Não consigo me concentrar porque tudo o que eu penso é só cadeia. O meu mundo é só isso aqui”. Após uma longa conversa sobre a relevância da leitura na vida de uma pessoa encarcerada e dos “superpoderes” da leitura, citando exemplos de pessoas que tiveram suas vidas transformadas através da leitura no cárcere, como a história de Luiz Alberto Mendes narrada no livro “O sobrevivente” e a biografia de George Bruno, ex-interno na UPSL 2, que escreveu o livro “Restos de vida”, publicado pela SEAP MA, ensinamos algumas técnicas de concentração, pedimos a ele que insistisse e ficamos atentas ao seu progresso, sempre estimulando-o a continuar. Dessa forma R.N. foi progredindo gradativamente. Já conseguia ler parte do livro designado; participava das discussões; fazia questionamentos; prestava bastante atenção às explanações sobre técnicas de escrita, e empenhava-se na escrita do relatório. Assim, aproximadamente um mês após o início desse processo, ele nos surpreendeu com a leitura integral do livro “A Cor Púrpura”, acompanhada do rascunho do relatório redigido para a remição no ponto de correção, sendo que ainda não havíamos solicitado a escrita deste. É óbvio que o relatório precisava de ajustes, porém, consideramos esta, uma vitória magistral da leitura! Obviamente, já tínhamos



nos deparado com vários casos de integrantes que não gostavam de ler e foram se deixando envolver pelos encantos das narrativas vivenciadas pela leitura e, lentamente foram se deixando conquistar. Entretanto, esse caso surpreendeu pelo fato de, adicionada à falta de leitura, estava a carência da concentração. Isto é, além de não gostar de ler, não tinha capacidade de ler, embora fosse alfabetizado. Assim, gradativamente, através do hábito da leitura, a escrita do relatório foi deixando de ser apenas uma obrigação para conseguir a remição.

Desde então, seu perfil mudou na mesma proporção que o interesse pelos livros. A leitura no prazo estabelecido, a redação do relatório, a participação nas discussões, relatos sobre conhecimentos prévios da vida em reclusão, o entusiasmo durante os encontros são alguns indícios que demonstram uma mudança de postura ao se tornar um sujeito leitor. O interessante é que essa transformação foi observada não apenas por seus companheiros de sala de aula, mas os parceiros de cela reportaram que ele ficou mais tranquilo. Ao ser questionado acerca dessa observação, ele se posicionou: “Comecei a pensar que eu preciso sair daqui para cuidar de meus filhos, retomar minha vida. Com o comportamento que eu tinha antes, me fazendo de valentão, a saída se tornava cada vez mais difícil”. Após ouvir esse comentário, determinando sua mudança de postura, é impossível não observar o verbo “pensar” sendo usado por alguém que se dizia incapaz do ato de uma simples concentração, incapaz de iniciar uma leitura e que agora consegue elaborar uma autoanálise de sua postura. Depois de nos deixar levar pela literatura, que nos incita ao exercício da reflexão, podemos arriscar fazer uma declaração de que esse leitor em formação foi humanizado pela prática da leitura, baseando-nos em Yunes (2014, p. 130), quando esta pontua “que ler passa a ser à condição sine qua non para partilhar ideias e reflexões que, de alguma maneira, movem o universo humano. [...] o falante começa a exercitar a prática que o faz verdadeiramente humano – a de pensar”. E, retomando Cândido (2011), após iniciar sua experiência literária, o leitor R.N. exercita a reflexão, adquire o saber, disponibiliza-se a usar boas maneiras de tratamento com o outro, não refuta suas emoções, penetra nos problemas da vida no cárcere e além, resgatando a humanização perdida ao longo do processo que culminou no encarceramento ou deixando-se ser resgatado por ela. Tudo isso mediado pela ação da literatura, que gera no sujeito a porção de humanidade à proporção que o torna mais tolerante.

Convém relatar que esse integrante se uniu ao grupo cerca de dois meses após o início do projeto. Em momento posterior, ao falar de sua experiência com a leitura,



ele relatou que foi indicado para participar do projeto logo no primeiro dia, entretanto, ao se dirigir para a sala, juntamente com os outros, entrou no banheiro e lá permaneceu por um longo tempo, utilizando-se dessa estratégia para não integrar o grupo. No presente, lamenta não ter iniciado seu relacionamento com os livros desde a abertura dos trabalhos. Portador de uma caligrafia invejável, sua escrita tem se tornado melhor a cada escrita de relatório. O fato de estar sempre revisando as orientações repassadas na oficina de escrita e ficar tão atento às correções do relatório de remição, tem resultado na prática de construção de pensamentos, ideias e no aperfeiçoamento a cada nova versão de escrita.

Faz-se necessário um adendo a essa narrativa, retomada cerca de catorze meses após a ocorrência do fato anteriormente citado, para informar que R.N. foi contemplado com as saídas temporárias do Dia dos Pais, de 07 a 13 de agosto de 2024; Dia das Crianças, 8 a 14 de outubro de 2024 e provavelmente conseguirá o benefício da saída de Natal, visto permanecer focado no propósito de sair o mais breve possível e ressocializar. Conversamos por telefone no período das saídas e ele sempre começa a conversa agradecendo a realização do projeto e relatando que continua a prática de leitura. Quando o incentivamos a continuar lutando, comportando-se da melhor forma possível, ele replica: “Nossa, estou andando na linha. Engolindo sapo para não me atrasar mais ainda”.

Através do diálogo que tivemos durante sua segunda saída, percebemos que o contato com a família e com o mundo exterior lhe renovou as energias e a esperança de dias melhores no porvir. O interno tem plena consciência de que não teria conseguido o benefício das saídas temporárias se não tivesse mudado sua forma de agir no cárcere.

Complementando essa narrativa em maio de 2025, informamos que R.N. foi beneficiado com a saída temporária do Natal e trouxe uma novidade assaz motivadora, pois conseguiu uma vaga de trabalho na Serralheria e tem se destacado, sendo considerado pelo encarregado como melhor soldador, com planos de economizar parte do seu provento para empreender em serralheria após receber o alvará de soltura.

Na sequência, conseguiu a saída do período da Páscoa e, recentemente, a saída temporária do Dia das Mães, quando usou dois dias do benefício para fazer a pintura e a reforma do telhado da quitinete de sua prima, sendo pago pelo serviço. Em

conversa no dia do retorno ao presídio, percebemos que apesar da tristeza pela volta ao confinamento, havia o sentimento de otimismo no futuro.

L. F. O. S. – UPSL 6

O interno L.F.O.S., voluntariamente, contou sua história de vida enquanto esperávamos os outros participantes chegarem para iniciarmos as atividades do encontro. Ele começou a consumir bebidas alcoólicas e drogas ilícitas aos 12 anos de idade. L.F.O.S. morava com sua mãe e seu padrasto, que se sentia incomodado com aquela situação, especialmente porque exigia que ele chegasse em casa às 22:00 e este não obedecia. Numa determinada noite, o padrasto chegou em casa bastante bêbado e ficou acordado esperando por L.F.O.S. que chegou mais bêbado ainda. Depois de uma série de agressões verbais mútuas, o enteado puxou uma arma de fogo para o padrasto. A mãe se interpôs e conseguiu evitar uma tragédia. Assim, o padrasto exigiu que ela escolhesse com quem ficar, pois os dois não poderiam continuar a conviver. A mãe escolheu seu filho, porém, L.F.O.S. não aceitou e decidiu sair de casa. Ele já tinha 13 anos quando abandonou seu lar para viver na rua, tornando-se um traficante de drogas. Aos 17 anos se envolveu com uma menina de 15 anos, tirando-a da casa de seus pais. Dois anos depois tiveram um filho, todavia, separaram-se pouco tempo após o nascimento da criança. Meses depois iniciou um relacionamento com uma mulher 16 anos mais velha que ele. A propósito, tal mulher, sua namorada é um ano mais velha que sua mãe. Atualmente, L.F.O.S. tem 24 anos, sua mãe tem 39 e sua mulher tem 40 anos.

Logo no início do relacionamento, tiveram uma filha que hoje tem 3 anos. Quanto ao tráfico de drogas, L.F.O.S. tinha alguns rapazes que revendiam as drogas na “quebrada”, termo usado por ele para designar o/os local/locais de consumo. Contudo, eles estavam enfrentando um grande problema. Havia um informante que avisava um policial militar sempre que a “quebrada” era abastecida. Então, o policial vinha e cobrava propina sob a ameaça de levar preso tanto L.F.O.S. quanto sua equipe de vendedores. Vale ressaltar que o policial não os levaria para uma delegacia. A logística seria torturar fisicamente, matar e abandonar os corpos em um local de mata fechada. De acordo com o relato do interno, o valor da propina se tornava maior cada vez que o policial aparecia, comprometendo a renda do grupo de traficantes a cada abastecimento da comunidade. Como a situação foi se tornando insustentável



para L.F.O.S., este decidiu que iriam sequestrar o policial. Descobriram seu endereço e passaram alguns dias observando a rotina do militar. No dia agendado, vestidos com a farda da polícia e devidamente encapuzados... cabe aqui a observação de que o traficante possui a farda da polícia militar, da companhia de abastecimento de água e da distribuidora de energia do Estado. Voltando ao relato, quando o carro particular do policial deixou sua residência, L.F.O.S. e dois traficantes de sua equipe o seguiram e, no local planejado, fecharam o carro do militar, pegaram-no e o levaram para o local do cativo. Somente ao chegarem no cativo é que perceberam que aquele não era o policial, contudo, era o seu irmão. Exatamente nesse dia, os irmãos, muito parecidos fisicamente, precisaram trocar de carro. Depois de o espancaram, eles o abandonaram em um local descampado. Logo no dia seguinte, L.F.O.S. foi apanhado às 4:00, ao deixar sua residência com a intenção de fugir da cidade. Quando questionamos como eles descobriram a autoria do crime tão rapidamente, L.F.O.S. contou que após o sequestro, achando que tinha apanhado a pessoa certa, ele deu o carro do policial para um delinquente conhecido, que sem saber o que realmente havia acontecido, usou o carro em assaltos. Encontrado e interrogado pela polícia, disse exatamente de quem havia recebido o carro. Na sequência, L.F.O.S. foi torturado, aprisionado, já cumpriu quatro anos de pena e faltam ainda dois anos.

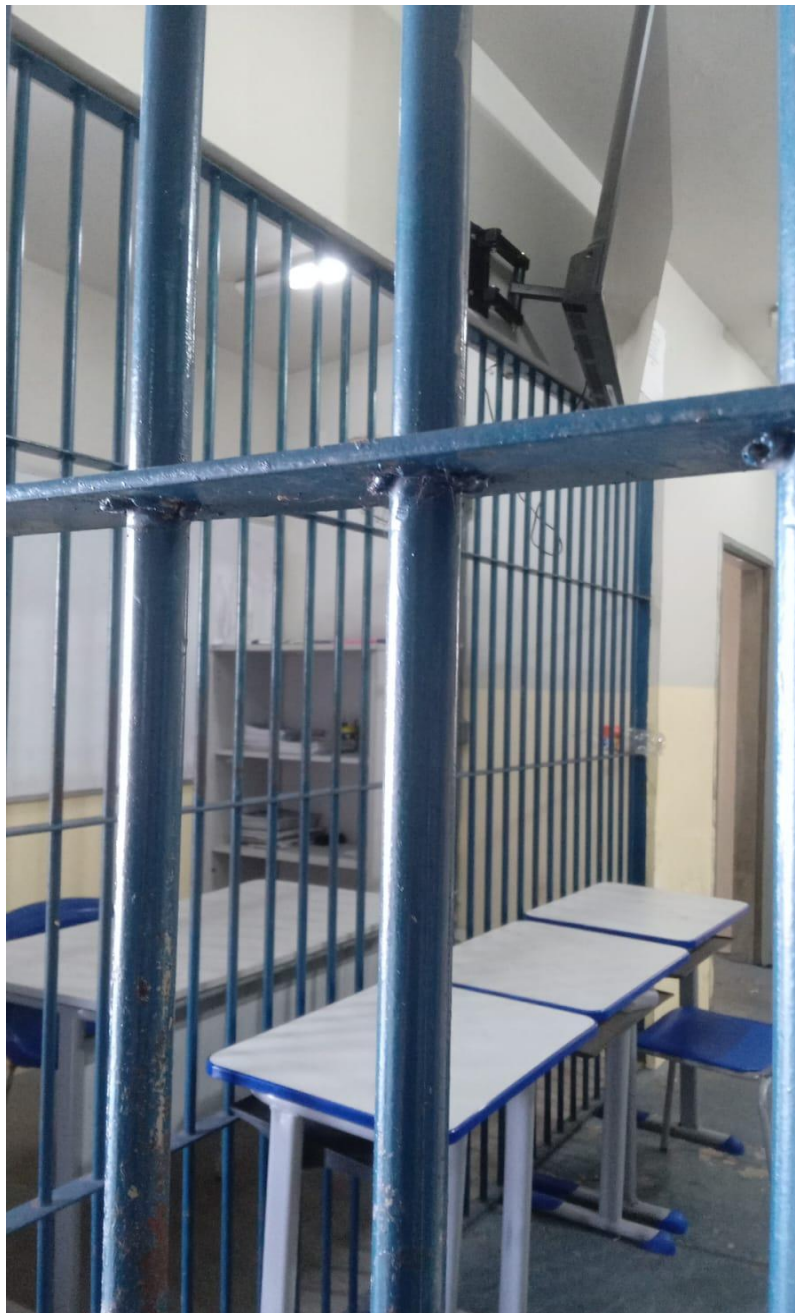
Em relação ao projeto, L.F.O.S. raramente comparece aos encontros de mediação de leitura e escrita. Quando perguntado sobre o porquê da ausência, usou o argumento que os outros usam, isto é, não é chamado na cela. Não sabemos se seu argumento procede, haja vista não se interessar em participar ativamente das ações propostas. Ele relatou sua história quando fizemos a seguinte observação: “não sabemos como estão os outros aspectos de sua vida, mas o campo afetivo vai muito bem, não é?” Esse comentário se justifica pelo uso de uma aliança na mão esquerda. Fizemos essa observação com base no fato da raridade de um relacionamento perdurar por tanto tempo com um dos cônjuges na situação de interno do sistema prisional, embora o rompimento seja mais constante quando o presidiário é do sexo feminino. Na sequência, o interno respondeu à observação, reportando que recebe a visita de sua esposa toda semana, inclusive a visita íntima, e que eles têm uma filha de um ano, concebida em uma dessas visitas. Assim sendo, ele tem três filhos. Um menino do primeiro relacionamento e duas meninas da segunda relação.

Questionamos se a companheira dele trabalha para garantir a sobrevivência da família, ao que ele replicou, afirmando ser ele o provedor da família, mesmo confinado.



E continua seu relato, informando ter dois traficantes fora da cadeia que prestam serviço para ele com vendas de drogas. Ele mesmo negocia com o fornecedor do lado de dentro da penitenciária, realizando os pagamentos via Pix através de aplicativo bancário. Dessa maneira, ele compra as drogas, os traficantes vão pegar com o fornecedor e fazem o pagamento para o interno, via pix, transferindo o valor exato de acordo com a quantidade recebida. Além dessa transação, ele é o responsável em receber o valor que os faccionados pagam para a facção mensalmente. Segundo L. F. O. S., os internos pagam uma taxa de R\$ 30,00 mensais, que lhes assegura o direito de continuar sendo integrantes da facção Bonde dos 40. Como é ele que recebe o dinheiro de todos os internos faccionados e repassa para a facção, ele recebe R\$ 500,00 por esse serviço. L.F.O.S. ainda apresentou uma terceira renda: sua companheira transporta drogas semanalmente, por ocasião das visitas, escondendo as embalagens na vagina. Ao indagarmos sobre um eventual flagrante do tráfico e a situação das crianças que ficariam sem a mãe, ele disse não haver possibilidade de descobrirem, pois o scanner não consegue detectar. Assim, ele pratica o tráfico fornecendo drogas para os presidiários e temos razão para desconfiar que ele também faz uso. A desconfiança procede em virtude de uma situação estranha que aconteceu durante uma leitura coletiva. Ele foi ao banheiro e demorou demasiadamente lá. Quando abriu a porta, exalou um cheiro muito forte e muito estranho. Os internos se entreolharam, ficando muito claro o que havia acontecido, mas não houve nenhum comentário. A linguagem usada foi a não verbal, apenas com os olhos, no entanto, o objetivo da comunicação foi alcançado, ou seja, todos nós compreendemos o que havia acontecido. Esclarecemos que há um banheiro nas dependências da sala de aula, como mostra a imagem abaixo, não de forma detalhada, já que a fotografia foi tirada do lado de fora da sala. Visualizamos o espaço docente e ao lado uma porta, que possibilita o acesso dos internos ao banheiro.

Figura 6 - Espaço docente na sala de aula 1 – UPSL 6L



Fonte: arquivos da autora.

A fim de que realize seus negócios do lado de dentro dos muros da penitenciária, L.F.O.S. precisa de um aparelho celular, portanto, ele gasta uma alta soma de dinheiro na compra de telefones móveis, que eles chamam de “rádios”. Disse já ter adquirido cerca de 15 aparelhos ao longo desses quatro anos de reclusão. Na semana anterior à nossa conversa havia perdido um aparelho na revista carcerária, mas já havia comprado outro. Contou-nos que, às vezes, conseguem esconder na parede da cela quando descobrem sobre uma eventual revista. Quando acontece


totalmente de surpresa, como foi essa da semana passada, quem está de posse de telefone celular, joga do lado de fora da cela imediatamente, para evitar o PDI. Se os agentes penitenciários não encontrarem os “rádios”, outro qualquer objeto, ou até mesmo drogas com eles e, se nenhum interno disser a quem pertence, é impossível atribuir a posse a qualquer um dos “moradores” da cela.

Ao ser questionado sobre a forma de aquisição do aparelho celular, L.F.O.S. contou que eles fazem contato com alguém de fora que fornece os aparelhos, jogando-os por cima do muro. De acordo com sua narrativa, eles esperam pela troca de guardas da guarita, que acontece por volta do meio-dia e no fim da tarde. Fica alguém escondido numa árvore que possibilita a visão da guarita, assim, no intervalo em que um guarda desce e o outro sobe, a pessoa da árvore avisa a outra pessoa que se aproxima do local estratégico para jogar o/os aparelhos/aparelhos. Do outro lado, o faxineiro, previamente avisado, já está posicionado no local correspondente, do lado de dentro do muro, executando o seu trabalho de faxina e, estrategicamente, pega a encomenda. A localização da UPSL 6 propicia esse tipo de ação. Em razão disso, eles compram os aparelhos com um valor mais baixo. Em torno de R\$ 5.000,00, todavia, nem sempre os aparelhos são novos. Em muitas situações, os vendedores negociam aparelhos usados como novos, resultando em necessidade de substituição em um curto espaço de tempo.

Segundo o relato de N.C.L., interno da UPSL 2, que adquiriu um aparelho celular por R\$ 22.000,00, as transações efetuadas via servidores são muito mais caras. Na ocasião, ele contou que na UPSL 4, unidade de segurança máxima, que abriga criminosos de assaltos a instituições financeiras, como explicitamos anteriormente, um aparelho celular chega a custar meio milhão de reais porque são muitos os envolvidos na operação. É nessa unidade que estão os chefes de facções e demais criminosos que se destacam por possuírem um quociente de inteligência bastante elevado.

T.V.S.P. – UPSL 6

Único assaltante de maioria do bando responsável por atear fogo a um ônibus na Vila Sarney Filho, em 03 de janeiro de 2014, em São Luís, T.V.S.P. foi sentenciado a vinte e dois (22) anos de prisão e cumpre pena no Complexo São Luís, especificamente na UPSL 6. Nesse ataque, seguido de incêndio, cinco pessoas foram



gravemente feridas. Os casos mais graves foram o de um adulto de 37 anos, Marcio Ronny, que teve 75% do corpo queimado, uma criança, Ana Clara de 6 anos, que faleceu três dias após o ataque, com 95% do corpo queimado e sua mãe, Juliane Cardoso, com 70% do corpo atingido pelas chamas. Esse caso teve repercussão nacional e internacional. A mídia noticiou que as ordens para atear fogo nos ônibus vieram de integrantes do crime organizado confinados na penitenciária de Pedrinhas.

T.V.S.P. começou a relatar sua história de vida, voluntariamente, a partir do momento que questionamos se sua mãe continuava fazendo as visitas semanais. Ele respondeu afirmativamente e disse que quando ela esteve aprisionada só ele a visitava e agora as coisas se inverteram. Ao perguntarmos se ela realmente esteve privada de liberdade em algum momento, ele contou que tinha 8 anos de idade, moravam no município de Cajapió - MA, quando a polícia esteve em sua casa e encontrou algumas coisas ilícitas (não mencionou o que era), portanto, levaram sua mãe e seu pai para a delegacia e não voltaram mais para casa. Permaneceram encarcerados por um período de seis meses e, durante todo esse tempo, ele ficou em casa, completamente sozinho. Relata que ia à escola somente para comer a merenda, nada mais. Não interagia com ninguém, não prestava atenção às aulas, não realizava nenhuma atividade que lhe era designada. Um dia, quando tentava fugir da escola, após a distribuição da merenda, foi levado à sala da diretora. Ao ser questionado acerca do motivo da fuga, abriu seu coração e contou à diretora, tudo que estava acontecendo em sua vida. Foi sincero e declarou que só estava frequentando a escola para comer a merenda. Não tinha nenhuma vontade de estudar. Só pensava em como conseguir comida, pois só a merenda escolar não era suficiente. A diretora entendeu o problema e disse que daria ordens ao porteiro para que ele saísse após a merenda. Semanas depois, a professora conversou com a diretora, exigindo a expulsão de T.V.S.P. da escola, após reportar o que ocorreu na sala de aula.

Registramos aqui a versão de T.V.S.P. Segundo ele, os colegas começaram a praticar bullying, chamando-o de filho de bandidos e zombando dele pelo fato de seus pais estarem “presos”. T.V.S.P. bateu nos colegas, que foram reclamar para a professora. De acordo com sua versão, a professora ficou contra ele e ainda replicou, alegando que os pais dele estavam presos, mesmo. Sentindo muita raiva dela, ele preparou uma vingança: tentou fabricar uma bomba caseira e, sorrateiramente, colocou-a na bolsa da professora. A bomba não explodiu, porém, ela encontrou a

bomba, perguntou quem havia feito aquilo, e todos o acusaram. Devido ao ocorrido, ela exigia sua expulsão da escola.

Após ouvir a argumentação da professora, a diretora discordou de sua maneira de resolver o problema, chamou-o para conversar e depois de aconselhá-lo, disse que ele poderia ir à sua casa quando não conseguisse comida. Desse modo, uma criança de oito anos, passou os seis meses de condenação dos seus pais, sem companhia, sem alimentação suficiente e sem apoio emocional.


Ficou uma lacuna muito grande entre esses acontecimentos na cidade do interior e sua vida em São Luís, já com um irmão. Só relatou que seu pai bebia muito e quando chegava em casa, batia demasiadamente em sua mãe. Uma determinada ocasião, atingiu sua cabeça com um facão, quase matando-a. depois dessa situação, ela decidiu pela separação.

Sobre o assalto e incêndio ao ônibus, T.V.S.P. nos contou que não haviam planejado atear fogo no ônibus, segundo ele, foram os menores do bando que decidiram fazê-lo, contudo, questionamo-nos, se não haviam planejado, por que levaram substâncias inflamáveis de uso em incêndios?

Enfim, todos eles foram apanhados, mas só T.V.S.P. tinha maioria penal, por consequência, foi levado para o COCTS. Os outros foram levados para o socioeducativo, inclusive seu irmão, que fazia parte do bando. Após cumprir pena no socioeducativo, dias depois da soltura, seu irmão foi assassinado.

T.L.S.S. – UPSL 6

O integrante T.L.S.S. começou a fazer parte do projeto no início de outubro, substituindo um participante que foi transferido de unidade prisional. Ele tem 23 anos e se encontra recluso há quase três anos. Durante a roda de conversa, contou-nos sobre sua história de vida. T.L.S.S. foi morar com os avós logo após seu nascimento. Seu pai não assumiu a gravidez, como consequência, sua mãe foi embora para Portugal e o deixou com os avós. Ele disse que sentia muita tristeza por não conviver com sua mãe. Quando chegou à adolescência, passou a se mutilar. Sobre a mutilação, T.L.S.S. não falou em público, mostrou-me o braço esquerdo com muitas cicatrizes, pouco antes da saída. Eram tantas que ocupavam toda a extensão do antebraço. Continuando o relato, por volta dos 16 anos, envolveu-se com uma organização criminosa. Há dois bairros periféricos em São Luís, Vila Palmeira e



Barreto, que são localizados um em frente ao outro, separados por uma avenida. São rivais na disputa do território do tráfico. T.L.S.S. morava em Vila Palmeira e recebeu uma proposta do líder do Barreto. Ele receberia duas armas para matar os dois principais líderes da facção em Vila Palmeira, em troca ganharia uma rua inteira para traficar. Infelizmente, T.L.S.S. foi seduzido pela proposta, conseguiu um companheiro para ajudá-lo e cometeram o assassinato. Todavia, apenas um faleceu. O outro ficou muito mal, passou um tempo no hospital, mas voltou para casa. O curioso é que T.L.S.S. continuou morando no mesmo lugar, como se nada houvesse acontecido. Seu parceiro passou um tempo no bairro vizinho e depois foi embora para Brasília. Quando o sobrevivente do atentado voltou para casa, como era de se esperar, planejou um atentado, desferindo seis balas contra T.L.S.S., que não foi atingido por nenhum dos projéteis. Ele decidiu se afastar do bairro e da vida de crimes, começou a cursar Técnico em Enfermagem e fez alguns cursos como Primeiros Socorros e Bombeiro Civil, porém, não abandonou o uso de drogas, especialmente, a cocaína. Não foi preso pelo crime de homicídio, pois o inquérito foi arquivado, porém, aceitou pilotar uma moto para um colega fazer um assalto, ou seja, aceitou participar de um assalto e foram apanhados pela polícia, recebendo uma sentença penal de nove anos. Tem uma companheira e uma filha de quatro anos que o visita mensalmente, no “dia do herdeiro”, primeira segunda-feira de cada mês. Sua companheira o visita semanalmente. T.L.S.S. é muito agradecido pelo apoio da família, mas continua depressivo e ainda sente vontade de praticar automutilação, mas tenta se controlar com a leitura da Bíblia e de outros livros que consegue no cárcere.

Contou-nos que no início do aprisionamento tinha crises horríveis de abstinência, assim sendo, pedia que sua companheira levasse analgésico, raspava o comprimido, transformando-o em pó e cheirava, como se fosse cocaína. Hoje, venceu o vício do uso de drogas, no entanto, continua muito ansioso pela liberdade e afirma não reincidir, jamais.

J.I.G.R. – UPSL 6

Esse integrante está recluso há quase dois anos, manifesta interesse em estudar, entretanto, não está matriculado no ano letivo de 2024. Conversamos com a pedagoga da unidade penal sobre o caso dele e foi-nos prometido que ele será efetivamente matriculado na turma EJA etapa II, em 2025. Ela explicou que a turma



já havia excedido o número de participantes quando tomou conhecimento do caso dele.

J.I.G.R. tem um nível de cognição bem baixo, porém, tem um nível de interesse bem alto. Ele desconhecia o projeto RPL antes de integrar o projeto de mediação de leitura e escrita. Em vista disso, dispensamos uma atenção direcionada às suas dificuldades com o entendimento da leitura e a escrita do relatório.

Em um dos momentos da roda de conversa, motivado pela discussão, ele relatou um pouco de sua história, que antecedeu ao aprisionamento. J.I.G.R. tem esposa e um filho. Eles fizeram um contrato informal de compra de uma casa, sendo que pagariam à proprietária, um valor mensal, não exato, entre R\$ 200,00 a R\$300,00, que seria abatido do valor total da casa à proporção que ia sendo pago. Como ele ficou sem trabalho exatamente no período de nascimento de seu filho, atrasou dois meses, assim, pediu que sua esposa conversasse com ela para explicar a situação e pedir um pouco mais de paciência. No terceiro mês de atraso, um policial foi à casa deles para os despejar. J.I.G.R. tentou explicar o que estava acontecendo, mas não obteve sucesso, então, falou que iria procurar a corregedoria para denunciar. O policial armado, obviamente, ameaçou tirar-lhe a vida. À vista da ação policial e do contrato sem nenhum valor jurídico, eles tiveram que deixar a casa em poucos dias.

Diante dos acontecimentos, J.I.G.R. foi procurar um parceiro, com quem já havia praticado ações de furtos e por cujas ações já havia permanecido preso por um ano, no passado. Esse parceiro propôs um assalto a um posto de conveniência no bairro do Calhau, área nobre da capital. O assaltante tinha um informante no local, então, já sabia o valor aproximado que conseguiriam com o assalto, ou seja, o sucesso da operação já era garantido. J.I.G.R. fez as contas se baseando na parcela que receberia, constatou que daria para pagar o valor integral da casa e ainda sobraria para pagar as contas de eletricidade atrasadas. Sendo assim, aceitou prontamente, acertaram os detalhes e efetuaram o assalto à mão armada na data combinada. Os dois foram bem-sucedidos na ação, entretanto, a polícia os capturou quando ainda estavam em fuga.

O resultado de tudo isso foi uma pena de 5 anos de detenção, a separação da família, a perda do valor que já tinha pago pela casa anteriormente e as dificuldades que a sua esposa e filho passam na casa da mãe dela.

A respeito de tudo isso, ele alega que teve a “mente fraca” em virtude de tanta necessidade, mas quer estudar para ter mais conhecimento, fortalecer a mente para não cometer os mesmos erros quando estiver em liberdade.

M.C.V.S. – UPSL 6

M.C.V.S. é natural de Timon e foi preso por roubo de telefones celulares na cidade de São Luís. Este interno encontra-se recluso há três anos e raramente recebe visita, visto que sua esposa e seus dois filhos residem em Timon, município que faz fronteira com o Estado do Piauí, localizado a 434 km da capital do Maranhão. Portanto, torna-se muito caro vir de Timon para São Luís, motivo pelo qual M.C.V.S. solicitou, junto ao serviço social da UPSL 6, visita por meio de vídeo conferência. Durante o período que participa do projeto de mediação de leitura e escrita, manteve contato virtual com sua família somente uma vez. Contou-nos que sua esposa está trabalhando em uma lanchonete, o que oportunizou que conversássemos sobre a necessidade que ele tem de, também, conseguir um emprego, mesmo que simples, haja vista que, se os dois trabalharem, será possível sustentar a família, ainda que de forma mais modesta. Ele pareceu não se convencer do nosso argumento.

Em virtude de M.C.V.S. estar ausente há algumas semanas, procuramos nos informar acerca do motivo de sua ausência. Então, descobrimos que ele foi transferido de unidade prisional por ter sido gravemente agredido por seus companheiros de cela. A notícia oficial que recebemos é que a agressão aconteceu devido sua recusa em fazer a faxina da cela, o que inclui a lavagem do banheiro. Todavia, temos conhecimento de causa o suficiente para supormos que o motivo não foi exatamente esse. Provavelmente, M.C.V.S. recebeu punição por algum ato cometido que desagradou a organização criminosa à qual pertence.

A cena de agressão foi filmada por um dos parceiros de cela, enquanto todos os outros o atingiam com pancadas na região do tórax e abdômen. Outra curiosidade é que não havia nenhum sinal de agressão na região da cabeça. Informaram-nos que foram três minutos de gravação da cena de pancadaria e que as imagens do celular confiscado pelos policiais penais são chocantes.


Ele sangrava pela boca quando chegou à enfermaria, onde ficou por alguns dias. Ao receber alta médica, foi levado diretamente para outra unidade prisional.

J.S.P.A. – UPSL 1

Recebemos esta mensagem via WhatsApp no dia 14 de janeiro de 2025. Segue a transcrição: “Estou com uma triste notícia pra da pra vc meu irmão faleceu ontem de madrugada num boeiro não sei se vc viu um vídeo que passou no jornal”. O remetente da mensagem é irmã de um egresso, participante do projeto Leio, logo existo. Quatro dias antes, portanto, em 10 de janeiro ele havia entrado em contato conosco para contar que já estava em liberdade. Deu entrada no albergue, que é o sistema semiaberto, em 3 de setembro de 2024, permaneceu lá até 16 de outubro, quando foi liberado. Ao questionarmos o porquê de não ter entrado em contato antes, ele replicou que sua irmã só tinha encontrado o nosso contato naquele momento. Perguntamos sobre as atividades dele naquele novo contexto, então, J.S.P.A. nos informou que estava morando sozinho em uma quitinete, próximo à casa de sua irmã e fazendo uns “bicos”, que são trabalhos informais, como eletricista e pequenos consertos de ventiladores, máquinas de lavar e fogões. Perguntei se estava tudo bem e nos colocamos à disposição para o caso de alguma necessidade, inclusive para conversar. Ele agradeceu e se disponibilizou para futuros contatos. Nos dois dias subsequentes, 11 e 12 de janeiro, ele enviou mensagens de bom dia, respondemos, mas não demos continuidade à conversa. E no dia 14, exatamente às 20:28h recebemos a notícia do falecimento juntamente com o vídeo do resgate do corpo. Só então tomamos conhecimento do que realmente estava acontecendo.

Logo depois da soltura, J.S.P.A. começou a fazer uso de bebida alcoólica, que foi se intensificando e já tinha chegado ao ponto de beber todos os dias. No dia da tragédia estava chovendo muito quando ele voltava para casa, por volta das 3:00 horas da manhã, extremamente embriagado. Enquanto tentava atravessar de uma rua para outra, foi levado pela correnteza.

J.S.P.A. morava em Manaus, era casado e tinha um filho de 7 anos e uma filha de 4 anos quando cometeu feminicídio contra sua esposa por flagrante de adultério. Ele a assassinou com 4 facadas na região do abdômen em 25 de abril de 1999. Ele ainda prestou socorro, mas ela faleceu após chegar ao hospital. O curioso nessa narrativa é que seus cunhados e cunhadas o apoiaram durante todo o tempo pós-homicídio. Eles o levaram para o município Presidente Figueiredo, há cento e vinte e seis (126) km de Manaus, onde ficou escondido por noventa (90) dias até ser encontrado pela polícia. Cumpriu pena de doze (12) anos em regime fechado, então,



foi beneficiado com liberdade condicional, todavia, teria que comparecer mensalmente ao fórum e não poderia ausentar-se da cidade sem autorização judicial. Ainda permaneceu algum tempo em Manaus, porém, decidiu voltar ao Maranhão sem prévia comunicação à Justiça. Portanto, foi considerado foragido.

Tomou a decisão de se entregar à justiça no final de 2020. Durante o período no qual estava foragido, continuou mantendo contato com os filhos, que ficaram sob a tutela de uma tia, e com a família da esposa falecida.

Com o resultado do trabalho informal que exercia, atendia às necessidades financeiras dos filhos e conseguiu construir duas casas simples em uma localidade de periferia da cidade, dominada por uma organização criminosa. Quando a facção tomou conhecimento de sua prisão, apossou-se das casas.

Assim, aos cinquenta e seis (56) anos de idade, J.S.P.A. perde sua vida. Segundo o relato de sua irmã, uma vida vivida sem sentido desde o dia que decidiu tirar a vida de sua esposa e mãe de seus dois filhos.

Cada um desses relatos oferece uma visão profunda do que acontece na vida de uma pessoa que decide burlar as leis da sociedade civil por já viver à margem dessa sociedade, sentindo-se excluído dela ou por querer desfrutar de privilégios como casa própria e comida boa na mesa, que só uma parcela de cidadãos/cidadãs possui. Certamente teremos visões diferentes diante de cada narrativa devido ao estereótipo do delinquente previamente inculcado em nossas mentes, no entanto, esperamos que esses relatos estimulem uma reflexão sobre as ações providas pela Justiça para atenuar as desigualdades sociais.

6.1 Panorama da UPSL 1

A Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 1 abriga, em novembro de 2024, quatrocentos e quarenta e sete (447) internos dispostos em cinco (5) pavilhões, denominados por letras: Pavilhão A, Pavilhão B, Pavilhão C, Pavilhão D e Pavilhão E. Achamos relevante explicitar a dinamicidade dos números no sistema prisional. Não podemos precisar quanto aos números, devido a frequente mudança de ações. De um turno para outro, pode ocorrer transferência de pavilhão ou de unidade prisional, é possível a expedição de alvarás de soltura, a chegada de internos, entre outras coisas.

Concernente à educação formal, o Centro de Ensino João Sobreira de Lima possui um amplo espaço físico com cinco salas de aula, um pátio coberto onde acontecem os eventos, sala de pedagogia, sala de professores, sala de diretoria, dois banheiros, um bebedouro e sala de tecnologia de informática. A biblioteca, que é o Farol da Educação previamente mencionado, localiza-se em área externa à escola. As salas de aula são equipadas com mesa e cadeira para os docentes, um armário onde são guardados os materiais didáticos, um quadro branco, um ventilador de parede e carteiras (cadeira e mesa separada) para os estudantes. As salas possuem grades nas portas, porém, permanecem abertas o tempo todo. Não possuem janelas. A escola funciona na parte térrea do prédio que visualizamos na imagem abaixo.

Figura 7 - Vista externa da Escola localizada na UPSL 1



Fonte: arquivos da autora.

Rotineiramente, o ônibus que transporta os servidores administrativos e professores chega ao complexo prisional antes de 8:00h. Apesar disso, o turno escolar da manhã só inicia por volta de 8:30h, visto que o processo de retirada dos internos das celas é lento. As aulas do matutino encerram às 11:30h. O vespertino inicia às 13:40h e finaliza às 16:40h. O noturno inicia às 17:00h e encerra às 20:00h.

No início de cada ano letivo os internos estudantes do programa EJA recebem caderno, lápis, borracha e caneta da SEEDUC, no entanto, não recebem o livro didático e não são autorizados a levar nenhum material didático para a cela. Só manuseiam os materiais no horário escolar. Os professores recebem pinceis

apropriados para quadro branco e papel ofício. Outros materiais como cola, tesoura, grampeador ficam armazenados na sala de pedagogia para uso coletivo.


Em novembro de 2024, há cento e oitenta e oito (188) estudantes matriculados em treze (13) turmas, sendo dez (10) turmas de Educação de Jovens e Adultos e uma turma de alfabetização IBRAEMA. No turno matutino, há três (3) turmas EJA, etapas I, II e III; no turno vespertino, há duas turmas EJA etapa II, uma turma etapa III, uma turma etapa IV e uma turma IBRAEMA; no turno noturno há quatro turmas EJA, etapas I, II, III e IV e uma turma de Ensino Médio EAD.

Figura 8 - Vista parcial do jardim na entrada da escola



Fonte: arquivos da autora.

A fotografia acima nos permite visualizar parte do jardim na entrada da escola prisional da UPSL 6, plantado e conservado semanalmente pelos internos responsáveis pelo trabalho de manutenção do espaço físico da unidade. Esclarecemos que há uma entrada na parte traseira da escola com acesso à sala dos



policiais penais e à entrada dos pavilhões. É por essa via que os internos são conduzidos à escola.

Em relação ao Ensino Superior, modalidade EAD, há vinte e um (21) estudantes matriculados, distribuídos nos cursos de Logística, Recursos Humanos, Administração, Administração Portuária, Serviço Social, Tecnologia da Informação e Análise de Desenvolvimento de Sistemas.

A sala de tecnologia da informática possui dez computadores, mas apenas sete estão funcionando no momento da pesquisa, sendo um computador para o instrutor. Esse espaço acolhe os estudantes do Ensino Médio, Ensino Superior e educação não formal por meio dos cursos do *Programa Rumo Certo*, em quatro turnos de funcionamento, divididos da seguinte forma: de 8:00 às 11:30; de 12:00 às 14:00; de 14:00 às 16:30; de 17:00 às 20:00.

O Ensino Superior é dividido em três turmas, que utilizam a sala no turno de 17:00 às 20:00. A primeira turma às segundas e terças-feiras; a segunda turma às quartas e sextas-feiras e a terceira turma aos sábados, em horário integral, manhã e tarde. O Ensino Médio é composto de uma turma só e utiliza a sala às quintas-feiras.

A educação não formal é representada pelo Programa Rumo Certo, que oferece uma infinidade de cursos *online* de qualificação profissional por meio das plataformas WOLI¹⁶ e ESKADA¹⁷. Cada interno tem a oportunidade de cursar oitenta (80) horas mensais, que equivalem a seis dias. De acordo com a pedagoga da unidade, é necessário fazer um rodízio para que todos tenham oportunidade de qualificação e, conseqüentemente de remição, sendo que doze horas de cursos *online* são equivalentes a um dia de remição. Como há mais de cem (100) internos inscritos para o *Programa Rumo Certo*, eles cursam 80 horas mensais e voltam para o final da lista de inscrições. Dessa forma, todos têm oportunidades iguais.

Quanto aos cursos, a plataforma *Woli* oferece cursos mais básicos e com carga horária mais reduzida. Há cursos de apenas cinco horas. Nessa plataforma, é possível selecionar cursos a partir de duas categorias: Talento RH e WOLIFLIX, que são cursos

¹⁶ WOLI é uma plataforma integrada com cerca de 220 cursos disponíveis nas áreas: marketing e vendas; administrativa; gestão e liderança; comportamental; línguas; concursos; desenvolvimento pessoal; finanças; tecnologia; educação e pedagogia. A plataforma WOLI pode ser acessada através do site <https://woli.com.br/>.

¹⁷ A plataforma ESKADA é elaborada com a curadoria de conteúdo da Universidade Estadual do Maranhão. O site de acesso é <https://eskadauema.com/>.

da área de vendas. Listaremos alguns desses cursos, os mais selecionados pelos aprendizes, a título de exemplificação:

Talento RH – Administrativo; Atendimento; Casa e Decoração; Compliance; Comportamental; Comunicação; Concurso; Culinária; Desenvolvimento Pessoal; Educação e Pedagogia; Finanças; Conceitos Básicos de Nutrição; Geral; Gestão e Liderança; Hotelaria; Info Integrações; Línguas; Marketing e Venda; Mecânica; Meio Ambiente; Pet; Políticas, Saúde e Bem-estar; Técnico em Estudo de Produtos; Técnico de Informática; Treinamento; Varejo.

Vendas – A Arte de Falar em Público; A Arte de Tomar Decisões; A Importância de Delegar Tarefas; Acredite em Você: pratique a autoconfiança; Melhor Negócio; De Repente Líder; A Arte de Planejar Estratégias; A Loja que Vende; À Prova de Fogo; O Código É a Lei; *Coach Corner*: o *feedback* do líder que treina.

Os cursos da plataforma *Eskada* são de carga horária mais longa. O aprendiz tem que iniciar com os cursos da plataforma *Woli* para, então, ter acesso à plataforma *ESKADA*, que é gerida pela UEMANET¹⁸. Há 62 (sessenta e dois) cursos na plataforma *Eskada*, que são selecionados a partir das categorias:

- Cursos Abertos
- Cursos CAPES/UEMA
- Negócios
- Gestão
- Direito
- Filosofia
- Educação
- Educação Ambiental
- Educação Patrimonial
- Alimentos
- Mineração
- Geografia
- Turismo
- Meio Ambiente


¹⁸ UEMANET é o Núcleo de tecnologias para Educação, responsável pela criação de oportunidades de aprendizagem nas modalidades presencial e à distância, mediada por tecnologia e que valorizem alternativas de inovação pedagógica. <https://uemanet.uema.br/>.



- Música
- Tecnologia/Informática
- Saúde
- Idiomas
- Tecnologia e Educação
- Psicologia
- Tecnologia e Arquitetura
- Física
- Sustentabilidade
- Recursos Naturais
- Teologia
- Literatura
- Educação Inclusiva
- Educação Física
- Ecologia
- Ciências Agrárias
- Agronomia

Por ocasião da pesquisa, em novembro de 2024, a sala de informática atende dezoito aprendizes do Programa Rumo Certo, diariamente, distribuídos em três turnos, a saber, manhã, tarde e intermediário, de 12:00 às 14:00 para atender àqueles que participam das frentes de trabalho disponíveis na UPSL 1. Como já explicitamos em parágrafo anterior, o turno noturno, que inicia às 17:00, é usado para atender aos estudantes do Ensino Médio e Ensino Superior.

O instrutor responsável pela sala de informática é o interno A.D., recluso há dois anos. Antes do confinamento, A.D. possuía uma *Lan House*, assim sendo, tinha experiência não só com informática, mas entendia um pouco de manutenção de computadores, contudo, relatou-nos que tem se especializado de forma mais eficaz no presídio. O interno-instrutor cursa o tecnólogo Análise de Desenvolvimento de Sistemas há um ano, classificando o curso com o conceito muito bom. Na função de instrutor, ele passa o dia todo conectado, o que contribui para o seu aperfeiçoamento tecnológico e para suportar os dissabores da reclusão, segundo ele. Além de orientar os aprendizes, A.D. ajuda a sanar as dificuldades com os computadores da unidade,



em razão da burocracia que precisa ser seguida a fim de chamar a equipe do setor de T. I. da SEAP, que não trabalha nas dependências do presídio, o que acarreta uma longa espera.

Ao questionarmos o instrutor sobre a eficácia dos cursos, no sentido de ter certeza se os estudantes aprendem, ele assegurou tanto a eficiência dos cursos oferecidos quanto a aprendizagem daqueles que se dedicam e comentou que o curso *Acredite em Você: pratique a autoconfiança*, mudou sua vida. Em suas palavras, “Esse curso me abriu a mente”. Quando indagamos sobre a eficiência dos cursos que demandam muita prática, como o curso de mecânica, ele respondeu que a prática é muito enfatizada, e que os cursos são divididos em módulos, sendo necessária a aprovação em um módulo para passar para o módulo seguinte e acrescentou que a nota mínima para aprovação é 8,0 e a nota máxima é 10,0. Ainda nos mostrou listagens que são enviadas mensalmente para a SEAP, onde constam nome, curso, carga horária e nota, assim, foi-nos possível constatar a atribuição da nota máxima na maioria dos nomes. Convém destacar a concentração dos aprendizes durante todo o tempo que lá estivemos em conversa com o instrutor, que ratificou a importância da qualificação para o período pós-reclusão.

Concernente ao programa *Trabalho com Dignidade* nesta unidade carcerária, as oportunidades de engajamento nas frentes de trabalho são maiores, tendo em vista que as oficinas são mais abrangentes, requerendo um número mais expressivo de trabalhadores:

- Fábrica de blocos
- Fábrica de colchões
- Serralheria
- Malharia
- Fábrica de sacolas *kraft*
- Fábrica de vassouras
- Manutenção predial especialização
- Limpeza externa
- Limpeza e conservação de pavilhão
- Cuidador e limpeza (Posto de saúde)
- Fábrica de bolas

Nessa unidade prisional, os policiais penais retiram as algemas dos estudantes na porta da escola. Desse modo, eles transitam livremente nas dependências do espaço escolar. No horário de encerramento das aulas, eles vão buscá-los nas salas, mas as algemas são recolocadas somente na saída da escola. Convém esclarecer que este tipo de procedimento não é padrão. Cada UPSL adota um sistema de segurança, em conformidade com a prática criminal da comunidade carcerária abrigada.

6.2 Panorama da UPSL 6

Figura 9 - Vista parcial do prédio administrativo da UPSL 6



Fonte: arquivos da autora.

A Unidade Prisional de Ressocialização São Luís 6 abriga, em outubro de 2024, 595 internos distribuídos em quatro (4) pavilhões, assim nomeados: Pavilhão Alfa, Pavilhão Beta, Pavilhão Charles e Pavilhão Delta. Explicitamos acerca da dinamicidade característica do sistema prisional previamente nesta pesquisa, mais especificamente no item que traça o panorama da UPSL 1. O centro de triagem, COCTS, que pode ser visto na imagem abaixo, fica nas dependências da UPSL 6.

Figura 10 - Fachada do Centro de Triagem localizado ao lado da UPSL 6



Fonte: arquivo da autora.

Há seis (6) especialistas que prestam serviço de atendimento aos internos: pedagoga, enfermeira, odontólogo, clínico geral, assistente social, psicóloga e especialista penitenciário jurídico, mais conhecido como PJ. Os atendimentos são distribuídos nos dois turnos, sendo que alguns acontecem no turno matutino e outros no vespertino.

São 12 (doze) as frentes de trabalho neste presídio:

- Barbearia
- Oficina de mesa posta
- Artesanato regional
- Oficina de sacolas *kraft*
- Fábrica de chinelo
- Limpeza e conservação de pavilhão
- Biblioteca
- Restauração de livros
- Fábrica de sabonetes
- Manutenção predial especialização
- Limpeza externa
- Atividades educacionais, esportivas e culturais

A oficina de mesa posta, compreende a confecção de jogos americanos que são vendidos semanalmente na feira do empreendedor, porém, além disso, são

confeccionados outros artigos como roupas de cama, cortinas, bolsas, mochilas, dependendo da demanda. Fomos informadas de que a confecção do vestido usado por Thaynara OG foi feita por esta oficina da UPSL. A *influencer* é idealizadora do “São João da Thay”, evento beneficente que reúne música e cultura maranhense nas festividades juninas.

A frente de trabalho que corresponde às atividades educacionais, esportivas e culturais é destinada à comunidade obesa, hipertensa, diabética e com deficiência desta unidade prisional.

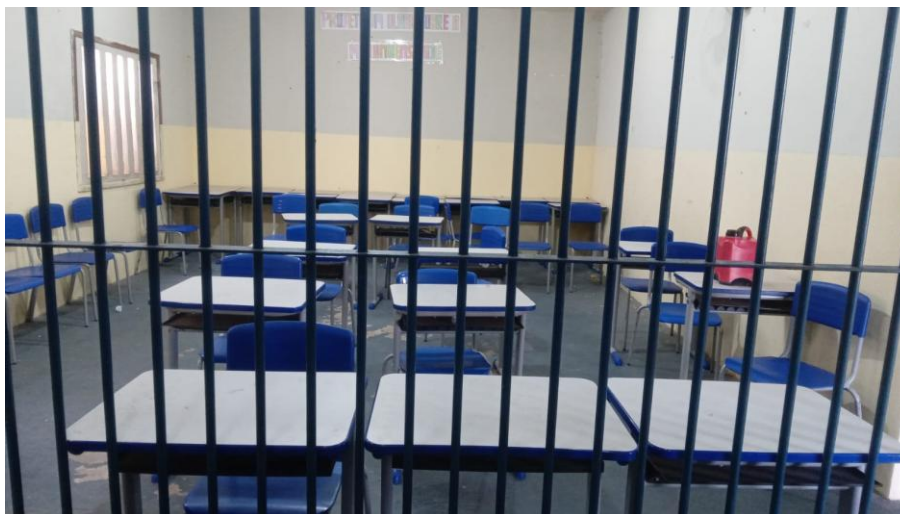
Figura 11 - Brasão da polícia penal localizado na parte interna da UPSL 6



Fonte: arquivo da autora.

A Comissão Técnica de Classificação, responsável pela colocação das PPL nas frentes de trabalho, é composta da assistente social, psicóloga, pedagoga, enfermeira e especialista jurídico. Essa comissão se reúne semanalmente e analisa os pedidos dos internos interessados a ingressar em uma frente de trabalho, levando em consideração, o parecer de cada componente da comissão, em conformidade com sua área de atuação.

Figura 12 - Sala de aula 1 – UPSL 6, imagem gerada do espaço docente




Fonte: arquivos da autora.

Quanto à educação formal, esta unidade prisional conta com seis (6) professores do regime estatutário de trabalho e um interno instrutor habilitado pelo IBRAEMA. Encontram-se em funcionamento Alfabetização, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Ensino Superior, uma turma de cada modalidade, detalhadas a seguir:

- Alfabetização, turma com 12 estudantes matriculados, funciona por 6 meses sob a responsabilidade de dois facilitadores, que são internos deste presídio, habilitados pelo IBRAEMA;
- EJA etapa I, turma com 15 estudantes matriculados, compreende o 1º ano, 2º ano e 3º ano das séries convencionais do Ensino Fundamental;
- EJA etapa II, turma com 22 estudantes matriculados, compreende o 4º ano e 5º ano do Ensino Fundamental;
- EJA etapa IV, turma com 23 estudantes matriculados, compreende o 8º ano e 9º ano do Ensino Fundamental;
- EJA etapa II, turma com 6 estudantes matriculados, compreende a 2ª e 3ª séries do Ensino Médio;
- Ensino Superior, turma com 11 estudantes matriculados.

Concernente à turma do Ensino Superior, seis (6) estudantes cursam Processos Gerenciais, quatro (4) estudantes cursam Gestão Financeira e um (1) estudante cursa *Marketing*. Todos os cursos são a nível de tecnólogo, com duração




de dois anos. Além desses, há um interno que faz o curso de Tecnólogo em Segurança do Trabalho na Universidade Estácio, instituição privada, custeada por seus pais. Esclarecemos que as turmas de Ensino Médio e Ensino Superior cursam a modalidade de Ensino à Distância, através da plataforma do Centro Universitário, utilizando os computadores da sala de informática desta unidade penal.

Com referência aos exames nacionais de certificação, em 2024, duzentos e cinco (205) internos da UPSL 6 foram inscritos para o ENCCEJA e duzentos e cinquenta e um (251) inscritos para o ENEM PPL. Lamentavelmente, não conseguimos a informação precisa acerca do quantitativo daqueles que realmente prestaram os exames. Contudo, a pedagogia informou que entre a data de inscrição e a data das provas, geralmente há transferências e/ou alvará de soltura, significando que os números provavelmente sofrem alterações.

Quanto à estrutura física das salas de aula, informamos que as duas salas onde funcionam o EJA – Ensino Fundamental são chamadas de galpões: galpão 1 e galpão 2. Diferentemente da UPSL 1, onde não há grades no espaço das salas de aula, sendo que os professores dividem o mesmo espaço com os estudantes, os galpões na UPSL 6 possuem estrutura diferente. Não há interligação entre os galpões, sendo que a distância entre os galpões e a sala de pedagogia é considerável, assim, quando os estudantes são conduzidos aos galpões, os policiais penais abrem as grades, eles entram, as grades são trancadas, ato contínuo os estudantes viram de costas para as grades e as algemas são retiradas, então, no término das atividades, o processo se repete de forma inversa. Há grades que separam os professores/professoras dos estudantes. O pequeno espaço docente é mobiliado com mesa, cadeira, armário, quadro branco e ventilador. O ambiente dos estudantes possui um banheiro, carteiras, dois ventiladores grandes de parede e uma TV de 55 polegadas fixada na parede, acima das grades de separação entre os dois espaços. Há uma garrafa térmica com água e copos descartáveis para uso durante o período de aulas e é servido um lanche que consiste em biscoitos tipo *cream cracker* e suco de pacote na metade do horário de aulas. As aulas da turma de alfabetização acontecem em uma sala pequena, sem a estrutura citada, em outro local do presídio.

Para concluir as informações mais relevantes sobre a UPSL 6, destacamos a conquista do Prêmio de Gestão Penitenciária, mais conhecido como Prêmio Gespen, em 2023. A UPSL 6 foi premiada na categoria Alta Complexidade, ou seja, conseguiu o primeiro lugar no *ranking* alta complexidade e foi destaque na categoria Boas



Práticas, isso significa que a UPSL 6 foi duplamente premiada pelo trabalho desenvolvido em 2023. O diretor administrativo, Quirino da Silva, declarou que há diversas ações sendo desenvolvidas com os internos em diversas áreas do trabalho penitenciário.

6.3 Encontros para a prática de mediação de leitura e escrita na UPSL 1

Os encontros para a prática de mediação de leitura e escrita na unidade prisional 1 aconteciam às quintas-feiras à tarde, a partir de 13:40h. O horário de término era às 16:40, porém, nem sempre os policiais penais vinham buscá-los no horário, então, continuávamos em atividade até a chegada deles.

No geral, serviam lanche no meio da tarde. Costumeiramente, serviam suco e biscoito. Às vezes, serviam frutas como bananas, maçãs ou laranjas. Em ocasiões especiais, a exemplo das festas de São João e encerramento do ano letivo, serviam um lanche diferente, como comidas típicas das festas juninas e bolo com salgados para as festas de fim de ano, com decoração junina e natalina, respectivamente. A decoração, geralmente é produzida pelos próprios internos, que também se encarregam das atrações musicais, utilizando os instrumentos da própria instituição.

1º Encontro: 13/04/2023

Após a apresentação pessoal e exposição dos objetivos do projeto, aplicamos a dinâmica “Eu sou único” que consistia na distribuição de papéis numerados aos participantes. A seguir, teriam que encontrar a pessoa que, porventura, teria recebido o número igual ao seu. Depois de algum tempo de procura, chegaram à conclusão de que ninguém recebeu números iguais. A partir disso, desenvolvemos a temática da unicidade: somos únicos em um planeta com aproximadamente oito bilhões de pessoas vivas. Não há outra pessoa com digitais iguais às suas, com a mesma íris ou com o DNA igual ao seu. Embora tenhamos algumas características semelhantes a outras pessoas, sempre seremos únicos. Portanto, é possível protagonizar uma história sem correr o risco de cometer plágio.

Dessa forma, apresentamos o conto “A Terceira Margem do Rio”, após uma exposição informal da biografia do grande autor, Guimarães Rosa. Sugerimos uma leitura coletiva do conto. Desse modo, ao final de cada parágrafo, um participante



tomava a iniciativa de continuar a leitura em voz audível. Do grupo de quinze participantes, apenas três não participaram da prática. Ao término da atividade de leitura, organizamos uma roda de conversa, abrindo espaço para as perguntas concernentes ao vocabulário, haja vista a peculiaridade da linguagem de Rosa, seguidas das impressões pessoais de cada um acerca do conto. Tais impressões estão descritas *a priori*, no subcapítulo *impressões pessoais de leitura*.

No final do encontro, possibilitamos uma avaliação das atividades propostas, e foi gratificante tomar conhecimento da aprovação dos participantes do projeto, que falaram sobre a importância das atividades de leitura para a vida do recluso no sentido da remição de pena, da ocupação do tempo e no espaço que a leitura ocupa na mente da pessoa que lê. Um dos participantes, que a propósito, participou ativamente da conversa sobre o conto “A Terceira Margem do Rio”, mencionou sobre o poder que os livros têm de transportar o leitor para lugares diversos, de fazê-los transpor os muros da prisão que sem a leitura são considerados intransponíveis.

2º Encontro: 20/04/2023

De acordo com o planejamento, a atividade inicial de cada encontro seria o *warm up*. Assim, a intenção de desenvolvimento do *warm up* seria a de falar sobre as vivências com as atividades escolares, tendo em vista que todos são alunos regulares, devidamente matriculados no Centro de Ensino João Sobreira de Lima, anexo ao presídio, todavia, alguns participantes, voluntariamente, começaram a falar da situação pessoal no confinamento. Um deles se emocionou tanto ao falar de sua condição de presidiário, que não conseguiu se controlar, chorando copiosamente. As reclamações em torno da vida no cárcere são inúmeras, porém, observamos, através dos comentários, que a separação da família, causando solidão, é o que mais maltrata a pessoa que se encontra privada de sua liberdade.

Em continuidade às atividades do encontro, distribuimos os livros *Capitães da Areia* para o início da leitura coletiva. Antes, porém, fizemos uma breve explanação sobre a biografia do autor, contextualizando com algumas novelas de TV baseadas em clássicos de Jorge Amado, quando tivemos algumas contribuições daqueles que conheciam a trama de novelas adaptadas a partir das obras do autor. Após a exposição da biografia e a introdução do enredo, iniciamos a leitura coletiva de *Capitães da Areia*, com poucas interrupções, apenas para sanar algumas dúvidas. Ao

término do encontro, pausamos a atividade e os leitores levaram os livros para as celas, onde continuariam a leitura até a semana seguinte.

3º Encontro: 27/04/2023

Iniciamos o momento do *warm up* conversando sobre as novidades da semana. Então, alguns falaram sobre as atividades escolares mais recentes, outros falaram sobre as visitas que receberam, um deles contou sobre a conversa com seu advogado, e o interno W. L. trouxe um poema que havia escrito durante a semana e fez questão de fazer a leitura.

Estávamos bastante ansiosas para saber se haviam concluído a leitura do livro designado, assim, foi gratificante constatar que a maioria conseguiu concluir, no entanto, aqueles que não conseguiram ler a totalidade do livro, leram bem além da metade da obra. Sendo assim, formamos a roda de conversa e iniciamos com as primeiras impressões sobre *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, que foram registradas em outra sessão desta escrita. Por enquanto, ressaltamos a discussão sobre as similaridades do reformatório presente na obra de Jorge Amado, em paralelo com a condição de penitenciário, trazendo para a pauta a ressocialização no cárcere. Unanimemente chegaram à conclusão de que não é possível ressocializar no coletivo. A ressocialização, segundo os leitores, precisa ser feita individualmente. Disseram que projetos como o *Leio, logo existo* colaboram sobremaneira para a ressocialização, o problema é que esses projetos não alcançam a todos, contudo os que têm a chance de participar, são grandemente beneficiados.

Sugerimos que cada um escolhesse e comentasse sobre o personagem que mais chamou a atenção deles. Os personagens mais citados foram: Pedro Bala, pela coragem em chefiar o bando; Dora, por se tornar a mãe de todos eles e da tristeza que tomou conta do trapiche por causa de sua morte; Sem Pernas, por mascarar a carência de afeto materno através de provocações aos outros meninos; Gato, pela malandragem ao conquistar a prostituta Dalva e tornar-se um gigolô; o professor, pelo apego aos livros e conhecimento adquirido e, por esconder dos outros o sentimento que nutria por Dora; o padre José Pedro pelo acolhimento sincero e por defender o comportamento dos capitães da areia, e por acreditar que as más ações por eles praticadas, eram realizadas em nome da sobrevivência.




Sentimos um clima muito prazeroso nesse encontro. Provavelmente, pelo fato de conseguir completar uma leitura, pela oportunidade de poder comentar sobre a prática da leitura e ter suas opiniões ouvidas e respeitadas. Em nosso caso, o sentimento era de alegria pela conquista deles, vitória da literatura e gratidão pela chance de compartilhar a fruição literária com um público tão necessitado e, na maioria dos casos, tão alheio à essa necessidade.

4º Encontro: 04/05/2023

O momento *warm up* deste encontro girou em torno das novidades vivenciadas durante a semana anterior, como visitas dos familiares, leitura do livro e atividades extras. Os que haviam recebido a visita de um familiar, vale acrescentar que geralmente é a mãe que visita o filho encarcerado, estavam mais animados que os demais, haja vista que a visita renova as energias com a própria presença da pessoa e as notícias trazidas do restante da família, sem mencionar a comida caseira que faz toda a diferença no cardápio semanal.

Em conformidade com o planejamento, realizamos a primeira Oficina de Escrita. Após a exposição do conteúdo com orientações para a escrita da introdução, desenvolvimento e conclusão do relatório com as devidas exemplificações, iniciamos a redação do relatório de leitura do livro “Capitães da Areia” de Jorge Amado, ainda em forma de rascunho. Utilizamos o método de escrever após a explanação de cada parte do relatório, isto é, depois de expor o conteúdo da introdução, todos escreviam a sua introdução e assim por diante. Como o tempo não foi suficiente para chegar à conclusão do primeiro relatório de leitura do projeto, eles levaram para a cela tanto o rascunho do relatório, quanto as orientações de escrita para a finalização durante a semana e apresentação no encontro posterior.

Ao orientar o interno D.V. sobre a redação do relatório, este falou que se interessa muito em aprender a escrever porque, a despeito da remição, ele pretende estudar para aprender, de fato. Mencionou que só havia estudado até a primeira etapa do ensino fundamental. Na carceragem, está cursando a última etapa do mesmo nível de ensino. No ano passado ele não foi aprovado na prova do ENCCEJA por não conseguir redigir a redação. Apesar da aprovação nas quatro disciplinas requeridas pelo exame nacional para PPL, não teve habilidade suficiente para escrever a



redação. Este ano irá tentar novamente. Tem 42 anos, mas pretende fazer o curso superior de arquitetura, já que tem alguma experiência nessa área.


5º Encontro: 11/05/2023

Nesse encontro, após o momento *warm up*, que foi utilizado para os comentários sobre a escrita do resumo do livro, priorizamos a leitura individual dos relatórios que foram escritos individualmente, durante a semana. O resultado foi muito satisfatório. Alguns participantes já trouxeram os relatórios da leitura de *Capitães da Areia* prontos, outros não conseguiram concluir, mas estavam bem adiantados. Aqueles que conseguiram finalizar, fizeram logo a leitura em público. Orientamos os leitores que não trouxeram a atividade de ceta concluída com o que faltava para a conclusão, e estes também leram suas redações em voz audível. Assim, sugerimos algumas correções ortográficas nos resumos e conversamos um pouco sobre as marcas da oralidade, contudo, no geral, o resultado foi eficaz, afinal essa era a primeira atividade escrita após a oficina de redação de relatório e, dentre outras coisas, serviu como incentivo às demais atividades de escrita que viriam em seguida.

Outro fato interessante nesse encontro, foi a solicitação de correção de um relatório de um interno, não integrante do projeto, companheiro de cela de um dos participantes, que tem dificuldades com a escrita, para que lêssemos e alterássemos o que fosse preciso.

6º Encontro: 18/05/2023

Iniciamos uma conversa informal sobre as atividades da semana no momento *warm up*. Cada um deveria falar uma coisa boa vivenciada durante a semana. Aqueles que receberam visita, mencionaram a visita como uma coisa boa. Os demais tiveram muita dificuldade para lembrar de algo positivo acontecido. No intuito de ajudá-los a lembrar, falamos do ato de acordar todas as manhãs. Ainda que seja difícil acordar em um ambiente rodeado por grades, acordar significa viver, e mesmo vivendo em condições adversas, lutamos com todas as forças para continuarmos respirando o fôlego de vida. Durante a reflexão, uma fala curiosa se destacou: “Um dia a mais que passa significa um dia a menos aqui neste lugar”.



Após o momento *warm up*, iniciamos a leitura coletiva do segundo livro, *Vidas Secas* de Graciliano Ramos. A exemplo da prática do primeiro livro, a leitura coletiva ocorre de forma voluntária. Dessa forma, quando um leitor para de ler, outro continua, assim, a interrupção só acontece quando alguém faz uma pergunta. No final do encontro, quando os policiais penais chegam para levá-los, todos marcam a página onde paramos, então, levam os livros para continuar a leitura em cela.

7º Encontro: 25/05/2023

Aplicamos a dinâmica “E se...?” no momento *warm up* que consta de perguntas hipotéticas, suscitando respostas inesperadas, considerando que a regra do jogo exigia respostas rápidas, pouco elaboradas.

A roda de conversa sobre *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos foi bem movimentada, visto que apreciaram muito a narrativa da família nordestina. A maioria fez menção à cadela Baleia, destacando o sentido figurado do nome dado à cadela, haja vista que esta era extremamente magra, segundo a obra, “pele e osso”.

8º Encontro: 01/06/2023

O momento *warm up* não aconteceu conforme o planejado em razão da transferência de um integrante do grupo para outra unidade prisional. Conforme esclareceram, esse tipo de situação é muito comum no sistema prisional. Uma informação foi provocando outra, assim, não tivemos tempo disponível para a realização do *warm up*, de acordo com o planejamento.

Desse modo, iniciamos a oficina de escrita, com as orientações necessárias para a redação do relatório de leitura sobre *Vidas Secas*. Embora já tivéssemos explanado sobre as etapas constituintes de um relatório na oficina anterior, foi necessário repetir as informações, isto é, refazer a prática de escrita, ao utilizar o objeto de trabalho do momento, *Vidas Secas* – Graciliano Ramos.

9º Encontro: 07/06/2023

No encontro de número 9, o momento *warm up* foi vivenciado com comentários sobre o julgamento e absolvição de um integrante do projeto. Todos manifestaram



alegria pela liberação do colega, almejando que a audiência de alguns e o cumprimento da pena de outros também aconteça logo. Com a dinamicidade característica do sistema prisional, o movimento de entrar e sair é muito comum, portanto, demos boas-vindas a novos colegas que integraram o projeto, os quais fizeram uma auto apresentação. Em virtude de recebermos um público novo, achamos conveniente conversar sobre os benefícios da leitura em todos os ambientes, especialmente no cárcere.

Embora a leitura de *Dom Casmurro* não fosse apropriada para os novatos, em razão da linguagem rebuscada de Machado de Assis, já havíamos feito a solicitação junto à biblioteca, então decidimos envolvê-los com a temática da traição presente na obra. Com a curiosidade provocada, iniciamos a leitura coletiva com algumas paradas no decurso da prática para a devida explicação de palavras desconhecidas. Como fizemos em situações passadas, todos levaram o livro consigo.

10º Encontro: 15/06/2023

A conversa do momento *warm up* referiu-se às festas de São João. No Estado do Maranhão, as pessoas frequentam lugares, no período das festas junina, que chamamos de “Arraial de São João”. São organizados muitos arraiais ao longo das cidades. Obviamente, apesar de assistirem pela TV, estavam curiosos para saber acerca das apresentações artísticas nos diversos arraiais distribuídos pela capital e quais deles estavam recebendo o maior número de público.

Como esperado previamente, nem todos os integrantes do projeto fizeram a leitura integral de *Dom Casmurro*, entretanto, o tema traição movimentou tanto o grupo, a ponto de não conseguirmos encerrar as discussões em um só encontro. Dividimos os participantes em dois grupos, a partir do questionamento: Houve traição por parte de Capitu? Um grupo achava que houve traição, sim. O outro grupo achava que não houve. Sendo assim, cada grupo precisou defender seu posicionamento. O objetivo da roda de conversa foi alcançado com sucesso, pois não conseguimos finalizar as discussões. Tivemos que postergar o encerramento do debate para o próximo encontro.

11º Encontro: 21/06/2023



A transferência de um colega para outra unidade prisional foi o assunto do momento *warm up* do 11º encontro.

Demos continuidade ao debate sobre *Dom Casmurro*, interrompido no encontro anterior. Um comentário do grupo que sustentava a tese de que Capitu não traiu Bentinho, chamou muito a atenção de todos e contribuiu sobremaneira com a verossimilhança da obra. O leitor contou, que após a separação de sua esposa, conservou uma foto dela em casa. Quando se casou de novo, sua segunda esposa sentia muita raiva ao olhar para a foto. Depois de um certo tempo de convivência, ela engravidou, e quando sua filha nasceu, parecia muito com a ex-esposa dele. À proporção que ela crescia, parecia mais e mais com a ex-esposa, que não tinha nenhuma ligação genética com a criança.

Para surpresa geral, um dos componentes do grupo que acreditava na traição de Capitu narrou sobre os desdobramentos da traição de sua esposa no período de reclusão, detalhando como lidou com a traição.

12º Encontro: 06/07/2023

Momento *warm up*: o sucesso da Festa Junina organizada pela escola. Todos gostaram demais da festa de São João, que também marcou o encerramento das atividades do primeiro semestre letivo. Comentaram sobre as músicas cantadas e tocadas e deram ênfase às comidas típicas que foram servidas.

Revisamos o conteúdo da oficina de escrita, especialmente em virtude de termos recebido novos participantes no grupo, iniciando, assim, a escrita do relatório de leitura do livro *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. Interessante constatar que alguns leitores conseguiram concluir o relatório logo nesse encontro.

13º Encontro: 13/07/2023

Como trabalharíamos com o livro *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, organizamos o momento *warm up* para conversar sobre o tipo de moradia “cortiço”. Poucos conheciam o substantivo “cortiço”, no entanto, todos já tinham o conhecimento prévio desse tipo de habitação.



Antes de iniciarmos a leitura coletiva, destacamos a naturalidade do autor de *O Cortiço* e a importância de sua obra para a literatura brasileira. Infelizmente, apenas um leitor sabia que Aluísio Azevedo era maranhense.

14º Encontro: 20/07/2023

Momento *warm up*: conversa sobre visitação. Alguns recebem visita semanalmente, alguns quinzenalmente, outros mensalmente. Quando questionado, R.N. relatou ter recebido a última visita de sua mãe em janeiro e disse não ter notícias da família desde então. Sentia-se muito preocupado pelo fato de sua mãe não estar bem de saúde na última visita que lhe fez. Sendo uma pessoa idosa, com sérios problemas de saúde, era a única pessoa que o visitava. R.N. disse já ter tentado se comunicar através do serviço social da penitenciária, sem êxito.


O encontro designado para a roda de conversa é sempre muito prazeroso. Após uma semana de leitura, eles ficam empolgados para as discussões. A prática oral iniciou com observações sobre o estilo de vida no cortiço e as características de alguns personagens. Na sequência, cada participante escolheu um personagem para discorrer sobre sua vida no cortiço. A conversa foi bastante produtiva, dada a riqueza dos elementos da narrativa.

Em consequência de estarmos sozinhos na escola, mês de férias escolares, pela segunda vez, os policiais penais esqueceram de vir buscar os internos no horário estabelecido. Como não temos acesso às horas, sem mencionar que ficamos absortos com as atividades propostas e que as salas de aula não possuem janelas que possibilitem o contato com a área externa da escola, quando saímos, as luzes dos postes de eletricidade estavam acesas. Já era noite!

15º Encontro: 27/07/2023

O momento *warm up* desse encontro ocorreu em torno da temporada do Dia dos Pais. Alguns integrantes estavam exultantes por terem recebido a comunicação judicial autorizando a saída na semana que antecede o Dia dos Pais.

Novamente, fizemos explanações acerca da escrita do relatório, dispondo de mais tempo disponível para a produção textual ainda em sala de aula. Observamos que a maioria conseguiu finalizar sua escrita. No próximo encontro teremos a leitura



dos relatórios, faremos os ajustes finais e já estarão prontos para a transcrição nos formulários oficiais do projeto RPL.

16º Encontro: 02/08/2023

Desenvolvemos uma dinâmica de grupo no momento *warm up*. Eles escolhiam papéis dobrados que continham frases iniciadas, então, teriam que completá-las, usando sua criatividade. Algumas frases suscitaram reflexão, outras provocaram gargalhadas. Enfim, o resultado foi positivo.


Em seguida, iniciamos a leitura dos relatórios com os devidos ajustes. Um integrante, cujo ingresso no projeto ocorreu no início de julho de 2023, não seguiu as orientações de escrita e apresentou um relatório totalmente plagiado. Então, orientamos quanto ao risco do plágio e a possível não validação do relatório. Ele resolveu correr o risco. Foi interessante o posicionamento de um colega que replicou com o argumento de que esse seria o motivo de alguns deles não conseguirem a remição. Reclamam que entregam os relatórios e a remição não lhes é atribuída. Enfatizamos que é exatamente isso que acontece.

Devido a rapidez das atividades de leitura e ajustes dos relatórios, tivemos tempo suficiente para iniciar a leitura coletiva do livro a ser lido em seguida: *A Cor Púrpura*, de Alice Walker.

17º Encontro: 10/08/2023

Warm up: Conversa sobre a volta às aulas formais e sobre a situação psicológica de dois participantes que já poderiam estar no semiaberto, mas continuam reclusos e um reeducando que já cumpriu a pena e mais treze meses excedentes e nada acontece. Os três atribuem a culpa ao defensor público que não se interessa pelo caso deles.

Antes de iniciarmos a discussão do livro *A Cor Púrpura*, perguntamos quem havia concluído a leitura. Para nossa surpresa, só uma minoria não concluiu. Isso nos leva a crer que gostaram da sugestão de leitura, levando em conta que todos participaram ativamente da discussão, além disso, leva-nos a considerar que estamos no caminho certo, especialmente depois da fala de um participante do projeto que ao integrar o grupo disse não ter nenhuma intenção de ler um livro completo, contudo,



tem se surpreendido com o tempo gasto na prática da leitura. Com a motivação extremamente revigorada, iniciamos a mediação da leitura de *A Cor Púrpura* que, efetivamente, atingiu um inesperado patamar de interesse e participação. Provavelmente, a linguagem utilizada na obra tenha contribuído para o interesse, tendo em vista que é uma obra mais recente, que emprega uma linguagem mais acessível ao público não tão acostumado à leitura. As temáticas foram, igualmente, interessantes e atualizadas em tal medida que não foi possível concluir a discussão em um dia, apenas.


18º Encontro: 17/08/2023

Warm up: A conversação do encontro girou em torno da alimentação servida no presídio. Dois dos integrantes só haviam tomado um café simples até o momento do encontro, tendo em vista que o almoço estava intragável. Todos disseram que a comida servida é bem difícil de comer. Algumas vezes a comida está malcozida, meio crua e às vezes já está em estado de putrefação. Um dos internos falou que já perdeu bastante peso pelo fato de não conseguir se alimentar o suficiente para conservar o peso. Outro falou que a comida servida é simplesmente para mantê-los vivos. Aqueles que recebem visita semanalmente, podem comer uma comida boa uma vez por semana. Infelizmente, a maioria não recebe visitas regularmente. Isso significa que precisam se alimentar independentemente do tipo de comida que é servido, a fim de que não fiquem completamente desnutridos e, conseqüentemente, doentes.

Continuamos a discussão de *A Cor Púrpura*, de Alice Walker. Dessa vez abordamos a temática do racismo presente na obra. Foi interessante ouvir o posicionamento de cada um dos leitores e as histórias paralelas que surgiram no decorrer da discussão. Ao longo da conversa, falamos até sobre cotas raciais. Pediram que eu explicasse como funcionam e então puderam opinar sobre o assunto. As opiniões foram divididas a favor e contra as cotas raciais.

Os conhecimentos prévios compartilhados incluíram notícias veiculadas na mídia, a exemplo de uma situação de espancamento sofrida por uma pessoa preta acusada de roubo em um supermercado e o caso do jogador de futebol, Viny Jr., que sofreu ataques de racismo na Espanha.

Considerando o avanço na escrita dos relatórios, havíamos solicitado no encontro anterior, que fossem produzidos durante a semana. Sendo assim, alguns



apresentaram os relatórios prontos, outros fizeram apenas a introdução. Um leitor deixou pendente apenas a conclusão. Lemos os relatórios em voz alta e fizemos algumas sugestões. Três dos relatórios estavam satisfatórios para a entrega. Os formulários padrão da SEAP foram distribuídos para que os transcrevessem e entregassem para a validação.


19º Encontro: 24/08/2023

Warm up: conversa sobre um colega, integrante do projeto que foi transferido para a unidade prisional do Anil, um bairro da capital, fora do complexo penitenciário, sem nenhum aviso prévio. Quando a transferência de cela acontece, ainda que seja para a mesma unidade, pavilhão diferente, não podem levar os pertences. Sendo assim, surgiu o questionamento: o que é permitido ter na cela? Pedimos que enumerassem os pertences permitidos. A lista ficou assim: ventilador, televisor até 24 polegadas, sem sistema *wi-fi* e *USB*, envelopes, selos, folhas de papel almaço com pautas, um refil de caneta de cor azul, três fotografias 10X15 cm, reveladas em papel fotográfico, medicamentos de uso contínuo ou receitados pelo médico ou odontólogo do presídio, um frasco de sabonete líquido incolor, uma pasta de dente líquida em embalagem transparente, um repelente com aspecto transparente e dois rolos de papel higiênico, duas toalhas brancas, dois lençóis de solteiro brancos, 1 cobertor de solteiro branco, seis cuecas brancas, três pares de meias brancas e um par de tênis tipo futsal branco.

Iniciamos a leitura coletiva do livro *Prisioneiras*, de Drauzio Varela e designamos um capítulo para cada leitor apresentar no encontro seguinte. Nós pedimos autorização ao responsável pela biblioteca, um interno de formação superior que presta serviço como bibliotecário, embora não seja graduado em biblioteconomia, para levarmos o livro conosco, em virtude de ainda não conhecermos a obra *Prisioneiras*, de Drauzio Varela.

20º Encontro: 14/09/2023

Warm up: conversa sobre a dinâmica de leitura da semana. Eles relataram o tempo de leitura e o horário que costumam ler. A maioria lê no horário da manhã e logo no início da noite, após o jantar. Tomamos conhecimento que eles costumam



compartilhar com alguns companheiros de cela, a trama da obra que estão lendo no momento, dependendo do nível de interesse que o enredo desperta.


A roda de conversa sobre Prisioneiras ocorreu melhor do que havíamos imaginado. Embora tivessem feito a leitura completa do livro, cada integrante percorreu sobre o capítulo designado, e após a exposição, a conversa sobre o exposto era iniciada ou reiniciada. Não conseguimos concluir o trabalho de apresentação dos capítulos do livro nesse encontro.

21º Encontro: 21/09/2023

Warm up: Dinâmica do desafio: solicitamos que escrevam nos papéis recebidos, ações que não conseguem praticar, a partir dos exemplos dados. Em seguida, entregam os papéis, sendo desafiados a fazer exatamente o que disseram não poder praticar. Desse modo, com a ajuda dos companheiros, tentam cumprir o desafio.

A conversa sobre “Prisioneiras” continua neste encontro. Baseado no excerto do livro, no qual as detentas fazem aguardente utilizando arroz cozido, um interno contou uma experiência vivenciada no presídio, quando fizeram aguardente na cela, utilizando os seguintes ingredientes: 20 pães dormidos, 120 docinhos chamados goiabada, água e fermento. Deixaram dias fermentando e usaram uma técnica de eletricidade chamada mergulhão para o choque térmico. Após coarem a mistura, a bebida rendeu 3 unidades de garrafinhas plásticas de 500 ml. Ele disse que a aguardente caseira, ou seja, “celeira”, ficou extremamente forte. Vale esclarecer que eles recebem os docinhos como sobremesa, assim, começaram a guardar os doces bem antes dos pães, visto que os pães são suscetíveis a mofo. Quando já tinham uma quantidade considerável de doces, evitaram o consumo de pães por dois dias, a fim de usá-los como ingredientes na preparação da aguardente.

O momento destinado às técnicas de escrita foi enriquecido com o testemunho de R. N. que não conseguia ler no início do projeto, além de ler o livro integralmente durante a semana, ainda traz o relatório pronto para ser avaliado, previamente. Ele mesmo reconhece que está melhorando a cada livro lido. Concordamos. A progressão dele é completamente visível. Já melhorou consideravelmente sua escrita. As observações feitas no seu relatório diminuíram bastante. Além da evolução na leitura



e na escrita, ele sente prazer tanto em uma atividade como na outra. Sentimo-nos recompensadas por um feedback tão positivo!

22º Encontro: 05/10/2023

Warm up: Apresentamos curiosidades sobre Maria Firmina dos Reis, escritora maranhense, na conversa introdutória para funcionar como motivação para a leitura de Úrsula.

Iniciamos a leitura coletiva com algumas interrupções para dirimir dúvidas e no final do encontro, levaram os livros para a continuidade da leitura na cela, durante a semana.

23º Encontro: 19/10/2023

Warm up: girou em torno de conversas sobre leitura com companheiros da comunidade interna. Conversamos sobre os comentários dos companheiros de cela em relação à intensa prática de leitura. Escolhemos essa temática para a conversa introdutória, após ouvirmos o diálogo a seguir, sem demonstrar que estávamos atentas.

Os integrantes do projeto estavam chegando para o encontro semanal quando alguém se aproximou e perguntou se eles “ganhavam” remição de pena extra. Um participante respondeu que estavam sujeitos à mesma remição do PRL. O companheiro, então, perguntou intrigado, qual seria a vantagem da participação no projeto, já que não teriam um tempo extra de remição. Para nossa surpresa, o participante respondeu: “conhecimento”. Apesar de estarmos envolvidas em outra atividade no momento, ficamos atentas, sem demonstrar que estava, para a continuação da conversa, na qual o integrante do projeto explicou que a remição era importante, mas aprender também era muito importante, e que estavam tendo a oportunidade de aprender coisas novas, de conversar sobre assuntos diversos e que tinham oportunidade de expor suas ideias, seus pontos de vista e que estavam aprendendo a escrever sozinhos, fazer o relatório de remição com as próprias ideias e palavras. Desnecessário é expormos aqui quão gratificante é ter esse feedback de alguém que não tem ciência de que está fornecendo uma avaliação.



Animadas com o episódio anterior, iniciamos a roda de conversa sobre Úrsula, obra de Maria Firmina dos Reis, escritora de naturalidade maranhense. Aproveitamos para incluir na conversa uma abordagem sobre a temática do abolicionismo e do patriarcado. Nem todos gostaram do livro, entretanto, envolveram-se nas discussões, adquirindo o novo olhar a partir da exposição abolicionista e patriarcal, que trouxemos para a conversa, inserida no enredo de Úrsula.

24º Encontro: 09/11/2023

Warm up: conversa sobre um integrante do projeto que havia recebido alvará de soltura, mas voltou para o complexo, infelizmente. J.S.S. tinha dependência química, todavia, já estava recluso há mais de dois anos. Seus companheiros contaram que chegou ao presídio extremamente magro. Engordou significativamente no período de confinamento, diferentemente do padrão, que emagrece na detenção. Porém, ao retornar para casa, voltou também para as drogas. Dessa maneira, só ficou livre por vinte e dois dias, muito magro e silente, bem diferente da pessoa participativa que era antes da liberdade.

Neste encontro, tivemos a apresentação de Sussurros entre as Grades: Relatos de mulheres, livro escrito por Maria de Lourdes dos Santos, ex-presidiária da penitenciária Estadual do Seridó-RN, mais conhecida como Pereirão. Em razão desse livro não constar no acervo da biblioteca da unidade prisional, a leitura do exemplar foi realizada de forma alternada por alguns integrantes. Um dos leitores, N.C.L., se disponibilizou a fazer a exposição do texto de Maria de Lourdes dos Santos, o que desencadeou uma conversa muito produtiva. A maioria trouxe suas histórias de vida para a roda. 90% das conversas giravam em torno do uso de drogas.

A partir da conversa sobre o livro “Sussurros entre as Grades”, decidimos fazer uma enquete para saber quem já tinha usado drogas no grupo, a resposta foi unânime. Todos já haviam usado drogas em algum momento da vida. Uns mais, outros menos, contudo, todos já haviam sido usuários. Sendo assim, alguns se voluntariaram para contar suas experiências com o uso de entorpecentes.



25º Encontro: 16/11/2023

Warm up: Hora de dizer adeus! Esse encontro foi o último realizado com o grupo do projeto de mediação de leitura e escrita *Leio, logo existo*. Portanto, planejamos e executamos algo diferente e especial. Foi um momento de despedida com direito a discursos, lanche especial e entrega de catataus, como o de R.N., que publicamos na sequência. Finalizamos com muitos agradecimentos pela realização do projeto e votos de Feliz Natal e Ano Novo.

26º e Último Encontro: 05/01/2024


Time to say goodbye!

Fomos convidadas para a culminância do projeto interdisciplinar de leitura e escrita denominado *Gente de toda cor*, realizado no final do quarto bimestre da educação formal do Centro de Ensino João Sobreira Lima, o anexo da UPSL 1. O projeto *Gente de toda cor* foi elaborado na perspectiva da inclusão e diversidade. Tal atividade marcaria o final do ano letivo de 2023.

Todos os professores e alunos estavam reunidos para o encerramento das atividades que incluiu poemas, músicas, vídeos e narrativas. Houve também o pronunciamento da Direção pedagógica e administrativa da Escola. Os participantes do projeto *Leio, logo existo* participaram ativamente do programa recitando poemas, apresentando frases alusivas ao tema e lendo narrativas e/ou biografias de pessoas negras que se tornaram famosas ao exercer muito bem, algum tipo de atividade, como Glória Maria, Pelé, Ray Charles etc.

A programação foi acompanhada por uma banda de música composta pelos próprios internos. Havia guitarra, bateria, teclado e pandeiro. O vocalista da banda também é interno.

No final do programa, foi feito um agradecimento especial pela realização do projeto *Leio, logo existo*, e fomos convidadas a falar, oportunidade na qual agradecemos em público, a viabilidade de realização do projeto e aproveitamos o ensejo para destinar uma mensagem reflexiva de ano novo aos internos. Após a nossa fala, o evento foi finalizado com um lanche especial servido a todos os presentes. Durante o lanche aproveitamos para conversar individualmente com os componentes do projeto, a fim de encorajá-los a continuar a prática de leitura e não desistir da luta




em se tornar uma pessoa ressocializada quando deixassem de ser uma pessoa privada de liberdade. Naquele momento, recebemos mais alguns *catataus* e a banda continuou tocando até a finalização do lanche, então foram levados de volta para as celas, concluindo, assim, as atividades educacionais formais do ano letivo de 2023.

6.4 Encontros para a prática de mediação de leitura e escrita na UPSL 6

1º ENCONTRO: 07/03/2024

O objetivo desse primeiro encontro, em 07 de março de 2024, consistia em convidar os internos da UPSL 6, integrante do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, a integrar o Projeto de Mediação de Leitura, “Leio, logo existo”. O contato ocorreu nas dependências do Centro de Ensino João Sobreira de Lima, anexo 6, onde funcionam as etapas I e IV do ensino fundamental, modalidade EJA. Sendo que a etapa I acontece no turno matutino e a etapa IV no turno vespertino. A pedagoga indicou a turma que cursa a quarta etapa para compor o projeto em questão.

Embora a turma da etapa IV seja composta de vinte e quatro alunos, no dia da visita destinada ao convite, só estavam dez alunos presentes. A justificativa apresentada por eles para a ausência dos demais incidia no fato de os agentes penitenciários não chamarem a todos. Justificativa essa corroborada depois, pela professora do EJA etapa I, turno matutino. Iniciamos o contato com a apresentação pessoal e objetivo da visita. Em seguida, aplicamos uma dinâmica que versava sobre a importância da leitura, através de citações de autores conhecidos no cenário nacional e internacional. Além destes, depoimentos de alguns internos da CPPA - Cadeia Pública de Porto Alegre, e algumas reflexões dos integrantes do projeto *Leio, logo existo*, e, conseqüentemente, participantes do RPL, UPSL 1, em 2023. A dinâmica aconteceu da seguinte forma: foram distribuídos papéis com as citações sobre leitura para todos, que teriam que ler em voz audível. Os comentários sobre as citações poderiam ser feitos pelo leitor ou por qualquer outra pessoa. Utilizamos, primeiramente, as citações dos escritores, em seguida, os depoimentos dos internos da Cadeia Pública de Porto Alegre e, por último, os pensamentos dos internos da UPSL 1. Eles ficaram tão impactados com tudo que ouviram e falaram, que responderam positivamente, de forma unânime, ao convite. De fato, eram dez presentes, no entanto, fizemos a inscrição de onze, pois, um deles solicitou que



acrescentasse o nome de um companheiro de cela, que certamente gostaria de participar. Em relação à data de início do projeto, eles sugeriram para a segunda-feira seguinte, 11 de março de 2024.

2º ENCONTRO: 11/03/2024

Tivemos o momento “Warm Up” objetivando conhecer um pouco mais alguns dos participantes. Quatro deles expuseram um pouco de suas vidas pessoais e dos motivos pelos quais se encontravam na condição de presidiários. No encontro seguinte, outros teriam oportunidade para falar. Na sequência, iniciamos a leitura do conto “A Terceira Margem do Rio”, de Guimarães Rosa. Lemos apenas o primeiro parágrafo e, voluntariamente, os parágrafos foram sendo lidos até o final do texto. Então, demos início às impressões sobre a leitura, que detalhamos no tópico sobre o comparativo dos dois grupos, um formado em 2023 e o outro em 2024.

3º ENCONTRO: 18/03/24

Após o momento “Warm Up”, quando tivemos a oportunidade de conhecer um pouco mais alguns dos integrantes, demos início à leitura do conto “O homem que sabia javanês”, de Lima Barreto. Antes da leitura, comentamos sobre a biografia do autor, que contribuiu para o interesse pela leitura. Todos gostaram muito das peripécias de Castelo, protagonista da narrativa. Era claramente perceptível a forma como foram envolvidos pela leitura. É possível perceber que a postura irreverente do personagem de Lima Barreto detém o poder de conquistá-los à medida que usa de artimanhas para conseguir um lugar de destaque no mercado de trabalho.

4º ENCONTRO: 25/03/2024

O momento *warm up* deste encontro girou em torno do fato de que alguns internos não estão sendo chamados para as atividades do projeto de mediação de leitura. Os policiais penais, com a lista de participantes na mão, dizem que chamaram a todos, porém, alguns não quiseram comparecer, ou estavam no banho de sol, enquanto os internos dizem que não foram chamados.



A roda de conversa sobre o conto “O homem que sabia javanês”, de Lima Barreto foi bastante produtiva, em parte porque a leitura agradou a todos e em parte porque suscitou alguns questionamentos acerca do acesso ao serviço público naquela época e no tempo presente. Alguns contribuíram com conhecimentos prévios e foi curioso perceber que a postura ludibriadora de Castelo teve a aprovação de todos.

5º ENCONTRO: 01/04/2024

Neste encontro tivemos a presença de dois internos que foram adicionados ao grupo. Ambos falaram um pouco sobre suas condições de aprisionamento, assim como de suas respectivas famílias.

Simultaneamente, trabalhamos a redação do relatório com os integrantes presentes no encontro anterior e a leitura do mesmo conto, “O homem que sabia javanês”, de Lima Barreto, com aqueles que não estiveram presentes na semana passada.

6º ENCONTRO: 08/04/2024

Não houve oportunidade de realização do *warm up* neste encontro, em razão do retardamento do início das atividades. Os internos foram retirados da cela muito tarde, o que incorreu no atraso demasiado das atividades.

Iniciamos o trabalho de leitura do conto “Pai contra Mãe”, de Machado de Assis. Como não tivemos tempo suficiente para os comentários sobre a narrativa, deixamos todo o trabalho de compreensão da leitura para o encontro seguinte.

7º ENCONTRO: 29/04/2024

Iniciamos a roda de conversa sobre o conto “Pai contra Mãe”, de Machado de Assis. Conseguimos fazer a roda de conversa logo após a leitura e, convém mencionar, foi um momento de discussão muito proveitoso, haja vista o interesse pelas temáticas presentes na trama, conforme discussões registradas em capítulo anterior deste texto.

8º ENCONTRO: 06/05/2024

O grupo presente neste encontro era totalmente diferente do grupo do encontro anterior, ou seja, os participantes presentes no dia 06/05/2024 estavam todos ausentes no encontro do dia 29/04/2024. Todos afirmaram que não foram chamados na semana anterior. Sendo assim, continuamos enfrentando o mesmo problema, isto é, os agentes penitenciários não estão trazendo todos os participantes, embora estejam com a lista de participantes em mãos.

Desse modo, trabalhamos com estes, o mesmo conto que havia sido trabalhado na semana anterior com o outro grupo: “Pai contra Mãe”, de Machado de Assis. O conto foi muito bem recebido, pois atraiu a atenção de todos, da mesma maneira que aconteceu com o grupo que fez a leitura anteriormente.

9º ENCONTRO: 13/05/2024

Apesar de nos fazermos presente no dia e horário previamente agendado para o encontro semanal, não houve possibilidade de realizarmos as atividades de mediação de leitura devido à realização de um evento da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

10º ENCONTRO: 20/05/2024

Este encontro é um dos mais proveitosos até agora devido ao número de participantes presentes. Contamos com a presença de sete participantes. Esse número não corresponde à metade dos participantes, porém, ainda não atingimos esse nível de presença desde que iniciamos o projeto, em março.

Utilizamos o livro *Extraordinário*, de R. J. Palacio, disponibilizado gratuitamente em PDF, pelo Instituto Maria Auxiliadora (IMA), uma escola de educação básica no Rio Grande do Sul¹⁹. Com 248 páginas, a história do menino extraordinário, August Pullman, já foi transformada em filme.

¹⁹ Conseguimos o PDF do livro *Extraordinário* através do link <https://ima-rs.com.br/wp-content/uploads/2018/11/8o.-ano-Extraordin%C3%A1rio-R.-J.-Palacio.pdf>.

11º ENCONTRO: 29/05/2024**Número de participantes presentes: 3**

Como temos apenas um integrante que participou do último encontro, este continua a leitura de Extraordinário, tendo em vista que não distribuimos o livro completo no encontro anterior, e os outros dois iniciam a leitura do respectivo livro.

Enquanto estávamos recepcionando um participante novo, que estava integrando o grupo exatamente neste dia, recebemos a visita da pedagoga da SEAP, que veio se certificar do andamento do projeto. A visita foi bem oportuna, haja vista que só havia três integrantes neste encontro. Ela questionou sobre o motivo da presença reduzida, ao que informamos exatamente o que nos é passado pelos agentes penitenciários: “os internos não querem descer”. Os participantes presentes repetiram o que sempre dizem a respeito dessa problemática: “eles não chamam a lista toda”. A pedagoga chamou o agente penitenciário responsável e perguntou o porquê da frequência tão baixa. Ele sustentou o argumento recorrente, afirmando que chamou a lista toda, mas só aqueles quiseram descer. Vale ressaltar que no dia anterior, a referida pedagoga entrou em contato conosco para saber sobre o andamento do projeto. Relatamos as dificuldades encontradas na UPSL 6 acerca da frequência. Ela explicitou, então, que esse tipo de postura dos agentes penitenciários é muito comum, em virtude de pensarem que os detentos não deveriam ter o direito de estudar. Esclareceu que embora passem por um programa de capacitação laboral antes de assumir o cargo, ocasião na qual são orientados sobre as práticas e atribuições exigidas pelo ofício, bem como os direitos dos encarcerados à remição de pena, é muito comum constatar que as percepções subjetivas de direitos imerecidos adquiridos pela comunidade carcerária, há muito tempo internalizadas no imaginário social, prevalecem diante da rotina de retirar internos da cela para atividades laborais, educacionais, médicas, odontológicas, recreativas, tendo em vista a sobrecarga de trabalho que essas remoções acarretam por exigirem reforço na segurança e atenção na vistoria individual tanto ao sair quanto ao voltar para a cela.

Finalizada a conversa com o agente penitenciário, a pedagoga nos convidou para uma reunião com os Diretores Geral e Administrativo da UPSL 6 a fim de conversarmos sobre a baixa frequência no projeto de mediação de leitura. Ela iniciou



a reunião informando que o *Leio, Logo Existo* foi um projeto piloto que teve uma grande aceitação, sendo muito bem-sucedido na UPSL 1, tornando-se assim, um projeto PIAEC, isto é, um Projeto Intersetorial de Atividades Educacionais Complementares. O programa é a institucionalização da série de ações de políticas públicas voltadas para a educação e pretende mapear, reconhecer, ampliar, fiscalizar e classificar as atividades educacionais não formais como condicionante da remição de pena. Continuou explicitando que em decorrência do êxito alcançado, a UPSL 6 foi selecionada para a implantação do projeto em 2024, no entanto, o projeto não estava sendo bem aproveitado pelo público-alvo, portanto, o objetivo da reunião consistia em encontrar uma solução para o problema. Os diretores apresentaram algumas dificuldades enfrentadas na unidade prisional, como o efetivo insuficiente de agentes; banho de sol, que de quinze em quinze dias ocorre no dia de realização do projeto; alta demanda de atendimento, pois alguns internos são levados à escola, à enfermaria, ao serviço social, à psicologia, à odontologia, à assessoria jurídica e aos locais de trabalho; demora no banho dos detentos nas celas, não sendo possível aguardar ou voltar à mesma cela para fazer o mesmo trabalho, considerando a demanda. A pedagoga demonstrou compreender todas as dificuldades, contudo, solicitou um esforço maior por parte da direção a fim de que o projeto fosse mais valorizado, explicitando que essas ações contribuem tanto para a ressocialização dos internos quanto para o ranking da educação prisional do Maranhão no cenário do sistema penal brasileiro.

Ao voltar da reunião com a direção da unidade prisional, a conversa sobre a incógnita, *os internos são ou não chamados?* continuou. Eles afirmaram que não são chamados porque os agentes acham que “essa coisa de preso estudar é besteira”. E que isso não acontece somente com o projeto de mediação de leitura. Acontece o mesmo com a educação formal, ou seja, as aulas do EJA. Eles não são chamados e ficam cheios de faltas no diário. Os professores reclamam das faltas, então, tudo o que podem dizer é: não chamaram o meu nome. Perguntamos o que pode acontecer se descerem sem ser chamados, e disseram que correm o risco de ir para o isolamento. Um participante acrescentou: “A gente só está estudando porque esse é um direito garantido por lei, porque se dependesse do diretor, a gente não estaria matriculado na escola”.

Nesse sentido, percebemos que o imaginário social *encarcerado não precisa de escola, precisa pagar pelo crime que cometeu*, se encontra enraizado na sociedade



como um todo. Não são apenas os agentes penitenciários que pensam assim. É uma ideia já cauterizada na mente de muitos que pensam que, além da liberdade, as PPL devem ser privadas de todos os outros direitos.

[...] os presos não têm direito algum. O condenado é maldito e, sofrendo a pena, é objeto de máxima reprobção da coletividade, que o despoja de toda a proteção do ordenamento jurídico que ousou violar. O criminoso é execrável e infame, servo da pena, perde a paz e está fora do direito (FRAGOSO; CATÃO; SUSSEKIND, 1980, p. 1).


Percebemos, então, que a educação é vista como um benefício, encarada “como uma intervenção terapêutica ou de reabilitação ou, pior ainda, a um tratamento especial para os detentos. É muito raro constatar que as autoridades nacionais consideram a educação prisional um direito universal” (RANGEL, 2007, p. 83).

Só nos resta fomentar a perspectiva de um possível reconhecimento da educação como um direito inalienável basilar para um sistema prisional mais humanizado. Pensamos que tal reconhecimento pode surgir através de capacitações específicas ou ações similares destinadas à comunidade de servidores penitenciários.

12º ENCONTRO: 04/06/2024

Número de participantes presentes: 4

Retornamos ao horário da manhã. A partir desta data, desenvolveremos as atividades do projeto às terças-feiras, turno matutino. A alteração aconteceu devido uma solicitação da defensoria pública que intenta iniciar um projeto no turno matutino do primeiro dia útil da semana. Informamos que o discurso dos agentes penitenciários continua sendo o mesmo em relação às ausências. Dois participantes do encontro de hoje relatam não terem sido chamados para o encontro anterior. Isso significa que o impasse continua, portanto, não nos preocuparemos mais com o aspecto da presença, isto é, seguiremos com o trabalho a despeito do número de participantes. Afinal, tudo isso se torna insignificante diante da notícia que tivemos hoje, logo ao chegar ao presídio. Um integrante do projeto de mediação de leitura, C.R.F., de 23 anos de idade e com aproximadamente quatro anos de reclusão, faleceu nas primeiras horas da segunda-feira, 3 de junho. Não sabemos a causa do óbito, embora haja suspeita de uma *overdose* de drogas. Fica apenas a lembrança de uma pessoa muito jovem, proveniente do interior do Estado, que não recebia visitas regulares, não



costumava falar de si mesmo e só participava das conversas quando solicitado. Certa vez perguntou se este projeto estava sendo aplicado na unidade prisional feminina. Ao questionarmos se havia alguma interna conhecida dele na UPFEM, tomamos conhecimento que sua namorada cumpre pena na unidade prisional para mulheres.


Apesar do clima de consternação, iniciamos a leitura do resumo do livro *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, um ex-presidiário que descreve sua vida de crimes iniciada ainda na infância, assim como o processo de sua formação como leitor. O livro foi publicado em 2001, período que o autor ainda se encontrava na condição de interno do sistema prisional do Estado de São Paulo.

13º ENCONTRO: 11/06/2024

Quando este projeto estava sendo realizado na UPSL 1, tínhamos *warm up* em todos os encontros. Como a realidade da UPSL 6 é bem diferente, raramente temos o momento *warm up*. O motivo pelo qual é esporádico deve-se ao fato de os agentes penitenciários trazerem os participantes muito tarde. Na maioria das vezes, iniciamos as atividades bem depois de 9:00, quando chegam os primeiros integrantes. Vinte a trinta minutos após a chegada dos internos de um pavilhão, é que chegam os outros, tornando-se inviável realizar outra atividade além das etapas da leitura ou outra atividade planejada para aquele encontro.

No encontro de hoje, foi trazido apenas um interno do pavilhão *Alfa*. Enquanto aguardávamos a chegada dos internos do pavilhão *Beta*, iniciamos uma conversa bem informal, todavia, com revelações profundas. Já tínhamos conhecimento prévio, através do próprio interno, que ele foi condenado a vinte e dois anos de prisão como responsável por incendiar um ônibus de passageiros no bairro Vila Sarney Filho, em 03 de janeiro de 2014, em São Luís. Além dos vinte e dois anos da sentença, foi condenado a mais dois anos por tráfico de drogas no presídio, totalizando vinte e quatro anos de reclusão. O relato feito por T.V.S.P. se encontra registrado no capítulo “Relatos de Experiências Carcerárias”. Não conseguimos concluir o relato da vida de T.V.S.P. nesse encontro devido a chegada dos internos do pavilhão *Beta*, assim, interrompemos a conversa a fim de iniciar as atividades planejadas para o décimo segundo encontro.

De fato, não seguimos o planejamento, que seria a continuação do artigo *Discursividades de um sujeito aprisionado*, iniciado no encontro anterior, todavia,



como já aconteceu anteriormente, os participantes deste encontro não são os mesmos da semana passada. Dito isso, seguimos com o plano B, isto é, repetindo as ações praticadas com o grupo presente na última semana.

Ainda temos outro fato inusitado ocorrido neste encontro, mas, antes de relatar, faz-se necessário mencionar que estávamos servindo lanche, reivindicação de um participante, que levamos para a coordenação e fomos atendidos. Desde então, eram servidos biscoitos salgados tipo *cream cracker* com suco de pacote. Entretanto, há três semanas foi-nos avisado que a provisão de lanche havia terminado e ainda não havia chegado uma nova remessa. Ao repassar o aviso, um dos participantes comentou que estava cansado do mesmo lanche o tempo todo e perguntou se não poderíamos levar um lanche diferente. Disse que gostaria muito de comer pastéis, coxinha, pizza, salgados diferentes, e acrescentou que poderia fazer um pix para nossa conta. Embora compreendamos que o referido participante, sendo originário da cidade de Teresina - PI, não tem família ou amigos em São Luís que o visitem, tendo em vista que a oportunidade para comer coisas diferentes acontece na visitação, é necessário esclarecer novamente que não podemos nos envolver, de forma alguma, além da prática pedagógica. Interessante e, simultaneamente curioso, é pensar que seu oferecimento abre brechas para imaginarmos que, se ele não recebe visitas e, no presídio, geralmente é muito raro conseguir um simples telefonema para a família, como ele faria essa transferência bancária via pix? Se nos basearmos em conversas anteriores com um participante do projeto na UPSL 1, ex-membro da facção Bonde dos 40, que afirma que a facção financia advogados e apoia financeiramente a família dos faccionados durante todo o período que estes permanecem no cárcere, desde que eles deem sequência aos delitos quando saem do presídio, faz todo sentido acreditar que os faccionados têm crédito para a aquisição de produtos no presídio, o que falta é a forma como esses produtos podem chegar até eles, ou seja, a transportação dos produtos.

Na finalização do encontro, tentamos esclarecer o porquê da nossa recusa em colaborar com a proposta de compra do lanche. Explicitamos que torcemos muito para que em um futuro muito breve, eles estejam do lado de fora dos muros da UPSL 6, não apenas fazendo uma alimentação diferente, mas trabalhando, estudando, passeando, usufruindo da companhia da família e dos amigos, enfim, vivendo uma vida normal, sem esconderijos, sem subterfúgios. O posicionamento dos internos foi surpreendente. Eles se desculparam e agradeceram a nossa disponibilidade em estar



com eles e colaborar para a sua ressocialização. Relataram que sentem sinceridade em nosso interesse por eles e que não estão acostumados com o tipo de tratamento que dispensamos a eles, haja vista que o comum é encontrarem costas viradas e portas fechadas.


14º ENCONTRO: 18/06/2024

Número de participantes presentes: 5

O encontro de hoje foi gratificante por duas razões: a primeira foi a oportunidade de realizarmos um curto *warm up* e a segunda se baseia no fato de dois internos que levaram o artigo *Discursividades de um sujeito aprisionado* e que não estiveram presente no encontro anterior em virtude de, segundo eles, não terem sido chamados, tiveram a oportunidade de fazer um resumo oral para os outros internos, que desconheciam a leitura do artigo. No momento *warm up*, conversamos sobre a visita da semana anterior. Costumamos perguntar que pessoa da família os visitaram e o que trouxeram para comer. Geralmente é a mãe que visita. Uma minoria recebe a visita da esposa. E há o dia do herdeiro, a primeira segunda-feira do mês, quando os filhos podem visitar os pais. Perguntamos sobre a comida porque é de praxe levar algo para o interno comer durante o período de visita. Eles reclamam muito sobre a qualidade da comida que é servida no presídio, assim, o dia semanal de visita é a oportunidade que têm para comer algo preparado de forma personalizada. Por isso, costumamos perguntar sobre o cardápio da última visitação. Um interno de 20 anos contou que sua mãe havia trazido estrogonofe de carne, macarrão, arroz, lasanha de frango, e que comeu tanto que dormiu cedo naquela noite.

Voltando à apresentação oral da dupla sobre o artigo *Discursividades de um sujeito aprisionado*, foi um momento bem especial porque à proporção que discorriam sobre a vida de Luiz Alberto Mendes, faziam comentários pessoais e possibilitavam que os outros comentassem também. Convém ressaltar que esses internos responsáveis por apresentar o artigo, dividem a mesma cela. Um deles participa do projeto desde o início, o outro veio bem depois, influenciado pelo companheiro que insistia em compartilhar a leitura e os comentários desta nas rodas de conversa.


O interesse de um ao ouvir do outro sobre suas interpretações textuais nos remeteu à escrita de Yunes (2014) sobre a experiência de alguém que é atravessado pela leitura de um filme, de uma peça, de uma paisagem ou de um texto, sendo que



tal leitura altera sua percepção de mundo. Esse “leitor sente um irreprimível desejo de comentar, de ‘avisar’ alguém do que se passou com ele [...], pelo horror ou pela alegria [...] (p.4). E, retornando à apresentação dos leitores sobre o artigo *Discursividades de um sujeito aprisionado*, enquanto comentavam sobre o direito à leitura, facultado a todas as pessoas, inclusive à comunidade carcerária, o integrante mais antigo contou que o colega, integrado ao projeto posteriormente, o apelidava de leitor pelo fato de estar sempre lendo. Hoje, seu companheiro se comporta da mesma forma, ou seja, é leitor também.

Pensamos que é relevante expor algumas opiniões dos participantes a respeito da vida de Luizinho, o autor e protagonista do livro *Memórias de um sobrevivente*. Um interno mencionou que a vida de Luiz Alberto é muito parecida com a vida deles, principalmente a reincidência criminal. Observou que alguns roubam por necessidade, outros roubam porque o roubo se transforma em vício, não conseguem parar... E relata que entrou nessa vida por má influência de amizades. Embora não tivesse pai, seu padrasto o tratava como filho e sua mãe até lhe dava uma certa quantia para se divertir, mas seus amigos o convenceram a ter mais... o iludiram com a possibilidade de conseguir muito dinheiro para *curtir*, verbo usado por eles para definir diversão com álcool, drogas e garotas. Encarcerado há um ano e tendo que cumprir pena por mais três, ele se expressa da seguinte forma para falar do protagonista do livro em pauta: *Às vezes a gente ganha quando perde. Se Luizinho não tivesse sido preso, não teria sobrevivido por muito tempo*. Dessa maneira, nosso jovem leitor, de apenas vinte anos, lamenta muito por ter sido tão imaturo e afirma não reviver a amarga experiência do presídio.

Na sequência dos comentários sobre a vida de Luizinho, alguns leitores falaram das pessoas que a polícia supostamente manda matar. Um interno mencionou o que aconteceu com seu irmão que o acompanhava no crime do incêndio ao ônibus que culminou com a morte de três pessoas. Seu irmão era de menor idade, passou noventa dias em uma instituição socioeducativa, sob a guarda do conselho tutelar, porém, ao deixar o local, foi eliminado. Todos concordaram que Luiz Alberto fez a escolha certa quando passou a se interessar por livros. Comentaram sobre a tortura cometida pelos torturadores e sofrida pelos encarcerados nos presídios, agradecidos por não precisarem enfrentar a situação que vivenciam hoje, naquele contexto. Outro participante, com mais de dez anos de reclusão, comentou sobre a guerra de facções na penitenciária de Pedrinhas, quando os detentos de facções rivais conviviam na



mesma unidade prisional, fatos que viraram notícias nas mídias nacional e internacional.


15º ENCONTRO: 25/06/2024

Número de participantes presentes: 6

Enquanto aguardávamos a chegada dos outros leitores, começamos o *warm up* com os que chegaram primeiro. Decidimos conversar sobre a Copa América de Futebol, evento esportivo sediado pelos Estados Unidos da América, nesta edição. Como o futebol é um assunto de interesse nacional, todos tinham algo a comentar sobre o jogo da seleção brasileira na noite passada, e logo descobrimos que havia um craque de bola em nosso meio. Um jovem de 20 anos, recluso há um ano, que exhibe seu futebol na quadra do presídio uma vez por semana, no horário do banho de sol.

Na sequência, apresentamos o conto *A Cartomante*, selecionado para o encontro desta semana. Antes de iniciarmos a leitura, questionamos quem conhecia o livro *Dom Casmurro*, obra de Machado de Assis, o mesmo autor do conto *Pai contra mãe*, já trabalhado em encontros passados e autor do conto desta roda de conversa. Assim, fizemos um resumo rápido de *Dom Casmurro*, e um deles, com escolaridade de Ensino Médio completo, disse conhecer a trama. Então, solicitei que ele traçasse um paralelo entre as duas leituras, e ele o fez. O conto *A Cartomante* foi bem aceito, o que possibilitou uma longa discussão.

Apesar da aceitação do conto *A Cartomante*, observamos que um dos participantes estava tenso. Já notamos a diferença de postura desde sua chegada, ao perguntarmos sobre seu companheiro de cela, que costumava acompanhá-lo. Ele respondeu que o seu parceiro havia sido transferido, porém, não quis dizer o motivo, quando questionado. Embora tenha participado ativamente da leitura e das discussões na atividade pós leitura, percebemos que algo estava acontecendo por outras razões. Primeiramente, ele devolveu um livro que havíamos lhe emprestado no encontro anterior sem ter lido, o que ainda não havia acontecido. Ele sempre lia e fazia os comentários no encontro seguinte. O outro fato, é que um interno que havia chegado antes dele, pediu o nome completo do participante ausente, o mesmo que havia sido transferido, que, por conseguinte, era a mesma pessoa que apelidava seu colega de leitor, e quando se integrou ao projeto, ganhou o mesmo apelido de leitor que havia atribuído ao seu amigo. Obviamente, não fornecemos o nome completo do




integrante, contudo, constatamos que havia acontecido algo além da normalidade em relação àquela transferência, apesar de transferências de cela, de pavilhão e de unidade prisional ocorrerem com frequência.

Desse modo, no final das atividades, chamamos o participante, amigo do interno transferido, a fim de perguntar, à parte, o que realmente havia acontecido, e fomos surpreendidos com a notícia de que o interno em questão havia mandado matar uma pessoa que estava em liberdade, de forma independente, isto é, por conta própria. Isso significa que a facção desconhecia essa ordem de execução. Isso aconteceu há cerca de dois meses, mas só na semana passada a polícia descobriu o autor do crime. Capturado, confessou de quem e de onde partiu a encomenda do assassinato. Rapidamente, a polícia mandou transferir o interno, integrante ativo do projeto de mediação de leitura há menos de um mês, antes que este fosse executado na cela, e, certamente isso aconteceria, pois foi-nos dito que o comando da facção ficou em fúria por ele ter saído da cela, vivo. O participante do projeto que nos fez saber todo o ocorrido, enfatizou que o comando da facção *Bonde dos 40* estava furioso com todos da cela por não o executarem. Particularmente, esse participante confessou que estava desolado porque eles dois eram muito próximos por serem amigos desde a infância. Em virtude de todos os acontecimentos da semana, ele não conseguiu ler o livro que estava em sua posse e disse que se sentia muito triste, pois seu amigo seria executado a partir do momento que colocasse os pés fora do presídio, já que a facção o tinha decretado, que na linguagem deles significa, jurado de morte.

16º ENCONTRO: 21/08/2024

O encontro desta data não aconteceu em virtude de uma revista de celas programada pelo chefe de plantão para ocorrer ao longo do dia. Vale pontuar que no dia anterior entramos em contato com a pedagogia, para confirmar ou não, a realização das atividades do projeto no dia seguinte. A pedagoga assentiu na realização do encontro. Devido ao seu prévio consentimento e a impossibilidade do encontro, ela considerou importante explicar que as revistas de cela acontecem sem prévia notificação. O chefe de segurança convoca o GEOP – Grupo Especial de Operações Penitenciárias, para comparecimento na Unidade no início da manhã. Assim, em caráter de surpresa, reúnem todos os agentes penitenciários e expõem o planejamento para a revista carcerária. Desse modo, as atividades médicas,



educacionais e de trabalho são canceladas e nenhum interno tem permissão para sair da cela. Durante a ação de revista, os reclusos precisam tirar a roupa e todos os pertences são revistados, colchões revirados e objetos suspeitos apreendidos.

17º ENCONTRO: 27/08/2024

Número de participantes presentes: 3

Como de costume, número de participantes presentes muito baixo e, como das outras vezes, os agentes penitenciários usam a mesma desculpa: os internos não quiseram descer. Vale acrescentar que a lista dos integrantes do projeto de mediação de leitura é a última a ser chamada. Eles deslocam os internos para a enfermaria, odontologia, serviço social, equipes de trabalho, turma de EJA etapa I e, só então deslocam os participantes do projeto *Leio, Logo Existo*.


No encontro de hoje, deslocaram um interno do pavilhão *Alfa* e demoraram muito para trazer os dois internos do pavilhão *Beta*. Dessa forma, tivemos bastante tempo para conversar com L. F. do Alfa, que nos contou, espontaneamente, seu histórico de presidiário, que registraremos no tópico “Perfil dos Integrantes da UPSL 6”, no capítulo “Relatos de Experiências Carcerárias”.

Após a chegada dos dois integrantes do pavilhão Beta, totalizando três participantes, iniciamos a leitura do conto *Negrinha*, de Monteiro Lobato. A motivação de leitura consistiu em desafiá-los a expor seus conhecimentos prévios sobre o autor do conto. Dois internos mencionaram *O Sítio do Picapau Amarelo* como um trabalho produzido por Monteiro Lobato, confirmando a popularidade do autor, adquirida através da adaptação de sua obra para a TV. Embora não tenhamos tido tempo suficiente para a roda de leitura, foi discutida a temática da violência infantil nas esferas física, emocional e sexual.

18º ENCONTRO: 09/09/2024

Número de participantes presentes: 28

Fomos convidadas para ministrar uma palestra na programação da Semana do Encarcerado, comemorada no período de 02 a 09 de setembro, que teve como tema, saúde mental. Nossa participação aconteceu no dia do encerramento, no horário da manhã e foi muito produtiva, em parte pelo número de internos presentes, pela



atenção dispensada e pela interação ao longo da palestra. Foi prazeroso contar com o *feedback* da audiência o tempo todo. Conversamos sobre força mental a partir da pesquisa da psicóloga norte-americana Amy Morin e do trabalho do psiquiatra brasileiro César Vasconcelos.

No final da apresentação, muitos vieram agradecer nossa disponibilidade em compartilhar conhecimento e alguns vieram solicitar participação no projeto de mediação de leitura, tendo em vista que falamos sobre o funcionamento do projeto no momento da autoapresentação. Assim, a programação da manhã foi finalizada com um lanche especial. O encerramento oficial da semana do encarcerado ocorreu no período da tarde.

19º ENCONTRO: 23/09/2024


Poucos minutos após a nossa chegada na UPSL 6, duas viaturas do GEOP adentraram os portões do presídio, significando que haveria revista carcerária, ou seja, os internos não seriam retirados para atividades educacionais. Quando acontecem as revistas das celas, apenas os internos agendados para consultas médicas e/ou odontológicas são retirados.

20º ENCONTRO: 01/10/2024

NÚMERO DE PARTICIPANTES PRESENTES: 8

O número razoável de participantes no encontro de hoje deve-se a uma ação da pedagoga. Ela solicitou a um policial penal, que exerce outra função, para retirar os internos componentes do projeto *Leio, logo existo*. Dessa maneira, o público foi maior, comparecendo alguns que não se faziam presentes há bastante tempo e questionados sobre a ausência, usaram a resposta de sempre: que não são chamados nas celas.

Warm up: Após a saudação de boas-vindas, decidimos fazer um resumo do que tem acontecido na vida do egresso N.C.L. desde o início de sua liberdade condicional, a título de motivação para uma vida pós-cárcere. Informamos que o relato do egresso citado se encontra registrado no capítulo 8 deste trabalho. Quase todos permaneceram em silêncio enquanto ouviam, com a postura reflexiva, no entanto, L. F.O.S., cujo relato se encontra no mesmo capítulo, comentou que jamais se



submeteria a ganhar R\$ 350,00 por semana, pois essa quantia ele gasta em um dia com a família. Questionamos a todos sobre as duas situações pelas quais estão suscetíveis vivendo criminosamente. Falamos que uma seria a condição presente deles, isto é, o cárcere e questionamos qual seria a outra, ao que responderam: a morte. Como o conto a ser trabalhado já havia sido entregue, J.L.M.L. iniciou logo a leitura, talvez, na tentativa de encerrar aquele assunto, sinalizando que aquele tipo de conversa não era bem-vinda.


Iniciamos, então, a leitura coletiva do conto *O Poço*, de Mário de Andrade, seguida da roda de conversa, que girou em torno do abuso de poder do Joaquim Prestes, protagonista do conto.

21º ENCONTRO: 08/10/2024

NÚMERO DE PARTICIPANTES PRESENTES: 3

Na chegada ao complexo, quando ainda estávamos atravessando o pátio de entrada da UPSL 6, vimos uma fila de internos sendo levada para a sala de artesanato. Isso muito nos alegrou porque entre eles estava R.F.G., integrante do projeto *Leio, logo existo*, que havia solicitado na semana anterior, que nós intermediássemos junto à Comissão Técnica de Classificação, pois ele já estava recluso há seis anos e nunca havia conseguido uma oportunidade de trabalho. Perguntamos em qual frente de trabalho ele gostaria de ser inserido, e conversamos com a pedagoga sobre a solicitação dele. Ele foi chamado logo no dia seguinte para assinar o documento de aceite e logo no dia posterior à anuência, iniciou a atividade laboral. Esclarecemos que fizemos a mediação, haja vista a postura do interno, bem como suas habilidades manuais. Ele mostrou que os *shorts* que estava usando, antes era uma camiseta, que ele cortou com uma lâmina de barbear e costurou, não deixando nenhum vestígio de que era uma camiseta. R.F.G. contou que fez isso porque o tecido da camiseta é mais fresco do que o material dos *shorts*.

Tivemos novamente um número baixo de participantes no encontro de hoje. Um dos motivos é o banho de sol do pavilhão *Alfa*, que é alternado. Uma semana acontece às segundas e quartas-feiras e na semana seguinte, às terças e quintas-feiras. Quando o banho de sol do *Alfa* acontece às terças, a frequência é afetada, devido o maior número de participantes do projeto pertencer a esse pavilhão. Como



já esclarecemos anteriormente, as listagens das atividades educacionais são as últimas a serem chamadas, então, todos já saíram para o banho de sol.

Todavia, a despeito do número reduzido, tivemos bons momentos a partir do texto trabalhado. Levamos uma crônica de Ivan Ângelo, *Considerações em torno das aves-balas*, que foi muito comentada. Suscitou tanta conversa ao ponto de não ser possível finalizarmos em um só encontro.


22º (NÃO) ENCONTRO: 22/10/2024

O encontro de hoje não aconteceu em virtude de revista carcerária novamente. Ainda estávamos chegando ao estacionamento do presídio, quando vimos um ônibus cheio de policiais penais adentrar o portão do complexo penitenciário. Nesse momento, já suspeitamos que haveria revista de um dos pavilhões, no mínimo. Após passarmos pela portaria unificada e alcançarmos o pátio da UPSL 6, verificamos que havia quatro veículos 4X4 do GEOP, estacionados. Então, a suposição se transformou na certeza de que não teríamos as atividades do projeto de mediação de leitura e escrita. Mesmo que a revista carcerária seja em um só pavilhão, nenhum detento é retirado, embora seja de outro pavilhão, tendo em vista que todos os policiais penais são mobilizados unicamente para essa prática de revista. A única ressalva feita consiste no atendimento efetuado pela enfermaria, apenas de casos considerados graves.

Aproveitamos o ensejo, para fazer uma pesquisa sobre os casos de reincidência criminal dos participantes do projeto *Leio, logo existo*, registrado no item 7.5, que descreve o perfil dos integrantes.

Em conversa com a pedagoga, soubemos que a CTC designou uma vaga no trabalho externo, especificamente na manutenção do prédio, para T.L.S.S., uma solicitação nossa de possibilidade de trabalho para um recém integrante do projeto, recluso há mais de dois anos, com sentença penal de nove anos para cumprir. Como ele apresenta um quadro depressivo, vinha pedindo ajuda há algum tempo para ser encaixado em uma atividade de trabalho. Ficamos bastante satisfeitas com a novidade e, certamente, T.L.S.S. está animado com a oportunidade de ficar fora da cela por uma boa parte do dia.

Tomamos conhecimento, ainda na conversa com o setor pedagógico, que M.C.V.S., participante do projeto que não comparecia há algum tempo foi transferido



de unidade prisional por ter sido seriamente agredido por seus companheiros de cela. Detalhamos o caso do interno no capítulo que integra alguns relatos de experiências carcerárias.

23º (NÃO) ENCONTRO: 12/11/2024

Ultrapassamos trinta dias sem encontro com o grupo da UPSL 6. Uma sequência de eventos como ENCCEJA PPL, revistas carcerárias, Jornada de Leitura no Cárcere e palestras da Defensoria Pública têm impossibilitado a continuidade das atividades de prática de leitura. A impossibilidade de hoje se deu à custa de um evento do setor de psicologia da unidade prisional. Como o espaço físico destinado às palestras é o mesmo espaço da educação formal e não formal, um evento inviabiliza o outro.

24º ENCONTRO: 02/12/2024

NÚMERO DE PARTICIPANTES PRESENTES: 17

O elevado número de participantes desse encontro se justifica pela junção do projeto de mediação de leitura com o projeto *Cine Guará*, realizado pelo setor de pedagogia da unidade prisional. Tal projeto foi elaborado pela SEAP para realização em todas as unidades prisionais do Estado e consiste na exibição de dois filmes mensais para um grupo de internos, previamente selecionado.

Na prática, o mediador apresenta a sinopse do filme antes da exibição. No término, eles produzem uma resenha que é validada ou não, pela própria pedagoga, que preenche um formulário padrão (disponível na sessão de anexos desta pesquisa) para avaliação da escrita, com as informações institucionais na primeira parte, informações sobre o filme na segunda parte e perguntas norteadoras dos critérios de avaliação na terceira parte do formulário, quais sejam: O relatório atende ao critério de estética textual (legibilidade e organização)?; o relatório atende ao critério de fidedignidade (roteirista)?; o relatório contém reflexões/aprendizados aplicados como lições de vida?; atende ao critério de clareza (tema e assunto do filme assistido)?; habilita o/a telespectador/a à remição de pena como atividade socioeducativa não escolar?; justifique abaixo os itens analisados como “não”.



Devido à reduzida disponibilidade de tempo para a realização das atividades, a pedagogia não conseguiu cumprir a meta de exibição dos dois filmes mensais, portanto, oferecemo-nos para aplicar o projeto *Cine Guará* no dia da prática do *Leio, logo existo*, unindo os dois públicos. Não tivemos a totalidade dos dois grupos, entretanto o número foi razoável, considerando a situação de baixa frequência enfrentada na unidade tantas vezes aqui mencionada. Além da aplicação do projeto, responsabilizamo-nos em avaliar as resenhas e preencher os formulários de validação. Portanto, lemos e validamos as resenhas que, na verdade, são resumos do filme *Parada Inesperada*, dirigido por Brian Herzlinger. Apenas um dentre os dezessete resumos produzidos não foi validado, devido a chegada inesperada do advogado de um componente do grupo, que saiu para encontrá-lo quando havia apenas iniciado sua escrita. Os internos que têm suas resenhas validadas recebem um dia de remição de pena a cada três sessões assistidas com a produção dos respectivos relatórios.

25º (ÚLTIMO) ENCONTRO: 12/12/2024

Nesse encontro estavam todos os alunos matriculados no EJA e integrantes do projeto de mediação de leitura e escrita para o encerramento das atividades educacionais do ano letivo. Os professores da educação formal haviam trabalhado um projeto durante todo o bimestre com o tema *Além da leitura e da escrita, educando para a vida*, que tinha como subtema: *Avanços e desafios no mundo digital*. Assim sendo, achamos bastante pertinente unir os dois públicos para a culminância do projeto e encerramento das práticas escolares de 2024.

A Supervisora de Educação Prisional Cláudia Rodrigues fez a abertura do evento chamando a atenção de todos para a importância de continuar aceitando o desafio da mudança através da aprendizagem. Seu discurso foi seguido pela leitura de uma mensagem natalina feita por A.S.S., estudante da educação formal e do projeto *Leio, logo existo*. Na sequência, os alunos do EJA etapa I fizeram a apresentação de algumas *charges* após a explanação do gênero textual. Em seguida, alguns estudantes do EJA etapa IV (dentre eles havia participantes do projeto de mediação de leitura) apresentaram um jogral com ênfase na temática do projeto pedagógico.



Dando continuidade à programação, uma professora do EJA etapa IV exibiu um conjunto de *slides* explorando o tema *Além da leitura e da escrita, educando para a vida*. Em seguida, um professor da mesma etapa fez a explanação de um mural imagético, mostrando profissões exercidas antes e que foram extintas em decorrência da evolução digital.

A Diretora Geral de Educação prisional apresentou uma síntese da temática do projeto, fez menção à importância do projeto de mediação de leitura e escrita *Leio, logo existo*, agradecendo-nos por sua implantação. Desse modo, aproveitamos a oportunidade para parabenizar pelo trabalho que tem sido realizado pelo núcleo de educação penal no todo, orquestrados pela Supervisão de Educação e agradecemos aos internos participantes, incentivando-os a continuar trilhando a senda da leitura até que esta se torne uma alameda. Referimo-nos às pesquisas científicas que têm apontado para a neuroplasticidade do nosso cérebro, que consegue se reestruturar, criar uma reserva de conhecimento a partir de práticas como a leitura. O cérebro tem a capacidade de estabelecer novas conexões à proporção que lemos e imaginamos as personagens, o ambiente, o contexto sociocultural, isto é, o cérebro de expande de acordo com o nosso envolvimento na trama.

A Diretora Associada de Educação prisional fez uma comunicação sobre algumas ações educacionais no espaço da sala de aula. Dessa forma, a programação foi finalizada com a participação de dois alunos que discorreram sobre os avanços e desafios do mundo digital.

Para marcar o encerramento propriamente dito das atividades escolares formais e não formais, foi servido um lanche diferente aos estudantes, composto de um caldo bem nutritivo, que certamente foi bem aceito pelo público, haja vista o ato de repetição solicitado, pois todos queriam repetir o caldo. Na sequência, foram servidos sanduíches com refrigerantes. A intenção dos professores era servir algo bem diferente do que eles estão acostumados a comer no presídio.

Desse modo, concluímos as atividades de prática de leitura e escrita na UPSL 6, conscientes da necessidade de prosseguimento, não exatamente do projeto *Leio, logo existo*, todavia, de ações de leitura literária, que visem, entre outros fins, a interação, o compartilhamento de ideias, a exposição do pensamento próprio em um ambiente tão plural, onde o sujeito não escolhe uma companhia com quem conviver, é-lhe imposto. Por conseguinte, a valorização da diferença se torna altamente relevante. Yunes (2002) se refere a essa contraposição como “diferença produtiva, no

lugar da diferença conflitante, e por isso nem excluível, nem excludente, se consolida na [...] feliz articulação do entendimento partilhado” (Yunes, 2002, p. 118). Portanto, a troca sinaliza para um crescimento cognitivo, que nasce na reciprocidade e se expande subjetivamente por caminhos ímpares.

6.5 Perfil dos integrantes do projeto de mediação de leitura e escrita

No presente tópico, apresentamos o perfil dos participantes do projeto de mediação de leitura e escrita *Leio, logo existo*, desenvolvido nas unidades prisionais de ressocialização São Luís 1 e 6 em 2023 e 2024, respectivamente. Os dados consistem em informar sobre a idade, escolaridade, educação prisional, tempo de reclusão e reincidência penitenciária dos internos das duas unidades prisionais anteriormente mencionadas.

Quadro 20 - Participantes do projeto Leio, Logo Existo – primeira formação – UPSL 1

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	ESCOLARIDADE	EDUCAÇÃO PRISIONAL	TEMPO DE RECLUSÃO
J.S.P.A.	54	Fundam. completo	Etapa III EJA	2,5 anos
F.A.	31	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	4 anos
A.F.F.	49	Médio completo	Etapa III EJA	5 meses
D. A.	39	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	2 anos
I.V.	51	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	3,5 anos
D.V.	42	Fundam. incompleto	Etapa III EJA	4 anos
R.M.	37	Alfabetização	Alfabetização	6 meses
R.B.	49	Alfabetização	Alfabetização	5 anos
J.S.S.	31	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	2,7 anos
V.A.S	35	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	3 anos
R.N.	26	Fundam. completo	Etapa II EJA	7 anos
S.S.S.	24	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	4 anos
E.S.P.	28	Fundam. incompleto	Etapa III EJA	3 anos
N.C.	28	Fundam. incompleto	Etapa III EJA	4 anos
S.G.	23	Fundam. incompleto	Etapa IV EJA	4 anos

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A seguir, apresentamos a listagem de vinte e três participantes, que foram substituindo os quinze primeiros selecionados, em razão da dinamicidade característica do sistema penitenciário, em decorrência de constantes transferências

de unidade prisional, ocorrências de PDI e alvará de soltura. Tal listagem informa as iniciais do primeiro nome de cada interno, idade, etapa EJA em curso no período e tempo de reclusão no momento de inscrição no projeto de mediação de leitura.

Quadro 21 - Participantes do projeto Leio, Logo Existo – UPSL 1

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	ESCOLARIDADE	EDUCAÇÃO PRISIONAL	TEMPO DE RECLUSÃO
J.S.P.A.	54	Fundam. completo	Etapa III EJA	2,5 anos
F.A.	31	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	4 anos
A.F.F.	49	Médio completo	Etapa III EJA	5 meses
D.A.	39	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	2 anos
I. V.	51	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	3,5 anos
D. V.	42	Fundam. incompleto	Etapa III EJA	4 anos
R. M.	37	Alfabetização	Alfabetização	6 meses
R.B.	49	Alfabetização	Alfabetização	5 anos
J.S.S.	31	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	2,7 anos
V.A.S	35	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	3 anos
R.N.	26	Fundam. completo	Etapa II EJA	7 anos
S.S.S.	24	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	4 anos
E.S.P.	28	Fundam. incompleto	Etapa III EJA	3 anos
N.C.	28	Fundam. incompleto	Etapa III EJA	4 anos
S.G.	23	Fundam. incompleto	Etapa IV EJA	4 anos
R.G.	32	Fundam. incompleto	Etapa III EJA	7 anos
C.E.	32	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	2 meses
P.S.	45	Fundam. incompleto	Etapa III EJA	5 anos
F.A.	58	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	3 anos
R.V.N.	42	Fundam. incompleto	Etapa II EJA	4,5 anos
M.A.L.M.	37	Fundam. completo	Etapa II EJA	3,5 anos
E.V.A.	33	Fundam. incompleto	Etapa III EJA	2 anos
W.L.	24	Médio completo	Etapa III EJA	4 anos ²⁰

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Quadro 22 - Participantes do projeto Leio, Logo Existo – UPSL 6

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	ESCOLARIDADE	EDUCAÇÃO PRISIONAL	TEMPO DE RECLUSÃO
A.L.C.P.	30	Fundam. incompleto	Etapa IV EJA	1 ano
A.G.S.	28	Fundam. incompleto	Etapa IV EJA	2 anos
A.S.S.	32	Fundam. incompleto	Etapa IV EJA	10 anos
C.D.C.V	33	Médio incompleto	Etapa IV EJA	3 anos
C.C.F.	23	Fundam. incompleto	Etapa IV EJA	3,5 anos
F.S.A.	33	Fundam. incompleto	Etapa IV EJA	1 ano
J.C.S.	35	Fundam. incompleto	Etapa IV EJA	
J.L.M.L.	38	Médio completo	Etapa IV EJA	1 ano
J.N.R.	34	Fundam. incompleto	Etapa IV EJA	
J.A.V.B.	29	Fundam. incompleto	Etapa IV EJA	7 anos
J.S.S.	36	Fundam. incompleto	Etapa IV EJA	6 anos
J.R.S.F.	20	Fundam. incompleto	Não cursa	

²⁰ O quadro 20, contendo 23 nomes, consiste na complementação que ocorria ao longo do período de realização do projeto, em virtude de saídas de integrantes por transferências de unidades prisionais ou alvará de soltura.

L.F.O.S.	22	Fundam. incompleto	Etapa IV EJA	
M.C.V.S.	25	Fundam. incompleto	Não cursa	3 anos
R.A.S.	28	Fundam. incompleto	Etapa IV EJA	4 anos
T.V.S.P.	28	Fundam. incompleto	Etapa IV EJA	10 anos
D.R.C.	21	Médio completo	Não cursa	2 anos
W.S.S.	28	Médio completo	Não cursa	1 ano
J.I.G.R.	25	Fundam. incompleto	Não cursa	2 anos
R.F.G.	29	Médio incompleto	Não cursa	5 anos
T.L.S.S.	23	Médio incompleto	Não cursa	9 anos

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Para efeito de informação, a comparação a ser realizada entre os dois grupos integrantes do projeto de mediação de leitura “Leio, Logo Existo” denomina de G1, o grupo formado na UPSL 1, em 2023 e, G6, o grupo criado na UPSL 6, em 2024.


A partir das informações abaixo, observamos que a faixa etária dos internos do G1 é bem diferente do G6, sendo que no G1, há 6 internos com idade acima de 40 anos, e no G6 a idade mais elevada é de 38 anos. Quanto à escolaridade, observamos o predomínio do ensino fundamental incompleto.

Quadro 23 - Escolaridade UPSL 1 e 6

	ALFABETIZAÇÃO	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	FUNDAMENTAL COMPLETO	MÉDIO INCOMPLETO	MÉDIO COMPLETO
G1	2	10	2	-	1
G6					

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Temos conhecimento de que a população carcerária é composta, em sua maioria, de pessoas provenientes das camadas mais baixas na pirâmide social. Se essas pessoas são desprovidas financeiramente, provavelmente, são desprovidas intelectualmente, também. Não temos como generalizar, porém, se ainda não temos uma educação pública de qualidade em nosso país, dificilmente teremos pessoas intelectualmente desenvolvidas, provenientes de uma família desestruturada, na maioria dos casos, filhos de mãe solo. Essas crianças ingressam na educação pública, mas, em sua maioria, frequentam a escola apenas para receber a ajuda financeira dos programas sociais do governo federal e alimentar-se da merenda escolar, sem alguém para fazer o acompanhamento escolar em casa. Como esses futuros jovens estarão aptos para conseguir um emprego com remuneração razoável, capaz de suprir todas as suas necessidades e de sua família? Isso não significa que não temos



casos assim, mas tais casos são tão raros que ao acontecerem, viram notícia na mídia.

No que tange à reincidência criminal e, conseqüentemente, prisional, a aplicação da sentença penal deveria ter como objetivo, a punição do delinquente pela prática do crime cometido, a reabilitação desse criminoso que se tornou apenado, possibilitando seu retorno ao convívio da família e da sociedade logo após o cumprimento da pena designada pelo poder judiciário. Ato contínuo, esse ser ex-presidiário deixaria o passado no passado, iniciando ou retomando uma vida laboral condizente com os atos de um cidadão ou cidadã honesto/honesta e cumpridor/cumpridora de seus deveres, podendo exigir seus direitos, haja vista já ter quitado a dívida com a Justiça.

Infelizmente, esse ciclo não fecha facilmente. “Para um ex-presidiário [...], retornar à sociedade é quase impossível, mas é quase certo retornar à prisão (Bauman, 2005, p. 107). As etapas não são cumpridas para dar sequência aos fatos, propiciando um abandono permanente da delinquência. O que vemos através desses dados, são porcentagens muito altas de reincidências criminais. Não sabemos a causa exata desse retorno ao crime, entretanto, o que temos ouvido através de conversas que permeiam as atividades de leitura e escrita do projeto *Leio, logo existo*, que se constitui uma parte ínfima da população carcerária da UPSL 6, é que não existem oportunidades de mudança de paradigma do lado de fora das grades. Diante dos relatos de não aceitação da sociedade civil, temos a impressão de que a despeito de já ter acertado as contas com a Justiça, a sentença penal continua ecoando como se o prefixo *ex* de ex-presidiário ganhasse uma conotação diferente, de algo que não foi suprimido pelo passado, pelo contrário, subsiste no presente e persistirá no futuro.

Outra percepção que temos da reincidência prisional, especificamente referente aos presidiários pertencentes a uma organização criminosa, reside no fato de alguns deles continuarem ligados ao crime organizado mesmo estando aprisionados. Nesse período de confinamento, suas famílias recebem ajuda financeira da organização do crime, que custeia advogados e provê aparelhos de telefonia móvel para encarcerados faccionados. Porém, as organizações criminosas não usam desse expediente para com todos os faccionados. Os “beneficiados” são apenas aqueles considerados importantes para a organização, cujos delitos dão um retorno financeiro expressivo para os cofres do crime organizado. A partir do momento que são

libertados, precisam cometer o maior número de crimes, a fim de pagar a dívida contraída no período do aprisionamento, que certamente atingiu valores altíssimos.

Quadro 24 - Reincidência Prisional – UPSL 1

UPSL 1	1º C	2º C	3º C	4º C	5º C	6º C
J.S.P.A.	X					
F.A.	X					
A.F.F.	X					
D.A.	X					
I.V.	X					
D.V.	X					
R.M.	X					
R.B.	X					
J.S.S.	X					
V.A.S.	X					
R.N.	X					
S.S.S.	X					
E.S.P.	X					
N.C.L.	X	X	X	X		
S.G.	X					
R.G.	X					
C.E.	X					
P.S.	X					
F.A.	X					
R.V.N.						
M.A.L.M.						
E.V.A.						
W.L.						

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Se observarmos cuidadosamente a tabela de reincidência prisional da UPSL 1, veremos que a reincidência é mínima, em comparação com a UPSL 6.

Quadro 25 - Reincidência Prisional – UPSL 6

UPSL 6	1º C	2º C	3º C	4º C	5º C	6º C
A.L.C.P.	X	X	X			
A.G.S.	X	X	X	X	X	X
A.S.S.	X	X	X			
C.D.C.V.	X	X	X	X	X	
F.S.A.	X	X				
J.C.S.	X	X				
J.L.M.L.	X	X	X			
J.N.R.	X					
J.A.V.B.	X					
J.S.S.	X					
J.R.S.F.	X					
L.F.O.S.	X					
M.C.V.S.	X					
T.L.S.S.	X					
T.V.S.P.	X					
D.R.C.	X					
W.S.S.	X	X	X	X	X	X
J.I.G.R.	X	X	X			
R.F.G.	X					

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Ao compararmos os números de reincidência criminal nas duas unidades prisionais pesquisadas, podemos perceber que o índice de PPL que voltam a delinquir é muito mais alto na UPSL 6. Levando em consideração que um dos objetivos do aprisionamento seria deter a prática criminal, isto é, impedir que o criminoso/criminosa se torne reincidente após o cumprimento da pena, concluímos que os índices de reincidência criminal na UPSL 6 sinalizam que esse objetivo, lamentavelmente, não tem sido alcançado. Lemos no capítulo *Ilegalidade e delinquência* da obra *Vigiar e Punir*, que a prisão fabrica delinquentes por não proporcionar trabalho e educação eficazes, no entanto, presenciamos um sistema penal bem mais evoluído, que oferece trabalho e educação no ambiente prisional. Então, estacionamos em dois pontos: a oferta de trabalho não alcança a demanda e o número de matrículas oferecido pela escola penal é inferior à procura. Ou seja, embora haja oportunidades de trabalho e educação, o quantitativo da população carcerária geralmente suplanta o número de vagas disponíveis para as frentes de trabalho e de estudo. Pontuamos tal situação



com base nos pedidos que os internos nos fazem para intermediação com a pedagogia da unidade em prol de uma oportunidade de trabalho. Conseguimos algumas colocações em frentes de trabalho, incluindo um interno participante do projeto *Leio, logo existo*, que já se encontrava confinado há cinco anos sem nunca ter tido uma oportunidade nesse sentido. Levamos o caso dele à pedagoga apresentando suas habilidades com costura e artes manuais. Assim, para nossa surpresa, na semana seguinte ele já estava inserido na turma de artesanato. Esse fato se encaixa perfeitamente com o que lemos em *Vigiar e Punir*:

A prisão, local de execução da pena, é ao mesmo tempo local de observação dos indivíduos punidos. Em dois sentidos. Vigilância, é claro. Mas também conhecimento de cada detento, de seu comportamento, de duas disposições profundas, de sua progressiva melhora; as prisões devem ser concebidas como um local de formação para um saber clínico sobre os condenados (Foucault, 2019, p. 221).

Outro caso é o de J.I.G.R., que foi inserido no projeto através de uma solicitação levada por um companheiro de cela. Ele nos contou que não estava frequentando a escola por não ter conseguido matrícula no início do ano letivo. Em conversa com a pedagoga descobrimos que J.I.G.R. estava fora da escola pelo fato de não terem formado turma da etapa que ele precisava cursar devido à falta de espaço físico. Sendo assim, a pedagogia assegurou que haveria uma turma correspondente a essa etapa em 2025 e, conseqüentemente, ele seria matriculado. Há ainda o caso de A.S.S., que estava repetindo a etapa já cursada no ano anterior pelo mesmo motivo. Se ele estivesse cursando a etapa correta, já estaria habilitado a fazer o exame ENEM PPL em 2024. A impossibilidade de cursar a etapa correta atrasou seus planos de iniciar o ensino superior. Podemos associar os fatos ocorridos com J.I.G.R. e A.S.S. com o trabalho de pesquisa realizado por Marc De Maeyer (2013) ao visitar prisões de cerca de oitenta (80) países, tendo assim, a oportunidade de constatar a não acessibilidade da educação prisional a todos os detentos, sendo que

[...] quase todas eram superlotadas e, muito frequentemente, no final da visita, eu via algumas classes, não raras vezes, pobremente equipadas, que podiam acolher apenas algumas dezenas de estudantes. E as outras centenas? Desmotivados? Ignorantes? Desistentes? Indesejáveis? Muito numerosos? Sem dúvida, por tudo isso e muito mais, ausentes (Maeyer, 2013, p. 36).



Por esse viés, a leitura do livro *Cemitério dos vivos*, publicado em 1983 se torna impactante ao percebermos que a pesquisa efetuada por Julita Lemgruber no período de 1976 e 1978, apresenta resultados semelhantes aos que obtemos em 2023 e 2024, cerca de 46 anos depois. Ela assevera que

[...] a prisão visa deter o crime, ou seja, evitar que o indivíduo depois de cumprida a pena torne-se reincidente e intimidar outros, que por ali não passaram, impedindo que se tornem criminosos. [...]. Por outro lado, não há qualquer indício de que os presídios venham funcionando para deter o crime, já que as taxas de criminalidade aumentam consistentemente ano a ano (Lemgruber, 1983, p. 125).

O posicionamento da pesquisadora concernente ao fato de a prisão fabricar delinquentes é ilustrado por detentas do Instituto Penal Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, *locus* de sua pesquisa.

- *“Isto aqui é uma escola de marginalização integral. Tudo o que eu não sabia fazer lá fora, aprendi aqui”;*


- *“A prisão é uma escola do crime e só não se perde quem tem a cabeça muito no lugar”;*

- *“Eu aprendi das antigas que não adianta mesmo procurar trabalho quando a gente sai daqui. O negócio é voltar a roubar ou morrer de fome, porque trabalho pra ex-presidiário ninguém dá”.*

Por conseguinte, o alto índice de reincidência da UPSL 6 reflete um equívoco nas ações para a redução da criminalidade que têm sido desenvolvidas até aqui. Concordamos com o pensamento crítico de que a prevenção criminal é mais eficaz do que a punição, como pondera o jurista e filósofo:

Todo legislador sábio deve procurar antes impedir o mal do que repará-lo, pois uma boa legislação não é mais do que a arte de proporcionar aos homens o maior bem-estar possível e preservá-los de todos os sofrimentos que se lhes possam causar, segundo o cálculo dos bens e dos males desta vida (BECCARIA, 2003, p. 101).

Observamos que o significativo retorno à criminalidade apresentado pelos participantes do projeto de mediação de leitura e escrita sinaliza que o sistema penal ainda não está conseguindo cumprir o objetivo de transformar o infrator em cidadão (re)inserido na sociedade civil. O posicionamento de Medeiros (2015) sobre



aprisionamento e recuperação da pessoa confinada se faz muito pertinente ao dissertarmos sobre reincidência criminal. A autora ressalta que

[...] a prisão, antes de servir ao propósito de confinamento e recuperação do preso, extrapola os limites das celas e muros para funcionar como um sismógrafo da política e da história. Mais ainda, expõe as delicadas relações entre o crime e o Estado e seus instrumentos – e sua eficácia – de coerção e manutenção da segurança pública, a lei e a polícia. O presídio costuma ser exemplo frequente e claro da relação Estado desorganizado versus crime organizado (MEDEIROS, 2015, p. 10).

Ainda sobre a questão de reincidência criminal, lembramos o enredo do e-book intitulado *Assim na terra como embaixo da terra*, que desenvolve a narrativa de criminosos que são levados para um presídio construído em um local distante e esquecido de tudo e de todos. Os únicos servidores da Colônia Penal eram o Melquíades, diretor do estabelecimento e Taborda, agente penitenciário que obedece às ordens do diretor há dez anos e raramente tem folga para ir em casa. Os internos produzem seu próprio alimento através da plantação e da caça, práticas que ocorrem no próprio espaço intramuros. A Colônia Penal é rodeada de um muro com 6 metros de altura e 2 metros de espessura. No topo da muralha há uma cerca eletrificada com alta voltagem e, para reforçar a segurança, todos os prisioneiros usam uma tornozeleira eletrônica de uso contínuo que ameaça explodir em trinta segundos e estraçalhar o pé no caso de o presidiário conseguir o impossível, transpor a fortaleza, tendo em vista que na história da Colônia, ninguém jamais conseguiu fugir.

Melquíades, um militar mentalmente desestabilizado, em noites de lua cheia aplica a prática por ele denominada de medida socioeducativa, isto é, escolhe dois prisioneiros, retira suas tornozeleiras e enquanto cronometra trinta segundos, os detentos são autorizados a correr em tentativa de fuga. Após o tempo estabelecido, o diretor da Colônia Penal inicia uma caçada aos criminosos. Considerando que Melquíades era caçador desde a infância, quando costumava caçar com o pai, além disso, os prisioneiros não conheciam nada sobre o espaço geográfico além da muralha que os rodeava, logo são abatidos como animais de caça e enterrados por seus companheiros. Assim, o índice de fuga na Colônia Penal continua sendo zero e o número de corpos sepultados cresce a cada noite de lua cheia. Encontramos em Carnelutti (2008) uma analogia da penitenciária como sendo um cemitério onde “o condenado é sepultado vivo” (p. 72), fazendo alusão ao tipo de existência que os condenados levam no cárcere. Na Colônia Penal de Melquíades, o cemitério é literal

e os corpos sepultados dos condenados são corpos mortos, caçados por um gestor moribundo de mente e de espírito.

Ainda em *Assim na terra como embaixo da terra*, Valdênio, prisioneiro e cozinheiro do presídio, tem sessenta e cinco anos e uma perna doente, que arrasta ao se movimentar. Viveu confinado a metade da vida. Embora já tenha cumprido sua pena, a justiça continua mantendo-o enclausurado. Para Valdênio, esse fato não faz nenhuma diferença, haja vista que não há ninguém esperando por ele do outro lado do muro, sendo que a liberdade se transformaria em outro confinamento que ele já não poderia enfrentar. Ao ser questionado por outro prisioneiro sobre sua expectativa de sobreviver à Colônia Penal, reitera o que aqui já foi mencionado sobre reincidência criminal: “Aquilo que uma pessoa foi fica gravado na pele, no cheiro, no rosto. Se a vida que você levou foi de maldade e sujeira, isso fica estampado na cara. Não sai com nada” (Maia, 2017, p. 52).


Enfim, *Assim na terra como embaixo da terra* compara o confinamento de homens a um curral de animais.

O gado é abatido para se transformar em alimento; os homens, por sua vez, são abatidos para deixarem de existir. Não é um lugar de recuperação ou coisa que o valha, é um curral para se amontoarem os indesejados, muito semelhante aos espaços destinados às montanhas de lixo, que ninguém quer lembrar que existem, ver ou sentir seus odores (MAIA, 2017, p. 67).

Essa ideia de comparar o encarceramento a locais onde são depositadas montanhas de lixo nos remete a Zygmunt Bauman (2005). No livro *Vidas desperdiçadas*, o autor se refere às camadas excluídas da sociedade como “pessoas redundantes”. Mas o que significa essa redundância na visão do autor?

Ser “redundante” significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso – quaisquer que sejam os usos e necessidades responsáveis pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade. Os outros não necessitam de você. Podem passar muito bem, e até melhor, sem você. Não há uma razão auto-evidente para você existir nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o direito à existência. Ser declarado redundante significa ter sido dispensado *peelo fato de ser dispensável* – tal como a garrafa de plástico vazia e não-retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade (BAUMAN, 2005, p. 20).

No excerto acima, observamos o sentido de “redundante” deslizar para “refugo”, ou seja, lixo, resto, sobra. E, usualmente, não queremos conviver com o lixo,



então, levamos o lixo para o mais distante possível do nosso convívio. Assim agimos com os confinados da Justiça. Construimos presídios, isto é, locais de despejo do lixo, a quilômetros e quilômetros de distância do convívio social, a fim de que não sintamos o cheiro forte e característico que parece impregnar-se na pele daqueles que sobrevivem em celas lotadas de refugo humano, de mofo e de insetos que tentam sobreviver com o sangue de sobreviventes.

6.6 Posicionamentos que parecem denunciar o crime cometido

Como referido previamente na introdução deste trabalho, poucas vezes anotamos citações diretas pronunciadas pelos integrantes do projeto de mediação de leitura e escrita *Leio, logo existo*, restringindo-nos a usar a técnica de memorização, razão pela qual a citação indireta é comumente usada nesta escrita. Entretanto, em alguns momentos tomamos nota de algumas falas, cujas anotações suscitaram a ideia de escrever um tópico que, embora não denote o delito cometido pelo enunciador, possibilite uma interpretação do leitor.

Embora tenhamos conhecimento das práticas criminais cometidas pelo público da UPSL 6, esse tipo de assunto não é ventilado nos encontros, a menos que alguém comente de forma voluntária. E quando o assunto emerge, tentamos conscientizá-los da necessidade de abandonar a vida criminosa, que só oferece duas opções: o aprisionamento ou a morte.

Situação I

Valeu a pena voltar para cá após passar só dois anos em liberdade?


Valeu, porque minha família (esposa e 2 filhos) moravam de aluguel. Nesses dois anos consegui comprar uma casa para eles. Agora eles têm uma casa própria.

Para que você comprasse uma casa para sua família, alguém ou mais pessoas ficaram sem os seus bens. Você acha isso certo?

Não, não acho certo, mas não tenho outra escolha. Minha família precisa de uma casa.

Situação II

No momento da roda de conversa sobre a atitude de Cândido Neves, protagonista do conto “Pai contra Mãe”, de Machado de Assis, comentamos que o



referido personagem poderia trabalhar em um emprego mais simples, com um salário menor, porém, fixo. Na sequência, um leitor replicou:

Mas, o salário-mínimo não dá para pagar todas as contas de uma casa e ainda comprar comida. É preciso conseguir dinheiro de outra forma.

Situação III

Ao conversarmos e questionarmos sobre as ações do golpista Castelo, protagonista do conto *O Homem que sabia falar Javanês*, de Lima Barreto, um leitor justifica sua aquiescência ao comportamento do personagem com a seguinte declaração:

Eu tenho que pensar primeiro em mim.

Situação IV

Ao perguntarmos a um integrante do projeto se aquele era seu primeiro aprisionamento, obtivemos a resposta:

Não, esta é a terceira vez, depois da maioridade.

Você foi aprisionado no período de menoridade?

Sim, umas dez vezes, no mínimo.

Mas, esta é a terceira e última vez no sistema prisional adulto, não é?

Provavelmente, não. Eles não dão emprego pra nós, então, o jeito é roubar pra sobreviver.


Situação V

Conversávamos sobre a importância do trabalho para a ressocialização e, conseqüentemente, a não reincidência criminal que possibilita retorno ao sistema prisional, quando a conversa deslizou para o ganho “fácil” do dinheiro, então, um interno comentou:

É um dinheiro amaldiçoado. Não se sabe para onde vai.

Continuando a conversa, opinamos no sentido de que não é uma maldição, porém, não costumamos valorizar aquilo que não empreendemos esforço para adquirir. O interno concordou e acrescentou:

É verdade, quando eu trabalhava de carteira assinada, eu sabia usar o meu dinheiro. Não gastava à toa. Eu me organizava para o dinheiro durar até bem perto de receber o próximo salário.



Ao ouvirmos tal comentário, procuramos saber alguns detalhes e tomamos conhecimento que o interno tem 21 anos, está aprisionado há dois anos, significando que entrou no sistema prisional aos 19 anos. Sendo assim, trabalhou sob o regime CLT por apenas um ano, sendo capturado pela força policial logo no início da vida de delitos. Ele complementou:


Quando passei a ter mais dinheiro, tudo mudou. Comecei a gastar tudo que tinha, sem preocupação, e quando o dinheiro acabava, fazia tudo de novo para conseguir mais dinheiro.

Situação VI

Ainda estávamos no momento *warm up* quando um participante mencionou que estava muito chateado porque um dos agentes que os estavam conduzindo da cela para a sala de aula chamou um dos internos de desgraça. Disse que a vontade era revidar, porém, teve que “engolir sapo” para não ser levado para o isolamento. Então, um colega, outro integrante do projeto, redarguiu:

Esses agentes não têm noção do perigo. Todos eles moram em bairros pobres. O *Bonde dos 40* pega um cara desse brincando.

Sabemos que a UPSL 6 é ocupada por detentos com prática de crimes semelhantes, conforme mencionado no capítulo 2, que discorre sobre o Complexo Penitenciário São Luís. Por conseguinte, a UPSL 6 abriga os faccionados *B40*, enfatizado pelo interlocutor acima. Sendo que o comentário foi complementado pelos demais, tomamos conhecimento que a facção *B40* estabelece a hierarquia do crime não apenas nas ruas onde domina, mas a hierarquização acontece, também, em todos os presídios. Em cada pavilhão há um detento que eles chamam de “Torre”, entendemos que é o cargo mais alto no pavilhão, responsável por conseguir melhorias para a comunidade carcerária, seguido do “Disciplina”, que acompanha a rotina dos encarcerados e faz um resumo diário dos acontecimentos para a Torre. O Disciplina orienta sobre a forma “correta” de agir no presídio, e possui um apoio, que é o cargo “Auxiliar de Disciplina”. Há o que eles chamam de “Quadro”, um grupo composto por dez detentos que ajudam na organização do pavilhão, e são responsáveis pelas coletas financeiras mensais. Além destes, há a autoridade máxima na hierarquização do crime, que é o GDS, que significa “Geral do Sistema”, apenas um por presídio. É o líder, cargo mais alto na organização criminosa, responsável pelo presídio e mantém contato com GDSs de outras unidades prisionais. O GDS tem poder para afastar ou



excluir um irmão, pronome de tratamento usado entre os membros das organizações do crime. No caso de um decreto de morte, o líder maior pode indicar, porém a decisão é tomada por todos estes que compõem o quadro disciplinar do *Bonde dos 40*.

O comando hierárquico de cada pavilhão preside duas reuniões com todos os detentos, diariamente, uma às 6:00 e outra às 18:00. No horário da reunião, há um silêncio completo, assim todos ouvem as instruções dadas e todos (com ênfase no sintagma *todos*) seguem as regras do comando. O mais curioso é ouvir de alguns detentos, sendo esse o pensamento da grande maioria, que o sistema carcerário do Estado se encontra organizado no presente, devido ao trabalho que as facções desenvolvem nos presídios, implantando e sustentando a hierarquia do crime. É curioso perceber que essa mesma ideologia é compartilhada por outras organizações criminosas, a exemplo do que lemos no livro *Cidade Partida* sobre a guerra de gangues ocorrida nas praias de Ipanema na década de 90. O chefe do tráfico na favela de Vigário Geral nesse período, conhecido como Flávio Negão, convoca todos os envolvidos na ação e os adverte a não repetir a prática do arrastão ao admitir que fez a escolha de se tornar bandido na vida, porém, foi uma opção errada e não quer isso pra ninguém. Contudo, se eles querem ser bandidos têm que pegar em armas e assaltar banco. Roubar relógio é inadmissível para um bandido de Vigário Geral. Acontecem reuniões parecidas em outras favelas, no mesmo dia, entretanto, em vez de advertências, aplicam punições aos participantes do arrastão. O chefe do tráfico na favela Parada de Lucas coloca-os em fila e chega a quebrar as mãos de alguns com palmatórias. O chefe da favela de Acari faz o mesmo. Assim, “no final de semana seguinte, reinava a paz nas praias cariocas. A Polícia Militar atribuiu a mudança ao reforço de policiamento” (VENTURA, 1994, p. 78). O fato é que vivemos a era na qual o crime organizado comanda dentro e fora das cadeias. Isso exige uma gestão de segurança pública experiente e comprometida com o combate à criminalidade, associada a políticas públicas de livre acesso à educação e ao trabalho digno.

Situação VII

Em um dos encontros, enquanto esperávamos a chegada dos demais, haja vista que são trazidos por pavilhões, perguntamos aos que já se encontravam na sala sobre a visita da semana anterior. Costumamos perguntar quem recebeu visita na semana anterior e o que trouxeram para comer. Há um interno que raramente recebe



visita pelo fato de sua família residir em outro Estado. Iniciamos o projeto há quase quatro meses e ele ainda não havia recebido nenhuma visita nesse período. Porém, nesse encontro ele estava bastante animado porque o serviço social havia providenciado uma visita *online* de vinte minutos com sua família. Relatou que sua filhinha de um ano e oito meses está bem crescida e bonita e que sua esposa está trabalhando em uma lanchonete com carteira assinada. Aproveitamos o ensejo para reafirmar a necessidade de uma mudança de direção e de propósito, a fim de que se juntasse à sua família no término da pena e, mesmo que desenvolvesse um trabalho pouco rentável, estaria com sua família e acompanharia o crescimento de sua filha. No entanto, surpreendemo-nos com seu posicionamento:


- Vou fazer de outro jeito. Eu caí preso porque não tomei os cuidados necessários. Tenho pensado muito no que aconteceu e como fui muito displicente com a minha segurança. Agora vou fazer tudo diferente. Não vou abrir pra ninguém.

Em sua concepção, mudar o método de ação garantirá uma prática criminal segura. Embora tenhamos insistido em contestar seu modo de pensar, na tentativa de dissuadi-lo da ideia de retornar à criminalidade, isso tudo nos fez refletir que viver em um ambiente totalmente desfavorável, tendo que dividir uma cela de 3 por 4 metros quadrados com mais 15 a 16 pessoas com hábitos e personalidades diversas, ter uma alimentação de qualidade insuficiente não contribui para uma mudança de perspectiva.

Quando ele diz “não vou abrir pra ninguém”, significa que será mais cauteloso em sua forma de agir e que ninguém tomará ciência de suas práticas nada convencionais e muito menos legais de sobrevivência.

7 IMPRESSÕES PESSOAIS DE LEITURA

Como vimos no capítulo cinco, acerca das especificidades do projeto de mediação de leitura e escrita, *Leio, logo existo*, temos uma roda de conversa após a leitura da obra literária selecionada, que na UPSL 1 começávamos de forma coletiva, sendo que os leitores davam continuidade, individualmente, nas celas. Na UPSL 6 agimos de maneira diferente, em virtude de trabalharmos com contos literários.



Portanto, na maioria das vezes, temos tempo suficiente para fazer a leitura coletiva e a roda de conversa, no mesmo encontro.

A prática da roda de conversa é um momento aprazível no que diz respeito à socialização das subjetividades. Podemos contar com uma variedade de pensamentos e posicionamentos, que possibilitam uma permuta de experiências, quando um se aproxima da vivência do outro em um exercício de diálogo, em uma troca de conhecimento, visto que nesse compartilhamento de ideias, comumente, o leitor tenha interesse em “socializar experiências, cotejar as conclusões com as de outros leitores, discutir preferências. A leitura estimula o diálogo, por meio do qual se trocam resultados e confrontam-se gostos” (Zilberman, 2008, p. 53). Portanto, a leitura coletiva promove uma convocação social e intelectual, estimulando o leitor a expandir fronteiras ao compartilhar suas vivências.

Nessa direção, exporemos alguns exercícios de diálogos compartilhados a partir das experiências socializadas nas práticas dos dois grupos leitores a respeito de alguns textos literários, selecionados para leitura, interpretação e escrita.

A Terceira Margem do Rio – Guimarães Rosa

O conto “A Terceira Margem do Rio”, de Guimarães Rosa, foi utilizado nos dois grupos como leitura introdutória do projeto. Assim, a conversa gerada após a leitura do conto torna-se produtiva em ambos os grupos, com suas devidas peculiaridades. A maioria dos integrantes do G1 defende o comportamento do pai que manda construir uma canoa e passa a viver no rio, enquanto tenta se identificar com o personagem do conto, alegando a necessidade que muitos têm de um tempo sozinho; alguns atribuem a postura do pai à depressão; uma minoria pensa que é loucura, porém, sempre o considerando uma vítima do meio. Contudo, o G6 adota uma interpretação diferente, e decide condenar a atitude do protagonista de “A Terceira Margem do Rio”. O fato é que todos os participantes discordam da atitude do homem que deixa a casa, a fazenda, a esposa e os filhos para viver rio acima, rio abaixo. Não sei se o pensamento do que se pronuncia primeiro influencia a opinião dos demais, ou o fato de pertencerem a uma facção, a saber, Bonde dos 40, influencia essa unidade de pensamento, todavia, faz-se interessante observar que eles seguem uma uniformidade de posicionamento. Acham que o pai do narrador do conto tinha tudo o que alguém pode querer para levar uma vida normal, portanto, a única coisa que



poderia justificar o comportamento dele seria a loucura. Segundo o G6, só sendo louco para largar o conforto da casa e a companhia da família para viver uma vida solitária, de privações. Interessante pontuar que alguns integrantes desse grupo contextualizaram o conto com um personagem da telenovela “Pantanal”, que também vivia no rio, conhecido como o “Velho do Rio”.

Não sabemos e nem podemos apontar com exatidão a razão da distinção no ponto de vista dos grupos referente à atitude do personagem que decide abandonar, casa, família e trabalho para viver no rio, entretanto, essa multiplicidade de sentidos corrobora a relação vigente estabelecida entre texto e leitor via linguagem, que nos permite significar e ser dignificado, afinal,


A questão da leitura na contemporaneidade se coloca na confluência das interpretações, na urgência de transformar meros receptores em leitores, sensíveis às menores vibrações lógicas, de modo que textos e discursos deflagrem nele a mobilização dos sujeitos históricos. Não estamos mais no espaço da interpretação exegetica, mas no espaço da comunicação expressiva, da interação entre *obra e leitor* (Yunes, 2010, p. 102).

Desse modo, compreendemos que a interpretação produz sentido a partir da relação entre o sujeito leitor, a história, a memória, a ideologia e tudo aquilo que o atravessa.

Capitães da Areia – Jorge Amado

A partir da leitura de “Capitães da Areia”, de autoria de Jorge Amado, poderíamos dizer que o G1 ficou encantado com a leitura, em razão da riqueza de personagens e por tomar conhecimento que esse problema social de menores abandonados que se unem em bandos, nominados “meninos de rua” já existia em 1937. Por esse motivo, alguns traçaram um paralelo entre os problemas sociais daquela época que subsistem até hoje. Entretanto, apesar de gostarem muito do enredo, o que realmente os encantou foi o fato de conseguirem ler um livro inteiro, uma novidade para 98% do grupo.


A roda de conversa iniciou com um resumo coletivo sobre o livro, que aconteceu, praticamente, sem direcionamento. A partir do resumo, solicitamos que escolhessem um personagem para uma descrição mais elaborada. Então, as perguntas iam surgindo e eles se posicionavam a favor ou contra a postura do



personagem. Diante dessa prática, tivemos a ideia de organizar um Julgamento dos Menores delinquentes do Trapiche com promotoria para acusação e advogados de defesa. A fim de defender seus personagens, os “advogados de defesa” selecionavam alguns excertos do livro que eram lidos quando determinado personagem era citado.

Enfim, observamos que, mesmo os comportamentos duvidosos, eram aceitáveis sob a justificativa de serem crianças sem família que lutam em prol da própria sobrevivência.


Em conformidade com o já mencionado, dispomos de três exemplares de Capitães da Areia no G6, sendo que um deles, encontrava-se destituído de várias páginas. Dessa forma, lançamos o desafio para a leitura individual. Dois participantes levaram os livros. Um deles aceitou o desafio e leu o livro, integralmente, em quatro semanas. A.S.S. concordou em fazer uma apresentação da obra para o grupo. Foi um momento bem especial em virtude de assumir o compromisso e o cumprir. Em um de seus comentários, ele observou a diferença entre os Capitães da Areia e os meninos de rua da contemporaneidade, no que diz respeito ao uso de drogas. O leitor comentou que o bando chefiado por Pedro Bala tinha um prejuízo bem menor comparado ao estrago que as drogas causam nas comunidades de meninos e demais pessoas moradoras de ruas no tempo presente. Ele acrescentou que alguns capitães da areia conseguiram ter um futuro ao alcançar a idade adulta, o que raramente acontece hoje, por consequência do uso excessivo de drogas que mata ou lança na prisão. A semelhança entre o bando de Pedro Bala e os meninos de rua do presente, encontrada por ele, reside nas dificuldades de sobrevivência e na não aceitação da sociedade. O leitor apontou “o professor” como seu personagem favorito ao explicitar que o professor era o mais letrado do grupo e gostava de adquirir mais conhecimento, o que ficava evidente quando este roubava livros e os lia para o bando. Acrescentou que o professor também gostava de pintar e tinha muita força de vontade de mudar de vida, o que realmente aconteceu quando foi morar no Rio de Janeiro. Ao solicitarmos que ele traçasse um paralelo entre os Capitães da Areia e as facções da contemporaneidade, ele falou da hierarquia; da ideologia e dos estatutos. Esclareceu que os meninos do Trapiche tinham somente Pedro Bala como chefe, porém, as facções não possuem apenas um chefe. São várias pessoas no comando, sendo que há uma hierarquização para chegar ao comando. Na sequência do comparativo, o bando de Pedro Bala tinha a sobrevivência e a fidelidade ao grupo como ideologia, e as facções seguem o manual do crime organizado, que reforça a cobrança por uma



postura ética dos integrantes da facção, enfatizando que cada companheiro precisa ser exemplo para os demais, alertando que o desrespeito à hierarquia resulta em punição. Referindo-se aos estatutos, ele disse não perceber na leitura, se havia estatutos definidos no bando dos Capitães da Areia, entretanto, todos os faccionados conhecem muito bem os estatutos que regem a organização facciosa. Percebemos que o detento leitor em questão, considera-se membro de uma facção, haja vista que durante o seu discurso a respeito da facção, ele argumenta: “nós temos estatutos e todos os faccionados devem seguir”.

Referindo-nos ainda ao conteúdo do parágrafo anterior, não entramos em detalhe concernente aos estatutos da facção durante a roda de conversa porque todos os internos da UPSL 6 pertencem à facção *Bonde dos 40*. Assim, o interesse em saber sobre os estatutos da facção poderia ser compreendido como algo estranho ou, no mínimo, curioso. Ou seja, não seria apropriado mostrar curiosidade acerca das particularidades do *Bonde*, como também é conhecida a facção *Bonde dos 40*. Nesse caso, recorreremos a um egresso da UPSL 1, ex-membro da citada facção, em liberdade condicional há quinze dias, que se disponibiliza a comentar as experiências vivenciadas no período de integração ao B 40, outra forma de identificação da organização criminosa.

Algo curioso que tomamos conhecimento ao conversar com o ex-faccionado é que os membros da facção possuem uma senha, uma espécie de código de matrícula que os identifica. Isso significa que o faccionado pode ter acesso a qualquer área de comando da organização criminosa, apenas fornecendo sua senha pessoal. É interessante perceber que eles possuem um sistema de tecnologia da informação que armazena o histórico criminal detalhado de todos os integrantes daquela organização criminal. Quando questionamos em relação ao comando maior, ele explicou que há quase quatro anos, quando ainda pertencia ao rol de membros da organização, o comando, constituído de 14 pessoas, encontrava-se encarcerado na UPSL 4, onde ele pensa que ainda estão. Porém, apesar de aprisionados, continuam no comando, expedindo ordens, ditando regras. Torna-se bastante difícil imaginarmos como isso é possível, especialmente após visitarmos as instalações da UPSL 4, uma unidade extremamente equipada com dispositivos de segurança, sendo que ao passar de um ambiente para o outro, a pessoa é monitorada por *scanners* e há grades dividindo cada espaço que percorremos, incluindo as salas de aula, onde há grades separando os estudantes do/da professor/a. Diante do nosso argumento, ele explicita que eles




possuem telefone celular e, antes que perguntemos como, ele acrescenta que um telefone celular em um unidade prisional de segurança máxima, como é o caso da UPSL 4, chega a custar meio milhão de reais, portanto, não é tão difícil conseguir. Eles criam um grupo no qual cada agente penitenciário tem uma função diferente, formando uma corrente, um elo ligado ao outro até o aparelho chegar ao seu destino. O próprio ex-detento confessa já ter adquirido um aparelho celular por 22 mil reais quando ainda era membro da facção. O valor, segundo ele, é bem baixo (não em nossa opinião!) porque os riscos de aquisição são bem menores. Ao notar nossa surpresa, ele comenta que no mundo do crime tudo é muito caro. A fim de obter uma moto, cita seu próprio exemplo, o criminoso gasta três a quatro vezes mais o valor do mercado, já que não pode usar seus dados pessoais para fazer a aquisição. Assim, as pessoas que fornecem seus dados para a compra, cobram um valor exorbitante para efetuar a negociação.

Vidas Secas – Graciliano Ramos

Um participante se identificou com Fabiano no que se refere a sair para comprar alguma coisa, no caso da leitura, querosene. Quando chega no comércio, começa a beber e esquece completamente o que foi fazer. Então, volta para casa bêbado e de mãos vazias. O detento falou que fez isso várias vezes.

Outro participante do projeto chamou a atenção para as precárias condições de vida da família. Sem casa, sem trabalho e sem comida, a família de Vidas Secas é o retrato de muitas famílias brasileiras.

A relação de Fabiano com o soldado amarelo foi bastante discutida. A situação de humilhação praticada pelo soldado e jamais esquecida por Fabiano gerou uma enquete: você mataria o soldado amarelo se fosse Fabiano quando este teve a chance de fazê-lo ou agiria da mesma forma que ele? O resultado da enquete ficou quase equilibrado, visto que 52% dos internos presentes matariam o soldado amarelo, enquanto 48% do público respondeu que não o mataria. A justificativa dos 52% se apoiou principalmente na atitude de abuso de poder demonstrado pelo policial, ao passo que o outro grupo entendeu que, embora o policial não tivesse nenhuma razão no modo de agir, tratava-se de uma autoridade, logo, apesar do desejo de matá-lo, o melhor a fazer seria “engolir sapo”, de acordo com a linguagem comumente utilizada no relacionamento dos policiais penais com os internos no ambiente de carceragem,



o que significa suportar situações injustas e/ou desagradáveis sem poder se manifestar.


Esses dois posicionamentos principais geraram outras discussões sobre a necessidade de pensar bem antes de tomar uma decisão de enfrentamento, mesmo considerando estar com a razão; a importância de não agir egoisticamente, isto é, pensar na família e nas consequências negativas que uma atitude precipitada pode acarretar; a complexidade em obedecer às ordens de alguém que se aproveita de sua autoridade para agir acima da lei e a dificuldade em ter que lidar com o sentimento de injustiça.

O Homem que Sabia Javanês – Lima Barreto

A leitura do conto “O Homem que Sabia Javanês”, de Lima Barreto, obteve um ótimo rendimento na roda de conversa do G6, por conta do protagonista golpista, talvez. Afinal, as artimanhas de Castelo, que se tornou professor de javanês sem saber nada dessa língua, aguçou a curiosidade dos leitores, ávidos por descobrir se ele seria bem-sucedido em mais um golpe.

Após a leitura, respondemos algumas perguntas concernentes ao vocabulário desconhecido, presente no texto; esclarecemos a forma como se respondia a um anúncio da coluna de classificados de um jornal; explicitamos o modo como eram admitidos os servidores públicos no período de lançamento do conto de Lima Barreto, além de outras curiosidades despertadas pelo conto.

Interessante notar tanto a torcida quanto a admiração que os leitores do G6 dedicam a Castelo. Torcem para que ele se dê bem em suas falcatruas e, simultaneamente, admiram seu desembaraço durante as situações que ele enfrenta e confronta a fim de se fazer passar por um professor de javanês. Observamos que o posicionamento deles em apoiar as atitudes de Castelo coadunam com a ideologia de Cândido (2011), já comentada previamente no tópico que discorre acerca do poder transformador da leitura, sobre a humanização não ser necessariamente edificante. O autor adverte que a literatura não tem a função de corromper ou edificar, sendo o seu papel o de formador da personalidade. Além disso, o pensamento dos internos leitores também concatena com Yunes (2014) que compara o ato da leitura a “uma prática vitalizante do pensamento e da linguagem que apura o pensar e o sentir, sem qualquer



conotação moral, ainda que considere a ética, de alguma forma, uma linha fronteira da relação com o outro” (Yunes, 2014, p. 131).


Pai contra Mãe – Machado de Assis

A leitura do conto “Pai contra Mãe”, de Machado de Assis, leva-nos para um outro lugar, se comparada à leitura anterior, de Lima Barreto. Enquanto “O Homem que sabia Javanês” se tratava de uma leitura leve, até certo ponto divertida, a narrativa de Machado de Assis traz consigo uma carga pesada, com violência em demasia. Desse modo, após articularem o resumo oral, coletivamente, nós os incitamos a enumerar as temáticas presentes no conto “Pai contra Mãe” e a responder três questionamentos: 1. Por que o título “Pai contra mãe”? 2. O que você acha da atitude de Cândido Neves? 3. O que você faria se estivesse na posição de Cândido Neves?

Quanto às temáticas, após esclarecermos a respeito de temas de uma narrativa eles enumeram a escravidão, a violência, a pobreza, abandono de menores e a profissão de capturador de escravos fugidos. Em relação à pergunta sobre o título do conto, “Pai contra Mãe”, não conseguem responder. Um deles falou que seria Cândido Neves contra Clara, sua esposa, pois Clara concorda em levar a criança para a roda dos enjeitados, enquanto Cândido Neves discorda. Assim, relemos alguns excertos e mostramos alguns indícios facilitadores de compreensão, então, entendem o porquê do título, concluem e identificam quem é o pai que está contra a mãe.

A pergunta 2 é respondida, quase que na totalidade, de forma favorável à atitude de Cândido Neves. Apenas dois leitores acham que a atitude dele não é correta, porém, acham que ele não tem outra alternativa, precisa escolher entre seu filho e o filho da escrava. Então, toma a atitude certa quando decide por seu filho.

Ao se colocarem na posição de Cândido Neves, agem da mesma forma que o caçador de escravos fugidos, alegando não encontrar uma solução diferente para o problema. Desse modo, 100% dos leitores fazem a opção pela vida do próprio filho, sem encontrar uma solução que evite o abandono de uma criança e a morte da outra. Assim sendo, guiamos os leitores para os excertos nos quais o narrador relata a recusa de Cândido Neves em trabalhar em outras atividades como caixeiro de armarinho, fiel de cartório, contínuo de repartição, carteiro e outros empregos que eram deixados pouco tempo depois de obtidos porque a obrigação “de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho, e ao cabo de cinco ou seis semanas estava na




rua por sua vontade” (Assis, 2024, p.2). Na sequência, um deles encontra um excerto no qual ele tenta ser entalhador como um primo, porém, ao querer aprender o ofício com pressa, não foi bem-sucedido. Outro leitor encontra um trecho no qual o narrador diz que caçar escravos não o obriga a ficar sentado por longas horas. Só exigia que ele tivesse força para segurar o/a escravo/a, olho vivo para espreitá-lo/a, paciência para aguardar o momento certo de agir, coragem para enfrentar a situação e um pedaço de corda para amarrá-lo/a. Após a releitura desses excertos denunciadores dos motivos que levaram Cândido Neves a se tornar um caçador de escravos fugidos, os posicionamentos anteriores começam a tomar uma nova forma. A maioria já não justifica suas atitudes. Entre as novas opiniões, um leitor diz que Cândido Neves teve nove meses, desde o início da gravidez, para conseguir um trabalho com renda menor, porém, fixa, que garantisse o sustento da família. E, dessa maneira, a maior parte do G6 altera sua posição diante dos fatos que não haviam considerado anteriormente, contudo, alguns continuam firmados no posicionamento anterior que consiste em evitar que seu filho vá para a roda dos enfeitados, mesmo que seja à custa da morte do filho de uma escrava que fugia da fúria de seu dono e senhor.

Discursividades de um Sujeito Aprisionado

Levamos o artigo *Discursividades de um sujeito aprisionado* que versa sobre o livro *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, que o escreveu sob o regime de encarcerado nas dependências da Penitenciária do Estado de São Paulo, para uma leitura em grupo e, posteriormente, usá-lo para discussão na roda de conversa. O artigo obteve aceitação em virtude de conter um resumo sobre a vida desregrada de Luizinho desde os primeiros anos da infância até a idade adulta, incluindo a reviravolta que acontece quando este se torna um leitor propriamente dito, no cárcere.

Embora não tenhamos concluído a leitura do artigo, algumas opiniões já se formam ao longo da leitura. Um interno diz que sua história é muito parecida com a de Luizinho, portanto, identifica-se com ele. Comenta que seu pai faleceu quando ele tinha apenas dois anos de idade. Depois de algum tempo, como sua mãe não tinha condições de ficar com todos os filhos, ele foi morar com uma tia que já tinha quatro filhos, entretanto, possuía uma situação financeira melhor. Ele relata que sua tia o encarregava de todo o trabalho da casa enquanto seus primos não faziam nada além



de estudar. As raras vezes que lhe era permitido jogar bola, a liberação era de apenas 40 minutos e, caso ele não retornasse no tempo por ela determinado, sua tia ia ao campo onde acontecia o jogo e o trazia para casa com golpes de cinto ou corda. O detento reporta que se sentia envergonhado e humilhado. Por muito tempo, armazenava os sentimentos de vergonha e humilhação adicionados ao fato de não se sentir bem-vindo àquela família. Assim que sentiu autoconfiança, saiu de casa e foi morar na rua. Eis o início de uma vida de menor infrator que se tornou, logo após atingir a maioridade, mais um interno do sistema prisional do Maranhão, aos dezenove anos de idade.

Por esse viés, outro interno comentou que Luizinho entrou na vida de crimes por apanhar muito do pai que era alcoólatra e que nunca estava presente, nem em casa e nem na vida do filho.

De Cima para Baixo – Artur Azevedo

Trabalhamos o conto “De cima para baixo”, de Artur Azevedo, publicado em NOVA ESCOLA, ed.8 de 01 de junho de 2023, embora a primeira publicação desse conto tenha sido efetivada no livro *Vida Alheia*, em 1894. *A priori*, os leitores acharam o texto bem-humorado, pelo fato de um descontar no outro, o erro cometido e que só foi descoberto pelo imperador, depois de passar por vários setores. Entretanto, chamamos a atenção deles para a hierarquia seguida das desigualdades hierárquicas. Dessa maneira, passaram a observar o modelo hierárquico apresentado no conto e o compararam à hierarquia presente no sistema prisional. Mesmo sem saber nomear, montaram um organograma na informalidade e observaram que o sujeito hierarquicamente inferior, comparado ao servente do conto, que não tinha a quem reclamar, de quem se vingar, era a figura do detento. Comentaram que apesar do conto ter sido publicado no século XIX, continua bem atual, pois as pessoas continuam usando o poder hierárquico para humilhar aqueles que se encontram em situação subalterna. Também observaram que o servente maltratou o cachorro porque não tinha uma mulher em casa. Se ele tivesse uma mulher e/ou filhos, seriam eles que sofreriam os maus-tratos.

A Cartomante – Machado de Assis



A Cartomante, conto fácil de trabalhar, dada as temáticas apresentadas. Foram discutidas duas na roda de conversa, pós leitura: traição e misticismo. Referindo-nos ao triângulo amoroso, sabemos que essa é uma tendência machadiana e que é também sua característica, deixar em aberto, não amarrar todas as pontas, criando uma onda de mistério e de curiosidade no público leitor, e não foi diferente com o nosso público. A primeira questão levantada é saber quem contou a Vilela sobre o relacionamento de Rita e Camilo, isto é, quem seria o autor das cartas anônimas? Alguém levantou a hipótese de ser a dona da casa na qual os amantes se encontravam, porém, a maior parte dos leitores acha que o Vilela é o próprio autor das cartas, ou seja, ele descobriu o relacionamento e, valendo-se de uma postura fria e calculada, decide jogar um pouco com eles, antes de executar sua vingança cruel.


Como contribuição, trouxemos para a discussão a questão do feminicídio, termo relativamente novo na terminologia referente ao assassinato de mulheres. Então, de maneira surpreendente, um dos leitores fez um comentário bastante pertinente ao mencionar que antes feminicídio nem era crime, pois a justiça considerava que o homem, ao praticar tal crime, estava lavando a própria honra.

Em relação ao misticismo, fizemos uma rápida enquete para saber quem acredita que o futuro pode ser revelado por videntes. Bem poucos disseram acreditar que tudo é possível. A maioria relatou não crer que pessoas podem adivinhar o futuro, sendo este um atributo só de Deus. Propusemos voltar ao conto para analisar detalhadamente as falas e a postura da cartomante.

Após a releitura do conto, alguém observou que a pobreza do lugar parece indicar que a cartomante não é uma profissional bem-sucedida. Outro leitor comentou que a aparência assustada que Camilo exibia já mostrava claramente que estava em apuros, assim, seria fácil concluir que havia um problema com uma mulher e que esse conflito provavelmente envolveria um outro homem, isto é, um triângulo amoroso. Seguindo a vertente da observação dos traços fisionômicos e da postura por parte das pessoas que se propõem a adivinhar o futuro, o número de crentes na paranormalidade reduziu consideravelmente.

O Poço, de Mário de Andrade

A roda de conversa de *O Poço* girou em torno do abuso de poder do Joaquim Prestes, protagonista do conto. Nem todos conseguiram expressar sua compreensão




sobre o conto lido. J.S.S., com apenas duas presenças desde o início do projeto, confessou ser incapaz de falar alguma coisa após a primeira leitura, sendo necessária uma segunda leitura para poder emitir um juízo de valor. Compreendemos sua dificuldade, haja vista a diferença entre a linguagem empregada por Mario de Andrade no texto e a linguagem que o interno está acostumado a utilizar, especialmente na oralidade; A.S.S. fez um rápido resumo do conto e se demorou na questão de o Joaquim Prestes não ter nenhuma necessidade de arriscar a vida de seus trabalhadores para pegar uma caneta tinteiro, já que ele tinha outras iguais àquela, em casa; L. F. usou um ditado popular para iniciar seus comentários: “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”; J.L.M.L., encarcerado há 8 anos, comentou que os ricos cada vez ficam mais ricos, enquanto os pobres ficam, cada vez, mais pobres. Acrescentou que sempre foi assim e continuará sendo; J.A.V.B. condenou a condição de subserviência de Albino, que era doente dos pulmões e concordou em arriscar a própria vida, descendo ao poço escuro e lamacento mais de uma vez, só para acatar as ordens do patrão. Disse que jamais faria isso, mesmo que perdesse o emprego; C.D.C.V. comentou sobre a diferença entre os dois irmãos, José e Albino. Os demais observaram que a diferença não é só na cor da pele. José é valente e enfrentou o patrão para defender o irmão, já Albino não se importa consigo mesmo. Para ele, o mais importante é agradar o patrão.

Tornamos pertinente explicitar que não registramos todas as opiniões expostas na roda de conversa, devido à necessidade de condensação do registro em relação ao tempo e espaço, e em virtude de alguns comentários se perderem pela impossibilidade do uso da tecnologia para a gravação das falas. Não achamos apropriado fazer anotações enquanto a atividade está sendo desenvolvida, conseqüentemente, alguns comentários são descartados pela memória.

Considerações em torno das aves-balas, de Ivan Ângelo

Antes do início da leitura coletiva, baseando-nos no título da crônica, fizemos o questionamento sobre o assunto do texto. As respostas foram variadas, tais como: “uma espécie de aves; pássaros muito velozes; aves que voam em bando; pássaros que voam para muito longe; associação entre aves-balas a trens-bala”. Assim, iniciamos a leitura, deixando-os completamente surpresos ao perceberem que o autor




estava se referindo a balas, projéteis, que voam como aves, irrompem nas periferias e nas áreas nobres, em qualquer lugar e em qualquer um, quando perdidas, são encontradas no corpo de quem jamais desejaria tê-las abrigado.

A leitura permitiu reflexões profundas sobre a temática da violência em nosso país. Todos os presentes comentaram o tema, sem se colocarem em evidência, como protagonistas. T.L.S.S. falou de sua experiência, quando dispararam tiros em sua direção em uma tentativa de homicídio, porém, não foi alvejado. As balas perdidas, felizmente, não foram alojadas em ninguém; A.S.S. comentou, que em um confronto, não dá para racionar muito, é preciso disparar porque só há duas opções: você atira ou é alvejado; o comentário de I.J.G.R. girou em torno de policiais que efetuam disparos em situações nas quais poderiam apenas efetuar a prisão, pois o desejo é de extermínio. A partir desse comentário, a conversa foi convertida para as ações policiais julgadas por eles como abuso de poder.

Finalmente, conseguimos trazer a conversa para um novo percurso e sugerimos a reflexão sobre o excerto: “[...] perdem-se também as crianças, nem sempre desaparecidas. Muitas delas, talvez a maioria, vão mais tarde brincar por aí de soltar aves-balas, nem sempre perdidas” (Ângelo, 2000 p, 13). Esse fragmento suscitou lembranças em alguns, que ainda eram muito jovens quando se uniram à vida criminal. A.L.C.P. só tinha 10 anos quando se envolveu com o crime e com as armas. Já falou mais de uma vez que para ele não tem mais jeito. Como pensa dessa maneira, vive sendo levado para a cela de isolamento e colecionando PDI. Não aceita quando falamos que ainda há uma saída, pois, atropela nossa fala, declarando que a vida dele será um vai e volta da cadeia até o fim, que provavelmente, será através de uma ave-bala; D.R.C. lamenta por ter perdido parte da infância ao se unir às pessoas erradas, no entanto, tem uma visão diferente, otimista. Está disposto a lutar muito para conquistar seu espaço em um universo onde possa andar de cabeça erguida e olhar as pessoas nos olhos, atitudes proibidas no cárcere; T.L.S.S. quer acompanhar seus filhos, a fim de que tudo seja diferente com eles, no sentido de se sentirem amados e apoiados, encontrando em casa o que necessitarem para não cogitarem em procurar nas ruas, com pessoas mal-intencionadas em aliciar crianças para o tráfico de drogas.

Os momentos de roda de conversa promovem uma reflexão sobre os valores éticos aos quais estamos ligados como sociedade civil e carcerária. A relevância das comunidades de leitura é destacada por Hooks (2017), ao definir tais comunidades como espaços de diálogo, nos quais, cada leitor se sente com habilidades de



compartilhar, a despeito das diferenças, suas opiniões, incertezas e, sobretudo, emoções, visto perceber o ambiente de confiança, respeito e afeto ali instituído.

7.1 Concepções impactantes

Ao longo da pesquisa, propomo-nos descobrir quais seriam os impactos da educação na vida de um encarcerado, seguido do questionamento sobre a forma como um interno do sistema prisional se sente ao ler uma obra literária. No decorrer dos encontros, as respostas a essas perguntas ficavam mais evidentes, no entanto, inquirimos os sujeitos da pesquisa por meio da aplicação de um questionário do tipo *survey*, a fim de indicar legitimidade a algo que já vinha sendo mostrado na prática da roda de conversa, bem como na escrita do relatório para remição de pena. Portanto, registramos a seguir, as respostas a duas perguntas feitas tanto ao grupo da UPSL 1 quanto ao grupo da UPSL 6, de forma oral.

- Qual o impacto da educação em sua vida?


ALGUMAS RESPOSTAS DO G1

J.S.P.A.: A educação proporcionou melhor qualidade da escrita, ajudou a conhecer e usar as alterações causadas pela reforma ortográfica e contribuiu para a aprendizagem, de forma geral.

D.A.: Quando se está na sala de aula, não parece que estamos no ambiente de uma penitenciária. Ele falou em nome dos companheiros, que prontamente concordaram com sua declaração. Ele mencionou que além da remição, a educação é importante porque “a gente esquece que está preso”.

D.V.: A educação só melhora, pois abre para novos horizontes, novos pensamentos. Sem conhecimento não dá para administrar a vida. Só a educação pode livrar a pessoa da criminalidade.

A.F.F.: O impacto é positivo. A educação melhora o vocabulário, a leitura, a escrita. Incentiva e melhora a forma de ver as coisas. Você deixa de ser ingênuo e começa a ler as entrelinhas.



I.V.: A educação no presídio é uma forma de reviver o passado. A escola não deixa de ser escola, mesmo no presídio.

ALGUMAS RESPOSTAS DO G6

D.R.C.: A educação desenvolve a mentalidade.

A.S.S.: Me faz compreender o mundo melhor.

J.R.S.F.: Transforma a mente da pessoa.

W.S.S.: A educação muda o nosso jeito de pensar.

J.I.G.R. Estudar abre a mente para o conhecimento

- Como você se sente enquanto lê um livro?

RESPOSTAS DO G1

A.F.F.: Esqueço completamente a minha condição de presidiário.

R.N.: Eu me transporto para dentro da história.

N.C.L.: Quando leio um livro, eu falo dos personagens como se conhecesse cada um deles.

D.V.: Me envolvo com a história e só sossego quando leio o final.

S.S.S.: Esqueço onde estou e os problemas que tenho aqui.

ALGUMAS RESPOSTAS DO G6

C.C.F.: - Eu sinto uma paz... minha mente entra na história que estou lendo.

F.S.A.: Esqueço todos os meus problemas enquanto estou lendo.

T.V.S.P.: Eu me transporto pra dentro da história.

I.L.R.: Eu viajo pra lá e vejo tudo: o rio, a casa, as pessoas...

M.C.V.S.: Faço uma viagem pelo mundo. Entro e saio do livro.

A.G.S.: Vejo a história e a cultura da época.

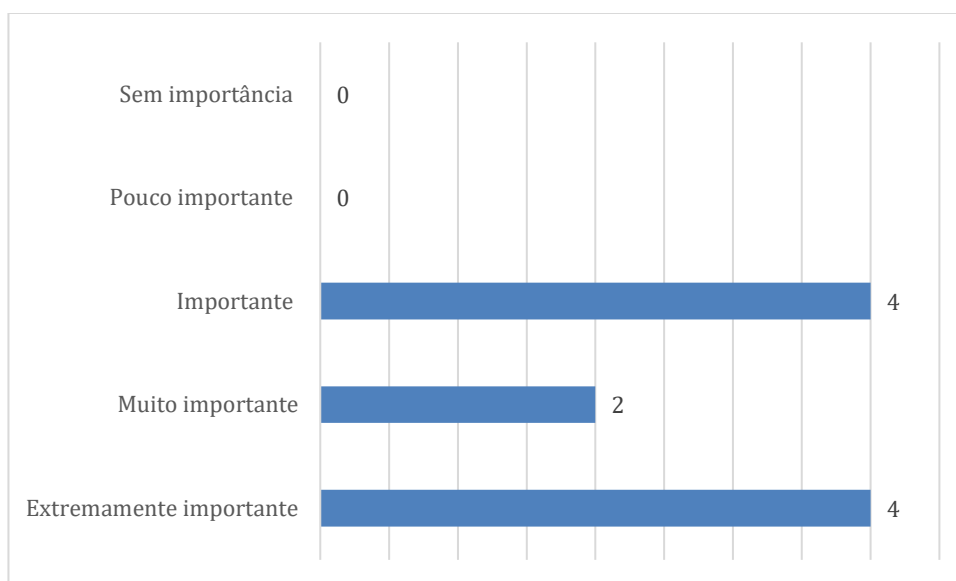
AS.S.: Entro no livro como se estivesse participando da história também.

D.R.C.: Quando leio me coloco no lugar das pessoas para entender.

R.A.S.: Eu esqueço as minhas dificuldades aqui dentro

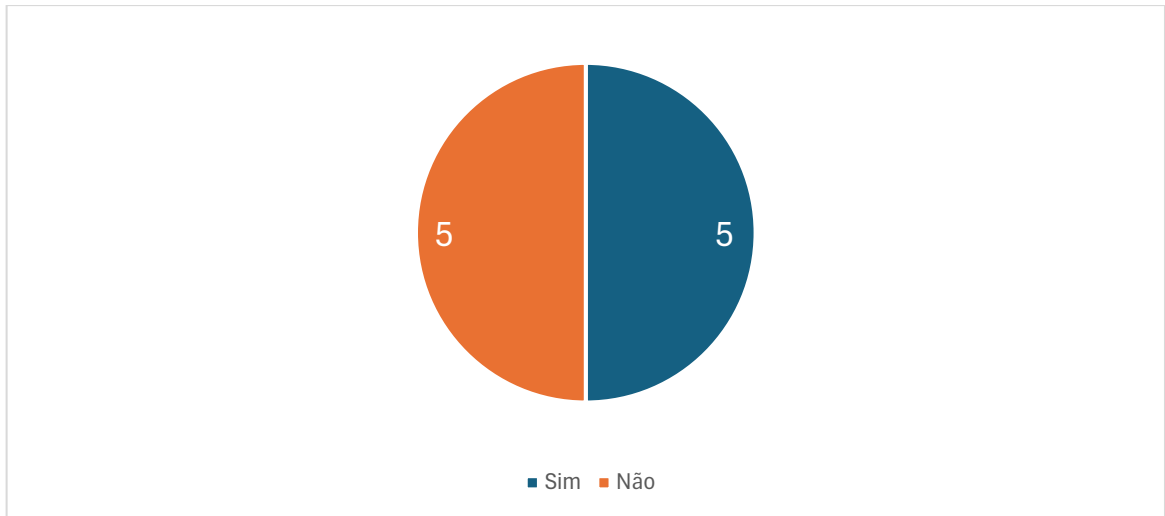
Aproximando-nos da etapa final dos encontros, aplicamos um breve questionário oral respondido por 10 integrantes, que serve de avaliação do trabalho desenvolvido, além de se adequar consideravelmente nesta abordagem. Ao lado de cada opção selecionada, encontra-se a numeração representando a quantidade de entrevistados que optaram pela resposta correspondente.

1. Grau de importância da leitura de livros em sua vida:





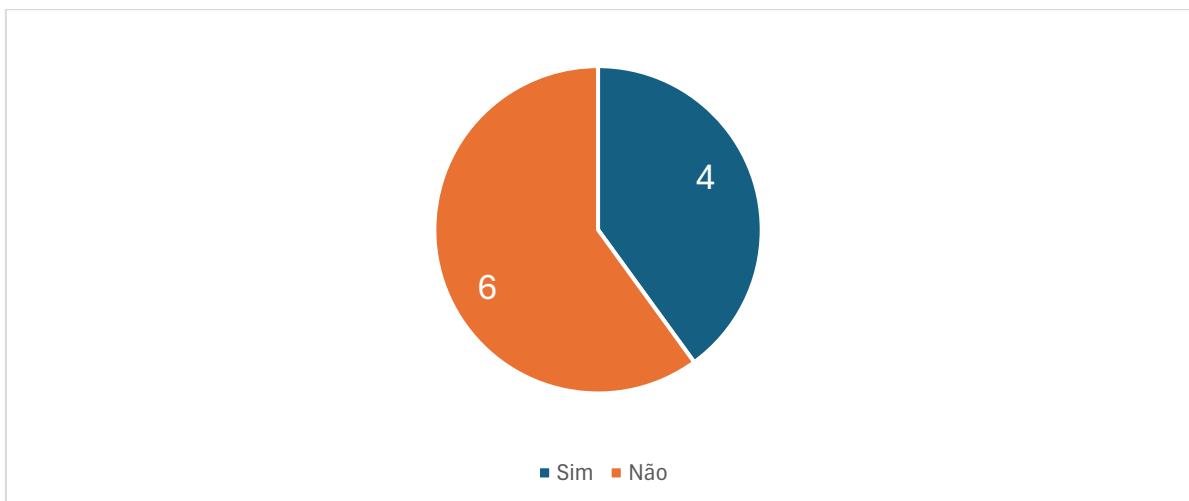
2. Recomendou alguma leitura para outra(s) pessoa(s)?



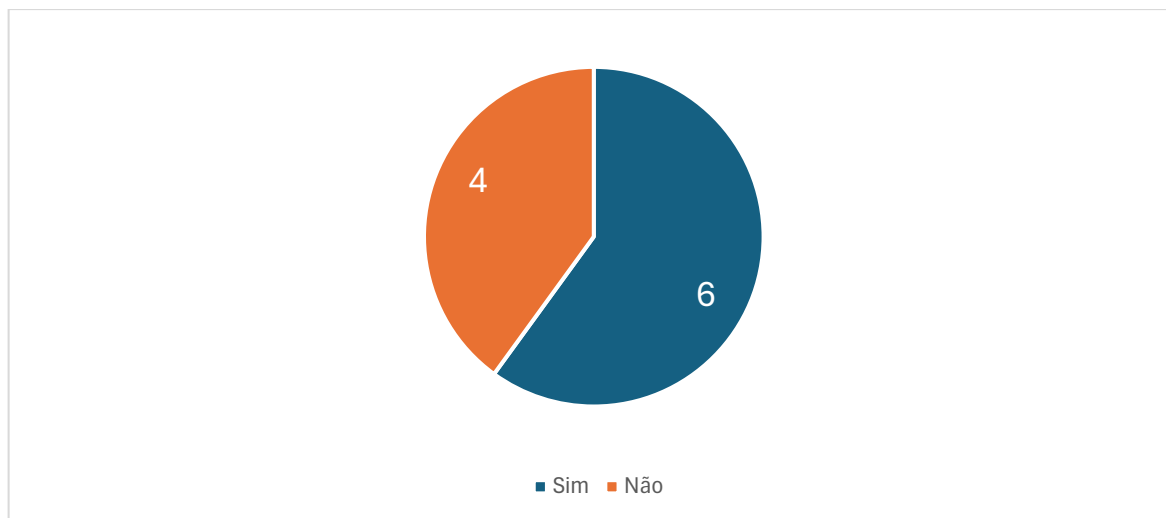
3. Escolheria ler um livro independentemente de seu tamanho ou aparência?



4. Procurou outros livros e/ou outros tipos de leitura?




5. Buscou outras obras de um mesmo autor?



Se esse questionário tivesse sido aplicado no início dos trabalhos, muito provavelmente, as respostas predominantes na primeira questão fossem “pouco importante” e “sem importância”. Esse ponto de vista reside no fato de que para a grande maioria dos integrantes de ambos os grupos, antes de participarem das atividades do projeto de mediação de leitura e escrita, o PRL só era realizado com a finalidade de remição de pena, portanto, a leitura escolhida pelos participantes consistia em livros que só despertavam a atenção se tivessem poucas páginas, muita ilustração e letras grandes. É gratificante tomar ciência, no final das atividades, que nenhum participante considerou a leitura de pouca importância, ou ainda, sem importância para suas vidas. Pelo contrário, para alguns, ler um livro é uma ação extremamente importante.

Dando continuidade à avaliação do questionário, é interessante perceber que, em um universo de dez pessoas, a metade foi conquistada pela leitura a ponto de sentir o desejo de compartilhar com outras pessoas acerca do enredo apresentado pela autoria em questão. Entretanto, fomos surpreendidas muito mais ao constatar a mudança operada unanimemente nos participantes ao responderem que escolheriam fazer uma leitura, no futuro, independentemente do tamanho ou aparência do livro. Esse posicionamento vem suscitar a lembrança do ativista Malcolm X que lutou em defesa dos direitos civis nos Estados Unidos, citado por Angela Davis (2018):

Na década de 1950, a educação de Malcolm na prisão foi um grande exemplo da capacidade de um prisioneiro de fazer de seu encarceramento uma experiência transformadora. Sem meios disponíveis para organizar sua




busca por conhecimento, ele começou a ler um dicionário, copiando cada palavra à mão. Quando conseguiu mergulhar na leitura, observou: “Meses se passaram sem que eu nem sequer pensasse sobre estar preso. Na verdade, até aquele momento, eu nunca tinha sido tão verdadeiramente livre na vida” (DAVIS, 2018, p. 48).

A pergunta 4, referente à leitura de outros livros foi, realmente, constatada por nós quando estes que responderam afirmativamente traziam os livros “extras” que estavam lendo, e comentavam conosco sobre a leitura. Como o interno encarregado do serviço da biblioteca frequentemente visitava a sala do projeto, solicitávamos que ele fornecesse obras além daquelas que estávamos trabalhando na ocasião, então, ele levava vários livros que alguns selecionavam baseados no título ou em nossa sugestão. Em uma dessas ocasiões, um interno levou três livros de uma vez só.

Concernente à pergunta nº 5, se haviam buscado obras de um mesmo autor, alguns se interessaram por Jorge Amado a partir de *Capitães da Areia*, primeiro livro trabalhado; alguns manifestaram o desejo de ler outros livros de Aluísio Azevedo após a leitura coletiva de *O Cortiço* e um deles comentou o desejo de conhecer a trilogia de Drauzio Varella depois de trabalharmos com *Prisioneiras*. Infelizmente, não havia *Carandiru* ou *Carcereiros* na biblioteca da unidade prisional.

Logo no início das atividades do projeto de mediação de leitura e escrita, constatamos que todos os integrantes do G1 já participavam do Projeto RPL, contudo, cerca de 80%, escolhiam os livros pelo número de páginas e pelo tamanho das letras. Ou seja, o livro precisava ter poucas páginas e ser impresso numa fonte tamanho grande. Após as duas primeiras leituras, *Capitães da Areia* e *Vidas Secas*, eles começaram a mudar de opinião. Foram envolvidos pelas aventuras e sagacidade dos meninos do trapiche, bem como pelas desventuras e ingenuidade recorrentes na família de Fabiano. As obras subsequentes foram aumentando gradativamente o gosto pela leitura, a ponto de revertermos completamente a porcentagem. Se no início da atuação do projeto havia aproximadamente 80% que escolhia o livro pela facilidade da leitura, o questionário nos mostra que essa mesma porcentagem acha a prática da leitura, no mínimo importante. E não é só o questionário que demonstra essa realidade. Observamos essa transformação no interesse em participar das discussões na roda de conversa e no empenho em fazer a escrita do relatório.

De modo diferente, o G6 apresenta uma porcentagem maior dos que selecionavam os livros por aparência, cerca de 90%, e porcentagem menor de mudança de atitude, infelizmente. Como a frequência nos encontros é sempre muito



baixa, conseqüentemente, não temos uma regularidade nas ações de leitura. Entretanto, observamos algumas atitudes individuais, que se sobressaem aos demais. É o caso de A.S.S., que tem se mostrado extremamente interessado nas leituras, nas discussões e na redação do relatório; J.L.M.L., que mantém as leituras atualizadas, apresenta o rascunho do relatório para correção e participa das discussões; A.G.S., que antes de ter progredido para o regime semiaberto, participava ativamente das discussões na roda de conversa, sinalizando que fazia as leituras, trouxe três companheiros de cela para integrar o grupo e vivia agradecendo a oportunidade a ele oferecida.

Somos conscientes de que não temos apenas êxito na tarefa de disponibilização de letramento literário. Alguns, especialmente no G6, continuam interessados apenas na redução de pena, porém, o que nos motiva, é que esse número de desinteressados na prática da leitura vai reduzindo à proporção que avançamos nas ações do projeto. Embora o número de inatingíveis pela leitura não chegue a zero, podemos estar certos de que ele reduz gradativa e consideravelmente.

Às vezes é um estilo que sensibiliza, uma abordagem que provoca reflexão, a história do personagem literário que traz semelhanças com a sua própria história, ou mesmo o ponto de vista do companheiro sobre a temática discutida que precisa ser confrontada ou corroborada. O fato é que não dá para permanecer estático enquanto o letramento literário segue o seu curso.

E não podemos omitir o papel da humanização como facilitadora no processo do letramento literário. Usar o tratamento humanizado no sistema prisional significa considerar a dignidade da pessoa sem liberdade assegurada constitucionalmente como um dos pilares da ordem jurídica nacional. Em virtude de se tratar de um conceito não concreto, suscita posicionamentos controversos, porém, a despeito da natureza abstrata do termo “dignidade”, este se refere a uma categoria moral, sendo um “atributo do que é insubstituível e incompatível, daquilo que, por possuir um valor absoluto, não tem preço” (Rabenhorst, 2001, p. 14).

Por essa via, a humanização no sistema penal implica em usar a dignidade e o respeito no tratamento com as pessoas confinadas ao criar um ambiente que ofereça condições dignas para o cumprimento da pena promovendo programas de habilitação educacional, capacitação profissional, apoio médico, jurídico e psicossocial, além de prover suporte às famílias dos detentos e fomentar iniciativas que envolvam a sociedade civil.



Enfim, chamamos a atenção para a extrema relevância de não caracterizar o processo de humanização em quantificação, visto que este é um processo qualitativo. Humanização não se restringe a dados quantificadores. Se houver um único caso de sucesso, tal caso integra o processo de humanização. Esse único caso pode servir de exemplo para uma vivência humanizadora, cujos princípios garantem a igualdade e a justiça para todos os indivíduos.



8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Curioso perceber que a literatura permeou as histórias aqui registradas! Foi a literatura que deu origem às conversas sobre os livros e contos literários que, por sua vez, suscitaram os relatos de experiências vivenciadas pelos sujeitos desta pesquisa. Foram os narradores, os personagens, os enredos, os tempos e espaços das ficções trabalhadas, que construíram uma base, de onde emanavam emoções e percepções, possibilitando, assim, o desejo de contar a sua própria história, de fazer parte do universo que se abria, de onde era possível falar e ser ouvido. Nesse caso, a literatura se constituiu como essência, fundamento propiciador de vozes enunciadoras e de uma audiência predisposta a ouvir, sem se importar a quem.

A essencialidade do direito à leitura para todas as pessoas é algo que conhecemos através dos escritos de notáveis teóricos, todavia, é unicamente por meio da prática, do desenvolvimento de projetos de mediação, que essa precisão de leitura se torna evidente e indispensável, se levarmos em consideração, o alto nível de potencialidade que a leitura literária exerce em um ambiente de encarceramento.


Portanto, é extremamente importante observarmos a atuação extraordinária da literatura na vida de pessoas que, se tinham contato com ela, era tão longínquo ao ponto de estar adormecido, esquecido no recôndito da mente, até encontrar a possibilidade de coadunar o verbo 'descobrir' à ação do letramento literário, que é considerada extremamente relevante em virtude de se compreender que o processo de formação do leitor literário se transforma em uma jornada de descobrimentos e, tais descobertas, levam ao letramento de forma prazerosa, tendo em vista que o ato da leitura consiste em "interrogar as palavras, duvidar delas, ampliá-las. Deste contato, desta troca, nasce o prazer de conhecer, de imaginar, de inventar a vida" (Yunes, 1995). Nessa direção, ao consultar pesquisadores contemporâneos sobre o letramento literário, as ideias convergem no sentido de que se deve sair do tradicional que considera a leitura apenas como uma atividade, abandonar as perguntas formais de interpretação de textos, ato contínuo, explorar a subjetividade do leitor. Rouxel (2012, p. 278) defende essa teoria de prática de leitura que envolve o sujeito por inteiro. "É o leitor que completa o texto e lhe imprime sua forma singular". A autora concebe o investimento subjetivo do leitor como uma necessidade funcional da prática de leitura literária.



Essa necessidade nos faz adentrar o universo literário e, o contato com a arte literária provoca um encontro com multiplicidade de opções que só a linguagem pode oferecer. Fazer uso da palavra escrita de um texto literário é um modo singular de ocupar o espaço da linguagem, pois a “palavra literária guarda todos os sonhos do homem ao mesmo tempo que nos diz que nenhum sonho é impossível de ser sonhado” (Paulino; Cosson, p. 97, 2012). Ou seja, concede o direito de exercitar a linguagem a fim de se alcançar o estado de contemplação. Assim como a atividade de flutuação permite contemplar toda a beleza aquática submersa em reservas fluviais, desde que se faça uso de equipamentos apropriados, o exercício literário possibilita a contemplação para além da materialidade física, garantindo uma identidade cultural própria, especialmente se esse público leitor que se dedica à contemplação literária é um sujeito apenado, alguém que se encontra na condição de pessoa encarcerada para quem a literatura oferece a liberdade de mente, de espírito, quiçá de corpo, permitindo a transposição de tempo e espaço.

Evidentemente, não colecionamos apenas sucesso. Há aqueles que não se deixam impactar pelos enredos, não se deixam seduzir pelas temáticas, não se deixam imergir nas conversas e nem se deixam contagiar pela alegria do contato semanal, que transforma a rotina do presídio em novidade ao compartilhar especificidades da vida em reclusão, que são desconhecidas para nós, pessoas abastadas de liberdade. Embora as algemas sejam retiradas à entrada da sala, talvez permaneçam as algemas da alma, que não os deixam sentir a liberdade sem fronteiras ofertada pela literatura. Felizmente, o número dos insatisfeitos com a literatura ou impossibilitados de se desprender das amarras do próprio eu, não é significativo. Entretanto, não é tarefa fácil para um mediador de leitura aceitar o desinteresse de um participante de trinta (30) anos de idade, que desiste da prática da leitura por pensar não haver mais nada por que lutar e nem motivos para a aprendizagem em seu terceiro ciclo de permanência na carceragem somado a várias passagens pelo socioeducativo antes da maioridade. Alguém que é levado para a cela de isolamento reiteradas vezes por não se importar com o ambiente que ocupa na reclusão. Alguém que tem certeza da volta ao confinamento após o próximo alvará de soltura por acreditar que “ninguém dá oportunidade pra gente lá fora” (A.L.C.P).

Portanto, a complexidade do trabalho do mediador de leitura, que também é pesquisador, é notória. Embora cientes, como pondera Víctora et all (2000), das implicações éticas da pesquisa em contraste com a tendência natural de identificação




com o objeto pesquisado, à medida que ouvimos as narrativas sendo reverberadas, somos por elas constituídas, tornando-nos cúmplices de memórias diversas e diferentes, que chegam a causar uma revolução de ideias e sentimentos, transformando-nos em pessoas mais tolerantes e mais humanizadas.

E humanização talvez seja a palavra-chave mais marcante dessa incursão ao universo de pessoas confinadas, em razão da impossibilidade de não se deixar humanizar após experienciar a convivência com pessoas que não ousam levantar a cabeça e muito menos olhar nos nossos olhos. As mesmas pessoas que têm muito a aprender e muito mais a ensinar. Aprendem que apesar da condição de sujeito infrator, possuem direitos que podem e devem ser usufruídos mesmo pelo lado de dentro das grades, dentre eles, o direito à educação, ao conhecimento dos livros, do mundo, de si mesmo e do outro. Aprendem a levantar a cabeça e olhar nos olhos, ainda que esses olhos sejam apenas os nossos. Ensinam-nos a compartilhar saberes, a oferecer a nossa solidariedade a quem dela precisa, a atenuar a dor do outro através da literatura e dos desdobramentos por ela proporcionados.

Além da experiência incomum propiciada pelas ações do *Leio, logo existo*, é gratificador vislumbrar que tal projeto se enquadra no Bloco IV do Censo Nacional de Práticas de Leitura do Sistema Prisional, que registra as práticas e projetos de leitura realizados no âmbito das penitenciárias brasileiras. À vista dessa inserção, prazeroso é constatar que o projeto de mediação de leitura e escrita realizado pela Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins contempla quase absolutamente os requisitos estabelecidos pelo CNPLSP. Acrescentamos a importância de considerar os dados levantados pelo Censo no contexto de trabalhos de pesquisa científica ou na formulação de políticas públicas que contribuam para a implantação de projetos que efetivem os direitos dos custodiados já assegurados pela legislação, porém, frequentemente não exercidos por falta da oferta desses direitos na prática.


Por conseguinte, o projeto *Leio, logo existo*, realizado em duas unidades prisionais do Complexo Penitenciário São Luís, desenvolve o requisito de leitura individual, que compreende a segunda etapa de leitura de uma obra. Iniciamos com a leitura coletiva no encontro presencial e finalizamos individualmente nas celas; o requisito de leitura e produção de resenhas se encaixa na atividade de oficina de escrita do relatório sobre a obra lida; o terceiro requisito – leituras compartilhadas entre pessoas presas é desenvolvido pelo projeto quando compartilhamos o mesmo livro



ou o mesmo conto; o requisito seguinte: clubes de leitura ou rodas de leitura é prática ativa em nosso projeto no segundo encontro mensal, após as leituras coletiva e individual; o requisito sobre leitura ou expressões artísticas está incluso nas dinâmicas variadas que requerem a dança, o canto ou a oralidade como práticas; o requisito aulas sobre obras literárias é prática constante ao iniciar a leitura de uma obra literária, quando conversamos sobre autor/autora, expondo uma breve biografia, principais elementos da obra e contexto sócio-histórico; o requisito leituras compartilhadas com mediador é elementar no projeto *Leio, logo existo*, tendo em vista que este é um projeto de mediação de leitura e escrita e, o último requisito do Bloco IV do Censo corresponde a oficinas literárias. Se considerarmos que oficina literária consiste na prática de propostas criativas para estimular a imaginação e a produção de textos em diferentes gêneros literários como poemas, crônicas, contos, romances, então, afirmamos que não atingimos esse objetivo.

Com efeito, a oportunidade de realizar o trabalho de mediação de leitura e escrita tem sido prazerosa por satisfazer um desejo há muito tempo acalentado, que era o desejo de realizar alguma ação em prol do público encarcerado, concretizada através do PPGLLIT da Universidade Federal do Norte do Tocantins. O sentimento de missão cumprida é veemente em virtude de entregarmos ao Estado não apenas uma tese de doutorado, contudo, oferecemos um projeto que, além de possibilitar o cumprimento de vários requisitos exigidos pelo CNPLSP, promove o autoconhecimento, resgata a dignidade e constrói o pensamento da (re)inserção social na comunidade custodiada.

Nesse sentido, o tempo verbal não se encontra no passado, haja vista que as considerações finais concluem o trabalho de pesquisa, mas não finalizam o trabalho com leitura em prisões. Foi recompensador atingir o propósito da Universidade cumprindo os requisitos do doutoramento, porém, o objetivo doravante será estritamente pessoal. Embora tenhamos finalizado o trabalho de pesquisadoras, o trabalho de voluntariado continuará enquanto as portas permanecerem abertas. Tem sido uma ação satisfatória por nos possibilitar uma contribuição, embora de forma tímida, visto que o Complexo Penitenciário São Luís tem proporções tão volumosas. Contudo, sentimo-nos privilegiadas em acompanhar a transformação de um sistema carcerário que atingiu as piores posições no país, para se tornar referência nacional e internacional mediante projetos de educação formal e não formal, qualificação



profissional, trabalho remunerado, atendimento pedagógico, médico, psicológico e jurídico.

Contudo, ainda há fragilidades que podem ser sanadas com políticas públicas direcionadas, particularmente aos servidores do sistema prisional, com abordagem no direito do encarcerado à educação, objetivo que não tem sido alcançado pelas legislações vigentes. Embora a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional consolidem o direito à educação prisional, muitos servidores em contato direto com os presidiários precisam não apenas do conhecimento das leis, no entanto, necessitam viabilizar o direito do outro, exercer a alteridade nas práticas complexas, porém necessárias, de retirada e devolução dos internos às celas para as atividades educacionais. Aquilo que as legislações não têm conseguido no todo, pode ser eficaz no trabalho parcial, presídio por presídio. Ou seja, é necessário se deixar humanizar para que o outro seja impactado com a conduta humanizada constatada.

Por essa via, a atual posição de continuidade de ações observada no sistema prisional do Maranhão mostra que a mudança é possível quando o poder público deixa de priorizar a construção de muros intransponíveis, de novas prisões, deixa para segundo plano a compra de cimento, pedras e tijolos para confinar mais pessoas e se empenha em trabalhar e investir em políticas de trabalho, educação, cultura e ressocialização de pessoas que podem reconquistar a identidade perdida de cidadã/cidadão com deveres, todavia, com o direito de ir e vir, segundo a Constituição Brasileira. Somos cientes da complexidade do trabalho heterogêneo desempenhado pelo Estado, que precisa lidar com o paradoxo de manter a coerção necessária para o controle e/ou redução do índice de criminalidade no mesmo ritmo que viabiliza práticas de educação, esporte e trabalho. A heterogeneidade simultânea do Estado coercitivo de um lado e provedor de ações educacionais e profissionais do outro de forma equilibrada determina o ideal reabilitador através do viés da humanização com vistas à reinserção.

Enfim, entendemos que a reintegração social é possível se o sistema prisional, de forma justa e imparcial, contribuir para um confinamento no qual a PPL seja privada apenas de sua liberdade de seguir e retornar, contudo, tenha seus demais direitos respeitados. É possível se nós, como sociedade civil dita livre, formos mais inclusivos, oportunizando a convivência com pessoas que não precisem perder a liberdade pela



segunda, terceira ou reiteradas vezes, simplesmente pela incapacidade de se reintegrar socialmente.

REFERÊNCIAS

ÂNGELO, Ivan. **O comprador de aventuras e outras crônicas**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000. Coleção Para Gostar de Ler, v. 28.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

ASSIS, Machado de. **Pai contra mãe**. Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>. Acesso em: 30/03/2024.

AZEVEDO, Artur. **De cima para baixo**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/7802/de-cima-parabaixo>. Acesso em: 12/05/2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

BRAFF, Menalton. **Porque a leitura pode ressignificar a trajetória de vida das pessoas**. Conferência online realizada em 05/02/202. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YEnv4Ww_SYk. Acesso em: 14/02/2021.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Texto, gêneros do discurso e ensino. *In*: BRANDÃO, Helena, Nagamine (Org.). **Gêneros do discurso na escola**: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica. São Paulo: Cortez, 2002, p. 5-18.


BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em privação de liberdade nos estabelecimentos prisionais**. *In*: Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a Educação Básica. Brasília, p. 306-337. 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011**. São Luís, MA: Presidência da República, -2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. **Recomendação n. 44. de 26 de novembro de 2013**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1907>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original12500220210511609a7d7a4f8dc.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. **Nota Técnica Nº 72/21**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/nota-tecnica-72-fomento-a-leitura-cultura-esportes.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.



BRASIL. **Portaria Conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012.** Brasília, DF: Conselho da Justiça Federal, 2012. Disponível em: https://www.cjf.jus.br/cjf/documentos/portaria_remissaopelaleitura.pdf/view. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. **Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. **Nota Técnica n.1. de 04 de março de 2020.** Brasília, DF: Departamento Penitenciário Nacional, 2020. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/6960/1/Nota_Tecnica_n._1.2020.GAB_DEPEN_DEPEN.MJ.RPL.pdf. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. **Nota Técnica Nº 72/2021.** Brasília, DF: Departamento Penitenciário Nacional, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/nota-tecnica-72-fomento-a-leitura-cultura-esportes.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRASIL. **Portaria Conjunta n.276 de 20 de junho de 2012.** Brasília, DF: Departamento Penitenciário Nacional, 2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/portaria-conjunta-if-depen.pdf>. Acesso em 17/08/2022. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 204, de 7 de outubro de 2020.** Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original175506202010085f7f527a0fa89.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 205, de 7 de outubro de 2020.** Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original173316202010085f7f4d5c52775.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. **Entrega do Selo de Gestão Qualitativa em Serviços Penais.** Brasília, DF: Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-premia-unidades-prisionais-do-brasil-com-excelencia-em-servicos-penais>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. **Portarias MEC nº 3.415 de 21 de outubro de 2004 e nº 783, de 25 de junho de 2008.** Brasília, DF: Ministério da Educação. Diário Oficial da União – Seção 1. 2008. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/2008/portaria_783_2008.pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. **Portaria INEP nº. 147 de 04/09/2008.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/4074-inep-portaria-n-147-de-04-de-setembro-de-2008/file>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BRASIL. **Aplicação de exames para pessoas privadas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/avaliacoes_e_exames/cartilha_aplicacao_PPL_Enem_Enceja.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional (CNPLSP)**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/12/censo-leitura-prisional.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.690, de 9 de junho de 2008**. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-010/2008/lei/l11690.htm. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. **Relatório de visita ao complexo penitenciário de Pedrinhas**. Brasília, DF: Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), 2015. Disponível em: <https://mnpctbrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/09/complexo-penitenciario-de-pedrinhas.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura. *In: Vários escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. Campinas: Russell, 2008.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Resolução 11/2013 de 16 de dezembro de 2013**. OEA: Medida Cautelar N° 367-13. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/MC367-13-pt.pdf>. Acesso em 23 fev. 2025.

COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2014(a).

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 2. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014(b).

CUNHA, Viviane Engelmann da. **O Colapso do Sistema Carcerário brasileiro e o papel do Sistema Interamericano de direitos humanos na tutela dos direitos dos apenados**: uma análise a partir do complexo penitenciário de Pedrinhas-MA. Disponível em: <file:///C:/Users/Darlene/Downloads/6924-Texto%20do%20artigo-30004-1-10-20160921.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Trad. Marina Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DE MAYER, Marc. A educação na prisão não é uma mera atividade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 33-49, 2013.



FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 42ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

FRAGOSO, H; CATÃO, Y; SUSSEKIND, E. **Direito dos presos**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HORELLOU-LAFARGE, C; SEGRÉ, M. **Sociologia da leitura**. Trad. Mauro Gama. Cotia: Ateliê Editorial, 2010. (Título original: Sociologie de La Lecture).

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. *In*: KLEIMAN, A. B. (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. p. 15-61. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 1 ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução: Luigi Del Re. São Paulo: Rocco, 1988.

LIMA, Aldo de. **Metáfora e cognição**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

MAIA, Ana Paula. **Assim na terra como embaixo da terra** [recurso eletrônico]. - 1. Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2017.

MARANHÃO. **Lei nº 9.340, de 28 de fevereiro de 2011**. São Luís, MA: Secretaria de Administração Penitenciária, 2011. Disponível em: <https://seap.ma.gov.br/sobre-seap>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MARANHÃO. **Concurso de Redação**. São Luís, MA: Secretaria de Administração Penitenciária, 2023. Disponível em: <https://seap.ma.gov.br/noticias/sistema-prisional-maranhense-e-destaque-no-7-concurso-de-redacao-da-dpu>. Acesso em: 18 set. 2023.

MARANHÃO. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Maranhão**. São Luís, MA: Secretaria de Estado

de Administração Penitenciária, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/politicas-nacionais-penitenciarias/politica-nacional-de-educacao-prisional/ma.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

MARANHÃO. **Lei n. 10.606 de 30 de junho de 2017**. São Luís, MA: Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, 2017. Disponível em: http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_10606. Acesso em: 01 nov. 2023.

MARANHÃO. **Portaria nº 819, de 17 de julho de 2017**. São Luís, MA: Diário Oficial do Estado do Maranhão, p. 57, 19 jul. 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/154032660/doema-executivo-19-07-2017-pg-57/pdfView>. Acesso em: 06 nov. 2023.

MARANHÃO. **Palestra do governador Flávio Dino em Harvard & MIT**. São Luís, MA: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, 2019. Disponível em: <https://seap.ma.gov.br/noticias/flavio-dino-apresenta-exitos-da-gestao-do-sistema-penitenciario-do-maranhao-na-harvard-university-eua>. Acesso em: 13 set. 2024.

MARANHÃO. **Prêmio GESPEN 2023**. São Luís, MA: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, 2023. Disponível em: <https://seap.ma.gov.br/noticias/governo-do-estado-realiza-cerimonia-de-entrega-do-premio-gestao-penitenciaria-gespen-edicao-2023>. Acesso: em 26 set. 2024.

MARANHÃO. **Dez anos depois dos massacres**. #Colabora – Jornalismo Sustentável, 2024. Disponível em: <https://projetcollabora.com.br/ods16/complexo-de-pedrinhas10-anos-depois-dos-massacres-reformas-e-premio-de-gestao/>. Acesso: em 28 set. 2024.

MEDEIROS, Valéria da Silva. Na mira de uma HK: a literatura nas prisões e o universo carcerário brasileiro. *In*: Congresso Internacional ABRALIC, Belém, ed. XIV, **Anais eletrônicos**, p.1-11, 2015.


MENDES, Luiz Alberto. **Memórias de um sobrevivente**. Companhia de bolso. São Paulo: 2019.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. Trad. Lucia Pereira. São Paulo: Triom, 1999.

PALACIO. R. J. **Extraordinário**. Tradução de Rachel Agavino. Disponível em: <https://ima-rs.com.br/wp-content/uploads/2018/11/8o.-ano-Extraordin%C3%A1rio-R.-J.-Palacio.pdf>. Acesso: em 14 mai. 2024.

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. **O direito à literatura**. Orgs.: Aldo de Lima... [et al.]. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2012.

PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2009.



PIEIDADE, Fernando Oliveira; CARVALHO, Maria Luciene B. Sistema Prisional em São Luís do Maranhão: presente conturbado e futuro incerto. In: **Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2016, Santa Cruz do Sul; Mostra Nacional de Trabalhos Jurídicos Científicos - UNISC, 2015.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. **Dignidade da pessoa humana e moralidade democrática**. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

RANGEL, Hugo. Estratégias sociais e educação prisional na Europa: visão de conjunto e reflexões. Trad. Anne-Marie E. Milon Oliveira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 81-93, 2007.

ROUXEL, Annie. Práticas de leitura: como favorecer a expressão do sujeito leitor? Trad. Neide Luzia de Rezende e Gabriela Rodella de Oliveira. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 145, p. 272-283, jan/abr. São Paulo, 2012.

SANTOS, George Bruno Borge dos. **Resto de vida**. São Luís: SEAP-MA, 2021.

SANTOS, Maria de Lourdes do. **Sussurros entre as grades**: Relatos de Mulheres. Brasília - DF: Instituto Kalytek Editora, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 31-42. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso: em 03 mar. 2025.


STREET, Brian V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Trad. Caio Meira. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

VIEIRA, A. M. T. A literatura como espaço do discurso, do debate e do contraditório. In; LIMA, Aldo de (Org.)... [et al]. **O direito à literatura**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

TERRA, Márcia Regina. Letramento & letramentos: uma perspectiva sócio-cultural dos usos da escrita. **DELTA**, v. 29, n. 1, p. 29-58. São Paulo, 2013.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



VÍCTORA, Ceres Gomes. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Ceres Gomes Víctora; Daniela Riva Knauth; Maria de Nazareth Agra Hassen. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

YUNES, Eliana M. **Pelo avesso**: a leitura e o leitor. Curitiba: Editora da UFPR, 1995.

YUNES, Eliana M. função do leitor: a construção da singularidade. In: **Pensar a leitura**: complexidade. YUNES, Eliana (Org.). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2002.

YUNES, Eliana. **LEITURAS COM PARTILHADAS, LEITORES MÚLTIPLOS. PERcursos Linguísticos**, [S. L.], v. 4, n. 8, p. 130-141, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/6239>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ZILBERMAN, Regina. Literatura, escola e leitura. In: SANTOS, Josalba Fabiana dos; OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org.). **Literatura e Ensino**. Maceió: Edufal, 2008.

ANEXO 2 – Formulário padrão para validação dos relatórios

Anexo II – Formulário padrão para validação dos relatórios

Parte I - Informações institucionais					
Nome do estabelecimento prisional:					
Município/Estado:					
Diretor(a) responsável:					
Comarca/Vara de execução:					
Parte II - Informações sobre a leitura – ciclo:					
Nome do/a leitor (a):					
Nº de registro:					
Nome do livro:					
Autor:					
Data do empréstimo:		Data da devolução:		Data da validação:	

Parte III - Informações sobre a validação					
O relatório atende ao critério de estética textual (legibilidade e organização do relatório)?		Sim		Não	
O relatório atende ao critério de fidedignidade (autoria)?		Sim		Não	
O relatório atende ao critério de clareza (tema e assunto do livro lido)?		Sim		Não	
O relatório habilita o/a leitor/a à remição de pena pela leitura?		Sim		Não	
Justifique abaixo os itens analisados como "não":					
Nome do/a responsável pela análise do relatório:				Data:	

ANEXO 3 – Formulário de listagem de participantes e cômputo de remição



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SECRETARIA ADJUNTA DE ATENDIMENTO E HUMANIZAÇÃO PENITENCIÁRIA
UNIDADE GESTORA DE ATENDIMENTO E HUMANIZAÇÃO PENITENCIÁRIA
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO - SED

Anexo V – Listagem de participantes e cômputo de remição

Parte I - Informações institucionais			
Nome do estabelecimento prisional:			
Município/Estado:			
Diretor(a) responsável:			
Comarca/Vara de execução:			
Parte II - Informações do Projeto			
Nome do projeto:	LEITURA INTERATIVA – CICLO:		
Duração do projeto:		dias	Horas

Parte III - Lista de frequência				
	Nome do/a participante	Registro/matricula	Carga horária frequentada	Dias a remir
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				

Rua Gabriela Mistral, Nº716 - Vila Palmeira, São Luís - MA
CEP: 65045-070
www.seap.ma.gov.br e-mail: supeducacao@seap.ma.gov.br
Fono: (98) 99114-8589 | Ramal: 2404





ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SECRETARIA ADJUNTA DE ATENDIMENTO E HUMANIZAÇÃO PENITENCIÁRIA
UNIDADE GESTORA DE ATENDIMENTO E HUMANIZAÇÃO PENITENCIÁRIA
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO - SED

12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
32				

Rua Gabriela Mistral, Nº716 - Vila Palmeira, São Luís - MA
CEP: 65045-070
www.seap.ma.gov.br e-mail: supeducacao@seap.ma.gov.br
Fone: (98) 99114-8589 | Ramal: 2404



ANEXO 4 – Rascunho I de produção escrita do relatório sobre o livro Capitães da Areia – maio de 2023

O LIVRO CAPITÕES DE AREIA É UM ROMANCE DE 1937 DO AUTOR BRASILEIRO JORGE AMADO E EDITADO PELA EDITORA COMPANHIA DA LETRA. O LIVRO TRATA A VIDA DE UM GRUPO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABANDONADOS, QUE LUTAM E ROBAM PARA SOBREVIVIR NA CIDADE DE SALVADOR, NA BAHIA.

O ENREDO SEQUE ~~DE~~ ^{OS} AÇÕES DE UM GRUPO DE MENORES ABANDONADOS E DE IDADE ENTRE 8 A 16 ANOS QUE SE CHAMA CAPITÕES DA AREIA E REAGEM AO MEIO EM QUE ESTÁ EXPOSTA. DIANTE DA FOME, TORTURA E DO ~~ABANDONO~~ ^{ABANDONO} ~~ELES ROUBAM~~ ^{ABANDONO SOCIAL SÃO OBRIGADO} A FAZER PEQUENOS FURTOS, SE ORGANIZAM EM UM TRAPICHE NO CAIS ONDE DORMEM E GUARDAM ~~OS PEQUENOS~~ ^{OS SEUS} FURTOS

DIANTE DA FOME E DO ABANDONO, ELAS ROUBA E, DEVIDO A REPREENSÃO E A TORTURA POLICIAL, SE ORGANIZAM EM UMA GANGE VIOLENTA PELAS RUAS DE SALVADOR.

LIDERADOS POR PEDRO BALA, AQUILO QUE O UNZÉ É UM FORTE INSTINTO DE SOBREVIVÊNCIA, ASSIM COMO OS LAÇOS DE CAMARADAGEM, AMIZADE E PART. COM PERSONALIDADES E FORMAS DE VER O MUNDO DIFERENTES, TODOS ELAS VÃO CRESCENDO E TOMAM SEUS PRÓPRIOS DESTINOS, SEGUINDO SEUS CAMINHOS DIFERENTES BASTANTE DIVERSOS.

COMO A MORTE E A CADEIA, OUTROS CONTINUAM
NO MUNDO DO CRIME. EXISTE AINDA AQUELES QUE
CONSEGUEM MUDAR SUAS VIDAS, SEGUINDO OUTROS
OFÍCIOS COMO A POLÍTICA, A ARTE E ATÉ O
SACERDÓCIO.

DIANTE DA FOME E DESCASO SOCIAL SÃO
 INIGADOS A FAZER PEQUENOS FURTOS, E VISTOS
 LA ^{police} MÍDIA E SOCIEDADE COMO UMA GANGUE MUITO
 OLENTA. SE ORGANIZAM EM UM TRAPICHE NO CAIS,
 VÃO DORMIR E COMPARTILHAM TUDO AQUILO QUE
 NECESSITAM DURANTE O DIA.

LIDERADOS POR PEDRO BALA, AQUELE QUE
 S UNE E UMA FORTE LAÇO DE CAMARADAGEM
 INSTINTO DE SOBREVIVÊNCIA, ASSIM COMO OS LAÇOS
 DE CAMARADAGEM, AMIZADE E PARTILHA.

COM PERSONALIDADES E FORMAS DE VER O
 MUNDO DIFERENTE, TODOS ELAS VÃO CRESCENDO E
 TRACANDO SEUS PRÓPRIOS DESTINOS, SEGUINDO
 CAMINHOS BASTANTES DIVERSOS.

SE ALGUNS GAROTOS TÊM FINAIS TRÁGICOS
 COMO MORTE E CABELA E A PERMANENCIA NO MUNDO
 DO CRIME, EXISTE AQUELES QUE CONSEGUIRAM MUDAR
 SUAS VIDAS, SEGUINDO OUTROS OFÍCIOS COMO A POLÍTICA,
 A ARTE E ATÉ O SACERDÓCIO.

ESTA OBRA LITERÁRIA RICA EM DETALHES
 E PERSONAGEM ETC, É RECOMENDO POR SUAS
 DIVERSIDADES E CONTRASTE SOCIAL QUE NOS FAZ
 REFLETIR O CERTO DO ERRO.


TRAZ UMA REFLEXÃO ONDE ESTA O CERTO E O
 ERRO.

ANEXO 5 – Rascunho II de produção escrita do relatório sobre o livro *Capitães da Areia* – maio de 2023

introdução
Capitães da areia foi
publicado em 1934 pela
Editora Companhia de São Paulo.
O livro é de autoria de
Jorge Amado e conta a
história de um grupo
de meninos rebeldes que
viviam na praia.

ANEXO 6 – Rascunho III de produção escrita do relatório sobre o livro *Capitães da Areia* – maio de 2023

maravilhosa de sua.



Jorge Amado, autor do Livro *Capitães da Areia*, Publicado em 1937 pela editora Conselho Editorial desta obra. Nesta obra, o autor quer nos mostrar as diferenças sociais da criminalidade; atos praticados por um grupo de meninos abandonados que moravam na Bahia, em uma casa velha abandonada, e que para sobreviver chamavam golpes e furtavam pessoas pela cidade. Quase todos eram órfãos e de vez em quando eram pegos pela polícia e levados ao Reformatório, mas acabavam fugindo. todos eles tinham uma história.

Departamento Regional do Maranhão

Administração Regional – São Luís – Avenida do Holandeses, S/N, Quadra 04, Condomínio FECOMÉRCIO/SESC/SENAC - Edifício Francisco Guimarães e Souza - 4º e 5º andar - Jardim Renascença. CEP: 65.075-650. E-mail: seger@ma.senac.br. Telefone: (98) 3194-6400.
 CEP/São Luís – Rua do Passeio, Nº 495 – Centro. CEP: 65015-370. E-mail: cepsaolu@ma.senac.br. Telefone: (98) 3198-1515.
 Restaurante Escola – Rua de Nazaré, Nº 242 – Centro. CEP: 65.010-410 E-mail: re.gerencia@ma.senac.br. Telefone: (98) 3198-1105/3198-1103.
 CEP/Bacabal – Rua Gonçalves Dias, Nº 380 – Centro. CEP: 65.700-000. E-mail: cepbacabal@ma.senac.br. Telefone: (99) 3621-1247.
 CEP/Caxias – Av. Luís Sales, Nº 151 – Ponte. CEP: 65.600-000. E-mail: cepcaxias@ma.senac.br. Telefone: (99) 3521-5007 / 3421-6000.
 CEP/Imperatriz – Rua Rui Barbosa, Nº 203 – Centro – CEP: 65.900-440. E-mail: cepimperatriz@ma.senac.br. Telefone: (99) 3524-2961 / 3524-4489.
 CEP/Pinhel – Travessa João Mariano, S/N – Bairro Antigo Aeroporto. CEP: 65200-000. E-mail: ceppinheiro@ma.senac.br. Telefone: (98) 3381-4271.
 CEP/Santa Inês – Beco do Cajueiro, Nº 57 – Centro. CEP: 65300-082. E-mail: cepantaines@ma.senac.br. Telefone: (98) 3653-1601.

Posto Avançado de Balsas – Avenida Contorno, Nº 1643 – Bairro Fátima. CEP: 65.800-000. E-mail: pubalsas@ma.senac.br. Telefone: (99) 3541-7408.
 Posto Avançado de Timon – Travessa Timbras, Nº 475 – Centro – CEP: 65.630-410. E-mail: patimon@ma.senac.br. Telefone: (99) 3212-0815.

triste, de abandono, desprezo e dor.
 O autor conta essa história de cada
 um deles, seus sonhos suas ~~afetivas~~ ^{afetivas},
 muitos com um final feliz, outros
 nem ~~todos~~ ^{tantos} ~~chamados~~.
 Uns morrem, outros continuam sua
 jornada na vida e até que se dão bem
 Assim é esta obra, verdadeira e atual
 ainda ~~para~~ ^{para} ~~os~~ ^{os} dias de hoje.

ANEXO 7 - Rascunho IV de produção escrita do relatório sobre o livro *Capitães da Areia* – maio de 2023

Capitães da Areia, de autoria do escritor baiano Jorge Amado, ~~foi~~ publicado pela Editora Conselho Editorial no ano de 1937.

Esta interessante obra nos conta a história comovente, impactante, violenta, mesclada com companheirismo e lealdade ^{cl} e principalmente de ~~características~~ ^{meninos} que moram em um trapiche abandonado à beira-mar.

São perfões delinquentes que para sobreviverem usam de artimanhas através de suas práticas delituosas. Furtos saqueos pelas ruas e vielas e praças da Grande cidade de Salvador.

O escritor Jorge Amado, torna tudo mais real e com riqueza de detalhes, por ter vivido real-

ANEXO 8 - Rascunho V de produção escrita do relatório sobre o livro *Capitães da Areia* – maio de 2023

^{nas}
 Pai~~so~~ de ~~históricos~~ finais tristes
 vive o Livro, Já o professor torna-
 ra-se pintor, Pirulito, estudava
 pra ser padre, Pedro Bala, torna-
 ra-se ~~um~~ ativista nas causas
 trabalhistas.
 Esta obra em comparação aos
 dias de hoje, permanece atual.
^{ao que diz respeito}
 em ~~comparação~~ à divisão de
 Classes, Raças, Religião e assim
 por demais e como podemos
 notar no começo do Livro sobre
 as cartas à Redação do jornal
 da Tarde, o escancarado empurra-
 empurra de Responsabilidade,
 que é o que mais acontece nas
 políticas nas questões de resolu-
 ções das problemáticas existen-
 tes na Nossa sociedade, outrora
 e atualmente

ANEXO 9 - Rascunho I de produção escrita do relatório sobre o livro Vidas Secas
 – junho de 2023

① *Vidas Secas*, de autoria do escritor Graciliano Ramos (a sua 150ª edição) da Editora Record no ano de 2021

② Em março de 1953 aos 61 (Fin) anos de idade, morria no Rio de Janeiro nosso ilustre escritor.

Graciliano Ramos, nos deixando imortalizadas suas várias obras que enriquecem até hoje nossa Literatura.

* Em *Vidas Secas*, nos deixamos com uma família tipicamente sertaneja; ~~composta~~ que vive diariamente as dificuldades impostas pela rigidez da seca. A fome está presente na rotina desta família. A sede, devido a escassez de chuva, maltrata ainda mais: quando tem água é suja, quando não é suja, salobra, ou então as duas coisas.

* A família tem por pai o Srº Fabiano, por mãe Sinhá Vitória e por filho ~~do Srº Fabiano e de Sinhá Vitória~~ e agregada a eles, a cachorra Baleia e um pobre e infeliz papagaio. Esse

morrera a beira de de um ~~rio~~ (2)
 Poya na AREIA do Rio. Foi ele
 que matou a fome da família nesse
 dia.

A morte os perseguia, os urubus
 os espreitavam e, se possível os
 comiam vivos.

Trilhavam no sertão, na caatinga,
 à procura de sombra, abrigo ou
 qualquer lugar para sobreviver. Em-
 bora mudos e de poucas palavras,
 se comunicavam na maioria das

vezes por gestos, olhares ou mur-
 muros. Outra o Fabiano fora
 preso pelo simples fato de não saber
 se expressar, as palavras lhe eram
 inimigas, pensava muito e pouco
 falava, pobre Fabiano.

Eram enganados e oprimidos,
 porém apesar de suas mazelas,
 sonhavam com a liberdade.

Maior tristeza ocorreu com
 a cachorra Baleia, que por esta-
 doente foi sacrificada pelo

3) Fabiano com um tiro. À beira da morte a caçorra se via livre de seus afazeres e obrigações sentindo-se liberta de seus sofrimentos.

A obra nos mostra a condição humana degradada, limitada e suprimida. O trabalho é quase escravo e fadigado, porém pequenos sonhos lampeiam em suas almas, sonhos de liberdade, igualdade, de um futuro melhor!

E assim a família parte à procura da Realização desse sonho.

Em Resumo pode ver-se nesta obra a dura realidade da vida no sertão. O escritor é rico nos detalhes e nos transporta à Catinga como se estivéssemos ali. Enfim, terminei aqui satisfeito por entrar nesta obra, que me trouxe uma visão mais ampla e mais aprofundada do escritor Graziiliano, Ramos

ASS:

ANEXO 10 - Rascunho II de produção escrita do relatório sobre o livro Vidas Secas – junho de 2023

11/5/2023
 Vidas Secas, foi publicado pela editora record, Rio de Janeiro. O livro é de autoria Graciliano Ramos, nasceu em 27/10/1892 em Quebrangulo, Alagoas. Aos 61 anos, ele faleceu no Rio de Janeiro em 1953.

O livro conta a história dele e de sua família, levando uma cachoeira e um Papagaio. Grande seca agrava o seu Tão e eles fogem a procura de uma vida melhor em outros lugares, mas a seca estava em todos. Procurando emprego em fazendas, mas com a seca os fazendeiros abandonaram os fazendas, Fabiano encontrava abandono total. Assim temos a visão, do corpo, alma, espaço e do tempo. só depois essas partes se conjugam na visão de cada personagem. Sinhá Vitória, senhando com uma carne igual a do seu Tomaz, Fabiano senhando com uma fazenda abandonada e sendo o dono. Os meninos estudando em uma escola e sendo letrado. A cachoeira, senhando e delirando com um bando de prias. O Papagaio serviu de alimento a família.

Os personagens de Vidas Secas, ganham a sua sobrevivência na luta direta das forças produtivas.

Agora Fabiano conseguia arranjar as ideias. O que o segura era a família. Viviam preso como novilho amarrado ao mouro, suportando ferro quente. Se não fosse isso, um soldado amarelo não lhe pisava o pé não. O que lhe amalecia o corpo era a lembrança da mulher e dos filhos. Sem aqueles cabelos pesados, não enterraria o espinhaço não, sairia dali como onça e faria uma asneira. Carregaria a ~~espa~~ espingarda e daria um tiro de pé de pau no soldado amarelo. ~~o~~ O soldado amarelo era um infeliz que nem mesecia um tabefe com as costas da mão. Mataria os donos dele. Entraria num bando de Cangaceiros e faria estrago nos homens que dirigiam o soldado amarelo. Não ficaria um para

Semente. Era a ideia que lhe fervia na cabeça. Mas havia a mulher, os filhos; a cachorra.

Blanca B. Costa 1984

ANEXO 11 – Catatau I entregue por N.C.L., interno participante do projeto *Leio, logo existo*

Professora a sua igreja esti-
 ndir as mãos através de
 alguma OBRA SOCIAL?
 É porque Deus fez a
 impossível nos meus Pro-
 cêssos, Semana passada
 tive a notícia que eu
 Vou na Próxima tempora-
 da, to muito Feliz,
 não tenho onde ficar os
 7 dias da temporada
 e eu Vou sair de Termo-
 zilira, e não tenho
 endereço pra per na
 Termozilira, to muito
 Feliz, mais pouco triste
 pelo fator de NÃO ter
 P, onde ir, até tenho,
 mais não e lugar P,
 alguém que ouera Mu-
 dar de Vida com EU (10)

(29) eu roimicista de
Pessoas que possam
me dar oportunidade
lá fora, Vou fazer 29
anos 4 de Setembro,
agora eu quero a mu-
dança. Uma mudança
com Cristo JESUS.
Você sabe quem possa
me ajudar? minha
curtão

ESTADUAIS

ANEXO 12 – Catatau II entregue por N.C.L., interno participante do projeto *Leio, logo existo*

Já fui também dançarino de MÚSICA ELETRÔNICA
 antes de ser iludido pelo crime. Tenho alguns vídeos
 no YOUTUBE dançando. tinha uns 17 anos na época (:
 melhores momentos da minha vida. enfim Procura lá
 no YOUTUBE assim: NARLISONX1, você vai me
 reconhecer logo. tá dançando na quadra de um
 apartamento onde eu morei lá no DF. tem outros
 lá também uns 4 vídeos. Veja até Final. minha
 vida Praka foi propósito de Deus, pois eu
 não tinha cumes sexuais ou algo do tipo. mais
 o JUIZ mandou eu mesmo assim vim PRAKÁ
 que esse propósito me ofereça oportunidade
 Eu só preciso quem me estendem as mãos
 despenderei. Deus meus 3 anos como uma NOVA era
 tudo me mudou extremamente. Você NÃO tem NOÇÃO
 minhas convicções e meus objetivos estão
 todos firmados em CRISTO JESUS

ANEXO 13 – Catatau III entregue por N.C.L., interno participante do projeto *Leio, logo existo*

a paz do Senhor Jesus alcançada, tenho algo para lhe relatar, algo que me extremamente MUITO: (pois infelizmente fui a minha comunhão com o nosso Deus, A Pessoa que eu tive de meu cadastro de Visita, que eu tinha como companhia, que não que NADA com Deus, que eu até li contei a história dela comigo. Enfim ela foi na SEAP e conseguiu uma autorização PI entra aqui, alegando que queria relatar o relacionamento, pois é, estava eu aqui e inesperadamente me chamaram PI eu ir PI Ouadra que era visita, o agente disse se eu não saísse, eu iria PI castigar, então sair, lá estava esperando demais... de um mediator perguntou: Uque ela estava fazendo aqui então ela pediu PI conversa, então conversamos almocamos, Eu sem MT delongas perguntou: Vai caminha C\ JESUS comigo? Vai casa comigo? falei MUITO sobre mudança... mais cristão que é cristão, Deus dar "discernimento" e Visão Espiritual... Ela disse que não queria NADA com Deus e não iria abrir mão do mundo. isso me doeu MUITO, Mas Deus me confortou naquele mesmo momento

(1º) PARTE

depois dessa conversa eu disse
 que iria voltar P1 Ela, e para ela
 não vim mais, pois eu já tomei a
 minha decisão, ela tomou a dela.
 eu não iria retroceder nos caminhos
 de JESUS. fui chamar a segurança
 P1, minha irmã P1 Ela, e ela segurou
 minha mão: (Bem forte e me abra-
 çou e disse: Vamos a última VEZ
 no encontro íntimo? e na mesma
 hora eu reedi: (eu fui, tá lá 5
 meses sem ir na visita, fui Bom-
 bardiador pelos pensamentos malicio-
 sos e a carne pulou naquele momen-
 to, lá foi EU para esse encontro
 íntimo c/ ela. Chegando lá pensei
 ainda de voltar, batendo na porta P1
 Quando ela me abraçou, foi
 ela já tá lá NOA, eu me vi atrás
 me beijou eu e ela também. Viri e ela
 fiz coisas lá que foram totalmente
 contra meus princípios bíblicos, eu
 tá me sentindo sup, empuro, com
 minha consciência diturpada: ((Pareu
 que esses 4 anos como uma
 nova criatura foram toda jogada
 fora. Satanás tá me acusando
 constantemente: (Enfim depois que
 acabou tempo do encontro íntimo
 começou a hora: (

(2º) PARTE

fui banhar e me vestir e vltui
 PI Quadra com ela, eu não tinha
 aqui fala, fui em direção ao age-
 nte e pedir PI Vltar para ela.
 mais uma vez ela pegou na minha
 mão e disse: Narlison eu ti acom-
 panhei 4 anos anos da minha vida
 e tu faz essa escolha de me
 deixar, tudo Bem, eu Vou embora
 da tua vida, mais uma coisa eu
 ti digo aqui definitivamente tu
 ganhou uma inimiga, e que eu
 Poder fazer PI ti Prejudica, eu FARE
 I, o foi então que eu vltui tudo
 isso COM MUITO medo e vltui PI minha
 ela, ela foi embora. e agora eu
 to com muito medo Porque to SEM
 suporte de advogado para vir essa
 minha temporada, não tenho mais
 niguem Para dar assistência a
 advogado. to perdido se e que
 Vou me entender. to COM MUITO medo
 dela me Prejudica na minha área
 Processual, pois foi ela que ta-
 va com o advogado constituído
 por ela. Eu preciso muito que
 a senhora me ajude nesta causa
 POR FAVOR, mais se se ti ve em
 seu alcance. ;C

(3º) PARTE

Eu não tenho nenhuma ~~medalha~~
 SOMBRA de duvidas que foi Deus
 que Pais veio no meu caminho, Pais
 e nesse Deus já sabia que eu iria
 passar por tudo isso. Ele não dar
 um fardo que nós não podemos
 carregar, Eu sei que Deus usou os
 seus instrumentos aqui na terra
 Plausíveis pessoas como EU :), como
 eu lhe disse, eu apenas preciso
 de uma MÃO estendida Pl me aj-
 dar na medida do alcance e CLARO...
 Eu não desperdiçarei a chance de
 mudança de vida ao lado de
 Cristo Jesus... só eu sei aqui eu
 passei nesse mundo sombrio da
 imoralidade, reconheço de onde o
 nosso BOM Deus me tirou, fiz
 4 aniversários aqui, só Deus Pl me
 conforta aqui, foram MUITAS lagrim-
 madrugada em orando p-elas
 acompanhar, só propositos é
 Ele sempre me consolando, a
 Unicidade de Deus sempre foi
 em minha vida, tá dando tá
 alguma retardar, Pais sei
 quem me sustenta. (4ª) PARTE sei

isso tudo ta me ensinando a ser
 forte, nem todo Mal é Para Morti,
 mais Sim Para gloria de Deus ser
 contemplado em nossas vidas.
 nunca Orei tanto como agora (:
 Eu lhi faço uma Pedido que Ore
 durante 7 dia pedindo direcao
 e confirmacao de Deus sobre
 mim, eu creio que Ele vai bra-
 dar ao teu coracao em relacao
 a mim, Pois ta usando daqui
 o mesmo entutor. Pergunte
 de Deus minha vida se e
 vida. lembra-se que SEDEAO
 Part de Deus. nesse divir e o
 mesmo nos tempos atuais.
 Que Deus lhi der discernimento
 o Espirito Santo em relacao as
 minhas Palavras Amem.

teria como você mostrar esse papel
 que contém informações da minha
 temporada para alguma advogado
 ou até mesmo defensor, para ele
 (A) lhe dar alguma informações mas
 específicas... pois eu não entendo.
 É um AVOGADO OU DEFENSOR enten-
 der melhor. se você me diz que
 ele lhe disse na próxima semana.
 * mais ouvia dita claro que tudo
 isso que eu te pedindo, ouvia que
 fazer somente se tiver o seu
 ALCANCE. se não poder, eu iri
 entender... Pois bem sei que você tem
 suas palavras ai fora, ai mas os
 meus, podem saturar você :/

Te com o documento aqui que me
 chamam. Porso lhe dar, para você
 mostrar P, um AVOGADO OU
 DEFENSOR "?"

6ª PARTE

ANEXO 14 – Catatau Poemas entregue por W. L., interno participante do projeto leio, logo existo

Espeçiof
A MINHA AUTOEIA
Walter
OB J.
tema

Senac Fecomércio Sesc

Impossível é apenas uma grande palavra usada por gente fraca que prefere viver no mundo como está, em vez de usar o poder que tem para mundo-lo. Impossível não é um fato, é uma opinião.

Impossível não é uma declaração é um desafio, não importa o que vem mais na frente o que importa é VIVER em PAZ.

Departamento Regional do Maranhão

Administração Regional – São Luís – Avenida do Holandeses, S/N, Quadra 04, Condomínio FECOMÉRCIO/SESC/SENAC - Edifício Francisco Guimarães e Souza - 4º e 5º andar - Jardim Renascença. CEP: 65.075-650. E-mail: segar@ma.senac.br. Telefone: (98) 3194-6400.
 CEP/São Luís – Rua do Passelo, Nº 495 – Centro. CEP: 65015-370. E-mail: cepsaouis@ma.senac.br. Telefone (98) 3198-1515.
 Restaurante Escola – Rua de Nazaré, Nº 242 – Centro. CEP: 65.010-410. E-mail: re.gerencia@ma.senac.br. Telefone: (98) 3198-1105 / 3198-1103.
 CEP/Bacabal – Rua Gonçalves Dias, Nº 380 – Centro. CEP: 65.700-000. E-mail: cepbacabal@ma.senac.br. Telefone: (99) 3621-1247.
 CEP/Caxias – Av. Luís Sales, Nº 161 – Ponte. CEP: 65.600-000. E-mail: cepcaxias@ma.senac.br. Telefone: (99) 3521-5007 / 3421-6900.
 CEP/Imperatriz – Rua Rui Barbosa, Nº 203 – Centro – CEP: 65.900-440. E-mail: cepimperatriz@ma.senac.br. Telefone: (99) 3524-2961 / 3524-4489.
 CEP/Pinheiro – Travessa João Mariano, S/N – Bairro Antigo Aeroporto. CEP: 65200-000. E-mail: ceppinheiro@ma.senac.br. Telefone: (98) 3381-4271.
 CEP/Santa Inês – Bairro do Cajuru, Nº 57 – Centro. CEP: 65300-082. E-mail: cepasantains@ma.senac.br. Telefone: (98) 3653-1601.

Posto Avançado de Balsas – Avenida Contorno, Nº 1643 – Bairro Fátima. CEP: 65.800-000. E-mail: postobalsas@ma.senac.br. Telefone: (98) 3541-7408.
 Posto Avançado de Timon – Travessa Timbras, Nº 476 – Centro – CEP: 65.630-410. E-mail: palmon@ma.senac.br. Telefone: (98) 3212-9815.

Teus Sonhos e
 Apenas um reflexo
 da vida que talvez

O tempo nos faz Servir

O tempo nos faz Sefar

O tempo e o destino

Que nos leva A VIDA

A vida e um
 desafio.
 Experiência
 e um erro da
 nossa vida.

ANEXO 15 – Catatau I entregue por R.N., interno participante do projeto leio, logo existo

24 / 12 / 2023

DE: _____

PARA: DARLENE

DARLENE, PRIMEIRAMENTE EU AGRADEÇO A DEUS, POR TER ENVIADO ESSA PESSOA TÃO ESPECIAL, QUE É VOCÊ, UM AMOR DE PESSOA COM UM CORAÇÃO TÃO BOM.

EU AGRADEÇO VOCÊ, POR TER UM AMOR DE ENSINAR UM POUCO QUE VOCÊ SABE PARA NÓS, FOI VOCÊ QUE ME ENSENOU A LÊ MAIS, E A COMPREENDER A LEITURA, E ME TELESPOITAR PARA ~~DE~~ DENTRO DA HISTÓRIA, E GRACAS A VOCÊ EU MELHOREI MUITO A FAZER O RESUMO, "TIVE UM RESULTADO MUITO BOM NA PROVA DO ENSEJA".

CONFIECO, QUE VOCÊ DEIXOU ALÉM DO ENSINO, DEIXOU TAMBÉM A SAUDADES. E QUETO QUE VOCÊ SAIBA: QUE SEMPRE NA MINHA ORAÇÃO, EU ORO POR VOCÊ PARA DEUS ABÊNÇOAR VOCÊ E SUA FAMÍLIA, E LIVRAR VOCÊ DE TODO MAL.

QUANDO EU OLHEI VOCÊ NA ESCOLA, FIQUEI FELIZ, QUANDO EU FUI ATÉ VOCÊ, DEU UMA VONTADE DE DAR UM ABRAÇO, MAS FIQUEI COM UM POUCO DE VERGONHA, MAS SÓ DE PEGAR NA SUA MÃO, PARA MIM FOI UMA ALEGRIA MUITO GRANDE.

24 / 12 / 2023

UM FELIZ NATAL ATASADO, E UM PROSPERO ANO NOVO PARA VOCÊ, QUE DEUS TE ABENÇOA CADA DIA. LHE DEER MUITA SAÚDE E MUITOS ANOS DE VIDA PARA VOCÊ. MUITO OBRIGADO E ME DESCUPA POR QUALQUE PALAVRA MAL COLOCADA.

VOCÊ NÃO MANDOU MAIS O SALVE NO RADIO! ESTOU LIGADO AQUI.

SE VOCÊ PODER AUXILIAR, MINHA FILHA E MINHA MÃE MANDAR O SALVE NO RADIO EU SÓ AGRADEÇO. ESTOU COM UMA SAUDADE TÃO GRANDE DOS MEUS FILHOS, QUE SÓ EU E DEUS SABE.

DARLENE, NA UNIDADE QUE VOCÊ ESTÁ TRABALHANDO, PORFAVOR NÃO VAI SI PREJUDICAR PORFAVOR, SE VIAGIA. MAS DEUS ESTÁ COM VOCÊ, E ELE NÃO VAI DEIXAR O INIMIGO TE FAZER PASSAR VERGONHA, VOCÊ SABE + OU - DO QUE EU ESTOU FALANDO É ISSO.

FICA COM DEUS, E DESEJO PARA VOCÊ MUITA FELICIDADE.

ANEXO 16 – Catatau II entregue por R.N., interno participante do projeto leio,
logo existo

27 12 2023
(0) (5) (1) (0) (0) (5)

DE:
PARA: MINHA PRINCESA
E MEU PRÍNCIPE

MEU QUERIDOS FILHOS,
QUE DEUS ABENÇOAR VOCÊS,
ABUNDANTEMENTE, QUE DEUS
PROTEJA VOCÊS DE TODO MAL
E QUE ELE DETAMA CHUVA DE
BÊNÇA NA VIDA DE VOCÊS.

TUDO DIA PEÇO PARA ELE
DAR UM BEIJO E UM ABRAÇO
EM VOCÊS POR MIM. MEUS FILHOS
A SAUDADE DO PAI DE VOCÊS É
TÃO GRANDE, QUE NÃO SEI NEM
DIZER QUAL É O TAMANHO
DELA. SÓ SEI DIZER QUE DEUS
VAI ABENÇOAR NÓS EM NOME
DE JESUS.

EU DESEJO PARA VOCÊS
UM FELIZ NATAL ATRASADO E
UM PROSPERO ANO NOVO, QUE
DEUS LHE DER SAÚDE, SABEDO-

DATA 27.12.2023

0910000

RIA E MUITOS ANOS DE VIDA.

DIA 15 DE FEVEREIRO, VAI CAIR NUMA QUINTA, E A MINHA PRINCESA VAI FAZER 15 ANOS, DE IDADE, E DIA 25 DE MARÇO, VAI CAIR NUMA SEGUNDA, E MEU PRÍNCIPE VAI FAZER 7 ANOS, DE IDADE. SE NÃO DER PARA EU ESTAR AÍ COM VOCÊS EU DESEJO UM FELIZ ANIVERSÁRIO PARA VOCÊS, E TENHO FÉ QUE DEUS VAI ABENÇOA VOCÊS

NÃO ESTÁ SENDO FÁCIL PARA MIM, MAS NÃO HÁ VITÓRIA, SEM LUTA.

TENHO FÉ EM DEUS, QUE GRANDE MARAVILHA, VAI ACONTECER. MAS NO TEMPO DELE.

MUITOS BEIJOS E ABRAÇOS EM VOCÊS, AMO MUITO VOCÊS MEUS QUERIDOS FILHOS.

ANEXO 17 – Catatau III entregue por R.N., interno participante do projeto leio,
logo existo

27-12-2023
DE: [REDACTED]
PARA: MINHA RAINHA

BÊNÇA MÃE, COMO QUE
A SENHORA ESTÁ?

MÃE, FELIZ NATAL ATASADO
PARA A SENHORA, E UM PROSPEIO
ANO NOVO PARA VOCÊ. QUE PAPAI
DO CÉU ~~DE~~ CHUVA DE BÊNÇA
SOBRE SUA VIDA, QUE ELE LHÉ
DEI MUITA SAÚDE E MUITOS ANOS
DE VIDA PARA A SENHORA, E PARA
MEU PAI, UM FORTE ABRACO EM
VOCÊS E UM BEIJO.

E NA MESMA, MANDO UM
ABRACO PARA ROSÉLIA, ROSINELIA,
NALDO, GRAZIELE, MATEUS, ANA CLARA,
RUAN, RIAN, NOS FILHOS DE GRAZI
QUE EU NÃO SEI O NOME E DE
MATEUS TAMBÉM E TIA MARIA
E ETC... UM FORTE ABRACO EM
TODOS VOCÊS.

EM BIEVE ESTOU CHEGANDO

DATA 27-12-2023

0000000000

FICA COM DEUS, E SE
CUIDAM AÍ SAUDADES
FAMÍLIA, ~~QUERIDA MÃE~~
~~QUERIDA MÃE~~, ~~QUERIDA~~
~~MÃE~~ ~~MÃE~~

INDEPENDENTEMENTE DE
QUALQUER COISA, VOCÊS SÃO
MEU SANGUE FAMÍLIA.

AMO VOCÊS!

OBS: MÃE, EU PERGUNTEI PARA
KAMYLY VITÓRIA, SE A BÍBLIA
TINHA CHEGADO NA MÃO DELA,
ELA ME DISSE: QUE NÃO CHEGOU
NENHUMA BÍBLIA ATÉ ELA
NÃO! A SENHORA, TINHA ME
FALADO QUE MANDOU PARA
ELA AS CARTAS E A BÍBLIA, O
QUE ACONTECEU MESMO?

UM GRANDE ABRACO, E
UM BEIJO PARA A SENHORA
TE AMO! SAUDADES.

ANEXO 18 – Rascunho de produção escrita do relatório sobre o livro *Dom Casmurro* – julho de 2023



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SECRETARIA ADJUNTA DE ATENDIMENTO E HUMANIZAÇÃO PENITENCIÁRIA
UNIDADE GESTORA DE ATENDIMENTO E HUMANIZAÇÃO PENITENCIÁRIA
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO - SED

Anexo I – Formulário para elaboração do relatório de leitura

Parte I - Informações pessoais			
Nome do/a leitor/a e nº de registro:			
Nome do estabelecimento prisional:		UPSL-01	
Município/Estado:		São Luís - MA.	
Diretor(a) responsável:			
Comarca/Vara de execução:			
Parte II - Informações sobre a leitura			
Nome do livro:		Dom Casmurro	
Data do empréstimo:		Data da devolução:	
Relatório de leitura: conte-nos sua compreensão a respeito do livro lido			
<p><i>Dom Casmurro</i> publicado pela editora Jardim dos Livros, edição São Paulo em 2020.</p> <p>O livro é, de autoria Machado de Assis. Conta a história de Dom Casmurro.</p> <p>Dona Glória, fez uma promessa a Deus. Tendo-lhe nascido o primeiro filho, pegou-se com Deus para que o segundo vingasse, prometendo, se fosse varão, metê-lo na igreja. Queria que ele fosse Pedro, promessa antiga.</p> <p>Bento, segundo ^{foi} a Escobar, de um ^{foi} de um segredo ^{segredo} - Escobar, eu não posso ser Padre. Nem eu Bento Santiago. Secreto por secreto; Bento não tinha vocação pra ser Padre e nem Escobar. O desejo de Escobar</p>			



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SECRETARIA ADJUNTA DE ATENDIMENTO E HUMANIZAÇÃO PENITENCIÁRIA
UNIDADE GESTORA DE ATENDIMENTO E HUMANIZAÇÃO PENITENCIÁRIA
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO - SED

era ser comerciante.

Quando Bento e Cabitu eram Pequenos,
Cabitu ~~era~~ ^{era} um boneco e o médico era Bento.
Bento e ~~se~~ ^{se} apaixonaram e ~~se casaram~~ ^{se casaram}
~~foram~~ ^{foram} um filho. Colocaram o nome de
Eziquiel Santiago.

~~Bento~~ Bento olha Eziquiel e vê as caracte-
rísticas do Escobar nele. A princípio ele sentiu
que Eziquiel não fosse ~~seu~~ ^{seu} filho realmente seu
filho. Ele via em Eziquiel todos os traços e
gestos do amigo. Quando Eziquiel estava
~~doente~~ ^{doente}, Bento disse que uma das consequências
dos amores furtivos do pai era pagar as ~~contas~~ ^{contas}
logias do filho; Ele sentiu tão cruel e revulso
que pegou no rapaz e quis abertá-lo ao co-
ração, mas ~~se~~ ^{se} encaçou como se fosse
a um filho de verdade.

Bento Santiago, já maduro e viúvo, nome-
mora sua vida e, atormentado de ciúmes e desan-
canto, desconfia que sua mulher, Cabitu, o traiu
com seu melhor amigo, Escobar.

Assim indico a todos leitores(a) a desenvolver a
obra do Dom Casimiro e descobrir este mistério
do filho ~~de~~ ^{de} Cabitu ~~ou~~ ^{ou} do Escobar? É do
Bento ou do Escobar? ~~Chau até a próxima~~
~~o~~ O Autor diz que Dom Casimiro não é um
livro, é um quebra cabeça. Chau até a próxima.

Rua Gabriela Mistral, N°716 - Vila Palmeira, São Luís - MA
CEP: 65045-070
www.seap.ma.gov.br e-mail: supeducacao@seap.ma.gov.br
Fone: (98) 99114-8589 | Ramal: 2404



ANEXO 19 – Rascunho de produção escrita do relatório sobre o livro O Cortiço
– agosto de 2023

~~Aluizio A. Aluizio Azevedo~~ O Cortiço

Esta obra foi escrita por Aluizio Azevedo. Publicada em 1890 e conta história de várias pessoas que faziam parte da classe social mais baixa que moravam em Cortiço.

Aluizio Azevedo usa o sensualismo, os vícios, as paixões, ou seja, temas sociais que fazem parte da vida de pessoas pobres.

Este livro retrata o Brasil do fim do segundo Império.

Como há um grande número de pessoas que moravam no cortiço, não ~~podemos~~ podemos falar de todas elas, então escolhi falar dos personagens João Romão e Miranda que faz parte desta narrativa.

João Romão começou a vida como um ~~comerciante~~ pequeno comerciante e com o passar dos dias ele começou a desenvolver comprando pequenos terrenos e fazendo casas ou quartos de aluguel. E comprando telhas e tijolos e assim como outros objetos de material de construção de segunda mão e assim construiu um armazém. E com as compras de terrenos começou a fazer vários cortiços e alugando conseguiu ser um grande comerciante. Mas tinha um rival, grande comerciante Miranda, Miranda via em João Romão uma ameaça para ele.

João Romão começou a comprar fontes de águas e tanques para encher de água para seus inquirinos lavar roupas, seus inquirinos usavam de graça, não eram preciso pagar. Já os demais ~~que~~ de outros cortiços tinham a pagar pelo uso dos tanques. Então, João não deu conforto ao seus hóspedes e os demais

mercadores do ...

ANEXO 20 – Rascunho I de produção escrita do relatório sobre o livro *A Cor Púrpura* – setembro de 2023

A COR PÚRPURA AUTORIA ALICE WALKER,
EDITOR JOSÉ OLYMPICO.

A COR PÚRPURA NARRA A HISTÓRIA DE UMA
GAROTA CHAMADA CELIE POBIE, NEGRA E ANALFABETA
NO SUL DOS ESTADOS UNIDOS.

ESSA GAROTA NA SUA INFÂNCIA AOS 14 ANOS
DE IDADE FOI BRUTALMENTE ESTUPRADA PELO SEU PADRAS-
TO, E ENGRAVIDANDO TEUI UM MENINO E DEPOIS UMA
MENINA QUE FORAM VENDIDOS. DEPOIS O SEU PADRASTO
FORCOU CELIE SE CASAR COM UM HOMEM CHAMADO
ALBERT UM VIÚVO BRUTO QUE OLHAVA SUA ESPOSA
COMO UMA EMPREGADA ELE TRANSAVA COM CELIE E
DEPOIS BATIA MUITO NELA, PORQUE ELA NÃO ERA A
MULHER QUE ELE QUERIA QUE ELA FOSSE. NA VERDADE,
ERA A SHUG AVERY A MULHER QUE ELE QUERIA CASAR.

SUA IRMÃ NETTIE QUE SE TORNOU MISSIONÁRIA
FOI PARA A ÁFRICA, ESCREVA CARTAS PARA SUA IRMÃ
CELIE, MAS O BRUTO DO ALBERT PEGAVA TODAS AS CARTAS
E ESCONDIA NO BAÚ QUE ELE TINHA.

CERTO DIA SHUG CHEGOU NA CASA DO ALBERT, E ESTAVA
MUITO DOENTE, ENTÃO CELIE FICOU CUIDANDO DELA. COM
PASSAR DO TEMPO ELAS DESCOBRIRAM A SITUAÇÃO DAS
CARTAS QUE ESTAVAM NO BAÚ DO ALBERT, ENTÃO ELAS
PEGARAM TODAS AS CARTAS E COMEÇARAM A LER TODAS AS
CARTAS FALAVAM DE SEUS FILHOS QUE ESTAVAM VIÚVOS, O
NOME DELES ERAM ADAM E OLÍVIA.

DEPOIS DESSA NOTÍCIA CELIE FICOU MAIS ANIMADA
E FORTIFICOU-SE COM ESSA GRANDE NOTÍCIA DOS SEUS
FILHOS.

ELA DESCOBRIU QUE TINHA UMA CASA MUITO
GRANDE QUE SEUS PAIS DEIXARAM DE HERANÇA. CELIE
GOSTAVA MUITO DE COSTURAR, ENTÃO COM A AJUDA
DE SHUG ELA RESOLVEU COLOCAR UM NEGÓCIO PARA

ELA, UM ATELIÊ.

MUITOS ANOS DEPOIS SUA IRMÃ NETTIE RETORNA
JÁ CASADA COM SAMUEL, PAI ADOTIVO DE SEUS FILHOS
E SUA NOÇA TASHI.

ANEXO 21 – Rascunho II de produção escrita do relatório sobre o livro *A Cor Púrpura* – setembro de 2023

A Cor Púrpura, Autoria
 Alice Walker, Tradutora Betúlia
 Machado, Maria José Silveira e
 Peg Bodinon, Editora. José
 Olímpio.

A Cor Púrpura conta
 a triste história de uma
 jovem negra, que aos
 14 anos foi brutalmente abusada
 pelo seu padrasto.

Celie sofreu os abusos porque não tinha quem recorrer
 então ela escrevia cartas a
 Deus, porque era o único que
 Celie conhecia. Logo sua irmã
 "nettie" nasceu e Celie tinha
 muito medo que o seu padrasto
~~fosse~~ ~~fosse~~ ~~fosse~~ ~~fosse~~
 fizesse uma brutalidade dessa
 com sua irmã.

Celie foi dada pra casar
 pelo seu padrasto a um homem
 muito violento e bruto que
 batia muito nela.

logo ali conheceu Shug que
era ex-mulher desse homem
Por nome "Albert"

Shug estava muito doente
quando chegou, como Celia tinha
uma admiração por ela, x

Celia cuidou muito bem de
Shug, e logo ela melhorou e
as duas se tornaram muito
amigas.

Um dia as duas acharam
as cartas que ~~estavam escondidas~~
~~em sua casa~~ sua irmã Nettie
mandava.

Albert escondia essas cartas
em um baú.

Celia ficou muito ~~surpresa~~
triste com isso porque
sua irmã era a quem ela
mais amava.

Celia agora não acreditava
mas pra Deus, agora ela acreditava
para sua ^{irmã} que estava na África
Celia descobriu que seu Pai
tinha deixado uma casa pra ela
em Paraná.

no fim Celie que sofreu
muito Re-encontrou sua
irmã nette e seus filhos
que Celie Tava com muita
tem que não os via.

Celie tinha dois filhos
que ela não lembrava. e
Adam e a Olivia e sua nora
Larshi esposa de Adam.

A Cor Púrpura ~~é~~
não é apenas um livro e
uma história de superação
e um aprendizado.

ANEXO 22 – Rascunho I de produção escrita do relatório sobre o livro
 Prisioneiras – outubro de 2023

As Prisioneiras, escrita por
 "DRAUSIO VARELLA," Drauzio além
 de escritor era médico na
 Penitenciária feminina onde
 Poder escrever o seu livro
AS PRISIONEIRAS

AS PRISIONEIRAS, Escrita por
 "DRAUSIO VARELLA" Drauzio além
 de escritor também era médico
 na Penitenciária feminina onde
 Passou vários anos nessa área
 de trabalho, "DRAUSIO" teve a ideia
 de escrever o livro AS PRISIONEIRAS.

AS PRISIONEIRAS ~~o~~ fala da
 História de várias mulheres que
 quando estão atrás de uma
 grade muitas são esquecidas
 pelos seus companheiros, e até
 mesmo pela família.

muitas dessas mulheres moram
 em Periferia onde tem
 muita influência Para entrar
 no ~~seu~~ mundo do crime
 muitas ~~de~~ vezes essas
 influências vem dos seus
 Próprios companheiros que
 estão ^{em} Presidência, fala que
 esta individualidade e se não
 Paga a dívida Pode perder
 a vida.

muitas mulheres que
 estão nessas Penitenciárias
 sofrem algum tipo ^{de}
 de abuso quando estão
 crianças e esse muitas vezes
 obrigam muitas delas sair
 de casa Para se afastar
 dessas ramagens. ameaças

~~estas mulheres não~~
~~Prisioneiras~~

estas mulheres que estão
 privadas de liberdade
 muitas delas sofrem muito
 nesse ambiente elas se
 reclamam de ^{cólicas} ~~coliga~~
 má nutrição, atrasada, dificuldade
 Para respirar: são muitas
 as Prisioneiras que elas
 sofrem nessa local.

AS PRISIONEIRAS NÃO É
 APENAS UM LIVRO, É UM
 ESPELHO DA REALIDADE QUE ATÉ
 HOJE VÁRIAS MULHERES SOFREM

ANEXO 23 – Rascunho II de produção escrita do relatório sobre o livro
Prisioneiras – outubro de 2023

PRISIONEIRAS DE AUTORIA DRAUZIO VARELLA PUBLICADO EM 1999 NA CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO SÃO PAULO, PREPARADO POR CICA CATOPRESO, REVISADO POR JANE PESSOA E FERNANDO NUNO.

DRAUZIO VARELLA NASCEU EM SÃO PAULO FORMADO EM MEDICINA, POR DUAS DÉCADAS TRABALHOU NO HOSPITAL DE CÂNCER, E FOI TRABALHAR NA PENITENCIÁRIA FEMININA EM SÃO PAULO POR UMA DÉCADA E TRÊS ANOS, E ALI TEVE A IDEIA DE ESCREVER, E FALAR UM POUCO DA HISTÓRIA DAS MENINAS QUE ESTAVAM PRIVADAS DA SUA LIBERDADE.

MUITAS DAS MENINAS QUE ESTÃO ~~PRIVADAS~~ ^{de liberdade} PRIVADAS, PASSAM POR MOMENTOS MUITO CONTURBADO NA SUA INFÂNCIA COMO O ABUSO SEXUAL, MAUS TRATOS E DESPREZO DA SUA FAMÍLIA. E COM TUDO ISSO ELAS COMEÇAM A SE ENVOLVER COM PESSOAS ERRADAS, AI COMEÇAM A CONHECER AS DROGAS COMO MACONHA, CRACK, COCAÍNA, BEBIDAS ALCOÓLICAS E A COMETER DELITOS COMO ASSALTOS A MÃO ARMADA, TRAFICAR E ATÉ MATAR PESSOAS.

NA PENITENCIÁRIA, MUITAS DELAS
TEM O **PRIVILÉGIO** DE TRABALHAR PARA
REMIT SUA PENA E GANHAR UM DINHEIRO
PARA SE MANTER, E OUTRAS SE VITAM
COMO PODEM FAZENDO UNHAS, LAVANDO
CABELOS, FAZENDO CROCHÊ, LIMPANDO O
XADREZ E OUTRAS COISAS...

PRISIONEIRAS NÃO É UM LIVRO
DE QUADRINHO. É ~~SUL REAL~~, *subreal*

álcool

alcoólico

ANEXO 24 – Rascunho de produção escrita do relatório sobre o conto O Poço – outubro de 2024

Parte I - Informações pessoais			
Nome do/a leitor/a e nº de registro:			
Nome do estabelecimento prisional:		UPSL6	
Município/Estado:		SÃO LUIS MA	
Diretor (a) responsável:		MICHAEL DAYLON	
Comarca/Vara de execução:		SÃO LUIS MA	
Parte II - Informações sobre a leitura – CICLO: V			
Nome do livro: O Poço			
Autor: MÁRIO DE ANDRADE			
Data do empréstimo:		Data da devolução:	
01/05/2024		22/05/2024	
Relatório de leitura: conte-nos sua compreensão a respeito do livro lido			
<p>FALA de um velho fazendeiro chamado de velho JOAQUIM. NA QUELE TEMPO MUITOS TINHAM a Cisma de TER VARIAS TERRAS. Velho JOAQUIM, Resqueiro NA BARRANCA FACIL DO MOBI. Conhecido como chefe, NOVO ainda UNIAJANDO SEMPRE desbravando OUTROS MATOS.</p> <p>Tudo que JOAQUIM FAZIA SEMPRE COM PER-tenção CARINHOSISSIMO E TEVE O privilegio de COM-PRAR o seu primeiro CARRO FORA a EUROPA POR OS CARROS ERAM MAIS BARATOS BARATOS QUE AMERICANOS.</p> <p>Um A CRIAR ALGUMAS MISTURAS de ROÇAN COSTOU muito dinheiro</p> <p>NAO CONSEGUIU COMPRAR AUTOMOVIS Tinha TUDO UM MARCOM de LUXO PARA locomover o mesmo</p>			



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
UNIDADE PRISIONAL DE RESSOCIALIZAÇÃO SÃO LUÍS 06

A FAZENDA E A CIDADE TÊM PROBLEMA POR SUO MÚL-
HER CARO MUITO CARO E NÃO CONSEQUIREM IR BOM
O MARANHO MANDOU FAZER DE ENCOMENDAS UM "ROLLS-ROYCE"
DE ENCOMENDA COM DOIS ANOS AFRENTE.

CONTRAI UM POÇO QUE DEU MUITO TRABALHO
COM UMA EQUIPE QUE SECOMPANHAVA O GRANDE E
FRENTE. O QUE DEVE SEMPRE PARA MADRE A PROFUNDI-
DADE DO POÇO. O ALBINO QUE SEMPRE DEVE FAZER
CUBAR. E MADRE QUE CHAMA DAS DISCURSAS MAS CON-
TINUARAM COM DISCURSA. VARIAS SE DESMORNAM DA
MISSÃO POR ERAS TRABALHO BRUTO.

SE MISTOU POR A CAIXETA QUE LHE FEI
DADO DELO MUITO HA CAIXETA APROXIMADA ESPERANDO
TOU MAIS A CAIXETA NA ESPERANZA ABREI EXAMINOU
TUDO. NO FINAL ACHOU A RAENADURA

RELATO. PISARAM NA MINHA CAIXETA
BRUTOS..

JOGOU TUDO NO LIXO TIROU UMA
CAIXETA DE BAIXO DE UMA ESCRITÓRIA QUE ABREI
LA SE ENCONTROU VARIAS CAIXETAS
E TRÊS CAIXETAS - TINTAS

E, UMA ERA DE OURO ESTE FOI O EN-
TENDIMENTO DESSE COMPLEXO HISTÓRIA. NÃO MUITO IMPRE-
TENTE PELA LUTA DE TUDO. POR UM PROPOSITO.

GOVERNO DO
MARANHÃO SEAP

UNIDADE PRISIONAL DE RESSOCIALIZAÇÃO SÃO LUÍS 06.
BR 136, KM 13, S/Nº, PEDRINHAS, SÃO LUIS/MA - CEP: 65099 - 030.
EMAIL: ups18@seap.ma.gov.br

ANEXO 25 – Relatório I do filme *Parada Inesperada* – dezembro de 2024

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SECRETARIA ADJUNTA DE ATENDIMENTO E HUMANIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO

ANEXO III - Formulário para elaboração do relatório - Filme

Parte I - Informações pessoais	
Nome do/a espectador/a	
Matrícula	
Nome do estabelecimento prisional:	UPRSL 6
Município/Estado:	SÃO LUÍS/MA
Diretor(a) responsável:	MICHAEL DAYLON BARROS P. SANTOS
Comarca/Vara de execução:	
Parte II - Informações sobre o filme	
Nome do Filme:	Parada Inesperada
Diretor:	Brian Herzlinger
Data de exibição:	03/12/2024
Relatório: conte-nos sua compreensão a respeito do filme assistido	
<p>O filme dirigido por Brian Herzlinger, Parada inesperada conta a história de uma médica chamada Lisa de Los Angeles na Califórnia.</p> <p>Decide tirar umas férias de três dias em Nova York, e o caminho um policial de uma cidade chamada normal.</p> <p>E teve uma audiência com o juiz que para confidência o juiz também era médico onde eles nessa cidade estavam precisando de mais pessoas para ajudar as pessoas e a médica era uma profissional, ela acabou salvando a vida de uma criança. Ela ficou 3 dias prestando serviço como</p>	



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SECRETARIA ADJUNTA DE ATENDIMENTO E HUMANIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO

nitário. Entre as outras coisas sua vida na cidade.

Ela presta serviço em domínio e aos poucos foi gostando e se acostumando, em pouco daquela pequena cidade de interior de New York.

Na cidade que não tinha Pensão e nem Hotel para se hospedar, ela teve de dormir esses dias na delegacia e fazer as refeições na casa do Proprietário Juiz que o Sentenciado a passou os três dias na cidade.

Por esse motivo ela teve conhecido o Lucas que é o filho do Juiz, que no primeiro ponto não foi muito agradável as suas convicções.

ANEXO 26 – Relatório II do filme *Parada Inesperada* – dezembro de 2024

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SECRETARIA ADJUNTA DE ATENDIMENTO E HUMANIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO

ANEXO III - Formulário para elaboração do relatório - Filme

Parte I - Informações pessoais	
Nome do/a espectador/a	
Matrícula	
Nome do estabelecimento prisional:	UPRSL 6
Município/Estado:	SÃO LUÍS/MA
Diretor(a) responsável:	MICHAEL DAYLON BARROS P. SANTOS
Comarca/Vara de execução:	
Parte II - Informações sobre o filme	
Nome do Filme:	Parada Inesperada
Diretor:	Brian Herzlinger
Data de exibição:	03/12/2024
Relatório: conte-nos sua compreensão a respeito do filme assistido	
<p>PARADA INESPERADA conta sobre uma Dr. chamada LISA que viaja de LOSANGELES PARA NOVA YORK PARA ENCONTRA SEU NAMORADO. SÓ QUE NO MEIO DO CAMINHO A DOUTORA É PARADA POR UMA VIATURA POLICIAL. O POLICIAL PEDI SUA HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DO VEICULO; ONDE O POLICIAL DESCOBRE QUE EXISTE UM MANDATO DE PRISÃO PRA MESMA DEVIDO A VARIAS INFRAÇÃO COMETIDA E NÃO PAGAS. O POLICIAL ASSIM ALEVIÁ PARA A CIDADE MAIS PROXIMA CHAMADA NORMA ONDE LA´ TRUP UM JULGAMENTO COM O JUIZ DA PEQUENA CIDADE QUE DETERMINA A DOUTORA FAZER SERVICOS COMUNITARIOS NA PEQUENA CIDADE DE NORMA POR TRÊS DIAS. SÓ PODERÁ SAIR DA CIDADE COM SEU CARRO NO TERMINO DO SERVICO. ENTÃO A DOUTORA LISA LIGOU PARA</p>	



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SECRETARIA ADJUNTA DE ATENDIMENTO E HUMANIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO

SE NAMORADO E FALOU QUE TEVE ACONTECENDO A
ELA NA VIAGEM. SÓ QUE SEU NAMORADO NO MOMENTO
NÃO DEU MUITA IMPORTÂNCIA. ENTÃO A DOUTORA SE
VIU PERDIDA EM UMA CIDADEZINHA PEQUENA ON
DE NEM REDE DE CELULAR PEGAVA DIREITO. LISA CON
SIDERAVA O POVO DAQUELA CIDADE TÓBOS CALPIZA. SÓ
QUE COM O TEMPO ELA FOI DESCOBRINDO ALGO MUITA
VILHOZO COM AQUELA CIDADE. ATRAVÉS DO JUIZ QUE
ACÉM DE JUIZ ERA DOUTOR, PASTOR, PESCADOR E FUNDADOR
DAQUELA CIDADE. ELELA DIZIA QUE TINHA UM CHAMADO
DE DEUS E CUIDAVA DA CIDADE E SEUS MORADORES COMO
UM PAI. A DOUTORA NUNCA TINHA SIDO TÃO BEM
TRATADO E FELIZ COMO TAVA SENTIDO NAQUELE MOMENTO
CONVIVENDO COM PESSOAS DE "FÉ E RELIGIOSAS". DESCOBRIU
QUE TODO PLANO DELA JÁ NÃO FAZIA SENTIDO. POIS
AQUELAS PESSOAS DERTAM UM NOVO SENTIDO A SUA VIDA
ATÉ MESMO A SUA PROFISSÃO. ONDE SENTIU O PRAZER DE
A JUDAR PESSOAS A SALVA VIDAS. O SIMPLES PRAZER DE IR
A INGRÊSIA. ATÉ DESCOBRIU O VERDADEIRO AMOR QUE ESTA
VA JÁ PLANEJADO POR DEUS. E TUDO ISSO O SIMPLES
JUIZ E DOUTOR DAQUELA CIDADE JÁ SABIA COM SUA ENOR
ME FÉ. DAI A DOUTORA LISA LAAGOU UMA VIDA DE
LUXO NA CIDADE PARA VIVER ANADA E FELIZ NA
PEQUENA CIDADE DE NORMA. UMA VIAGEM INPS
PRABA QUE LIROU UMA NOVA VIDA UMA MUDANÇA
UM CHAMADO DE DEUS A VERDADEIRA FELIZIDADE.